UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - PROPADM

ANIC DANIELE SOUZA RIOS

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO: ANÁLISE DA APLICABILIDADE EM UM ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO

SÃO CRISTOVÃO/SE

2026

ANIC DANIELE SOUZA RIOS

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO: ANÁLISE DA APLICABILIDADE EM UM ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Sergipe

Linha de Pesquisa: Sociedade, Organizações e Empreendedorismo (SOE)

Orientadora: Profa. Dra. Maria Elena Leon Olave

SÃO CRISTOVÃO/SE
2026

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Rios, Anic Daniele Souza
R585p Políticas públicas de incentivo à inovação e empreendedorismo : análise da aplicabilidade em um ecossistema de inovação / Anic Daniele Souza Rios ; orientadora Maria Elena Leon Olave. – São Cristóvão, SE, 2026.
188 f. : il.

Dissertação (mestrado em Administração) – Universidade Federal de Sergipe, 2026.

1. Administração - Inovação - Sergipe. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Desenvolvimento social. 4. Política pública. I. Olave, Maria Elena Leon, orient. II. Título.

CDU 658:005.342(813.7)

Ficha elaborada pela bibliotecária Shirley dos Santos Ferreira (CRB-5/001862/0)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Mestranda: ANIC DANIELE SOUZA RIOS

Título da dissertação:
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO: ANÁLISE DA APLICABILIDADE EM UM ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO.

Data e horário da defesa: 26/08/2026 às 9h30

Examinadores:

- Profa. Dra. Maria Elena Leon Olave (Presidente – Orientadora- PROPADM)
- Profa. Dra. Glessia Silva de Lima (Examinador Interno- PROPADM)
- Prof. Dr. Josenito Oliveira Santos (Examinador Externo ao Programa- UNIT)

Parecer: Depois de avaliarmos a dissertação e realizados os ritos acadêmicos da defesa, em que a candidata apresentou em sessão pública seu trabalho de pesquisa e respondeu aos nossos questionamentos, atribuímos, em sessão privada, o seguinte conceito:

(X) Aprovada
_____ Reprovada

São Cristóvão, 26 de agosto de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA ELENA LEON OLAVE
Data: 26/08/2026 11:00:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Maria Elena Leon Olave
(Presidente - Orientadora-PROPADM-UFS)
Participação à distância por videoconferência

gov.br Documento assinado digitalmente
GLESSIA SILVA DE LIMA
Data: 26/08/2026 11:59:20-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dra. Glessia Silva de Lima
(Examinadora Interna) -PROPAMD-UFS
Participação à distância por videoconferência

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSENITO OLIVEIRA SANTOS
Data: 26/08/2026 11:45:33-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr.Josenito Oliveira Santos
(Examinador Externo ao Programa) -UNIT
Participação à distância por videoconferência

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANIC DANIELE SOUZA RIOS
Data: 26/08/2026 11:08:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Anic Daniele Souza Rios
(Discente)
Participação à distância por videoconferência

À minha amiga **Mônica Pinto** (*in memoriam*), escritora e jornalista de imensa inteligência e humildade. Tão longe e tão perto, foi quem me fez acreditar que era possível.
Leitora sensível do meu projeto de mestrado, viu potencial onde eu via desafios e, com a serenidade de uma mestra, mostrou que o caminho seria difícil, mas que a rota estava correta. Acreditou na minha dedicação, força, inteligência e, sobretudo, coragem. Embora não tenha permanecido entre nós para ver este trabalho concluído, sua confiança, suas palavras e seu exemplo caminharam comigo até o fim. A você, Mônica, dedico esta dissertação, com eterna gratidão, carinho e saudade.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de força, esperança e sustento nos momentos mais difíceis. Foi pela fé que encontrei coragem para seguir em frente, superar os obstáculos e concluir esta caminhada.
À minha família, meu porto seguro e razão maior de todas as minhas conquistas. Em especial à minha mãe, **Ivanete Rios**, a pessoa mais sábia, generosa e amorosa que conheço. Seu exemplo de dedicação, cuidado e entrega incondicional moldou quem sou. Ao lado da minha irmã, **Lorem Rios**, aprendi o valor da compaixão, da empatia e da união. Juntas, construímos a certeza de que somos mais fortes quando caminhamos lado a lado, compartilhando sonhos, desafios e a busca pela felicidade.
Ao meu esposo, **Gustavo Machado**, companheiro de todas as horas, pelo amor, apoio e compreensão ao longo desta jornada. Enquanto este trabalho era construído, enfrentamos juntos momentos de grande dificuldade, especialmente durante a luta contra o câncer de seu pai. Sua paciência, seu incentivo e sua capacidade de compreender minhas ausências em momentos que gostaríamos de compartilhar tornaram esta conquista possível.
Ao meu pai, **Reginaldo Rios**, cuja coragem diante da luta contra o câncer foi inspiração ao longo desta caminhada. Poder compartilhar com ele a realização desta conquista é uma das maiores alegrias deste momento.
À minha orientadora, **Profa. Dra. Maria Elena Leon Olave**, pela acolhida, pela confiança e pela excelência com que conduziu este processo. Em cada orientação, correção cuidadosa e cada palavra de incentivo, encontrei o apoio necessário para superar inseguranças e aperfeiçoar este trabalho. Sua contribuição foi fundamental para o meu crescimento acadêmico e pessoal.
Às professoras, professores e servidores do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Sergipe, pelo compromisso com a formação acadêmica e humana dos estudantes. Registro meu agradecimento especial à **Profa. Dra. Maria Conceição Melo e à Profa. Dra. Glessia Silva de Lima**, pela generosidade, apoio e contribuições ao longo desta trajetória.
À minha amiga **Vanderléa Nóbrega**, que esteve ao meu lado nos momentos em que a dúvida e o cansaço tentaram silenciar minha confiança. Quando baixei os olhos e deixei de acreditar na minha capacidade de continuar, ela segurou minha mão e me lembrou da força que existia em mim. Seu incentivo constante, sua generosidade e sua amizade foram presentes inestimáveis nesta caminhada. Minha gratidão, carinho e admiração por você são imensos.
Ao **Prof. Dr. Rodrigo Rocha Pereira Lima**, grande mestre e profundo conhecedor do tema desta pesquisa, pelas contribuições valiosas, pelo compartilhamento de conhecimentos e pelo incentivo que tanto contribuíram para o amadurecimento e o desenvolvimento deste estudo.
À minha família, por parte de mãe e de pai, pelo apoio constante ao longo desta trajetória. Faço um agradecimento especial à minha prima e comadre, **Samantha Machado**, que representa o carinho e a torcida de tantos familiares que não caberiam nestas linhas. À família do meu marido, especialmente ao meu sogro e à minha sogra, que também se tornaram minha família. Aos amigos que a vida me presenteou, em especial às queridas comadres, **Elisabete Póvoa e Thaís Abreu**.
Aos colegas de trabalho, particularmente a **Willams Rodrigues**, pelo apoio e suporte nos momentos em que precisei me ausentar.
Esta dissertação é fruto de uma trajetória marcada por desafios, aprendizados, superação e encontros que fizeram a diferença. Se chego até aqui, é porque contei com o apoio de muitas mãos e corações ao longo do caminho. Entre todas as conquistas, levo comigo os laços fortalecidos, as amizades construídas e a certeza de que nenhum caminho é tão difícil quando percorrido com afeto e companheirismo.
A todos que fizeram parte desta história, minha eterna gratidão.

“Tudo posso naquele que me fortalece”
(Filipenses 4:13).

RESUMO

As políticas públicas de inovação e empreendedorismo têm assumido papel estratégico no fortalecimento dos ecossistemas de inovação, especialmente em contextos subnacionais marcados por desafios estruturais e institucionais. Nesse cenário, esta pesquisa teve como objetivo compreender a efetividade das políticas públicas de inovação e empreendedorismo do Estado de Sergipe no fomento ao Ecossistema Local de Inovação (ELI) da Grande Aracaju. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa e natureza exploratório-descritiva, desenvolvida por meio de estudo de caso único. A investigação foi conduzida em duas etapas complementares: análise documental de políticas, instrumentos de fomento e documentos institucionais vigentes no estado, e pesquisa de campo composta por entrevistas semiestruturadas com gestores e questionários aplicados a atores do ecossistema. Os dados foram analisados por meio de análise documental, análise de conteúdo e estatística descritiva. Os resultados evidenciaram a existência de um arcabouço normativo e institucional voltado à promoção da inovação, com destaque para a Lei Estadual nº 9.496/2024, programas de fomento, editais, fundos e mecanismos de apoio à pesquisa, ao empreendedorismo e à cooperação entre instituições. Contudo, verificou-se que a efetividade dessas políticas é condicionada por fatores relacionados ao conhecimento e acesso aos instrumentos, à clareza das informações, à continuidade das ações, à capacidade institucional dos atores e à articulação entre organizações do ecossistema. Os participantes reconheceram avanços no fortalecimento do ambiente de inovação, no apoio às startups, na pesquisa e nas redes de cooperação, embora tenham apontado limitações associadas à burocracia, ao financiamento, à integração institucional e à sustentação das iniciativas ao longo do tempo. Conclui-se que a efetividade das políticas públicas de inovação em Sergipe configura-se como um fenômeno multidimensional, cuja realização depende da articulação entre instrumentos, governança, capacidades institucionais e apropriação pelos atores. A pesquisa contribui para o avanço dos estudos sobre políticas públicas de inovação em contextos subnacionais e oferece subsídios para o aperfeiçoamento da governança dos ecossistemas de inovação.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Inovação; Empreendedorismo; Ecossistema de Inovação; Governança.

ABSTRACT

Public policies for innovation and entrepreneurship have become strategic instruments for strengthening innovation ecosystems, particularly in subnational contexts characterized by institutional and structural challenges. In this context, this study aimed to understand the effectiveness of innovation and entrepreneurship public policies implemented in the State of Sergipe, Brazil, in fostering the Greater Aracaju Local Innovation Ecosystem. Methodologically, the research is characterized as an applied, qualitative, exploratory-descriptive study developed through a single case study approach. The investigation was conducted in two complementary stages: a documentary analysis of public policies, support instruments, and institutional documents in force in the state, and a field study based on semi-structured interviews with key stakeholders and questionnaires administered to ecosystem actors. Data were analyzed using documentary analysis, content analysis, and descriptive statistics. The findings revealed the existence of a regulatory and institutional framework aimed at promoting innovation, particularly through State Law No. 9,496/2024, funding programs, public calls, financial support mechanisms, and initiatives designed to stimulate research, entrepreneurship, and cooperation among institutions. However, the effectiveness of these policies was found to depend on factors related to awareness and access to policy instruments, clarity of information, continuity of public actions, institutional capacities of stakeholders, and the level of coordination among ecosystem organizations. Participants acknowledged advances in strengthening the innovation environment, supporting startups, expanding research activities, and fostering collaborative networks, while also identifying limitations associated with bureaucracy, financing, institutional integration, and the long-term sustainability of supported initiatives. The study concludes that the effectiveness of innovation policies in Sergipe is a multidimensional and context-dependent phenomenon, shaped by the interplay among policy instruments, governance arrangements, institutional capacities, and stakeholders' ability to appropriate available opportunities. The research contributes to the literature on innovation public policies in subnational contexts and provides evidence to support the improvement of innovation ecosystem governance.

Keywords: Public Policies; Innovation; Entrepreneurship; Innovation Ecosystem; Governance.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Resultados comparativos das políticas públicas de inovação em sete países..... 32

Quadro 2 Matriz conceitual, achados e resultados 40

Quadro 3 Ranking 2025: Forças e fraquezas da inovação em Sergipe 44

Quadro 4 Atores do Ecossistema do ELI Grande Aracaju..... 49

Quadro 5 Principais desafios e potencialidades das políticas públicas de inovação.. 52

Quadro 6 Fundamentos conceituais dos ecossistemas de inovação..... 58

Quadro 7 Ecossistema empreendedor X Ecossistema de inovação..... 64

Quadro 8 Alinhamento entre objetivos, dimensões investigativas e procedimentos de coleta/ análise..... 67

Quadro 9 Alinhamento metodológico e desdobramentos do problema de pesquisa..... 72

Quadro 10 Roteiro de busca, seleção e constituição do corpus documental..... 77

Quadro 11 Fase 1: mapeamento institucional e documental das políticas públicas de inovação..... 78

Quadro 12 Blocos temáticos, categorias e subcategorias..... 87

Quadro 13 Modelo da Ficha de Inventário Documental..... 89

Quadro 14 Etapas de constituição e análise do corpus documental..... 90

Quadro 15 Dimensões orientadoras da análise documental..... 92

Quadro 16 Correspondência entre fontes de evidência e procedimentos analíticos..... 94

Quadro 17 Operacionalização da análise de conteúdo no corpus qualitativo..... 96

Quadro 18 Procedimentos adotados no tratamento estatístico descritivo..... 98

Quadro 19 Caracterização dos participantes da etapa empírica..... 104

Quadro 20 Caracterização da vinculação institucional dos participantes..... 105

Quadro 21 Síntese das política de inovação em Sergipe: marcos e diretrizes..... 110

Quadro 22 Conhecimento e clareza das políticas públicas de inovação..... 115

Quadro 23 Percepção sobre o atendimento das políticas/ necessidades do ecossistema 119

Quadro 24 Percepção sobre articulação, alinhamento e governança no ecossistema..... 123

Quadro 25 Percepção sobre o potencial de crescimento do ELI Grande Aracaju..... 138

Quadro 26 Integração das evidências em relação aos objetivos e questões de pesquisa 148

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Autores clássicos da área das políticas públicas de inovação.....	26
Figura 2	Fundamentos do ecossistema de inovação.....	54
Figura 3	Desenho da pesquisa.....	66
Figura 4	Caracterização da pesquisa.....	69
Figura 5	Estudo de caso único.....	73
Figura 6	Articulação entre objetivos, fontes de evidência e fases da pesquisa.....	75
Figura 7	Fluxo operacional da integração e análise das evidências na Fase 3.....	83
Figura 8	Critérios de confiabilidade.de pesquisa.....	101

LISTA DE SIGLAS

ACB	Avaliação de Custo-Benefício
ACE	Avaliação de Custo-Efetividade
ANCEV	Associação Nacional de Coworking e Escritórios Virtuais
ASEAN	Association of Southeast Asian Nations
ASES	Associação Sergipana de Startups
BANESE	Banco do Estado de Sergipe
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CJE-SE	Conselho de Jovens Empreendedores de Sergipe
CLP	Centro de Liderança Pública
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
ELI	Ecossistemas Locais de Inovação
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUROSTAT	Instituto de Estatística da União Europeia
FAPITEC/SE	Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica
FECOMÉRCIO	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Sergipe
FIES	Federação das Indústrias do Estado de Sergipe
IBID	Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
ITPS	Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe
MPEs	Micro e Pequenas Empresas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDETEC	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento
SERGIPETEC	Sergipe Parque Tecnológico
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNIT	Universidade Tiradentes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 13
1.1 Problema de pesquisa..... 17
1.2 Objetivos da pesquisa..... 19
1.2.1 Objetivo geral..... 20
1.2.2 Objetivos específicos..... 20
1.3 Justificativa..... 20
2 REFERENCIAL TEÓRICO..... 24
2.1 Políticas públicas de inovação: uma visão conceitual..... 24
2.1.1 Políticas públicas de incentivo à inovação: uma abordagem global comparada..... 29
2.1.2 Políticas públicas de inovação no Brasil..... 35
2.1.3 Políticas públicas de inovação em Sergipe..... 42
2.1.4 Ecossistemas Locais de Inovação (ELI) em Sergipe..... 47
2.1.5 Desafios e potencialidades na formulação e implementação de políticas públicas para a inovação..... 50
2.2 Fundamentos teóricos dos ecossistemas de inovação..... 54
2.2.1 Ecossistemas de inovação: uma análise das distinções estruturais em relação aos ecossistemas de empreendedorismo..... 61
3 METODOLOGIA..... 66
3.1 Caracterização da pesquisa..... 68
3.2 Questões de pesquisa..... 71
3.3 Estratégia da pesquisa: definições constitutivas..... 72
3.4 Fontes de evidência..... 75
3.4.1 Fase 1: Mapeamento documental (OE1)..... 76
3.4.2 Fase 2: Epírica, pesquisa de campo (OE2)..... 79
3.4.3 Fase 3: Integração e análise das evidências (OE3)..... 82
3.5 Critérios éticos da pesquisa..... 84
3.6 População, amostra e campo empírico..... 85
3.7 Categorias e elementos de análise..... 86
3.8 Procedimentos de análise e integração dos dados..... 88
3.8.1 Análise documental – OE1..... 88

3.8.2 Tratamento do corpus qualitativo pela Análise de Conteúdo de Bardin (2016)..... 93
3.8.3 Tratamento estatístico descritivo dos dados do questionário..... 97
3.8.4 Integração das evidências..... 99
3.9 Critérios de confiabilidade..... 100
4 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS..... 103
4.1 Caracterização dos participantes e das fontes empíricas..... 103
4.2 Mapeamento das políticas públicas de inovação vigentes em Sergipe..... 105
4.2.1 Mapeamento e validação das políticas públicas e do marco normativo vigente por meio da Ficha de Inventário..... 106
4.2.2 Síntese do mapeamento das políticas públicas e dos instrumentos de inovação..... 111
4.3 Alcance das políticas públicas na percepção dos atores do ecossistema..... 113
4.3.1 Conhecimento e acesso às políticas públicas de inovação..... 114
4.3.2 Percepção sobre o alcance e atendimento às necessidades do ecossistema..... 118
4.3.3 Articulação entre os atores e instituições do ecossistema..... 122
4.4 Resultados, desafios e perspectivas para o ecossistema de inovação..... 128
4.4.1 Resultados e impactos percebidos das políticas públicas de inovação – Q5..... 129
4.4.2 Desafios para o fortalecimento do ecossistema..... 132
4.4.3 Perspectivas e possibilidades de aprimoramento..... 137
4.5 Integração das evidências e efetividade das políticas públicas de inovação..... 140
4.5.1 Aderência, articulação e a distância entre oferta e necessidades..... 143
4.5.2 Resultados percebidos e limites da atribuição..... 144
4.5.3 Continuidade e sustentabilidade dos avanços..... 145
4.5.4 Efetividade diferenciada e condicionada..... 147
5 CONCLUSÕES..... 151
REFERÊNCIAS..... 155
APÊNDICE A: **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Entrevistas/Questionarios.....** 168
APÊNDICE B: Entrevista semiestruturada..... 173
APÊNDICE C: Questionáro semiestruturado 175
ANEXO 1:. Parecer Consubstanciado nº 8.506.252/CEP..... 179
ANEXO 2: Termo de anuência e infra-estrutura ELI Grande Aracaju..... 184
ANEXO 3: Termo de Declaração de Uso de Inteligência Artificial..... 187

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas voltadas ao incentivo da inovação e do empreendedorismo têm assumido papel estratégico na promoção do desenvolvimento socioeconômico, particularmente quando orientadas à constituição e ao fortalecimento de ecossistemas de inovação. Esses ecossistemas configuram-se como arranjos complexos e dinâmicos, nos quais interagem múltiplos atores, Estado, universidades, empresas e sociedade, articulando recursos, capacidades e fluxos de conhecimento voltados à geração, difusão e aplicação de inovações (Castro *et al*., 2023).

Sob uma perspectiva teórica, as políticas públicas podem ser compreendidas como processos marcados por períodos de estabilidade e por momentos de instabilidade capazes de produzir mudanças nas políticas anteriormente estabelecidas (Souza, 2006). À luz dessa dinâmica, Audretsch e Belitski (2017) explicam que as políticas públicas assumem papel central na estruturação das condições de base que sustentam os ecossistemas de inovação, na medida em que influenciam a configuração institucional, o acesso a recursos, a infraestrutura, os fluxos de conhecimento e os mecanismos de interação entre os atores.

Tais ecossistemas configuram-se como arranjos complexos nos quais ocorre a interação entre governo, universidades, empresas e instituições de fomento, favorecendo a transformação do conhecimento científico e tecnológico em valor econômico e social. Felizola, Marques e Silva (2024) destacam que esses ambientes são caracterizados por uma cultura empreendedora que estimula a experimentação, a resolução de problemas, a identificação de oportunidades de negócios e a inovação em sistemas produtivos diversificados. Para os autores, a articulação entre atores favorece o fortalecimento de práticas inovadoras, estimula o surgimento de novos empreendimentos e amplia a capacidade competitiva dos territórios.

Carvalho e Ritto (2020), conferem que a complexidade inerente ao fomento do empreendedorismo e da inovação exige que as políticas públicas extrapolem a transferência de recursos, configurando-se como mecanismos indutores de um ambiente de cooperação e competitividade.

No entanto, Emmendoerfer (2019) discorre que a literatura especializada voltada para o estudo das políticas públicas sugere que a eficácia dessas ações pode ser mensurada pela sua formulação teórica ou pela base orçamentária, principalmente pela sua capacidade de avançar nos diversos estratos do núcleo produtivo. O autor, complementa que um dos desafios críticos na gestão pública é evitar o descompasso entre os instrumentos oferecidos pelo Estado e as

necessidades dinâmicas dos atores que compõem o ecossistema, garantindo que o alcance das intervenções promova, de fato, a sustentabilidade e o fortalecimento estrutural do ambiente empreendedor.

Nesse sentido, compreende-se que, de acordo com o autor, ao analisar o cenário brasileiro, observa-se que essa harmonia entre oferta governamental e demanda de mercado apresenta lacunas importantes que merecem investigação.

A partir dessa perspectiva, ainda segundo Emmendoerfer (2019), evidencia-se uma lacuna na literatura, especialmente no que se refere à análise da efetividade das políticas públicas para além de seus aspectos formais e normativos, incorporando a percepção dos atores, o contexto de implementação e os resultados concretos no ecossistema.

Estudos e indicadores dos últimos cinco anos evidenciam que o debate contemporâneo sobre políticas de inovação passou a incorporar, de maneira mais ampla, questões relacionadas às capacidades institucionais, à articulação dos atores e às assimetrias territoriais, mostrando que os desafios ultrapassam a disponibilidade de instrumentos e alcançam as condições territoriais e institucionais de sua implementação.

Abraão e Hahn (2023), ao analisarem 15 municípios da AMARP, encontraram políticas e atividades formais de inovação e empreendedorismo em apenas três, evidenciando diferenças territoriais na institucionalização dessas iniciativas. Moura Filho *et al.* (2023), em estudo com 49 ICTs brasileiras, verificaram que 73,5% incorporavam a inovação à estratégia político-institucional, enquanto 38,8% apresentavam articulação alta ou muito alta com o ecossistema regional. Os achados sugerem que a presença institucional da inovação não corresponde, necessariamente, ao mesmo grau de articulação entre os atores.

A análise das políticas requer, ainda, atenção aos resultados produzidos. Santos e Garcia (2025), ao examinarem estudos empíricos sobre políticas de P&D e inovação, identificaram, em geral, efeitos positivos dos programas analisados, sobretudo para empresas novas, pequenas e médias, embora os resultados variassem conforme os indicadores considerados.

Em perspectiva recente, o Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID) amplia a compreensão da inovação ao integrar o ambiente institucional, com seus fatores propiciadores ou restritivos, aos resultados gerados nos diferentes territórios (Brasil, 2025). Estruturado em sete pilares e 80 indicadores, o índice viabiliza uma leitura multidimensional e comparativa dos ecossistemas estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), evidenciando disparidades expressivas entre as unidades federativas e as regiões brasileiras. Essa abordagem reafirma a essencialidade de considerar as especificidades regionais na

formulação e na análise de políticas públicas de inovação, sobretudo frente às distintas trajetórias de desenvolvimento do país.

Nessa direção, Silva, Di Serio e Bezerra (2019) argumentam que as políticas públicas de inovação voltadas aos pequenos negócios ainda apresentam caráter predominantemente generalista, com limitada aderência às realidades locais e aos diferentes perfis empresariais. Para os autores, a predominância de instrumentos padronizados e de critérios de avaliação inspirados em empresas de maior porte tende a restringir a efetividade das ações públicas, reforçando a necessidade de políticas mais contextualizadas e alinhadas às especificidades territoriais e organizacionais dos empreendimentos.

Em análise das políticas públicas brasileiras de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no período de 2000 a 2023, Alencar e Ferreira (2025) reconhecem avanços na consolidação institucional, nos mecanismos de financiamento e no arcabouço legal, mas identificam limitações relacionadas à descontinuidade das políticas, à centralização da governança e à necessidade de financiamento suficiente e diversificado. Os autores também destacam disparidades na distribuição dos investimentos em P&D entre os estados e defendem maior articulação entre governo, universidades e setor produtivo para favorecer a efetividade das políticas de CT&I. Ou seja, promover a inovação exige ações contínuas, investimentos planejados e cooperação entre os atores.

Segundo o Guia de Análise Ex Ante (Brasil, 2018a), referencial do Governo Federal voltado à qualificação do gasto público, a avaliação prévia figura como um instrumento relevante para orientar a eficiência na aplicação de recursos. O referencial aponta que o alcance de uma intervenção estatal está associado à precisão na focalização dos públicos prioritários, indo além do mero aporte orçamentário. No contexto dos ecossistemas de inovação, tal rigor metodológico é indispensável para que as políticas públicas gerem externalidades positivas e promovam a maturidade do ambiente empreendedor a longo prazo (Brasil, 2018a).

O Estado de Sergipe apresenta um ecossistema empreendedor e de inovação em processo de amadurecimento (Martins, 2020; Martins, 2023), contudo, a efetiva integração das políticas públicas voltadas para o ecossistema local e o impacto real percebido pelos empreendedores sergipanos ainda demandam investigação.

Capella (2018) destaca que as políticas públicas podem articular diferentes programas e instrumentos, cuja combinação integra o próprio desenho da política e deve estar relacionada aos objetivos pretendidos e ao público-alvo. Teoricamente, Schneider e Ingram (1997) aproximam-se da autora, para quem o desenho das políticas envolve a relação entre

instrumentos, regras, benefícios e populações-alvo, influenciando as condições pelas quais os destinatários se relacionam com a ação pública. Conforme os autores, analisar o ecossistema estadual exige ir além da existência formal das políticas de empreendedorismo e inovação, examinando como seus instrumentos se articulam e são percebidos pelos atores envolvidos.

Martins (2023) argui que esse cenário local está alicerçado por uma rede institucional que inclui instituições, a exemplo da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (SEDETEC), a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (FAPITEC/SE), o Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe (ITPS), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Parque Tecnológico de Sergipe (SergipeTec), a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (FECOMÉRCIO) e a Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (FIES).

No cenário da Indústria 4.0, Lima e Russo (2019) destacam que as redes institucionais, compostas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e pelo Sistema Indústria (CNI e SENAI), atuam como os principais articuladores para a transição tecnológica no Brasil.

Em vez de servirem apenas como base para instrumentos de fomento estaduais, os autores argumentam que esses atores focam na estruturação de redes de pesquisa e tecnologia, como os Institutos SENAI de Inovação e Tecnologia, que buscam elevar a maturidade digital das indústrias em todo o país. Entretanto, eles apontam uma problemática: a existência dessas políticas e infraestruturas de suporte não garante, por si só, a competitividade nacional, caso persista um distanciamento entre os planos estratégicos nacionais e a sua efetiva integração às demandas operacionais das empresas na ponta (Lima; Russo, 2019).

Portanto, compreende-se que a investigação sobre o impacto e a eficácia das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da inovação e do empreendedorismo torna-se imperativa, visto que a percepção dos atores do ecossistema sobre o alcance dessas ações permanece como uma lacuna a ser preenchida.

A relevância desta pesquisa fundamenta-se na necessidade de compreender o hiato existente entre a formulação das agendas governamentais e a realidade operacional do ecossistema de inovação de Sergipe. Ao investigar a eficácia das políticas públicas para além da disponibilidade orçamentária, este estudo oferece subsídios críticos para o aperfeiçoamento da gestão pública estadual, permitindo uma alocação de recursos mais precisa e voltada para resultados concretos.

O caráter inovador do trabalho reside na sua abordagem metodológica e empírica,

que desloca o eixo da análise da descrição institucional para a avaliação do alcance e do favorecimento percebido pelos próprios atores do ecossistema em relação as políticas públicas vigentes. Assim, espera-se que os resultados aqui alcançados e analisados com o desenvolvimento desta pesquisa preencham uma lacuna teórica local e sirvam de referência para o fortalecimento de ecossistemas de inovação em estágios similares de amadurecimento.

1.1 Problema de pesquisa

A análise da efetividade das políticas públicas de inovação exige considerar as condições institucionais que interferem em sua implementação e em seus resultados. No contexto brasileiro, Alencar e Ferreira (2025) identificam desafios relacionados à continuidade das políticas, à governança, ao financiamento e à articulação entre governo, universidades e setor produtivo. Tais aspectos assumem particular relevância em contextos subnacionais, nos quais a compreensão da efetividade das intervenções públicas requer considerar as especificidades institucionais e territoriais em que essas políticas são implementadas.

Essa lacuna torna-se ainda mais evidente quando se consideram contextos locais e subnacionais, nos quais fatores institucionais, limitações orçamentárias e descontinuidades políticas podem interferir nas condições de implementação e nos resultados das políticas públicas (Alencar; Ferreira, 2025). Nesse sentido, torna-se fundamental compreender como essas políticas são apropriadas e percebidas pelos atores que compõem os ecossistemas, bem como de que maneira contribuem para o seu fortalecimento.

É nesse ponto que o objeto de estudo se articula com a problemática proposta, ao permitir examinar a efetividade das políticas públicas de inovação do Estado de Sergipe a partir do contexto empírico do Ecossistema Local de Inovação da Grande Aracaju.

O problema central desta investigação reside na complexidade de transformar diretrizes governamentais em resultados no contexto territorial em que são implementadas. Ao questionar de que maneira as políticas públicas alcançam os atores locais e favorecem o ecossistema de inovação, a pesquisa se aproxima de uma questão identificada na literatura: a persistência de lacunas entre a estrutura institucional disponível e sua capacidade de produzir respostas no contexto de implementação (Martins, 2020; Oliveira, 2023).

Felizola e Aragão (2022) argumentam que, embora Sergipe disponha de uma estrutura institucional de fomento, a presença dessas entidades não assegura, por si, a funcionalidade do ecossistema. Os autores identificam desequilíbrios entre os atores e apontam a coexistência de uma base institucional e acadêmica com limitações na interação com empresas de base

tecnológica. Esse diagnóstico reforça a pertinência de investigar como a estrutura institucional e as políticas existentes são percebidas e apropriadas pelos atores do ecossistema.

Além disso, a mensuração da eficácia dessas políticas enfrenta desafios metodológicos globais que se refletem na realidade local. Como apontam La Rovere, Santos e Vasconcellos (2021), há uma dificuldade inerente em medir ecossistemas de inovação e de empreendedorismo no Brasil devido à falta de indicadores que capturem não apenas o volume de recursos investidos, mas a qualidade das interações geradas.

Em âmbito nacional, Lima e Russo (2019) também evidenciam a relevância da articulação entre políticas, infraestrutura tecnológica e capacidade de absorção pelo setor produtivo. Os autores assinalam que a existência de redes institucionais e mecanismos de suporte não assegura, isoladamente, sua aderência às demandas tecnológicas das empresas.

Martins (2023) aponta a carência de dados e de avaliações sistemáticas sobre intervenções estaduais relacionadas à inovação, aspecto que reforça a pertinência do problema investigado. Em âmbito federal, o Guia de Análise Ex Ante (Brasil, 2018a) estabelece parâmetros para a avaliação prévia das políticas públicas e para a qualificação das decisões relacionadas ao gasto público.

Essa limitação analítica também pode ser compreendida à luz de Felizola, Marques e Silva (2025), que registram o início da aplicação da metodologia dos Ecossistemas Locais de Inovação (ELI) em Sergipe em junho de 2023 e caracterizam, no período analisado pelos autores, o ELI Grande Aracaju como “em estruturação” e o Alto Sertão em estágio “inicial”. A temporalidade recente desse processo reforça a importância de produzir evidências sobre o funcionamento das políticas e sua relação com os atores do ecossistema.

Com relação a mensuração da eficácia e eficiência das políticas públicas, tanto no Brasil quanto no cenário internacional, Silva (2020) cita que há um consenso sobre a urgência de instrumentos que aprimorem o gasto, visto que ineficiências na alocação de recursos podem representar perdas de até US$ 68 bilhões por ano no Brasil, o equivalente a quase 4% do PIB. Globalmente, esse processo de mensuração é impulsionado pela institucionalização da avaliação, que busca transformar a análise eventual em uma função permanente do Estado, baseada em critérios de relevância, efetividade e sustentabilidade (Lima; Souza, 2025).

No panorama brasileiro, a análise crítica revela que, embora o “princípio da eficiência” seja um pilar constitucional, ele é frequentemente negligenciado por gestores (Silva, 2020, p. 3). O país sofre com um “sistema orçamentário engessado”, onde a má alocação e a corrupção comprometem a qualidade do gasto (Silva, 2020, p. 1-2).

Analiticamente, a mensuração da eficácia exige ferramentas técnicas que distinguem

o monitoramento, o acompanhamento contínuo da execução, da avaliação propriamente dita, que investiga os resultados e impactos (Lima; Souza, 2025).

Silva (2020, p. 4) define analiticamente o conceito de “gastos improdutivos” como a diferença entre o gasto efetivo e o custo mínimo necessário para atingir um objetivo. Para qualificar essa análise, Lima e Souza (2025, p. 171) sugerem o uso da “Avaliação de Custo-Efetividade (ACE)” e da “Avaliação de Custo-Benefício (ACB)”, permitindo que o gestor determine se os resultados justificam o investimento ou se existem alternativas mais eficientes. Complementarmente, a “avaliação de impacto” é apresentada como o instrumento capaz de isolar o efeito real da política através do desafio do “contrafactual”, provando a causalidade entre a ação e a mudança observada (Lima; Souza, 2025, p. 142-143).

Para transformar a realidade brasileira, propõe-se “redesenhar o ciclo”, tratando a avaliação como um eixo transversal presente desde o diagnóstico (Lima; Souza, 2025, p. 29). Segundo os autores, essa postura crítica permite identificar se o insucesso de um programa decorre de uma “falha de implementação” ou de uma “falha na teoria” (Lima; Souza, 2025, p. 79). Em última instância, Silva (2020) complementa que o Brasil carece de sistemas de monitoramento para mitigar a má alocação, reforçando a ideia de que a mensuração da eficácia é o único caminho para alinhar o gasto público às reais expectativas da sociedade.

No contexto brasileiro, Silva (2020) evidencia que a análise das políticas públicas não deve se restringir ao volume de recursos empregados, mas considerar a qualidade e a eficiência de sua aplicação. O autor identifica fragilidades nos mecanismos de planejamento, monitoramento, avaliação e compliance, que contribuem para a ineficiência e a má alocação dos recursos públicos. Nesse sentido, o acompanhamento sistemático das políticas constitui elemento relevante para identificar desperdícios, qualificar a alocação dos recursos e aproximar os resultados das demandas da sociedade (Silva, 2020).

Diante desse cenário, a análise restrita à existência formal das políticas não seria suficiente para compreender como seus instrumentos alcançam os atores e são apropriados no contexto investigado. A necessidade de relacionar a configuração institucional das políticas às percepções e experiências dos participantes do ecossistema conduziu à seguinte questão de pesquisa: De que maneira as políticas públicas de incentivo à inovação e empreendedorismo no estado de Sergipe tem favorecido seu Ecossistema de inovação?

1.2 Objetivos da pesquisa

A partir da problemática exposta e da necessidade de compreender a funcionalidade

do arranjo institucional voltado à inovação em território sergipano, esta pesquisa se propôs a realizar uma análise que integre a teoria das políticas públicas à prática vivenciada pelos seus executores. Dessa forma, os objetivos que conduzem esta dissertação são apresentados a seguir:

1.2.1 Objetivo geral

Compreender a efetividade das políticas públicas de inovação e empreendedorismo do Estado de Sergipe no fomento ao ecossistema de inovação local.

Alinhado ao objetivo geral desta pesquisa, o estudo do ecossistema de inovação sergipano configura-se como um recorte empírico estratégico para avançar na compreensão das lacunas teóricas identificadas na literatura.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Mapear as políticas públicas voltadas à inovação vigentes no estado de Sergipe;
- Analisar o alcance dessas políticas públicas a partir da percepção dos atores do ecossistema de inovação do Estado;
- Identificar os principais resultados alcançados e as perspectivas para o futuro do ecossistema.

1.3 Justificativa

O estudo concentra-se na dinâmica das organizações e instituições inseridas no ecossistema de inovação, com recorte específico no Estado de Sergipe, território que apresenta avanços institucionais relevantes, mas que ainda demanda análises críticas acerca da maturidade e da efetividade das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da inovação. A pesquisa tem como eixo central compreender como essas políticas têm favorecido o ecossistema de inovação, considerando seu alcance, os resultados percebidos e a articulação entre os diferentes atores que compõem esse ambiente.

No âmbito acadêmico-institucional, a pesquisa também se justifica por sua aderência às duas linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPADM). Vincula-se à linha Sociedade, Organizações e Empreendedorismo ao investigar políticas públicas de empreendedorismo e sua relação com os atores e as dinâmicas que conformam o

ecossistema estudado. Articula-se, igualmente, à linha Inovação e Tecnologia, ao analisar políticas de inovação, seus instrumentos e resultados no contexto do Ecossistema Local de Inovação da Grande Aracaju. Essa convergência evidencia o caráter transversal da investigação, ao relacionar empreendedorismo, inovação e atuação pública na compreensão das condições que favorecem o desenvolvimento do ecossistema.

A relevância desta investigação fundamenta-se na compreensão de que os ecossistemas de inovação constituem estruturas complexas e dinâmicas, dependentes da interação entre governo, universidades, empresas e instituições de fomento. Conforme defendem Mason e Brown (2014), tais ecossistemas não emergem de forma espontânea, mas resultam de processos estruturados, nos quais fatores institucionais, infraestrutura, capital humano qualificado, financiamento e redes colaborativas interagem de maneira sistêmica. Nesse contexto, as políticas públicas assumem papel estratégico ao atuar como instrumentos de indução e coordenação dessas interações, sendo determinantes para o nível de maturidade e desempenho dos ecossistemas de inovação.

Além disso, torna-se imprescindível considerar as transformações socioeconômicas recentes, marcadas pelo avanço da economia digital, pela intensificação da inovação tecnológica e pela consolidação da economia do conhecimento. Ramos (2020) destaca que essas mudanças reconfiguram profundamente as relações de produção, trabalho e competitividade, exigindo maior capacidade adaptativa dos territórios e das instituições. Esse cenário foi intensificado pelo período pandêmico da COVID-19, que, conforme Silva *et al.* (2021), evidenciou fragilidades estruturais dos sistemas produtivos ao mesmo tempo em que acelerou processos de digitalização e inovação.

Sob a perspectiva social e econômica, a pesquisa justifica-se pelo potencial de fornecer subsídios para o aprimoramento da governança das políticas públicas de inovação no Estado. Ao analisar a percepção dos atores que compõem o ecossistema de inovação, o estudo possibilita identificar lacunas, assimetrias e potencialidades nas ações implementadas, oferecendo elementos para o aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos e para o fortalecimento das capacidades institucionais. Essa abordagem amplia a análise para além do plano normativo, incorporando as condições de alcance, apropriação e os resultados percebidos pelos atores do ecossistema.

Do ponto de vista científico, a pesquisa contribui para o avanço do debate sobre ecossistemas de inovação em contextos subnacionais, especialmente em regiões de menor densidade tecnológica e econômica. Ao direcionar o foco para o estado de Sergipe, o estudo busca preencher lacunas na literatura ao oferecer evidências empíricas sobre a efetividade das

políticas públicas em ambientes ainda em processo de consolidação, ampliando a compreensão sobre como modelos teóricos se materializam em realidades específicas.

A pertinência da investigação também se evidencia quando o contexto sergipano é observado por indicadores comparativos de inovação. Na edição de 2026 do Ranking de Competitividade dos Estados, Sergipe ocupou a 14ª posição nacional no pilar Inovação, registrando recuo de seis colocações em relação à edição anterior. Segundo o relatório, essa variação esteve associada, sobretudo, à perda de posições nos indicadores de Investimentos Públicos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de Patentes. O dado adquire particular relevância para esta pesquisa porque revela que a existência de iniciativas, instrumentos e estruturas institucionais de apoio à inovação no Estado convive com fragilidades em dimensões relacionadas à produção e ao financiamento da atividade inovadora.

Esse cenário reforça a necessidade de compreender como as políticas públicas de inovação e empreendedorismo vêm sendo implementadas, alcançadas e apropriadas pelos atores do ecossistema e quais contribuições lhes são atribuídas, evitando tomar a existência formal de instrumentos como evidência suficiente de sua efetividade.

No mesmo período, Sergipe alcançou a 1ª posição no Norte-Nordeste e a 4ª posição nacional no Ranking Nacional de Dispensa de Alvarás e Licenças, resultado associado, no relatório, às medidas estaduais de liberdade econômica e desburocratização (Desenvolve-SE, 2025). Esses indicadores revelam um contexto de intensificação de iniciativas institucionais relacionadas à inovação e à melhoria do ambiente de negócios, tornando particularmente relevante investigar em que medida essa estrutura se traduz em alcance, apropriação e contribuições percebidas pelos atores do ecossistema.

Em última e não mais importante justificativa para o desenvolvimento dessa pesquisa, torna-se essencial destacar como estudos recentes (Martins, 2020; Martins, 2023) evidenciam que o ecossistema de inovação sergipano apresenta avanços institucionais importantes, porém ainda enfrenta desafios estruturais relacionados à articulação entre atores, à infraestrutura de apoio à inovação e à capacidade de transformação do conhecimento em resultados econômicos e tecnológicos. Tais limitações indicam que a existência de políticas públicas e instituições de fomento, por si só, não garante a efetividade do sistema, sendo necessária a análise de como essas ações são implementadas e percebidas pelos atores envolvidos.

A necessidade de preencher o vácuo de análise sobre a efetividade real das políticas públicas em Sergipe justifica-se, primordialmente, pela constatação de Felizola e Aragão (2022) de que o estado carece de um projeto governamental estruturado e de longo prazo voltado para a inovação. Segundo os autores, o ecossistema sergipano apresenta uma estrutura

ainda incipiente, marcada por uma forte concentração geográfica em Aracaju e São Cristóvão, o que evidencia uma lacuna na aplicabilidade das políticas no interior do estado. Este cenário de fragmentação corrobora a importância dessa pesquisa ao investigar por que as ações existentes, muitas vezes descontinuadas, não conseguem sustentar o crescimento das startups locais, que acabam por encerrar atividades precocemente por falta de um suporte institucional coeso.

De forma convergente, Monteiro, Santos e Rovere (2023) destacam que, em regiões periféricas, o papel do Estado como agente estruturante torna-se ainda mais relevante, sendo responsável por promover condições institucionais capazes de sustentar o desenvolvimento tecnológico e a inovação.

Por fim, os contributos de Felizola, Marques e Silva (2024) reforçam que a eficácia de um ecossistema depende de redes complexas de governação e da capacidade de gerar valor em novos nichos, como a indústria criativa e negócios de impacto socioambiental. Ao analisar de que forma as políticas públicas têm alcançado os objetivos estabelecidos, esta pesquisa preenche uma lacuna prática ao confrontar o discurso das metas governamentais com a realidade operativa enfrentada pelo ecossistema inovador sergipano. O diagnóstico valida se a interação entre Empresa, Governo e Academia é produtiva ou se há baixa conectividade, justificando propostas para otimizar a gestão dos recursos públicos estaduais.

Dessa forma, a investigação assume relevância não apenas acadêmica, mas também prática e social, ao contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes, integradas e orientadas ao fortalecimento do ecossistema de inovação. Ao analisar a efetividade das ações implementadas e compreender seus impactos no contexto local, o estudo oferece subsídios para o aprimoramento da gestão pública e para a promoção do desenvolvimento regional baseado na inovação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa estrutura-se a partir de uma abordagem sistêmica das políticas públicas de inovação, tendo como eixo central o conceito de ecossistemas de inovação. A organização dos tópicos busca articular fundamentos conceituais, dimensões institucionais e evidências empíricas, de modo a sustentar a análise do fenômeno investigado.

Inicialmente, são apresentados os fundamentos das políticas públicas, com ênfase em sua natureza, funções e papel na indução de processos de inovação. Em seguida, discutem-se as políticas públicas de inovação, abordando seus instrumentos, mecanismos e desafios, especialmente no contexto brasileiro.

Na sequência, são explorados os fundamentos dos ecossistemas de inovação, compreendidos como sistemas dinâmicos baseados na interação entre atores, instituições e fluxos de conhecimento. Complementarmente, analisa-se a governança desses ecossistemas, com destaque para os processos de articulação, coordenação e integração entre os agentes.

O referencial contempla, ainda, a distinção entre ecossistemas de inovação e ecossistemas empreendedores, adotando o primeiro como foco analítico. Por fim, são incorporadas evidências empíricas que permitem aproximar a discussão teórica da realidade investigada, contribuindo para a compreensão dos desafios e potencialidades das políticas públicas de inovação em contextos territoriais específicos.

2.1 Políticas públicas de inovação: uma visão conceitual

A literatura contemporânea sobre inovação amplia essa abordagem ao enfatizar que a inovação emerge de processos interativos e sistêmicos. Etzkowitz e Leydesdorff (2000) propõem o modelo da Tríplice Hélice, no qual universidade, governo e indústria estabelecem relações dinâmicas e interdependentes. Segundo os autores: “A inovação emerge das interações recíprocas entre universidade, indústria e governo, formando uma hélice dinâmica de relações institucionais” (Etzkowitz; Leydesdorff, 2000, p. 112).

Segundo Secchi (2020), a eficácia das políticas públicas reside na sua capacidade de organizar a ação do Estado para enfrentar desafios coletivos e orientar o funcionamento da sociedade. Sob essa ótica, o fomento à inovação deixa de ser uma ação isolada para se tornar um processo planejado de intervenção que, ao identificar iniciativas de alto potencial, promove o equilíbrio entre as metas governamentais e as necessidades do mercado. Dessa forma, a atuação estatal consolida-se como o agente responsável por induzir a inovação e o

desenvolvimento institucional.

Santos (2022) e Schot e Steinmueller (2018) posicionam as políticas de ciência e tecnologia como dispositivos estratégicos que, ao integrarem experiências históricas e perspectivas futuras, fortalecem o ecossistema inovador. Para os autores, a eficácia dessas intervenções exige a articulação entre governo, território e ações práticas, conferindo centralidade a modelos analíticos como o de Lundström e Stevenson (2005). Este modelo destaca-se por categorizar as políticas de inovação conforme sua finalidade, permitindo identificar o alinhamento estratégico e o foco de atuação das iniciativas governamentais.

A compreensão do conceito de políticas públicas exige, inicialmente, a delimitação do próprio significado de política e de sua dimensão pública. Nesse sentido, Secchi, Coelho e Pires (2020) destacam que a política se refere à orientação de ações voltadas à solução de problemas específicos, enquanto o qualificativo "pública" introduz uma dimensão analítica que envolve tanto a natureza do interesse atendido quanto o agente responsável por sua execução.

Essa distinção é relevante porque desloca a compreensão das políticas públicas de uma visão operacional para uma perspectiva que envolve a definição do interesse coletivo e o papel do Estado como instância legitimadora e executora dessas ações, caracterizada pela sua vinculação ao interesse social e à autoridade institucional que a sustenta (.Secchi; Coelho; Pires, 2020).

No cenário brasileiro, as contribuições de Sarfati (2013) sobre fomento à P&D e a sistematização do MDIC (2011) sobre os condicionantes do ambiente institucional fornecem os parâmetros necessários para o desenho de políticas públicas. Em conjunto, esses modelos delimitam o foco e a finalidade das intervenções, orientando a implementação de ações estratégicas. Lima e Mendes (2021) corroboram a visão de Souza (2006) ao definirem políticas públicas como respostas estatais a problemas socialmente construídos. Os autores enfatizam que tais intervenções resultam de processos decisórios complexos, nos quais a formulação de soluções é condicionada por capacidades institucionais, disputas de interesses e relações de poder.

A identificação do foco das políticas públicas de inovação é fundamental para compreender as prioridades e os direcionamentos estratégicos adotados em determinado contexto. Nesse sentido, Bezerra *et al.* (2014) afirmam que essa definição permite evidenciar quais dimensões do ambiente inovador são priorizadas e quais permanecem pouco exploradas, revelando o papel seletivo da atuação estatal na estruturação do ecossistema de inovação.

Para Souza (2006), compreender a gênese de uma área é essencial para analisar sua evolução. Assim, as políticas públicas materializam a ação estatal em prol do interesse coletivo,

fruto de decisões complexas entre governo e sociedade. A autora divide o campo em duas matrizes: a europeia, de base teórico-estrutural e foco na regulação estatal; e a norte-americana, pautada pelo pragmatismo e pela eficiência. Da convergência entre a tradição europeia, focada no bem comum, e a estadunidense. voltada a processos e resultados, a área consolidou-se como um domínio interdisciplinar que articula ciência política, sociologia, economia e administração pública.

Na literatura clássica, as definições de políticas públicas de inovação fundamentam-se em visões complementares, com destaque para as proposições de Dye (1984), Lasswell (1951), Lynn Jr. (1980), Peters (1986) e Mead (1995) detalhadas na Figura 1.

Figura 1 – Autores clássicos da área das políticas públicas de inovação



Fonte: Adaptado de Dye (1984), Lasswell (1951), Lynn Jr. (1980), Peters (1986) e Mead (1995).

Conforme observado na figura 1, na perspectiva de Dye (1984), a política pública é concebida a partir da dimensão decisória, sintetizada na ideia de que corresponde ao que o

governo escolhe fazer ou não fazer. Essa definição, embora sintética, introduz um elemento fundamental: a seletividade da ação estatal. Ao reconhecer que a omissão também constitui uma forma de política pública, Dye (1984) evidencia que as decisões governamentais implicam prioridades, exclusões e escolhas estratégicas, o que estabelece uma base analítica para a compreensão do papel do Estado na alocação de esforços e recursos.

Ampliando esse enfoque, Lasswell (1951) introduz a dimensão distributiva e política, ao formular a clássica questão "quem ganha o quê, por quê e com quais impactos". Sua abordagem desloca o debate para o campo das relações de poder, evidenciando que as políticas públicas não são neutras, mas resultam de disputas, interesses e negociações. Nesse sentido, Lasswell inaugura uma perspectiva analítica que integra política e política pública, ao demonstrar que a distribuição de benefícios e custos é um elemento central na dinâmica estatal.

Enquanto Dye (1984) enfatiza a dimensão da decisão governamental, Lasswell (1951) introduz a dimensão distributiva e política, evidenciando que as políticas públicas envolvem disputas, interesses e consequências sociais concretas.

Por sua vez, Lynn Júnior (1980) enfatiza a dimensão analítico-instrumental, ao compreender as políticas públicas como processos que exigem planejamento, definição de objetivos e seleção de meios adequados. Sua contribuição está diretamente associada ao desenvolvimento da *policy analysis* (análise das políticas), destacando a racionalidade técnica, a coordenação institucional e a capacidade administrativa como condições para a efetividade das ações governamentais. Essa abordagem aproxima o campo das políticas públicas de uma lógica gerencial, sem, contudo, desconsiderar sua complexidade.

Na sequência, Peters (1986) desloca o foco para a dimensão institucional, ao conceber as políticas públicas como um conjunto estruturado de atividades governamentais mediadas por instituições, regras e processos políticos. Para o autor, a efetividade das políticas depende não apenas das decisões ou análises técnicas, mas da capacidade do Estado de organizar, coordenar e implementar ações de forma consistente. Essa perspectiva reforça a importância da governança e da arquitetura institucional na produção de resultados.

Por fim, Mead (1995) introduz a dimensão normativa e diretiva, ao destacar que as políticas públicas atuam como instrumentos de indução e regulação de comportamentos sociais. Diferentemente de abordagens centradas na decisão ou na estrutura, Mead enfatiza o papel do Estado como agente que orienta práticas sociais e busca produzir determinados resultados considerados desejáveis. Essa leitura evidencia o caráter prescritivo das políticas públicas, aproximando-as de mecanismos de intervenção social.

A análise integrada dessas abordagens permite identificar que cada autor captura uma

faceta específica do fenômeno, mas nenhum, isoladamente, esgota sua compreensão.

Autores mais recentes passam a compreender as políticas públicas não apenas como produto de decisões estatais, mas como resultados de interações entre múltiplos atores, incluindo governo, mercado, sociedade civil e redes colaborativas. Nesse contexto, destacam-se contribuições que enfatizam a governança em rede, a inovação nas políticas públicas, a coprodução, a avaliação orientada a resultados e a capacidade adaptativa do Estado diante de ambientes incertos e dinâmicos.

Stefenon e Gimenez (2023) defendem que a eficácia das políticas públicas de inovação reside na escala municipal ou regional, respeitando as especificidades locais. Todavia, ressaltam que tais ecossistemas são sistemas abertos e "aninhados", cuja performance é indissociável de influências macroestruturais (nacionais e globais), o que exige uma coordenação política capaz de integrar o foco local às pressões do ambiente externo.

Diferente dos cenários emergentes, as economias desenvolvidas possuem ecossistemas consolidados onde, segundo Sipakoly (2024), a governança é orientada à inovação disruptiva. Políticas nesses mercados priorizam o aprimoramento tecnológico e o suporte a empreendimentos de crescimento acelerado, sustentando-se em parcerias sistêmicas entre os setores produtivo e educacional para manter a hegemonia na economia global.

Souza Neto (2023) sustenta que as políticas públicas extrapolam os limites da sua função normativa e regulatória, assumindo um papel estruturante na configuração dos ecossistemas, ao estabelecer bases institucionais e operacionais que viabilizam o desenvolvimento contínuo da inovação e da sustentabilidade organizacional. Nesse contexto, o autor destaca como imperativo estratégico a orquestração de um "círculo virtuoso", no qual o suporte institucional permanente impulsiona o desenvolvimento, enquanto o desempenho empresarial retroalimenta a estabilidade e o crescimento econômico regional, consolidando um ambiente favorável à inovação.

No âmbito das políticas públicas de desenvolvimento regional, os achados de Santos Filho *et al.*, (2019) evidenciam que o Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba (CODAP), em Minas Gerais, é o primeiro consórcio público de desenvolvimento do Brasil. Sua atuação foca na articulação institucional para diversificar a economia do Alto Paraopeba, visando superar a dependência da mineração através de um ecossistema voltado à inovação, configurando-se como instrumento de governança territorial.

Essa experiência demonstra que a ação estatal, quando estruturada de forma cooperativa, fortalece a legitimidade do ecossistema e contribui para reduzir a dependência histórica de setores tradicionais, convergindo com a perspectiva de Isenberg (2011) de que a

consistência dos ecossistemas está associada à capacidade de orquestração contínua entre atores, recursos e políticas.

Todavia, os mesmos resultados indicam que a ampliação da coordenação institucional não é suficiente para assegurar a efetividade das políticas públicas se não estiver acompanhada de instrumentos financeiros adequados. A consolidação de um ecossistema de inovação requer que o Estado atue estruturando mecanismos concretos de fomento, como linhas de crédito, fundos de investimento e instrumentos de mitigação de risco, capazes de sustentar o ciclo de criação, expansão e permanência dos novos negócios (Santos Filho *et al*., 2019; Isenberg, 2011).

Sob essa perspectiva, a Lei nº 9.496/2024 evidencia que Sergipe dispõe de um marco normativo que abre possibilidades para a atuação pública no campo da inovação. O ponto central está em compreender o que acontece depois que essas possibilidades são formalmente instituídas. Entre a previsão da norma e sua chegada aos atores existe um percurso marcado pela implementação, pela articulação institucional, pela circulação da informação e pelas condições de acesso. É nesse percurso que a política começa a encontrar o ecossistema concreto. Por isso, a questão que interessa a esta pesquisa é especialmente provocativa: em que medida aquilo que o Estado institui como possibilidade de apoio à inovação consegue se transformar em oportunidade efetivamente acessível aos atores do ecossistema?

Desse modo, a construção de um ambiente favorável ao desenvolvimento não se limita à eficiência econômica, mas incorpora a inovação como elemento central, consolidando-se como resultado de políticas públicas que atuam de forma coordenada, contínua e orientada à transformação estrutural dos territórios.

Portanto, a consolidação de ecossistemas de inovação demanda uma atuação estatal estruturada, capaz de alinhar diretrizes, incentivos e mecanismos financeiros em uma estratégia contínua de desenvolvimento.

2.1.1 Políticas públicas de incentivo à inovação: uma abordagem global comparada

Ao situar as políticas públicas de incentivo à inovação sob uma visão global, evidencia-se a relevância dos estudos comparativos como ferramentas para apreender resultados e identificar modelos passíveis de adaptação.

Essa perspectiva permite que gestores compreendam diferentes trajetórias de sucesso, possibilitando a replicação de boas práticas e o desenho de novas configurações de políticas públicas ajustadas à realidade local. Nesse contexto, o Estado atua como indutor de ambientes

institucionais estáveis; contudo, a eficácia dessas ações depende de um Sistema Nacional de Inovação (SNI) robusto, fundamentado na “cooperação entre o Estado, as universidades, os centros de pesquisa e as empresas” (CNI, 2020, p. 11).

Wendler (2013), realiza um estudo comparado entre Brasil e China, insere-se em uma perspectiva global das políticas públicas de incentivo à inovação ao enfatizar o caráter sistêmico e relacional dos processos inovativos.

No plano analítico, os resultados do estudo comparativo de Wendler (2013), indicam que a principal diferença entre os países reside no grau de articulação e coordenação sistêmica das políticas públicas. No caso chinês, a centralidade do processo decisório e a forte atuação do Estado contribuem para maior sinergia entre os atores do sistema de inovação, favorecendo a implementação de estratégias coerentes e de longo prazo. Em contraste, o Brasil apresenta um quadro marcado pela fragmentação institucional e pela baixa integração entre políticas, o que compromete a eficiência das ações e limita os resultados em termos de inovação.

A análise também evidencia que políticas públicas eficazes exigem não apenas investimentos em pesquisa e desenvolvimento, mas a construção de um ambiente institucional favorável, que inclua regulação adequada, fortalecimento das competências organizacionais e estímulo à interação entre os agentes. Wendler (2013) destaca que instrumentos como desenvolvimento de capital humano, aprendizado organizacional, regulação e fortalecimento de redes e *clusters* são fundamentais para a consolidação de sistemas de inovação fortes. Dessa forma, a política de inovação assume caráter transversal, articulando dimensões macroeconômicas e estruturais.

Do ponto de vista crítico, a contribuição central do autor reside em evidenciar que o desempenho inovativo não depende apenas da existência de políticas, mas da sua coerência interna e da capacidade de coordenação entre diferentes níveis institucionais. Para Wendler (2013), a fragmentação das políticas brasileiras, associada à ausência de uma governança sistêmica efetiva, constitui um dos principais entraves ao desenvolvimento de ecossistemas de inovação mais dinâmicos. Por outro lado, a experiência chinesa demonstra que a integração entre políticas, aliada a uma atuação estratégica do Estado, pode potencializar os resultados inovativos.

Entretanto, essa análise também permite problematizar a centralidade estatal como modelo universal. Embora a coordenação forte se mostre eficaz no caso chinês, sua replicabilidade em outros contextos depende de fatores institucionais, culturais e políticos específicos. Assim, a principal contribuição de Wendler (2013) para uma visão global das políticas públicas de inovação está na demonstração de que a inovação é um fenômeno

sistêmico, cuja efetividade depende da articulação entre atores, da coerência das políticas e da capacidade institucional de promover integração e aprendizado contínuo.

A partir do estudo comparado entre Canadá, Chile, China e Estados Unidos, Bianchi, Bastos e Reis (2022), observam que, embora todos os países disponham de estruturas formais de incentivo à inovação, os resultados alcançados refletem diferenças significativas na forma como essas políticas são concebidas e operacionalizadas.

No caso do Canadá, os resultados indicam um modelo baseado na combinação de incentivos fiscais, financiamento direto e estímulo à cooperação entre agentes, com destaque para iniciativas que promovem a interação entre empresas, universidades e centros de pesquisa. Bianchi, Bastos e Reis (2022), destacam que esse arranjo favorece a geração de inovação aplicada e a consolidação de redes colaborativas, evidenciando um ambiente institucional orientado à experimentação e à escalabilidade de soluções tecnológicas. Bianchi, Bastos e Reis (2022), arguem que, a presença de instrumentos diversificados e integrados contribui para a ampliação da capacidade inovadora e para a redução de riscos associados ao desenvolvimento tecnológico.

A China, por sua vez, apresenta resultados que refletem um modelo fortemente orientado pelo planejamento estatal e pela definição estratégica de áreas prioritárias (Bianchi; Bastos; Reis, 2022). Os autores identificam que a política de inovação chinesa se caracteriza pela ampla utilização de instrumentos combinados, incluindo financiamento público direto, incentivos fiscais, investimentos em infraestrutura e estímulo à industrialização do conhecimento científico. Esse modelo evidencia elevado grau de coordenação sistêmica, permitindo alinhar objetivos de longo prazo à execução de políticas em múltiplos níveis, o que se traduz em avanços expressivos no desenvolvimento tecnológico e na competitividade global.

Em contraste, o Chile apresenta um modelo de menor intensidade de investimento em P&D, mas com resultados relevantes no cenário regional. Bianchi, Bastos e Reis (2022) argumentam que, mesmo com esse patamar inferior ao das economias mais desenvolvidas, o país se destaca na América Latina, o que indica que a eficiência das políticas não depende exclusivamente do volume de recursos, mas também de sua focalização e dos mecanismos de incentivo adotados. No entanto, os resultados apontam limitações estruturais, como baixa intensidade tecnológica e efeitos mais lentos da inovação sobre a produtividade, sugerindo a necessidade de maior densidade institucional e de fortalecimento das capacidades de aprendizado.

Os Estados Unidos, por sua vez, apresentam um modelo consolidado, caracterizado pela forte participação do setor privado, complementada por instrumentos públicos como

créditos fiscais, subsídios e financiamento à pesquisa (Bianchi; Bastos; Reis, 2022). Os resultados evidenciam elevada capacidade inovadora, sustentada por um ecossistema sólido de pesquisa e desenvolvimento, no qual o investimento contínuo e a integração entre os níveis de governo contribuem para a liderança tecnológica do país. Para os autores, a centralidade das tecnologias da informação e comunicação nesse processo reforça o papel de setores estratégicos como motores da inovação e do crescimento econômico.

A análise comparativa permitiu que Bianchi, Bastos e Reis (2022) identificassem que, embora os quatro países compartilhem instrumentos semelhantes, como incentivos fiscais e financiamento à inovação, as diferenças nos resultados decorrem principalmente do grau de integração das políticas, da capacidade de coordenação institucional e da articulação entre os atores do sistema. Enquanto Canadá e Estados Unidos apresentam modelos mais orientados à colaboração e ao dinamismo do setor privado, a China se destaca pela coordenação estatal estratégica, e o Chile revela limitações estruturais associadas à menor intensidade de investimento e à dependência desses incentivos.

A pesquisa Inovação: estratégias de sete países, organizada por Arbix et al. (2010), evidencia que a inovação passou a ocupar posição estratégica nas agendas de desenvolvimento. Nos casos analisados (Estados Unidos, França, Finlândia, Irlanda, Canadá, Reino Unido e Japão), ela se configura como eixo das políticas econômicas, industriais, científicas e educacionais, embora seja operacionalizada conforme as características institucionais, produtivas e competitivas de cada país (Quadro 1).

Quadro 1 – Resultados comparativos das políticas públicas de inovação em sete países

País	Estratégia	Arranjo	Resultados	Limitações
Estados Unidos	Inovação orientada por missões	Sistema híbrido e descentralizado	Liderança tecnológica; alto dinamismo	Complexidade institucional
França	Coordenação estatal modernizada	Centralizado em reestruturação	Maior articulação sistêmica	Rigidez residual
Finlândia	Estratégia baseada no conhecimento	Sistema integrado	Alta competitividade	Dependência de continuidade
Irlanda	Atração de investimentos e competências	Coordenação público-privada	Crescimento acelerado	Vulnerabilidade externa
Canadá	Cooperação e financiamento	Sistema colaborativo	Redes de inovação fortalecidas	Limitação de escala
Reino Unido	Reformulação da governança	Agências especializadas	Integração institucional	Coordenação insuficiente
Japão	Base tecnológica avançada	Sistema consolidado	Liderança industrial	Necessidade de adaptação

Fonte: Elaborado pela autora e baseado em Arbix *et al* (2010).

Ao analisar-se o quadro 1 é possivel evidenciar que, embora os países compartilhem

instrumentos semelhantes, como investimento em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), incentivos fiscais e apoio institucional, os resultados diferenciados decorrem do grau de articulação entre políticas, da capacidade de coordenação institucional e da coerência estratégica ao longo do tempo. Observa-se que os sistemas mais dinâmicos são aqueles que operam sob uma lógica sistêmica, na qual a inovação é integrada às políticas econômicas, educacionais e industriais, reforçando a centralidade dos ecossistemas de inovação na promoção do desenvolvimento.

No caso dos Estados Unidos, Mattos e Abdal (2010) mostram que a força do sistema norte-americano não decorre de um planejamento central rígido, mas da densidade de um ecossistema institucional descentralizado, no qual governo, universidades, empresas, laboratórios e investidores operam de forma articulada.

Mattos e Abdal (2010) destacam que a política de inovação estadunidense combina mecanismos *bottom-up* e *top-down*, com agências mais abertas a demandas originadas na sociedade e outras organizadas a partir de missões estratégicas definidas pelo Estado. O principal achado, nesse caso, é que a liderança inovadora norte-americana depende menos de uma única política e mais da capacidade de coordenar instituições diversas, mobilizar financiamento, reduzir barreiras regulatórias e manter um ambiente contínuo de experimentação e adaptação (Mattos; Abdal, 2010).

Na França, Salerno e Parente (2010) analisam a emergência de novos arranjos institucionais voltados a tornar o sistema de inovação mais flexível, responsivo e integrado às exigências da economia do conhecimento. Embora o arquivo recuperado aqui não traga um excerto detalhado do capítulo francês, o enquadramento geral da obra permite inferir que o caso francês foi incluído justamente por representar um movimento de modernização institucional em um país com forte tradição estatal.

Nesse sentido, Salerno e Parente (2010) indicam que a França aparece como exemplo de reconfiguração de instrumentos públicos para fortalecer a coordenação entre pesquisa, indústria e políticas de competitividade, sem abandonar a presença estruturante do Estado. Essa posição a aproxima do Japão e, em certa medida, do Reino Unido, mas com ênfase própria na reorganização institucional como condição para sustentar o desempenho inovador.

A Finlândia, discutida por Arbix e Varon (2010) em capítulo da obra, aparece como caso paradigmático de transformação estrutural orientada pelo conhecimento. Seu principal traço distintivo reside na capacidade de converter uma economia anteriormente apoiada em bases mais tradicionais em uma economia intensiva em tecnologia, informação e qualificação. Na leitura comparativa do livro, Arbix e Varon (2010) confirmam que a experiência finlandesa

ganha relevo por mostrar que políticas de inovação bem-sucedidas exigem continuidade estratégica, forte investimento em educação e articulação entre política industrial e política de conhecimento. Mais que ampliar gastos, o país logrou construir coerência entre formação de competências, sistema científico e objetivos produtivos, o que o tornou referência para economias que buscam reposicionamento competitivo (Arbix; Varon, 2010).

No caso da Irlanda, Arbix e Toledo (2010) evidenciam um percurso marcado simultaneamente por avanços e vulnerabilidades. O país buscou construir um sistema de pesquisa e inovação de padrão internacional por meio de investimentos estratégicos em pessoas, ideias e parcerias, deslocando progressivamente o foco de uma inovação entendida apenas como tecnologia para uma visão mais abrangente, vinculada ao cotidiano das empresas, às habilidades dos trabalhadores e às interações com usuários. O estudo mostra que a Irlanda valorizou crescentemente a pesquisa com significado econômico direto e passou a reconhecer o peso da inovação incremental e não tecnológica. Arbix e Toledo (2010) afirmam que, ao mesmo tempo, o texto assinala impasses importantes, especialmente diante de choques econômicos externos e da necessidade de preservar a vitalidade do chamado Tigre Celta. O principal resultado comparativo aqui é que a inovação pode impulsionar trajetórias aceleradas de crescimento, mas sua sustentabilidade depende da resiliência institucional e da capacidade de adaptar prioridades em contextos adversos (Arbix; Toledo, 2010).

No Canadá, Kirschbaum e Oliveira (2010) enfatizam diretrizes de fomento que combinam apoio governamental, articulação entre agentes e fortalecimento das condições para a inovação empresarial. Embora os trechos recuperados não detalhem exaustivamente esse capítulo específico, a própria lógica comparativa da obra e os estudos complementares mais recentes apontam que o Canadá se destaca por políticas orientadas à cooperação, ao financiamento e ao suporte institucional, com atenção à interação entre Estado, setor privado e universidades.

Kirschbaum e Oliveira (2010) afirmam que, no quadro geral da pesquisa, o país representa uma estratégia de fomento em que a inovação é tratada como processo coletivo, dependente de conexões e instrumentos de apoio, e não apenas como resultado espontâneo do mercado.

No Reino Unido, López-Ruiz (2010) analisa o esforço de reorganizar a governança da inovação a partir de instituições capazes de articular Estado e empresariado. O trecho disponível mostra a importância assumida pelo *Technology Strategy Board*, estruturado para incorporar a cultura do mundo dos negócios à ação pública e para operar com maior tolerância ao risco, sobretudo em projetos de alto potencial, mas de retorno incerto.

López-Ruiz (2010) conclui que o aprendizado britânico mais importante consistiu em pensar o sistema de inovação de forma integrada, o que envolve tanto coordenação de recursos quanto redesenho institucional. López-Ruiz (2010), reforça a ideia de que, no caso britânico, inovação não prospera quando políticas, órgãos e instrumentos permanecem dispersos; ela exige instituições de interface, legitimidade decisória e visão sistêmica.

O Japão, por sua vez, é apresentado por Salerno e Miranda (2010) como um caso de elevada intensidade tecnológica, forte participação empresarial nos dispêndios em pesquisa e desenvolvimento e persistente esforço de atualização institucional para manter a posição de liderança.

O estudo ressalta que o país, apesar de sua robustez econômica e científica, precisou rever mecanismos institucionais para sustentar sua competitividade em um cenário global mais dinâmico e mais orientado à criatividade e à inovação organizacional. Para os autores, o Japão surge, portanto, como exemplo de que mesmo sistemas altamente consolidados precisam se reformar quando o padrão de competição muda. Salerno e Miranda (2010) afirmam que, seu principal ensinamento comparativo é que capacidade tecnológica acumulada não garante, por si só, capacidade inovadora permanente; sem atualização institucional, até sistemas maduros enfrentam riscos de perda de dinamismo.

Tomados em conjunto, os sete casos sugerem alguns achados centrais. Primeiro, a inovação foi elevada à condição de núcleo das estratégias nacionais de desenvolvimento. Segundo, os países mais bem posicionados não a reduzem a P&D, mas a tratam como fenômeno multidimensional, associado a conhecimento, organização, gestão e mercado Salerno e Miranda (2010).

Terceiro, as experiências comparadas mostram que universidades, empresas, centros de pesquisa, agências de fomento e estruturas regulatórias precisam atuar de forma articulada, pois a fragmentação institucional enfraquece a conversão do conhecimento em resultado econômico e social (Salerno e Miranda, 2010). Por fim, a pesquisa indica que a promoção da inovação exige capacidades estatais permanentes de coordenação, avaliação e redesenho institucional.

2.1.2 Políticas públicas de inovação no Brasil

Antes de se aprofundar na análise das políticas públicas de inovação vigentes no Brasil, torna-se imperativo desvelar o arcabouço normativo que as sustenta. A eficácia dos ecossistemas de inovação, como discutido no corpus dessa pesquisa, é intrinsecamente ligada

à capacidade do Estado em prover um ambiente de segurança jurídica e previsibilidade regulatória.

No cenário brasileiro, essa construção não ocorreu de forma abrupta, mas por meio de uma evolução temporal e legislativa que buscou mitigar os atritos entre o setor público e o privado, institucionalizando a inovação como dever do Estado e prioridade estratégica nacional. Esses marcos temporais e jurídicos delimitam as fronteiras do que é possível realizar em termos de cooperação universidade-empresa, incentivos fiscais e compras públicas tecnológicas, constituindo a espinha dorsal sobre a qual se erguem os polos e ambientes de inovação no país.

A Constituição Federal de 1988 representa o fundamento jurídico das políticas públicas no Brasil, ao estabelecer o papel do Estado na promoção do desenvolvimento científico e tecnológico. Esse marco redefine a atuação estatal ao vinculá-la à promoção do bem-estar coletivo, ao fortalecimento das capacidades institucionais e à redução das desigualdades estruturais.

No Brasil, o ambiente de inovação e a colaboração entre os diferentes atores do ecossistema nacional foram fortalecidos a partir de 2004 e 2005 com a instituição do marco legal da inovação, especialmente por meio da Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004) e da Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005).

A Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, conforme pontuam Lima, Nour e Albuquerque (2021), consolidou-se como marco normativo inicial das políticas públicas direcionadas ao ecossistema de inovação nacional. Sua relevância reside na estruturação de mecanismos que institucionalizam o fomento à inovação e a convergência entre a produção científico-tecnológica e as demandas do mercado. Seu principal avanço reside na criação de mecanismos que promovem a interação entre Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) e o setor produtivo.

Segundo os autores, essa legislação mitigou os entraves entre as ICTs e o setor privado, criando um ambiente regulatório favorável a negócios de base tecnológica. Dessa forma, a legislação atua como indutora da modernização empresarial ao catalisar a transferência de conhecimento e a incorporação de inovações nos processos produtivos (Lima; Nour; Albuquerque, 2021).

Esta Lei estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. A eficácia desse marco legal reside, em última instância, na sua capacidade de fomentar o que a

própria norma define, no seu Artigo 2º, inciso IV (Brasil, 2004), como inovação:

> Inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho;

Posteriormente, o Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, constitui o principal instrumento regulamentar do Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no Brasil. Ele regulamenta a Lei nº 13.243/2016, que por sua vez alterou a Lei de Inovação original (Lei nº 10.973/2004), com o objetivo fundamental de reduzir as barreiras burocráticas e fomentar a integração sistêmica entre o Estado, a Academia e o Setor Produtivo.

O Decreto formaliza conceitos fundamentais para a inovação e o empreendedorismo. Em seu Art. 2º, II (Brasl, 2018b), define ambientes promotores da inovação como:

> Espaços propícios à inovação e ao empreendedorismo, que constituem ambientes característicos da economia baseada no conhecimento, articulam as empresas, os diferentes níveis de governo, as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação, as agências de fomento ou organizações da sociedade civil, e envolvem duas dimensões:
> a) ecossistemas de inovação - espaços que agregam infraestrutura e arranjos institucionais e culturais, que atraem empreendedores e recursos financeiros, constituem lugares que potencializam o desenvolvimento da sociedade do conhecimento e compreendem, entre outros, parques científicos e tecnológicos, cidades inteligentes, distritos de inovação e polos tecnológicos; e
> b) mecanismos de geração de empreendimentos - mecanismos promotores de empreendimentos inovadores e de apoio ao desenvolvimento de empresas nascentes de base tecnológica, que envolvem negócios inovadores, baseados em diferenciais tecnológicos e buscam a solução de problemas ou desafios sociais e ambientais, oferecem suporte para transformar ideias em empreendimentos de sucesso, e compreendem, entre outros, incubadoras de empresas, aceleradoras de negócios, espaços abertos de trabalho cooperativo e laboratórios abertos de prototipagem de produtos e processos;

Pode-se vislumbrar que este marco nacional conferiu a sustentação jurídica necessária para que as unidades federativas pudessem estruturar seus próprios arranjos e políticas regionais de ciência e tecnologia. Sem a vigência do Decreto nº 9.283/2018, as parcerias entre Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) públicas e o setor privado, bem como o fluxo de recursos via agências de fomento estaduais, permaneceriam restringidos pela rigidez da legislação de licitações tradicional (Brasil, 2018b).

No caso brasileiro, a materialização dessas diretrizes estatais e a busca pela integração sistêmica encontram no fomento aos novos negócios um eixo de atuação prioritário. De acordo com Bezerra *et al*. (2014), à medida que o empreendedorismo ganhou relevância no país, intensificaram-se as iniciativas voltadas ao suporte de empresas nascentes e consolidadas.

Nesse cenário, as políticas de empreendedorismo são definidas pelo Ministério do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2011) como um conjunto de ações planejadas para viabilizar e monitorar o surgimento de negócios, conferindo ao Estado um papel ativo no planejamento social e econômico.

As pesquisas anexadas indicam que as políticas públicas de inovação no Brasil vêm sendo analisadas sob enfoques complementares, que abrangem tanto os instrumentos estatais de indução da inovação quanto as condições sistêmicas necessárias à consolidação de ecossistemas regionais inovadores. No plano dos instrumentos, Sousa (2023) demonstra que as contratações públicas de inovação ainda se encontram em estágio inicial nos estados brasileiros, apesar de seu potencial para estimular desenvolvimento tecnológico e inovação no setor público. A autora identifica baixa incidência de contratos efetivos, ao lado de facilitadores e entraves institucionais associados à implementação desse tipo de política.

Em perspectiva mais ampla, Rauen (2017) argumenta que o Brasil dispõe de um repertório relevante, porém fragmentado, de políticas de inovação pelo lado da demanda, como compras governamentais, regulação, normalização e encomendas tecnológicas. Seus achados mostram que esses instrumentos possuem potencial transformador, mas sua execução dispersa, com fraca coordenação e baixa capacidade de avaliação, limita seus impactos sistêmicos.

No campo dos ecossistemas de inovação, Bonini, Smith e Costa (2025) mostram, a partir de revisão sistemática da literatura, que a sustentação desses ecossistemas no Brasil depende da articulação interdependente entre seis elementos centrais: políticas públicas, capital financeiro, cultura, suporte, capital humano e mercado. O estudo reforça que as políticas públicas não operam isoladamente, mas como parte de uma engrenagem colaborativa de governança regional.

O modelo metodológico de Kalinowski *et al.* (2021), desenvolvido para o SEBRAE/PR, define ecossistemas de inovação como arranjos sistêmicos onde a inovação é indissociável das interações estruturadas entre atores. A abordagem prioriza a articulação coordenada para a geração de conhecimento, sustentando que o sucesso desses ambientes reside em sua natureza relacional e colaborativa, e não em esforços isolados.

Os resultados indicam que a vitalidade dos ecossistemas reside na conversão de conhecimento em soluções por meio de mecanismos de interação, como inovação aberta e programas de aceleração. No entanto, o estudo apresentado por Kalinowski *et al.* (2021), revela uma tensão crítica: embora a colaboração e a conectividade sejam determinantes para o sucesso, sua efetivação é limitada por barreiras culturais e divergências institucionais. Evidencia-se, assim, que a cooperação sistêmica depende de incentivos e condições

estruturantes ainda em fase de consolidação.

A despeito do rigor metodológico, a perspectiva de Kalinowski *et al*. (2021) privilegia uma lógica instrumental que pode obscurecer assimetrias e particularidades territoriais. Todavia, sua contribuição permanece válida ao posicionar a capacidade de coordenação entre os agentes como o principal motor do ecossistema, em detrimento da mera existência de insumos isolados.

A análise do relatório de planejamento do ecossistema de inovação da Grande Vitória, elaborado pela Fundação CERTI e apresentado na Mobilização Capixaba pela Inovação (MCI, 2022), evidencia uma abordagem sistêmica e territorial baseada na articulação entre atores, no reconhecimento das capacidades regionais e na coordenação de estratégias para o fortalecimento do ecossistema.

Entre os principais achados, o relatorio destaca a relevância do processo participativo na construção do ecossistema, operacionalizado por meio de workshops que envolveram diferentes atores, empresas, universidades, governo e instituições de apoio, na definição das estratégias e prioridades do planejamento. Essa metodologia evidencia que os ecossistemas de inovação são socialmente construídos, sendo a interação entre os agentes um elemento estruturante para a definição de diretrizes e ações coletivas (MCI, 2022).

Outro resultado central refere-se à identificação de gargalos estruturais na Trilha da Inovação, sobretudo nas fases iniciais, marcadas pela baixa articulação entre os ativos existentes e a limitada conversão de conhecimento em inovação (MCI, 2022). Apesar da existência de infraestrutura científica, programas de fomento em grandes empresas, persistem fragilidades como a escassez de investidores nas fases iniciais das startups (early stage), a baixa integração entre os ambientes de inovação e o desalinhamento entre formação acadêmica e demandas do mercado, típicos de ecossistemas em consolidação (MCI, 2022).

Outro aspecto relevante é a proposição de um plano de ação orientado a metas, com estratégias para superar gargalos, fortalecer a governança e estimular a criação de startups, alinhando o desenvolvimento do ecossistema a uma lógica de planejamento estratégico e gestão por resultados, preconiza o relatório (MCI, 2022).

Do ponto de vista crítico, os resultados apresentados pela MCI (2022) através do CERTI indicam que o fortalecimento dos ecossistemas de inovação depende da articulação entre atores, da superação de gargalos estruturais e da implementação de estratégias integradas de desenvolvimento. Contudo, a efetividade dessas ações está condicionada à capacidade de adaptação às especificidades locais e à construção de processos contínuos de aprendizagem institucional, que transcendam a lógica estritamente planejada e incorporem a dinâmica

relacional da inovação. Em conjunto, esses trabalhos sugerem que o principal desafio das políticas públicas de inovação no Brasil não reside apenas na criação de instrumentos formais, mas na capacidade de integrá-los a arranjos institucionais, mecanismos de financiamento, processos de coordenação e estruturas territoriais de governança. O quadro 2 apresenta os principais achados e resultados dessas pesquisas.

Quadro 2 - Matriz conceitual, achados e resultados

Autor/ano	Eixo conceitual	Principais achados e resultados
Sousa (2023)	Contratações públicas de inovação	Uso ainda incipiente nos estados brasileiros; baixo número de contratações identificadas; entraves ligados à cultura de inovação, capacitação dos agentes públicos e relação com órgãos de controle.
Rauen (2017)	Políticas de inovação pelo lado da demanda	Compras públicas, regulação, normalização e encomendas tecnológicas podem induzir inovação; no Brasil, há potencial relevante, porém execução pulverizada, baixa coordenação e necessidade de melhores métodos de avaliação.
Bonini, Smith e Costa (2025)	Ecossistemas de inovação no Brasil	Identificação de seis elementos essenciais: políticas públicas, financeiro/capital, cultura, suporte, capital humano e mercado; funcionamento interdependente desses elementos; relevância da governança colaborativa.
Mobilização Capixaba pela Inovação (2022)	Planejamento territorial do ecossistema	Mapeamento de setores estratégicos, atores, gargalos e trilha da inovação; definição de meta de 1.000 startups em 10 anos; priorização de projetos estruturantes e mecanismos de integração do ecossistema. Propõe plano de ação com projetos estruturantes e metas (ex.: ampliação do número de startups), indicando que a efetividade depende da coordenação institucional e da integração entre políticas, capital e capacidades locais.
Sebrae/PR – Caderno de Articulação/ Kalinowski *et al.* (2021)	Articulação e governança de ecossistemas	Ênfase no papel do articulador, no alinhamento de atores, na criação de ambientes de conhecimento e no desenvolvimento de ações conjuntas para dinamizar a inovação setorial. Evidenciam que a articulação exige alinhamento entre atores, interesses e funções, sendo a governança relacional elemento-chave para a dinamização do ecossistema.

Fonte: elaborado pela autora a partir do corpus da pesquisa (2026).

A leitura integrada do quadro 2 permite identificar, em primeiro lugar, uma convergência substantiva entre os estudos: todos reconhecem que a inovação depende de ação pública intencional, mas essa ação só produz efeitos consistentes quando se articula a capacidades institucionais e a mecanismos de coordenação entre atores. Sousa (2023), ao analisar os estados brasileiros, demonstra que a mera existência de dispositivos legais não assegura o uso efetivo das contratações públicas de inovação. Seu principal achado é que o problema brasileiro não é apenas normativo, mas organizacional e cultural, uma vez que faltam capacitação, segurança decisória e aproximação institucional para transformar o

potencial jurídico em prática administrativa.

Essa constatação dialoga diretamente com Rauen (2017), que sustenta que o Brasil possui um portfólio de políticas de inovação pelo lado da demanda mais amplo do que normalmente se reconhece, mas ainda marcado por dispersão e baixa coordenação. O autor mostra que compras governamentais, normalização, regulação e margens de preferência já configuram instrumentos de política de inovação, porém sua efetividade é reduzida quando empregados de forma isolada e sem avaliação sistemática de impactos. Em vez de ausência completa de instrumentos, o quadro sugere um problema de fragmentação institucional e baixa integração estratégica.

Bonini, Smith e Costa (2025) ampliam esse debate ao deslocarem o foco do instrumento para o ecossistema. O mérito do estudo está em mostrar que políticas públicas são apenas um dos elementos constitutivos da inovação regional e que seu efeito depende da interação com capital, cultura, suporte, capital humano e mercado. Esse resultado é especialmente relevante porque evita uma leitura excessivamente estatal ou excessivamente mercadocêntrica da inovação. Ao invés disso, os autores sustentam uma visão relacional e interdependente, na qual políticas públicas eficazes precisam ser pensadas como parte de uma arquitetura mais ampla de governança colaborativa.

O Relatório Executivo CERTI (MCI, 2022) reforçam essa mesma conclusão. O planejamento da Grande Vitória explicita que a consolidação de um ecossistema requer diagnóstico territorial, definição de prioridades, mapeamento de atores, enfrentamento de gargalos e formulação de projetos estruturantes.

Já o Caderno de Articulação do Sebrae/PR (Kalinowski *et al*., 2021) ressalta que a inovação depende de processos permanentes de alinhamento, confiança e mediação entre interesses diversos. A relevância desses documentos está em mostrar que a política pública de inovação, para além da legislação e do financiamento, também se materializa em metodologias de coordenação, dispositivos de governança e rotinas de mobilização coletiva.

Do ponto de vista crítico, contudo, o conjunto das pesquisas também revela uma assimetria importante. Enquanto os estudos e relatórios apontam com clareza os componentes desejáveis de uma política de inovação bem-sucedida, os próprios achados indicam que o Brasil ainda enfrenta dificuldades para converter esses referenciais em resultados robustos e mensuráveis. Sousa (2023) identifica implementação inicial e baixo uso dos instrumentos; Rauen (2017) destaca dispersão e necessidade de avaliação; Bonini, Smith e Costa (2025) mostram dependência da interação entre múltiplos elementos; e a experiência da Grande Vitória evidencia que o fortalecimento do ecossistema exige ações de longo prazo e forte

capacidade de coordenação.

Em síntese, a literatura consultada sugere que o país já dispõe de bases conceituais e institucionais relevantes, mas ainda convive com um déficit de integração entre política, governança, financiamento, execução e monitoramento.

Assim, o quadro 2, indica que as políticas públicas de inovação no Brasil tendem a produzir melhores resultados quando deixam de operar como iniciativas setoriais ou pontuais e passam a compor estratégias sistêmicas, territorialmente ancoradas, financeiramente sustentadas e institucionalmente coordenadas. Essa é, em última instância, a principal síntese crítica que emerge dos autores analisados.

2.1.3. Políticas públicas de inovação em Sergipe

O campo das políticas públicas caracteriza-se por sua natureza interdisciplinar e pela diversidade de abordagens analíticas. Uma das definições consolidadas é apresentada por Dye (1984), para quem a política pública compreende tanto aquilo que os governos decidem fazer quanto aquilo que decidem não fazer. Essa concepção evidencia o caráter seletivo da ação estatal e permite considerar a inação governamental como parte das escolhas que conformam a atuação do poder público. No campo da inovação, essa perspectiva oferece uma base para compreender as escolhas governamentais relacionadas à definição de prioridades e à formulação de instrumentos de intervenção.

Sob essa ótica, a inovação e o empreendedorismo são compreendidos como fenômenos estreitamente vinculados à busca por resultados. Segundo Souza Neto (2023), quando tais resultados são positivos, eles ultrapassam o benefício individual e enriquecem de maneira contundente a economia e a sociedade em que a inovação e o empreendimento estão inseridos. No âmbito estadual, o marco legal da inovação é a Lei nº 9.496, de 22 de julho de 2024, que "[...] dispõe sobre o estímulo ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação no Estado de Sergipe; revoga a Lei nº 6.794, de 02 de dezembro de 2009; e dá providências correlatas" (Sergipe, 2024).

A lei autoriza o Estado a estimular a criação de alianças estratégicas e projetos de cooperação envolvendo empresas, startups e ICTs para gerar produtos e serviços inovadores (Art. 6º). Para consolidar esses ambientes, as ICTs públicas podem ceder o uso de imóveis para a instalação de parques tecnológicos e incubadoras de empresas (Sergipe, art. 8º, § 2º, inciso I) , bem como compartilhar laboratórios e equipamentos com o setor privado (Art. 11, inciso I).

Um avanço significativo é a permissão para que o Estado participe minoritariamente

do capital social de empresas com o propósito de desenvolver produtos ou processos inovadores (Sergipe, 2024, art. 12º). Além disso, a lei institui o bônus tecnológico, que funciona como uma subvenção para micro, pequenas e médias empresas pagarem pelo uso de infraestruturas de pesquisa ou contratação de serviços tecnológicos especializados (Sergipe, 2024, art. 2º, XIV).

O art. 1º da Lei de Inovação de Sergipe estabelece que o diploma legal atua como instrumento de política pública voltado ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. Segundo o caput do artigo, a lei "estabelece medidas de indução e incentivos ao desenvolvimento do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação de Sergipe" (Sergipe, 2024). Nesse sentido, a legislação estabelece mecanismos de indução e fomento destinados ao desenvolvimento do sistema estadual de ciência, tecnologia e inovação.

Em termos de políticas públicas, levantamentos produzidos por instituições responsáveis por pesquisas reconhecidas nacionalmente podem fornecer indicadores para a compreensão do contexto em que essas políticas são formuladas e implementadas. Entre esses levantamentos está o Ranking de Competitividade dos Estados, promovido pelo Centro de Liderança Pública (CLP), estruturado em dez pilares temáticos mensuráveis que possibilitam acompanhar diferentes dimensões da competitividade das unidades federativas brasileiras, entre elas a inovação.

A análise dos indicadores de Inovação no Ranking de Competitividade dos Estados (2025) revela que Sergipe obteve sua melhor performance relativa nesse pilar, alcançando a 8ª colocação nacional. Esse posicionamento situa o estado entre as dez unidades federativas mais bem colocadas do país em inovação, superando economias significativamente maiores em termos de Produto Interno Bruto (PIB) e estrutura industrial (CLP, 2025). Esse desempenho sugere a consolidação de condições institucionais, científicas e tecnológicas capazes de favorecer a geração de conhecimento, a cooperação entre atores e a difusão de práticas inovadoras, evidenciando que a competitividade regional não depende exclusivamente da dimensão econômica, mas também da capacidade de mobilizar recursos estratégicos para o desenvolvimento.

De acordo com o Ranking de Competitividade dos Estados (2025), o pilar de Inovação constitui uma das principais vantagens comparativas de Sergipe, apresentando desempenho superior à média dos resultados obtidos pelo estado nos demais pilares avaliados. A partir dos dados detalhados do relatório referentes ao perfil estadual (CLP, 2025, p. 135-136), é possível identificar os principais pontos fortes e fragilidades que caracterizam o desempenho sergipano nesse domínio, conforme sistematizado no Quadro 3.

Quadro 3 – Ranking 2025: Forças e fraquezas da inovação em Sergipe

Categoria	Indicador específico	Posição nacional	Descrição analítica
Forças (Vantagens Competitivas)	Bolsas de mestrado e doutorado	3º	Altíssima capacidade de retenção e fomento de pesquisadores de alto nível.
	Pesquisa científica	4º	Excelência na produção acadêmica e científica das universidades locais.
	Patentes	8º	Forte geração de propriedade intelectual e proteção de novas invenções.
	Informação e comunicação	8º	Relevante participação do setor de tecnologia e serviços de comunicação na economia.
Faquezas (Gargalos Estratégicos)	Estrutura de apoio à inovação	22º	O maior gargalo: falta de incubadoras, aceleradoras e parques tecnológicos ativos para o empreendedor.
	Investimento Público em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	18º	Baixo aporte direto de recursos estaduais em pesquisa e desenvolvimento.
	Empresas de alto crescimento	18º	Dificuldade das startups locais em escalarem e se tornarem grandes geradoras de empregos.

Fonte: Adaptado do Ranking de Competitividade dos Estados (CLP, 2025, p. 135-136).

Os dados apresentados no Quadro 3 mostram diferentes posições de Sergipe nos indicadores que compõem o pilar de Inovação. O estado ocupa a 3ª posição em bolsas de mestrado e doutorado, a 4ª em pesquisa científica e a 8ª em patentes e em informação e comunicação. Nos demais indicadores apresentados, ocupa a 22ª posição em estrutura de apoio à inovação e a 18ª posição em investimento público em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e em empresas de alto crescimento (CLP, 2025).

Em outra perspectiva, o Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID) 2024, elaborado pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), posiciona Sergipe na 16ª colocação entre as 27 unidades da Federação, com índice de 0,178 (INPI, 2024).

Na distribuição por pilares apresentada pelo IBID 2024, Sergipe ocupa a 11ª posição nacional em Conhecimento e tecnologia e em Economia criativa. No pilar Instituições, o estado ocupa a 26ª posição (INPI, 2024).

Nos pilares Capital humano (19ª posição), Infraestrutura (16ª), Economia (15ª) e Negócios (15ª), Sergipe ocupa posições intermediárias no ranking nacional. Esses dados complementam a caracterização do estado nas diferentes dimensões consideradas pelo Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID, 2024).

No contexto das análises sobre o ecossistema e as políticas públicas de inovação em

Sergipe, o mapeamento realizado por Martins (2020) descreve um cenário de desequilíbrio entre o potencial institucional e a realidade prática do território. Sob a perspectiva dos elementos culturais, sociais e materiais, a autora aponta a existência de um déficit comunicacional: as histórias de sucesso, a exemplo do caso da Pagcerto, citada por 66% dos entrevistados, permanecem invisíveis para a maioria dos potenciais empreendedores. Conforme o estudo, essa invisibilidade contribui para reforçar a aversão ao risco e posicionar a inovação e o empreendedorismo como alternativas de carreira secundárias, diante da forte aspiração pelos concursos públicos.

Paralelamente, no âmbito dos elementos sociais, Martins (2020) evidencia uma tensão estrutural: a disponibilidade de capital financeiro no Estado é considerada satisfatória e de fácil acesso, porém o ecossistema falha em gerar capital humano devidamente qualificado para o mercado inovador. Para a autora, a raiz do problema não é a escassez de fundos, mas a dificuldade de converter o saber acadêmico em bons projetos e startups maduras, o que demanda uma reorientação do papel das universidades para que estas passem a moldar perfis com efetivo espírito empreendedor voltados à inovação.

A análise de Martins (2020) descreve um ecossistema que, embora conte com oferta de capital e suporte acadêmico, encontra-se em fase de desenvolvimento, reflexo de uma infraestrutura tecnológica e de uma força de trabalho ainda em processo de alinhamento à cultura de inovação. Desse modo, o diagnóstico apresentado pela autora indica que o ecossistema sergipano vivencia um estágio de consolidação, marcado por avanços institucionais relevantes ao lado de desafios estruturais persistentes.

Entre esses desafios, o estudo registra a presença de instituições de apoio e de iniciativas públicas cuja atuação se manifesta de maneira segmentada entre os atores locais. A pesquisa aponta que tais ações ocorrem de forma isolada, evidenciando a dispersão na formação de redes colaborativas e descrevendo um ambiente que ainda preserva traços de fragmentação em sua organização.

Em complemento, Martins (2023) aponta limitações associadas ao acesso a recursos financeiros e à baixa densidade de investimentos privados, fatores relacionados pelo estudo à restrição na escalabilidade dos ecossistemas locais. Ademais, o mapeamento registra que, embora existam instituições de ensino superior e iniciativas de estímulo, a interação entre universidade e empresa ocorre de forma incipiente, aspecto que o levantamento descreve como limitador para a efetiva transferência de conhecimento e tecnologia ao mercado.

No que se refere às perspectivas apontadas pelo estudo, Martins (2023) destaca caminhos voltados ao fortalecimento da governança, à ampliação das redes de cooperação e a

uma maior aproximação entre políticas públicas, setor produtivo e instituições de ciência e tecnologia. O diagnóstico descreve um ecossistema com bases institucionais formadas, mas que ainda apresenta lacunas na coordenação e na densidade relacional entre os atores locais, elementos apontados pela autora como constituintes do atual estágio de desenvolvimento do ecossistema.

No contexto específico do estado de Sergipe, o estudo de Martins (2023) aponta a presença de um conjunto diversificado de atores que estruturam o ecossistema local, com destaque para as instituições de ensino superior sediadas na região, como a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e a Universidade Tiradentes (UNIT). Conforme a pesquisa, essas universidades desempenham papel relevante na formação de capital humano qualificado, na produção científica e no estímulo à cultura inovadora no território sergipano, além de participarem diretamente do suporte a novos empreendimentos por meio de programas específicos e de ações de transferência de tecnologia voltadas à difusão de conhecimento local.

Além das universidades, o estudo de Martins (2023) registra a atuação de organizações de apoio e fomento no ecossistema sergipano, a exemplo do Sebrae, da Fecomércio, do CJE-SE e da Ases. Conforme o levantamento, essas entidades realizam capacitações, mentorias e programas de aceleração que fortalecem competências empreendedoras e articulam os agentes locais. O autor aponta o setor público como ator estruturante por meio da atuação do Governo estadual, da Prefeitura de Aracaju e de instituições financeiras como o Banese e o BNB. Conforme o estudo, essas instâncias fornecem diretrizes, financiamentos e incentivos voltados a reduzir barreiras institucionais, ampliar o acesso a recursos e favorecer a expansão de negócios inovadores.

Segundo Santos (2022), nota-se um reduzido número de políticas públicas de inovação identificadas nos sites oficiais, bem como uma escassez de informações específicas. O estudo aponta que, embora existam instituições de apoio, órgãos governamentais, entidades de fomento e instituições de ensino superior atuando no território, a dinâmica entre esses atores é marcada por fragmentação institucional e baixa articulação sistêmica

No diagnóstico apresentado, destaca-se que as instituições ligadas ao apoio à inovação não operam de maneira estruturada em rede, o que limita a cooperação interinstitucional e enfraquece a governança do ecossistema. Santos (2022) observa-se ainda restrição no acesso a mecanismos de financiamento e capital de risco, elemento essencial para a escalabilidade de soluções inovadoras. Embora haja iniciativas de estímulo à inovação no estado, a cultura de inovação e de assunção de riscos ainda se apresenta em desenvolvimento, carecendo de maior densidade relacional e coordenação estratégica.

A autora conclui que o principal desafio do ecossistema sergipano não está na ausência de políticas ou instituições, mas na insuficiente integração entre seus componentes, o que gera sobreposição de ações, dispersão de recursos e baixa efetividade das estratégias de fomento e que essa configuração reduz a eficiência das políticas públicas e dificulta a formação de redes colaborativas capazes de potencializar a circulação de conhecimento, recursos e oportunidades. (Santos, 2022).

2.1.4 Ecossistemas Locais de Inovação (ELI) em Sergipe

Após as discussões e análises apresentadas acerca do ecossistema de inovação em Sergipe, torna-se necessário avançar para a incorporação de dados provenientes de fontes institucionais.

A abordagem dos ecossistemas locais de inovação, conforme sistematizada por Loureiro Júnior *et al.* (2022), permite compreendê-los como estruturas dinâmicas e territorialmente situadas, cujo funcionamento depende da interação contínua entre atores, recursos e condições institucionais. Nessa perspectiva, o ecossistema não se configura como uma estrutura estática, mas como um sistema relacional, no qual a inovação emerge da articulação entre elementos interdependentes, tais como políticas públicas, capital financeiro, cultura, suporte institucional, capital humano e mercado.

Essa concepção mostra-se particularmente pertinente para a análise do Ecossistema Local de Inovação (ELI) Grande Aracaju, ao evidenciar que o desempenho inovativo não resulta de iniciativas isoladas, mas da capacidade de coordenação entre múltiplos atores locais. No caso do ELI Grande Aracaju, essa dinâmica se materializa na interação entre instituições públicas, universidades, organizações de apoio, empresas e empreendedores, cuja atuação conjunta contribui para a constituição de um ambiente propício à inovação. Assim, o funcionamento do ecossistema está diretamente associado à densidade relacional e à qualidade das conexões estabelecidas entre esses agentes.

Além disso, Loureiro Júnior *et al.* (2022) destacam que os ecossistemas locais não são passíveis de reprodução padronizada, uma vez que seu desenvolvimento está condicionado às especificidades territoriais, incluindo fatores culturais, econômicos e institucionais. Tal entendimento reforça a necessidade de analisar o ELI Grande Aracaju a partir de suas particularidades regionais, considerando suas vocações produtivas, limitações estruturais e dinâmicas institucionais próprias. Nesse contexto, a inovação deve ser compreendida como um processo contextualizado, construído a partir das condições locais e das capacidades instaladas

no território.

Outro aspecto central é a governança colaborativa, considerada por Loureiro Júnior et al. (2022) essencial para a liderança compartilhada, o alinhamento de interesses e a continuidade das ações em ecossistemas de inovação. No âmbito do ELI Grande Aracaju, essa governança se manifesta na articulação entre instituições que visam ao desenvolvimento regional, embora o ecossistema ainda enfrente desafios de coordenação e integração entre os atores.

Os Ecossistemas Locais de Inovação (ELI) em Sergipe são iniciativas estruturadas sob a metodologia ELI/SEBRAE, que visam organizar atores, como instituições públicas, empresas, universidades e agentes de apoio, para fomentar a inovação territorial e o desenvolvimento local a partir das vocações econômicas e potencial tecnológico das regiões mapeadas (ELI Grande Aracaju, 2025).

A metodologia, aplicada pelo SEBRAE em parceria com atores regionais, busca articular políticas públicas, ações e redes de colaboração para impulsionar a inovação em contextos geográficos específicos. Segundo o mapeamento nacional, existem centenas de ELI distribuídos pelo Brasil, com intervenções em mais de 340 municípios, e os primeiros ecossistemas em Sergipe começaram a ser implementados em 2023 (ELI Grande Aracaju, 2025).

No Estado de Sergipe, ao menos dois Ecossistemas Locais de Inovação foram formalmente constituídos: ELI Grande Aracaju e ELI do Alto Sertão. A estratégia de interiorização da inovação em Sergipe materializa-se por meio dos Ecossistemas Locais de Inovação (ELIs), que visam o desenvolvimento territorial integrado.

O ELI Grande Aracaju compreende os municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itaporanga d’Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão.

Este arranjo concentra a maior densidade institucional e urbana do estado, operando sob a lógica da Hélice Quádrupla ao articular universidades, setor produtivo, órgãos governamentais e a sociedade civil organizada. Em outra vertente, o ELI do Alto Sertão abarca os municípios de Canindé de São Francisco, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória e Poço Redondo. Este ecossistema foca na dinamização das vocações produtivas regionais e no adensamento tecnológico local (ELI Grande Aracaju, 2025).

A governança do ELI Grande Aracaju para o ciclo de 2025 é constituída por um conjunto heterogêneo e complementar de organizações que representam as múltiplas hélices da inovação (Academia, Governo, Setor Produtivo e Sociedade Civil).

O ELI Grande Aracaju (2025) configura-se como iniciativa estratégica para articular a inovação na região metropolitana, abrangendo Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itaporanga d'Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão. Alinhado ao Novo Marco Legal de CT&I e ao Decreto nº 9.283/2018, o ecossistema reúne atores institucionais voltados a coordenar recursos, infraestruturas e políticas para fortalecer a inovação no território.

Nessa perspectiva, sua relevância ultrapassa a simples agregação de organizações, refletindo a capacidade de promover interações, cooperação e governança entre os diferentes agentes envolvidos no desenvolvimento científico, tecnológico e inovador da região. Os atores que integram esse ecossistema são apresentados e categorizados de acordo com sua natureza funcional, conforme sintetizado no Quadro 4.

Quadro 4 – Atores do Ecossistema do ELI Grande Aracaju

Entidade	Segmento	Papel estratégico no ecossistema
UFS / AGITTE.SE	Academia	Produção de ciência básica e aplicada; gestão de patentes e transferência de tecnologia.
IFS	Academia	Formação técnica especializada e fomento à inovação tecnológica aplicada.
UNIT/Tiradentes Innovation Center	Academia (Privado)	Hub de inovação educacional e fomento ao empreendedorismo de impacto.
EMBRAPA - SE	Pesquisa / Estado	Pesquisa de ponta e desenvolvimento de tecnologias para o setor agroindustrial regional.
IEL / FIES	Indústria	Interface entre universidades e o setor industrial; capacitação de talentos para o mercado.
FECOMÉRCIO / SENAC	Comércio / Serviços	Fomento à inovação no setor terciário e capacitação profissional empreendedora.
REDE PETROGÁS SERGIPE	Setor Produtivo	Articulação de clusters setoriais de óleo, gás e energia; adensamento da cadeia produtiva.
ANCEV	Sociedade Civil	Apoio à estruturação de centros de empreendedorismo e incubação de empresas.
É DE SERGIPE	Sociedade Civil	Fortalecimento da marca local e promoção da economia criativa e regional.
GOVERNO DE SERGIPE / SEPLAN	Governo	Coordenação de políticas públicas macro estaduais e planejamento estratégico de longo prazo.
PREFEITURA DE ARACAJU / SEMDE	Governo	Governança urbana inovadora, desburocratização e atração de investimentos para a capital.
PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO / SEPLAN	Governo	Planejamento territorial e integração do patrimônio histórico ao desenvolvimento inovador.
SEBRAE	Instituição de Suporte	Capacitação de micro e pequenas empresas; disseminação da cultura empreendedora.
SERGIPETEC	Habitat de Inovação	Gestão de infraestrutura tecnológica física e laboratorial para atração de centros de P&D

Fonte: Elaborado pela autora (2026), com base em ELI Grande Aracaju (2025).

O funcionamento do ecossistema de inovação do ELI Grande Aracaju depende,

sobretudo, da intensidade e da qualidade das interações estabelecidas entre seus atores. É por meio da cooperação, do compartilhamento de conhecimentos e da articulação institucional que se amplia o acesso a recursos estratégicos, como financiamento, infraestrutura, tecnologia, qualificação profissional e redes de relacionamento.

Nessa dinâmica, as conexões entre universidades, empresas, governo, instituições de fomento e organizações de apoio não apenas reduzem as incertezas inerentes aos processos de inovação, mas também favorecem a circulação de conhecimentos e a construção de capacidades coletivas. Dessa forma, a inovação deixa de ser resultado de iniciativas isoladas e passa a emergir de um ambiente colaborativo, capaz de impulsionar a competitividade regional e gerar impactos econômicos e sociais sustentáveis no território.

2.1.5 Desafios e potencialidades na formulação e implementação de políticas públicas para a inovação

O desenvolvimento e a implementação de políticas públicas envolvem um conjunto de desafios e possibilidades que influenciam diretamente seus resultados. No contexto do ecossistema de inovação, esse processo torna-se ainda mais complexo, pois depende da interação entre diferentes atores, interesses e níveis institucionais. Ao longo desta subseção, são discutidos aspectos que tanto dificultam quanto favorecem a consolidação dessas políticas.

Nos estudos, a exemplo de Mason e Brown (2014) e Sipakoly (2024), tem destacado que os resultados das políticas públicas de inovação não dependem exclusivamente do volume de investimentos realizados, mas, sobretudo, da qualidade dos mecanismos de governança, da capacidade institucional e da coerência entre os instrumentos adotados e as especificidades territoriais. A inovação, enquanto fenômeno sistêmico, exige políticas capazes de integrar diferentes níveis de decisão, reduzir assimetrias estruturais e fomentar ambientes propícios à experimentação e à aprendizagem coletiva.

Conforme Mason e Brown (2014), os ecossistemas inovadores não surgem espontaneamente, pois dependem de ativos existentes em setores tradicionais e de bases organizacionais e territoriais atrativas. Os autores ressaltam que a formação desses ecossistemas não é passível de planejamento puramente sistemático e que as políticas públicas devem se adaptar à sua evolução. Como esses sistemas são complexos e dinâmicos, a intervenção estatal deve variar conforme o grau de maturidade do ecossistema, distinguido de forma sintética entre estágios emergentes, em consolidação e maduros, uma vez que abordagens padronizadas tendem a apresentar resultados limitados ao ignorar essa trajetória evolutiva.

Segundo os autores, a eficácia das políticas públicas depende da maturidade do ecossistema. Em estágios emergentes, marcados por baixa densidade empreendedora e conexões incipientes, as intervenções devem focar na construção de bases estruturais, como o fortalecimento institucional, o desenvolvimento de capital humano e o acesso a financiamento. Em contrapartida, em ecossistemas em consolidação, a prioridade desloca-se para a escalabilidade, a internacionalização e o adensamento das interações sistêmicas (Mason; Brown, 2014).

O desenvolvimento e a implementação de políticas públicas voltadas ao fomento de ecossistemas inovadores não se restringem à promulgação de normas, mas configuram-se como um processo dinâmico de adaptação aos contextos institucionais. Conforme Sipakoly (2024), o Estado deve atuar como facilitador para potencializar vocações regionais e reduzir gargalos estruturais. Contudo, o alcance dessa atuação varia conforme a maturidade econômica de cada nação, situando-se em um cenário de permanente tensão entre as limitações institucionais e as potencialidades locais.

No âmbito dos desafios, as economias em desenvolvimento enfrentam barreiras estruturais que limitam a ampliação e a efetividade das ações estatais. Sipakoly (2024) destaca que a burocracia excessiva, a infraestrutura deficiente e a complexidade tributária restringem a mobilidade social, o crescimento inclusivo e a sustentabilidade da inovação em países como Brasil e Índia, marcados por incertezas regulatórias e escassez de capital. Em contraste, nas economias desenvolvidas, os desafios concentram-se na preservação da competitividade diante das transições digital e sustentável e da crescente escassez de talentos.

As potencialidades destacadas por Sipakoly (2024) emergem quando políticas públicas são articuladas de forma colaborativa, combinando instrumentos financeiros, incentivos regulatórios e estratégias de inovação. A autora ressalta que incentivos fiscais e crédito subsidiado são decisivos para dinamizar setores intensivos em conhecimento, especialmente em economias emergentes como o Brasil, onde o capital privado permanece limitado por entraves institucionais.

Os exemplos da "*High-Tech Strategy* 2025" da Alemanha e dos centros de incubação apoiados pelo governo da Coreia do Sul evidenciam, como aponta Sipakoly (2024), como políticas integradas podem articular universidades, centros de pesquisa e setor produtivo, fortalecendo clusters tecnológicos e promovendo empreendedorismo orientado à inovação. Enquanto o modelo alemão combina proteção à propriedade intelectual, capital de risco e cooperação indústria-academia, o sul-coreano enfatiza incubação e transferência tecnológica para MPEs estratégicas (Sipakoly, 2024).

Ao comparar esses casos com economias emergentes, como o Brasil, Sipakoly (2024) observa que os resultados são menos consistentes em contextos marcados por fragmentação institucional e baixa coordenação intersetorial. A autora destaca a experiência da Association of Southeast Asian Nations (ASEAN), cuja integração regional tem favorecido a transferência tecnológica e o acesso a mercados transnacionais, aspectos ainda pouco consolidados em muitas economias emergentes.

Complementarmente, a legitimidade dessas políticas depende da abertura a processos democráticos. Souza Neto (2023) enfatiza que a inclusão de instâncias participativas é essencial para validar os instrumentos criados e ampliar a adesão dos atores na fase de implementação. No cenário brasileiro, a literatura evidencia que a efetividade das políticas de inovação não se restringe ao volume de investimentos, exigindo capacidade de coordenação sistêmica, governança qualificada e adequação dos instrumentos às especificidades territoriais.

O quadro 5 reúne contribuições de estudos que discutem desafios e potencialidades das políticas públicas de inovação, com destaque Leite, Paiva e Souza (2021), Leal e Figueiredo (2021), La Rovere, Santos e Vasconcelos (2021), Brusaca (2025), Santos e Lago (2025) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2018), oferecendo subsídios para compreender os fatores que condicionam a promoção da inovação em diferentes contextos regionais.

Quadro 5 – Principais desafios e potencialidades das políticas públicas de inovação

Dimensão	Desafios identificados	Potencialidades identificadas	Autores
Estrutura institucional	Fragmentação e baixa coordenação entre atores	Avanço de marcos legais e políticas estruturantes	Leite, Paiva e Souza (2021)
Implementação	Complexidade do processo e limitações das capacidades estatais	Abordagens analíticas mais integradas e sistêmicas	Santos e Lago (2025)
Investimentos em inovação	Baixa efetividade dos investimentos em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento)	Crescimento contínuo dos investimentos e base científica instalada	Leal e Figueiredo (2021)
Produção e uso de dados	Limitações na mensuração dos ecossistemas (dados incompletos e defasados)	Proposição de métricas e indicadores mais robustos	La Rovere, Santos e Vasconcelos (2021)
Desenvolvimento regional	Descompasso entre políticas e resultados socioeconômicos	Existência de estrutura institucional e iniciativas regionais	Brusaca (2025)
Sistema nacional de inovação	Baixa produtividade e atraso tecnológico	Possibilidade de aprendizado com experiências exitosas	CNI (2018)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Leite, Paiva e Souza (2021), Santos e Lago (2025), Leal e Figueiredo (2021), La Rovere, Santos e Vasconcelos (2021), Brusaca (2025) e CNI (2018).

A literatura analisada converge ao indicar que os desafios das políticas públicas de

inovação no Brasil estão fortemente associados à baixa efetividade na implementação. Leal e Figueiredo (2021) demonstram que, embora o país tenha ampliado significativamente os investimentos em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), compreendidos como o conjunto de atividades sistemáticas voltadas à produção de novos conhecimentos, tecnologias e processos, os resultados obtidos permanecem limitados, evidenciando que o problema reside menos na quantidade de recursos e mais na forma como estes são aplicados.

Esse argumento é reforçado pelo diagnóstico institucional apresentado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2018), ao indicar que o Brasil ainda enfrenta dificuldades estruturais relacionadas à produtividade, à capacidade tecnológica e ao alinhamento entre os atores públicos e privados, fatores essenciais para o fortalecimento do sistema nacional de inovação.

No campo da governança, Santos e Lago (2025) destacam que a implementação das políticas públicas deve ser compreendida como um processo multifacetado, que envolve dinâmicas políticas, sociais e administrativas complexas. Os autores ressaltam que os desafios não se limitam a falhas técnicas, mas decorrem da própria natureza relacional das políticas, que exigem coordenação entre diferentes níveis de governo e múltiplos atores.

Outro desafio relevante refere-se à mensuração dos ecossistemas de inovação, aspecto central discutido por La Rovere, Santos e Vasconcelos (2021). As autoras evidenciam que a ausência de dados consistentes, a defasagem temporal das informações e a falta de transparência em nível regional comprometem a formulação e o monitoramento das políticas públicas. Essa limitação impede a construção de diagnósticos precisos e reduz a capacidade de avaliação das políticas.

No plano histórico-institucional, Leite, Paiva e Souza (2021) apontam que o desenvolvimento das políticas públicas de inovação no Brasil ocorreu de forma tardia, com avanços mais significativos apenas a partir dos anos 2000, especialmente com a criação da Lei da Inovação. Apesar desses avanços, os autores indicam que o país ainda enfrenta dificuldades para consolidar-se como uma economia inovadora.

Em nível regional, Brusaca (2025) evidencia que, mesmo em contextos onde há estrutura institucional e iniciativas de fomento, persiste um descompasso entre os recursos investidos e os resultados efetivamente alcançados, indicando limitações na eficácia das políticas públicas de inovação.

A análise integrada dos estudos de Brusaca (2025) indica que os principais desafios das políticas de inovação no Brasil envolvem a baixa efetividade dos investimentos, a fragilidade institucional, as limitações no uso de dados e o desalinhamento entre políticas e

resultados, evidenciando a necessidade de uma governança articulada e de maior capacidade institucional. Por outro lado, as potencialidades apontam o fortalecimento dos marcos legais, o avanço dos investimentos em P&D, o aprimoramento das métricas e a existência de experiências exitosas que indicam caminhos viáveis para a inovação no país (Brusaca, 2025).

Dessa forma, a autora conclui que consolidar a inovação requer políticas sistêmicas que integrem atores e instrumentos com base em evidências.

2.2 Fundamentos teóricos dos ecossistemas de inovação

A consolidação do conceito de ecossistemas de inovação resulta da convergência de diferentes tradições teóricas que contribuem para compreender a dinâmica inovativa como uma rede de interdependências e fluxos de conhecimento. Esta subseção aborda os fundamentos que sustentam essa perspectiva, evidenciando que a inovação decorre da articulação entre suporte institucional, interações colaborativas e especificidades territoriais.

O ponto de partida são as perspectivas de autores e as diferentes dimensões do ecossistema de inovação, como Isenberg (2011), Martins (2023), Carvalho (2016), Sipakoly (2024) e Gomes (2024). Observa-se que o ecossistema atua como um organismo vivo, no qual políticas públicas, infraestrutura financeira e o protagonismo dos agentes de inovação devem operar em simbiose para converter ciência em valor econômico e social (Figura 2).

Figura 2 – Fundamentos do ecossistema de inovação



Fonte: Autora com base em Isenberg (2011), Martins (2023), Carvalho (2016), Sipakoly (2024) e Gomes (2024).

A representação visual dos fundamentos dos ecossistemas de inovação na figura 2, articulada ao referencial teórico mobilizado, permite evidenciar que a dinâmica inovativa não se sustenta em elementos isolados, mas em um conjunto de dimensões interdependentes que operam de forma sistêmica. O infográfico (figura 2) sintetiza essa complexidade ao

organizar os principais eixos estruturantes, governança, território, densidade relacional, suporte institucional e criticidade em contextos de desenvolvimento, em torno de um núcleo conceitual que compreende a inovação como processo de transformação sistêmica do conhecimento.

A dimensão da governança e legitimidade social, ancorada em Isenberg (2011) e Sipakoly (2024), evidencia que o papel do Estado ultrapassa a função regulatória, assumindo caráter estruturante na indução da inovação. A atuação governamental, quando orientada por políticas públicas eficazes e pela redução de entraves burocráticos, contribui para a criação de ambientes institucionais favoráveis. Contudo, a análise crítica aponta que a eficácia dessas políticas não reside apenas em sua existência, mas na sua capacidade de articulação com os demais elementos do ecossistema, evitando a fragmentação institucional.

De acordo com Daniel Isenberg (2011), o domínio governamental é determinante para a formação do ecossistema e para a eficácia das políticas públicas, cuja efetividade reside na capacidade de simplificar processos burocráticos e prover a legitimidade social indispensável ao desenvolvimento da inovação. Nesse contexto, a atuação governamental assume papel primordial, uma vez que políticas de incentivo eficazes reduzem entraves institucionais e estimulam a geração, difusão e aplicação de soluções inovadoras.

Sob uma perspectiva crítica baseada nos achados de Sipakoly (2024), a consolidação de um ecossistema inovador funciona em economias em desenvolvimento depende da superação da dicotomia entre o incentivo estatal e a rigidez institucional. O autor destaca que, no Brasil, o amadurecimento desse ecossistema foi impulsionado por políticas como o Programa Startup Brasil, que fomentou nichos de alta tecnologia em setores como fintechs, agronegócio e saúde, demonstrando que o alinhamento entre políticas públicas e vocações setoriais é capaz de gerar polos de inovação dinâmicos (Sipakoly, 2024).

Entretanto, Sipakoly (2024) evidencia que a vitalidade desse ecossistema não é garantida apenas pela criação de programas de aceleração ou incubadoras. A análise aponta que o ecossistema brasileiro é frequentemente sufocado por barreiras burocráticas e complexidades tributárias que atuam como forças de atrito, reduzindo a eficiência das redes de inovação. Segundo o estudo de Sipakoly (2024), enquanto economias desenvolvidas focam no refinamento de sistemas já estabelecidos, o ecossistema brasileiro ainda luta para mitigar a carência de infraestrutura e as incertezas regulatórias que impedem que o conhecimento gerado se converta em competitividade global sustentável.

No que se refere ao território e desenvolvimento local, conforme discutido por Carvalho (2016) e Liberato, Holanda e Felizola (2021), observa-se que os ecossistemas de

inovação são profundamente condicionados por suas especificidades regionais. A valorização das vocações produtivas locais e o fortalecimento de setores estratégicos evidenciam que a inovação se materializa em contextos territorializados. Entretanto, a ênfase exclusiva no potencial local pode limitar a inserção em redes globais, indicando a necessidade de equilíbrio entre desenvolvimento endógeno e articulação externa.

Segundo Carvalho (2016), a relevância de estruturar os ecossistemas a partir das bases industriais locais, fomentando o crescimento orgânico de setores tradicionais e em paralelo deve-se priorizar o suporte a empresas de alto crescimento, as quais, embora operem sob maiores níveis de risco, detêm elevado potencial de impacto econômico. No entanto é importante promover as empresas de alto crescimento e com potencial, pois em geral estas empresas assumem riscos mais elevados (Carvalho, 2016).

Liberato, Holanda e Felizola (2021) enfatizam que a efetividade dos ecossistemas inovadores está diretamente relacionada à qualidade das interações entre seus componentes, destacando a importância da cooperação, da circulação de informações e da construção de redes. Assim, a inovação é concebida como um processo coletivo, dependente da articulação entre diferentes agentes e da capacidade de integração entre os elementos que compõem o sistema.

Outro aspecto relevante na análise de Liberato, Holanda e Felizola (2021) refere-se ao papel do território na configuração dos ecossistemas de inovação. Os autores destacam que fatores locais, como infraestrutura, capital humano, cultura de inovação e políticas públicas, influenciam diretamente o desempenho inovativo, evidenciando que os ecossistemas são fortemente condicionados por suas especificidades regionais.

A dimensão da densidade relacional e redes sistêmicas, fundamentada em Martins (2023) e Gomes (2024), destaca que a inovação emerge da interação entre múltiplos atores, sendo a qualidade dessas relações um fator determinante para a maturidade do ecossistema. A presença de redes colaborativas, fluxos de informação e mecanismos de cooperação configura a base para a construção de um ambiente inovador. Sob uma perspectiva crítica, verifica-se que a simples coexistência de atores não garante a inovação, sendo imprescindível a existência de mecanismos de governança capazes de promover integração e sinergia.

A abordagem de Martins (2023) sobre inovação e ecossistema inovador insere-se em uma perspectiva relacional e sistêmica, na qual a inovação é tratada como resultado da interação entre múltiplos atores e condições estruturais. O autor evidencia que o ecossistema é constituído por uma rede heterogênea composta por universidades, setor produtivo, governo e instituições de apoio, cuja atuação conjunta é fundamental para a geração e difusão

da inovação.

Martins (2023) destaca o papel estratégico das políticas públicas e das instituições financeiras e de apoio na redução de barreiras estruturais e na criação de condições favoráveis ao desenvolvimento da inovação. Essas instituições atuam como mediadoras do ecossistema, promovendo acesso a recursos, estímulos regulatórios e mecanismos de incentivo à inovação. No entanto, o autor enfatiza que tais instrumentos só produzem efeitos significativos quando integrados em uma lógica sistêmica, capaz de potencializar sinergias entre os diferentes atores.

Para Martins (2023), os ecossistemas inovadores constituem o núcleo dinâmico responsável por converter conhecimento em valor econômico e social. No entanto, esse processo é intrinsecamente dependente das condições estruturais do próprio ecossistema; sem acesso a capital, redes e talentos, a capacidade de escalar e sustentar a inovação torna-se limitada.

Gomes (2024) compreende a inovação como um processo intrinsicamente vinculado à dinâmica dos ecossistemas, sendo resultado da interação entre múltiplos atores, políticas públicas e condições estruturais que configuram o ambiente em que os agentes estão inseridos. Nessa perspectiva, os ecossistemas de inovação são entendidos como um processo sistêmico, resultante da interação entre universidades, governo, empresas e instituições de suporte. Para a autora, o ecossistema é um arranjo em construção onde a eficácia das políticas e incentivos públicos depende da sua integração estratégica a essa rede, superando iniciativas isoladas.

O suporte institucional e o acesso ao capital operam como condições estruturantes da inovação, ao viabilizarem risco, experimentação e escalabilidade. Conforme Martins (2023) e Carvalho (2016), instituições de apoio e financiamento exercem função mediadora na articulação entre atores e recursos. Entretanto, a centralidade excessiva dos incentivos pode comprometer a robustez do sistema inovativo quando não sustentada por relações estáveis entre mercado, Estado e agentes inovadores.

Por sua vez, a crítica de Sipakoly (2024) ao amadurecimento dos ecossistemas em economias em desenvolvimento evidencia limites estruturais, rigidez institucional, complexidade regulatória e déficit infraestrutural, que inibem a conversão do conhecimento em inovação. Assim, a consolidação de ecossistemas inovadores requer menos a expansão de incentivos e mais transformações estruturais capazes de reduzir assimetrias e assegurar estabilidade institucional.

É importante compreender que no centro dessas dimensões e, a partir das

convergências teóricas, é possivel posicionar o núcleo conceitual da inovação como transformação sistêmica do conhecimento, e a discussão dos autores acima citados, reafirmam a convergência teórica da inovação como fenômeno relacional, dinâmico e contextual. Essa análise reforça que a construção de ecossistemas inovadores exige não apenas incentivos, mas transformações estruturais mais amplas, capazes de reduzir assimetrias e promover estabilidade institucional.

Em um segundo momento, pode-se apresentar os fundamentos conceituais da inovação para uma análise onde é discutida como fenômeno complexo, relacional e multidimensional. Nesse sentido, a síntese dessas contribuições pode ser organizada a partir do quadro 6, que evidencia as principais dimensões analíticas associadas ao fenômeno. Optou-se por apresentar os conceitos centrais de Schumpeter (1934; 1942), Lundvall (1992), Mazzucato (2014), Almeida e Aleixo (2020) e Fernandes (2023).

Quadro 6 – Fundamentos conceituais dos ecossistemas de inovação

Ano	Autor	Conceito central	Dimensão analítica	Constituição para ecossistema de inovação
1934; 1942; 1997	Schumpeter	Inovação como "novas combinações" e destruição criadora	Econômica e dinâmica	Inovação como motor do desenvolvimento e transformação estrutural
1992	Lundvall	Aprendizagem interativa e sistemas de inovação	Relacional e institucional	Inovação como resultado de interações e aprendizagem social
2014	Mazzucato	Estado empreendedor e criação de mercados	Política e institucional	Estado como agente indutor e estruturador da inovação
2020	Almeida e Aleixo	Inovação como processo organizacional e geração de valor	Organizacional e processual	Gestão da inovação e sua operacionalização nas organizações
2023	Fernandes	Inovação como ecossistema com retroalimentação	Sistêmica e integrada	Articulação entre ambientes e fluxos de conhecimento

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Schumpeter (1934; 1942,1997), Lundvall (1992), Mazzucato (2014), Almeida e Aleixo (2020) e Fernandes (2023).

O quadro 6 evidencia que, sob uma perspectiva clássica e econômica, Schumpeter (1934; 1942) estabelece as bases ao conceber a inovação como elemento central do desenvolvimento, associando-a à introdução de novas combinações e à dinâmica de destruição criadora. Essa abordagem inaugura a compreensão da inovação como força motriz das transformações estruturais, ainda que inicialmente centrada no agente econômico.

O ecossistema de inovação encontra fundamentos na teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter (1934), que introduz a inovação como elemento central da dinâmica capitalista. O autor rompe com a perspectiva de equilíbrio ao afirmar que o

desenvolvimento decorre da introdução de “novas combinações”, compreendidas como mudanças qualitativas na estrutura produtiva. Nesse sentido, destaca que o desenvolvimento econômico não se caracteriza por um processo contínuo, mas por rupturas estruturais: “O desenvolvimento, no sentido que lhe damos, é definido então pela realização de novas combinações” (Schumpeter, 1997, p. 76).

Ademais, Schumpeter (1997) atribui ao crédito uma função central na dinâmica da inovação, ao indicar que a realização do desenvolvimento econômico está condicionada à disponibilidade de recursos financeiros que possibilitem a implementação de novas combinações produtivas. Ainda que centrada no agente econômico, essa abordagem já sugere uma dimensão relacional da inovação, ao reconhecer a interdependência entre capital, mercado e produção.

Essa evolução do pensamento schumpeteriano, do foco no agente para a ênfase nas dinâmicas estruturais, estabelece as bases para as abordagens contemporâneas da inovação como fenômeno sistêmico. Nessa direção, Lundvall (1992) introduz o conceito de aprendizagem interativa, ao destacar que a inovação resulta da interação entre atores em contextos institucionalmente estruturados e enraizados nas relações sociais e institucionais. Dessa forma, a dimensão relacional e institucional passa a ocupar posição central na análise dos ecossistemas inovadores.

Outro aspecto central na abordagem de Lundvall (1992) é o papel central das instituições, compreendidas como estruturas que moldam os processos de aprendizagem e inovação. As instituições influenciam não apenas as regras do jogo econômico, mas também os fluxos de informação, os padrões de interação e as capacidades de inovação.

Nesse sentido, a inovação é condicionada por fatores como normas, cultura, políticas públicas e arranjos organizacionais, o que reforça sua natureza contextual e territorial. Assim, diferentes sistemas nacionais apresentam desempenhos inovativos distintos em função de suas especificidades institucionais.

No âmbito das políticas públicas, Mazzucato (2014) contribui ao redefinir o papel do Estado, que deixa de ser visto como agente corretor de falhas de mercado para assumir função ativa na criação e orientação de trajetórias tecnológicas. Essa perspectiva introduz a dimensão política como elemento estruturante dos ecossistemas de inovação, ao evidenciar que o desempenho inovativo está diretamente relacionado à capacidade estatal de coordenar investimentos e assumir riscos.

A autora demonstra que as inovações mais radicais resultam de investimentos públicos de longo prazo, especialmente em contextos de elevada incerteza, nos quais o setor

privado tende a não atuar. Nesse sentido, a inovação é compreendida como um processo coletivo e sistêmico, estruturado por interações entre atores e instituições, no qual o Estado desempenha função estratégica ao assumir riscos, coordenar investimentos e criar novos mercados (Mazzucato, 2014).

Ao diferenciar ecossistemas de inovação simbióticos e parasitários, Mazzucato (2014) evidencia que o desempenho inovativo depende da qualidade das relações entre os atores e da forma como riscos e benefícios são distribuídos. Assim, a inovação ultrapassa a lógica de correção de falhas de mercado, sendo concebida como resultado de processos intencionais de construção e orientação de mercados por meio de políticas públicas.

Por sua vez, Almeida e Aleixo (2020) enfatizam a dimensão organizacional da inovação, ao compreender os processos inovativos como estruturados, passíveis de gestão e orientados à geração de valor. Essa abordagem contribui para aproximar a discussão teórica das práticas organizacionais, evidenciando que a inovação se concretiza por meio da articulação entre recursos, competências e estratégias no interior das organizações.

Para Almeida e Aleixo (2020) a inovação não ocorre de forma isolada, mas está inserida em processos estruturados, passíveis de gestão e organização. Essa perspectiva aproxima-se de abordagens contemporâneas que compreendem a inovação como um fenômeno sistêmico, no qual diferentes etapas, desde a geração de ideias até sua implementação, demandam articulação entre recursos, capacidades e estratégias organizacionais. Nessa direção, a inovação é concebida como um processo contínuo e cumulativo, que requer mecanismos de coordenação e gestão adequados.

Nesse sentido, Almeida e Aleixo (2020) concebem a inovação como um processo orientado à geração de valor, resultante da aplicação prática de ideias no contexto produtivo, distinguindo-a da invenção, que se restringe à criação sem necessariamente alcançar implementação efetiva. Tal entendimento reforça o caráter aplicado da inovação e sua dependência de condições organizacionais e mercadológicas para se concretizar.

Por fim, Fernandes (2023) propõe uma leitura integradora ao compreender a inovação como um ecossistema caracterizado por fluxos contínuos de retroalimentação, nos quais diferentes ambientes e conhecimentos se articulam na produção de soluções aplicadas. Nessa perspectiva, a inovação é concebida como um fenômeno dinâmico e não linear, resultante da interação entre múltiplos elementos que compõem o sistema.

Tal abordagem contribui para ampliar a compreensão da inovação, ao evidenciar sua natureza dinâmica e não linear, além de ressaltar sua dependência das interações estabelecidas entre os diversos componentes que estruturam o sistema.

Trata-se, portanto, de uma abordagem que enfatiza a circulação do conhecimento e sua capacidade de gerar efeitos concretos no contexto socioeconômico. Ao aprofundar essa perspectiva, Fernandes (2023, p. 138) explicita que "são ações interconectadas onde diferentes atividades criativas, desde a pesquisa básica e aplicada, até a prototipação de produtos e serviços inovadores, tornam-se acessíveis, em larga escala, à toda sociedade".

Dessa forma, a articulação dessas abordagens permite compreender os ecossistemas de inovação como arranjos complexos e multiescalares, nos quais dimensões econômicas, relacionais, institucionais, organizacionais e sistêmicas se interconectam. Essa integração teórica oferece base analítica consistente para a compreensão da inovação em contextos territoriais específicos, ao evidenciar que seu desenvolvimento depende da interação entre atores, da circulação de conhecimento e da existência de condições estruturais favoráveis.

2.2.1 Ecossistemas de inovação: uma análise das distinções estruturais em relação aos ecossistemas de empreendedorismo

A abordagem dos ecossistemas de inovação tem se consolidado como referência analítica para compreender a dinâmica contemporânea da geração e aplicação do conhecimento. Essa perspectiva privilegia uma leitura sistêmica, na qual a inovação resulta da interação entre atores, instituições e condições contextuais, organizados em arranjos interdependentes.

Sob esse enfoque, o ecossistema de inovação configura-se como um constructo que integra dimensões institucionais, tecnológicas e socioeconômicas, permitindo analisar a inovação como fenômeno relacional e territorialmente situado. Nesse contexto, o empreendedorismo não é tratado como um campo isolado, mas como parte integrante dessas dinâmicas, especialmente no que se refere à criação de novos negócios e à mobilização de oportunidades inovadoras. Por isso a importância de integrá-los diferenciando-os.

A partir dessa delimitação, a autora desta pesquisa assume o ecossistema de inovação como eixo teórico central, compreendendo o empreendedorismo como uma de suas dimensões constitutivas, sem deslocar o foco da análise da lógica sistêmica da inovação.

Schumpeter (1934) postula que o conceito de inovação transcende o campo técnico, abrangendo flutuações no desenvolvimento tecnológico, a prospecção de novos mercados e transformações nos métodos de distribuição e oferta de bens. Para o autor, essa dinâmica é movida pela busca de lucros, atuando como o motor de transformação e desequilíbrio produtivo na economia. Ele ressalta que esse processo é intrinsecamente motivado pela expectativa de rentabilidade, impulsionando os ciclos de desenvolvimento econômico e que, essa atividade,

orientada pela motivação do lucro, é o que fundamenta as oscilações e o crescimento do sistema econômico.

A relevância dos ecossistemas de inovação advém da compreensão de que a inovação é o vetor primordial de agregação de valor e geração de riqueza. Nesse sentido, na perspectiva de Kon (2016), a estruturação deliberada desses arranjos e inter-relacionamentos constitui uma estratégia para induzir o desenvolvimento econômico, servindo como base estrutural para a recuperação de economias em períodos de recessão ou baixo dinamismo.

Ainda, segundo a autora, ao considerar que a inovação é fonte de riqueza e competitividade, a criação de ecossistemas orientados ao desenvolvimento econômico tornou-se uma política estratégica. Tais interações são desenhadas para potencializar a geração de valor e atuar como mecanismos de mitigação em períodos de instabilidade ou estagnação econômica.

Seguindo as diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2005), autores como Francisco *et al*. (2023), trazem que a inovação compreende a implementação de produtos ou processos novos, ou, substancialmente aprimorados. Segundo eles, o conceito é classificado em quatro dimensões distintas: inovações de produto, de processo, organizacionais e de marketing, cada qual incidindo sobre diferentes esferas da atividade empresarial.

Conforme os autores, o foco principal recai sobre a dinâmica de trazer inovação, da produção científica e tecnológica, de transferência de tecnologia e da capacidade de transformar conhecimento em novos produtos, serviços, processos ou modelos organizacionais (Francisco *et al*., 2023). Nesse sentido, pode-se considerar que a inovação pode ocorrer tanto em empresas nascentes quanto em organizações consolidadas, não se restringindo necessariamente à criação de novos empreendimentos.

É possível depreender da literatura, que o conceito de inovação é fundamentado no conhecimento como base do processo de inovar, na novidade e na utilidade, tendo a criação ou a preservação de valor como objetivo central, de acordo com o Manual de Oslo de 2018. Ademais, a exigência de implementação distingue a inovação de outros conceitos, como a invenção, uma vez que somente se configura como inovação aquilo que é efetivamente aplicado ou disponibilizado para uso.

Ainda que os termos: ecossistema de inovação e ecossistema de empreendedorismo sejam frequentemente utilizados de forma complementar, eles apresentam distinções conceituais relevantes quanto ao foco, aos atores centrais e aos objetivos predominantes. Segundo Liberato; Holanda; Felizola (2021), esses agentes fomentam o intercâmbio de informações e conhecimentos voltados ao desenvolvimento tecnológico e de inovação. Sob esse

quadro teórico, o ecossistema de inovação configura-se como uma rede integrada por parceiros e instituições de suporte que potencializam a produção de conhecimento.

Segundo os autores acima citados, os ecossistemas de inovação são redes colaborativas que englobam parceiros e instituições de apoio, sendo definido como uma rede composta por parceiros e instituições de suporte que, ao auxiliarem os proponentes da inovação, impulsionam o desenvolvimento socioeconômico regional. “Essas instituições de apoio podem auxiliar os atores que promovem e disseminam a inovação, contribuindo assim, para o desenvolvimento de uma localidade” (Liberato; Holanda; Felizola, 2021, p. 266).

A inovação tem se consolidado como fator central para a competitividade e o crescimento das organizações, especialmente das empresas, nos diferentes mercados. Na perspectiva de Ikenami, Garnica e Ringer (2016), a influência dos ambientes de inovação na ampliação e aceleração da capacidade inovativa dos atores neles inseridos tem ganhado destaque, tanto por seu impacto no desenvolvimento econômico e tecnológico dos países quanto por sua crescente relevância na formulação e implementação de políticas e práticas organizacionais. Ainda segundo os autores, os marcos legais de inovação ampliaram a segurança jurídica e estimularam, por meio de incentivos fiscais, a cooperação em P&D entre empresas e instituições científico-tecnológicas.

Os ecossistemas de inovação, na literatura, são apontados com a existência de indicadores e métricas em níveis nacional e regional. Segundo La Rovere, Santos e Vasconcellos (2021), em âmbito nacional, destacam-se métricas quantitativas consolidadas, como a remuneração da mão de obra com formação superior, a proporção de mestres e doutores por cem mil habitantes, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento como percentual do PIB, o número de patentes, licenciamentos e empresas de alto crescimento, bem como a participação do venture capital no financiamento de empresas de base tecnológica.

O Manual de Oslo, elaborado pela OCDE (2018) e pelo Instituto de Estatística da União Europeia (EUROSTAT), constitui um referencial para a compreensão da dinâmica dos ecossistemas de inovação. Ao situar a inovação como produtos ou processos novos ou significativamente aprimorados, o Manual destaca que sua ocorrência não depende exclusivamente da capacidade interna das organizações, mas das condições institucionais, econômicas e sociais que conformam o ambiente em que estas operam (OCDE; EUROSTAT, 2018).

Com base no Manual de Oslo (2018), o desempenho inovador é visto como o resultado das relações entre diversos atores (organizações, instituições e intermediários) que compõem o sistema de inovação. A inovação emerge, portanto, como resultado de processos interativos e

cumulativos, nos quais o conhecimento é produzido, compartilhado e transformado em aplicações práticas, configurando um processo coletivo e relacional (OCDE; EUROSTAT, 2018).

Cordeiro e Spoladore (2021) introduzem uma dimensão empírica à análise ao destacar que a literatura recente tem identificado modelos considerados bem-sucedidos de ecossistemas empreendedores, como os do Vale do Silício, Tel Aviv, Bangalore e Waterloo. Esses casos funcionam como evidências concretas da operacionalização dos elementos teóricos discutidos pelos demais autores, demonstrando que sua consolidação resulta da convergência entre fatores institucionais favoráveis, políticas públicas consistentes, cultura de inovação e redes de colaboração.

O Quadro 7 diferencia os conceitos de ecossistema de inovação e de empreendedorismo, de modo a evitar confusões teóricas e delimitar o foco da pesquisa.

Quadro 7 – Ecossistema empreendedor X Ecossistema de inovação

Critério de comparação	**Ecossistema empreendedor**	**Ecossistema de inovação**
Foco Central	O ciclo de vida de novos negócios e o surgimento/expansão de empresas (Felizola *et al.*, 2024; Isenberg, 2011).	Os processos de geração, difusão e aplicação do conhecimento/inovações (Liberato; Holanda; Felizola, 2021).
Ator Protagonista	O Empreendedor é o agente central e protagonista (Martins, 2023).	Redes colaborativas envolvendo Universidades, Centros de Pesquisa e instituições de suporte (Liberato *et al.*, 2021).
Objetivo Estratégico	Viabilizar a criação, sobrevivência e o crescimento orgânico de empresas, especialmente as de alto crescimento (Carvalho, 2016).	Agregar valor, gerar riqueza e aumentar a competitividade por meio do desenvolvimento tecnológico (Kon, 2016).
Pilares / Domínios	Seis domínios: políticas públicas, capital financeiro, cultura, suporte, capital humano e mercados (Isenberg, 2011).	Produção científica, transferência de tecnologia e transformação de conhecimento em novos produtos/processos (Francisco *et al*., 2023).
Abrangência	Centrado no território e no ambiente institucional que potencializa ou inibe a dinâmica empresarial (Carvalho, 2016).	Ocorre tanto em empresas nascentes quanto em organizações consolidadas, não se restringindo a novos negócios.
Dinâmica de Valor	Sustentada pela interação entre ativos estratégicos e suporte ao processo empreendedor (Felizola *et al.*, 2024).	Movida pela busca de lucros e pela implementação efetiva de novidades no mercado (Schumpeter, 1934; Manual de Oslo, 2018).
Principais Métricas	Criação e consolidação de ecossistemas, impacto de políticas públicas e sobrevivência de firmas (Carvalho, 2016).	Investimento em P&D (% do PIB), número de patentes, licenciamentos e proporção de mestres/doutores (La Rovere *et al*., 2021).

Fonte: Autoria própria, a partir da fundamentação teórica apresentada nesta subseção (2026).

A distinção entre o ecossistema de inovação e o empreendedor é mobilizada neste estudo como um recurso analítico para delimitar conceitos e evitar sobreposições interpretativas. Conforme sintetizado no Quadro 7, embora ambos compartilhem o território como base, suas ênfases e métricas de sucesso divergem em pontos fundamentais.

No ecossistema empreendedor, o foco recai sobre o ciclo de vida do negócio e a figura do empreendedor como protagonista central (Martins, 2023). O objetivo precípuo é viabilizar o surgimento e o crescimento orgânico de firmas, sendo a resiliência empresarial o principal indicador de sucesso (Carvalho, 2016).

Por outro lado, o ecossistema de inovação estrutura-se em torno dos processos de geração e difusão de conhecimento, tendo como protagonistas as redes colaborativas que integram universidades, centros de pesquisa e governo (Liberato *et al.*, 2021). Aqui, a finalidade sobrepõe-se a sobrevivência individual da organização, buscando agregar valor e competitividade sistêmica por meio do desenvolvimento tecnológico (Kon, 2016).

A análise dos autores referenciados na seção identifica que no ecossistema de empreendedorismo, o sucesso é medido pela resiliência e crescimento das organizações, a firma é o fim. No ecossistema de inovação, o sucesso é medido pela evolução da fronteira tecnológica e pela solução de problemas complexos, a tecnologia é o fim. Dessa forma, a análise não bifurca os conceitos, mas reconhece que a atividade empreendedora é o mecanismo que operacionaliza e dá vazão mercadológica ao conhecimento produzido no ecossistema de inovação.

3 METODOLOGIA

A metodologia constitui um dos elementos centrais da pesquisa científica, uma vez que define os caminhos, os procedimentos e as estratégias que orientam a produção do conhecimento, assegurando rigor, coerência e validade aos resultados obtidos. Nesse sentido, conforme destaca Gil (2019), a metodologia corresponde ao conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingir os objetivos da pesquisa, sendo responsável por conferir sistematicidade e cientificidade ao processo investigativo.

É por meio da metodologia que o pesquisador estabelece a relação entre o problema de pesquisa, os objetivos e os procedimentos adotados, permitindo a construção de respostas cientificamente consistentes e diversificadas. Mas, vai além: "O caráter multipragmático dos estudos organizacionais implica a coexistência de diferentes modos de acesso e conceituação da realidade" (Godoi; Balsini, 2010, p. 90).

No âmbito desta pesquisa, o desenho metodológico foi estruturado de modo a possibilitar a análise da eficácia das políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo e inovação em Sergipe, considerando a percepção dos atores que integram o ecossistema local de inovação- ELI-Grande Aracaju. Essa estrutura permite compreender não apenas a existência das políticas, mas também sua efetividade no contexto em que são implementadas (Figura 3).

Figura 3 – Desenho da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A sequência apresentada na figura 3 explicativa do desenho da pesquisa, evidencia a estrutura lógica que fundamenta o desenvolvimento metodológico do estudo, estabelecendo

uma articulação coerente entre seus diferentes componentes.

Teoricamente, o desenho de pesquisa corresponde à estrutura lógica e metodológica que orientou a condução da investigação, estabelecendo os pressupostos que sustentaram a definição da natureza do estudo, da abordagem adotada, dos procedimentos empregados e das estratégias de coleta e análise dos dados. No âmbito da pesquisa científica, o delineamento desempenhou a função de articular o problema de pesquisa aos objetivos e aos métodos selecionados, conferindo coerência ao percurso investigativo.

Para Volpato (2013) e Gil (2019), a explicitação do desenho metodológico constitui elemento essencial da investigação científica, pois torna transparentes as escolhas que orientam a produção do conhecimento e organiza os procedimentos necessários ao alcance dos objetivos propostos. Para os autores, a definição clara da metodologia assegura a articulação entre problema de pesquisa, objetivos e métodos, contribuindo para a consistência do estudo, a confiabilidade dos resultados e a legitimidade das evidências produzidas.

A pesquisa foi estruturada em um processo integrado e sequencial, no qual cada etapa contribuiu para a coerência do percurso investigativo e produção de conhecimento científico acerca da eficácia das políticas públicas de incentivo à inovação em Sergipe (Quadro 8).

Quadro 8 – Alinhamento entre objetivos, dimensões investigativas e procedimentos de coleta/ análise

Objetivo específico	Dimensão investigativa	Fontes/Técnicas de coleta	Procedimento analítico
Mapear as políticas públicas voltadas à inovação vigentes no estado de Sergipe.	Estrutura normativa e institucional das políticas públicas de inovação	Documentos normativos, institucionais, de planejamento e demais documentos selecionados para o corpus	Análise documental, com base em Cellard (2012)
Analisar o alcance dessas políticas públicas a partir da percepção dos atores do ecossistema de inovação do Estado.	Conhecimento e acesso às políticas; percepção de seu alcance; articulação entre os atores	Entrevistas semiestruturadas e questionário	Análise de Conteúdo das entrevistas e das questões abertas do questionário, com base em Bardin (2016), e tratamento estatístico descritivo das questões fechadas, com base em Soares (2022)
Identificar os principais resultados alcançados e as perspectivas para o futuro do ecossistema.	Resultados percebidos, desafios e perspectivas do ecossistema	Entrevistas semiestruturadas, questionário e evidências complementares pertinentes	Análise de Conteúdo das entrevistas e das questões abertas do questionário; estatística descritiva das questões fechadas pertinentes; e cotejamento com as demais evidências da pesquisa

Fonte: Elaborado pela autora com base no desenho da pesquisa (2026).

O quadro 8 apresenta o alinhamento entre os objetivos específicos, as dimensões investigativas, as fontes de evidência e os procedimentos de análise adotados na pesquisa. Sua função foi explicitar como cada objetivo foi operacionalizado, preservando a correspondência entre aquilo que se buscou investigar, os dados produzidos e o tratamento analítico aplicado a cada conjunto de evidências.

O primeiro objetivo específico, voltado ao mapeamento das políticas públicas de inovação vigentes no estado de Sergipe, foi desenvolvido a partir da dimensão normativa e institucional. Para tanto, foram examinados documentos normativos, institucionais, de planejamento e demais registros selecionados para o corpus documental. A análise documental possibilitou identificar e caracterizar as políticas, os instrumentos de fomento, os atores institucionais envolvidos e os mecanismos utilizados em sua operacionalização.

O segundo objetivo específico direcionou a investigação para o alcance das políticas públicas a partir da percepção dos atores do ecossistema. Nessa dimensão, as entrevistas semiestruturadas e o questionário permitiram reunir evidências sobre conhecimento e acesso às políticas, percepção de seu alcance e articulação entre os atores. As respostas de natureza discursiva foram submetidas à Análise de Conteúdo, enquanto as questões fechadas receberam tratamento estatístico descritivo, respeitando-se a natureza dos dados produzidos por cada instrumento.

O terceiro objetivo específico concentrou-se na identificação dos principais resultados alcançados e das perspectivas para o futuro do ecossistema. Para sua análise, foram consideradas as evidências qualitativas provenientes das entrevistas e das questões abertas do questionário, complementadas, quando pertinentes, pelos dados descritivos das questões fechadas e pelas demais evidências relacionadas aos resultados, desafios e perspectivas do ecossistema. Esse procedimento permitiu examinar diferentes manifestações do fenômeno sem atribuir a uma única fonte a capacidade de explicar, isoladamente, os resultados observados.

Integrados de forma complementar, os três objetivos específicos (políticas, percepções e resultados) subsidiam a análise do objetivo geral.

3.1 Caracterização da pesquisa

Com base em Prodanov e Freitas (2009) e Vergara (2016), esta pesquisa caracterizou-se como aplicada, de abordagem qualitativa e natureza exploratório-descritiva, voltada à compreensão das políticas públicas de inovação no contexto do Ecossistema Local de Inovação (ELI) da Grande Aracaju. Adotou-se o estudo de caso único como estratégia de investigação,

tendo o ELI como unidade de análise, com utilização de pesquisa de campo e documental para a produção dos dados.

A Figura 4 sintetizou o enquadramento metodológico da pesquisa, evidenciando a coerência entre o problema investigado, os objetivos propostos e os procedimentos metodológicos adotados.

Figura 4 – Caracterização da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

No que se refere à natureza, a presente pesquisa classifica-se como aplicada, em função de seu objetivo, que consiste em "compreender a efetividade das políticas públicas de inovação e do empreendedorismo do Estado de Sergipe no fomento ao ecossistema de inovação local.

Tal orientação evidencia o caráter aplicado da investigação, na medida em que privilegia a análise de um fenômeno em seu contexto empírico (Prodanov; Freitas, 2009), produzindo subsídios relevantes para a compreensão, a avaliação e o aperfeiçoamento das políticas públicas de inovação.

Vergara (2016) afirma que a pesquisa aplicada está relacionada aos fins a que o estudo se destina, sendo motivada pela necessidade de compreender e contribuir para a resolução de problemas concretos, sejam eles imediatos ou de caráter mais amplo.

Convém destacar que mesmo uma pesquisa sendo aplicada em termos de resultados, toda pesquisa contribui teoricamente com a pesquisa básica na fase do referencial teórico, nesse sentido, a pesquisa aplicada e a básica; elas são complementares. A básica fornece o alicerce teórico, e a aplicada, conforme defendido por Volpato (2013), é o que permite que a ciência

cumpra sua função social de melhorar a vida humana.

A abordagem qualitativa mostra-se adequada quando o objetivo da investigação consiste em compreender os significados, as percepções e as interpretações atribuídas pelos sujeitos a determinado fenômeno social (Prodanov; Freitas, 2009). Nessa perspectiva, Godoi e Balsini (2010, p. 91) explicam que “essa empreitada só é possível se os sujeitos forem ouvidos a partir da sua lógica e exposição de razões”, o que exige a imersão do pesquisador no campo da pesquisa e, quase sempre, conduz à adoção da estratégia de estudo de caso.

Conforme Yin (2016), a pesquisa qualitativa funciona como uma lente de alta resolução, capaz de captar não apenas o “o quê” acontece, mas o “como” e o “porquê” sob a ótica de quem vivencia o fenômeno, sempre respeitando a teia contextual que dá sentido à existência social, ou seja: “a pesquisa qualitativa é guiada por um desejo de explicar esses acontecimentos, por meio de conceitos existentes ou emergentes” (Yin, 2016, p. 28).

Assim, a abordagem qualitativa revelou-se a mais adequada para este estudo, pois possibilita uma compreensão contextualizada e aprofundada do fenômeno investigado, contribuindo para a análise da efetividade das políticas públicas de inovação e de suas implicações no fortalecimento do ecossistema de inovação do Estado de Sergipe.

Em relação aos seus objetivos (ou fins), a investigação assume um caráter duplamente exploratório e descritivo. É exploratória por buscar maior familiaridade e profundidade acerca das dinâmicas do Ecossistema de Inovação do ELI Grande Aracaju, e descritiva ao detalhar as características e o funcionamento das políticas públicas de inovação e empreendedorismo vigentes na região, proporcionando uma visão da realidade observada.

Conforme apontam Marconi e Lakatos (2021), a pesquisa exploratória é o passo inicial para qualquer investigação que pretenda obter informações sobre a situação atual de um tema, facilitando o delineamento de estudos mais precisos. Flick (2018) justifica que os estudos exploratórios são apropriados quando o fenômeno investigado ainda apresenta lacunas teóricas ou empíricas.

No contexto das políticas públicas de inovação em Sergipe, o caráter exploratório permite o levantamento preliminar das ações governamentais e a identificação dos principais atores do ecossistema local, muitas vezes pouco sistematizados na literatura acadêmica regional.

Além disso, o estudo possui natureza descritiva, pois pretende identificar, sistematizar e interpretar características das políticas públicas existentes, bem como compreender seus efeitos e percepções no âmbito do ecossistema de inovação sergipano.

Vergara (2016) define os meios como as estratégias para obtenção de dados. Nesse

sentido, a pesquisa caracteriza-se como um Estudo de Caso Único, focado na unidade de análise conhecida como “ELI Grande Aracaju”. Complementarmente, utiliza-se a Pesquisa de Campo para a coleta de dados primários diretamente com os atores do ecossistema e a Pesquisa Documental para a análise de fontes secundárias, como leis, decretos e relatórios oficiais.

Quanto ao recorte temporal, a pesquisa adota um corte transversal, uma vez que a análise foi realizada a partir da observação do fenômeno em um determinado período de tempo, buscando compreender a configuração atual das políticas públicas de inovação e suas repercussões no ecossistema de inovação do Estado de Sergipe.

Importa destacar que esta pesquisa está direcionada para o “agora” do ecossistema, o que justifica não ser um estudo longitudinal, que compararia vários anos ou décadas.

3.2 Questões de pesquisa

Para facilitar a compreensão da investigação, os objetivos específicos devem ser desdobrados em questões de pesquisa. O propósito central dessa elaboração é revelar a multiplicidade de fatores que constituem o fenômeno estudado. Segundo Creswell e Creswell (2021), essa abordagem possibilita ao pesquisador qualitativo captar diferentes sentidos, interpretações subjetivas e perspectivas dos participantes, respeitando a riqueza e a complexidade do contexto social.

Justifica-se que o procedimento de transformar objetivos investigativos em questões de pesquisa norteadoras é amplamente reconhecido na literatura de pesquisa qualitativa, sendo citado por autores como Bauer e Gaskell (2015) e Vergara (2016), que destacam sua importância para estruturar a coleta e a análise dos dados, bem como para assegurar a coerência entre os objetivos do estudo, as estratégias metodológicas adotadas e a interpretação dos resultados.

No presente estudo, cada objetivo específico foi desdobrado em perguntas analíticas destinadas a apreender dimensões complementares do fenômeno investigado. Essa estratégia metodológica não apenas orienta a coleta e a análise dos dados, mas também assegura a articulação entre os objetivos da pesquisa e as evidências produzidas. Para tanto, as questões foram estruturadas em torno de três eixos centrais: a identificação das políticas existentes, a análise de seu alcance junto aos atores do ecossistema e a avaliação dos resultados e perspectivas delas decorrentes (Quadro 9). Essa organização possibilita uma abordagem integrada e sistemática do objeto de estudo, favorecendo a compreensão das relações entre formulação, implementação e efeitos das políticas voltadas à inovação.

Quadro 9 – Alinhamento metodológico e desdobramentos do problema de pesquisa

Objetivos específicos	Questões de pesquisa
Mapear as políticas públicas voltadas à inovação vigentes no estado de Sergipe	**1**. Quais são as principais políticas públicas de incentivo à inovação atualmente vigentes no Estado de Sergipe?
	2. Quais instrumentos, programas ou mecanismos de apoio à inovação são utilizados por essas políticas?
Analisar o alcance dessas políticas públicas a partir da percepção dos atores do ecossistema de inovação do Estado	**3**. Em que medida os atores do ecossistema de inovação de Sergipe conhecem e acessam as políticas públicas de incentivo à inovação existentes no estado?
	4. Como os atores do ecossistema percebem a articulação entre instituições públicas, universidades, empresas e organizações de apoio na implementação dessas políticas?
Identificar os principais resultados alcançados e as perspectivas para o futuro do ecossistema	**5**. Quais resultados ou impactos das políticas públicas de inovação são percebidos pelos atores do ecossistema de inovação de Sergipe?
	6. Quais desafios e perspectivas futuras são apontados para o fortalecimento do ecossistema de inovação no estado?

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A delimitação das questões de pesquisa que orientaram esta investigação exigiu a explicitação do percurso metodológico adotado, uma vez que a produção de conhecimento científico requer procedimentos capazes de sustentar a obtenção, o tratamento e a interpretação dos dados de forma sistemática. O delineamento metodológico desempenhou, portanto, papel central na condução do estudo, ao estabelecer os critérios que asseguraram a articulação entre o problema investigado, os objetivos propostos e as evidências empíricas produzidas.

A seção seguinte apresenta a caracterização metodológica da pesquisa, descrevendo a abordagem adotada, a estratégia de investigação e os procedimentos técnicos empregados. A exposição desses elementos permitiu evidenciar a lógica que orientou o desenvolvimento do estudo e os fundamentos que conferiram consistência analítica ao processo investigativo.

3.3 Estratégia da pesquisa: definições constitutivas

A adoção do estudo de caso único fundamentou-se em Yin (2016), que o concebe como uma estratégia de investigação empírica voltada à compreensão de fenômenos contemporâneos em contextos reais. Nessa abordagem, a definição da unidade de análise assume papel central, pois delimita o fenômeno investigado e orienta a produção, a organização e a interpretação das evidências empíricas.

O ELI Grande Aracaju foi definido como unidade de análise desta pesquisa por reunir características que possibilitaram examinar, de forma contextualizada, a implementação das políticas públicas de inovação. Sua escolha permitiu compreender as dinâmicas institucionais,

as interações entre os atores e os processos que influenciaram a formulação, a execução e os resultados dessas políticas no contexto investigado.

Complementando a perspectiva de Yin (2016), Godoy (2010) ressalta que o valor do estudo de caso reside em sua capacidade de revelar aspectos relevantes do fenômeno investigado em seu contexto específico. Essa compreensão reforçou a escolha do ELI Grande Aracaju como unidade de análise, por possibilitar o exame aprofundado das dinâmicas, relações e processos envolvidos na implementação das políticas públicas de inovação.

No contexto do ELI Grande Aracaju, o estudo de caso mostrou-se adequado para a compreensão das dinâmicas que permeiam o ecossistema de inovação e dos desafios associados à implementação das políticas públicas. Esse potencial analítico encontra respaldo em Godoy (2010), que destaca a capacidade desse método de revelar as "[...] intrincadas situações individuais e sociais presentes nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas" (Godoy, 2010, p. 26).

O estudo de caso permitiu examinar a articulação entre os diferentes atores, instituições e instrumentos de apoio presentes no contexto investigado, favorecendo uma compreensão contextualizada dos processos que influenciam a implementação e os resultados das políticas públicas de inovação (Figura 5).

Figura 5 – Estudo de caso único



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A construção da Figura 5 decorreu da necessidade de explicitar, de forma sintética e visualmente integrada, a estrutura lógico-metodológica da pesquisa, evidenciando a articulação entre o problema investigado, a unidade de análise, as dimensões analíticas e as fontes de evidência mobilizadas. Essa representação contribuiu para a compreensão do percurso investigativo, tornando mais explícitas as relações que orientaram a produção e a análise dos dados.

Observa-se o delineamento do estudo de caso único (Figura 5), estruturado com base nas proposições metodológicas de Yin (2016), evidencia a lógica analítica que orienta a investigação e evidencia a articulação entre os elementos constitutivos da análise, quais sejam: as políticas públicas, os atores do ecossistema e os processos analíticos mobilizados para a compreensão da efetividade dessas políticas.

No centro da representação, destaca-se o fenômeno investigado, definido como a efetividade das políticas públicas no ecossistema de inovação, o qual constitui a unidade central de interesse da pesquisa. No presente estudo, o caso único justifica-se pela análise do ecossistema de inovação do Estado de Sergipe, entendido como um contexto singular que possibilita compreender como as políticas públicas de inovação se materializam e produzem efeitos em nível regional.

O lócus do estudo é ELI Grande Aracaju, delimitando o contexto empírico no qual o fenômeno é analisado. Inserido nesse contexto, o ecossistema de inovação, com ênfase no ELI Grande Aracaju, configura-se como o ambiente no qual se materializam as interações entre os diferentes elementos investigados. A escolha desse contexto se justifica pela possibilidade de analisar, de forma aprofundada, como tais políticas têm sido implementadas e percebidas pelos atores locais.

A Figura 5 apresenta as unidades de análise que compõem o estudo de caso único, destacando duas dimensões analíticas: as políticas públicas de inovação e os atores do ecossistema. Além disso, evidencia a relação entre essas unidades e a utilização de múltiplas fontes de evidência para a compreensão do fenômeno investigado, sintetizando o vínculo entre o objeto de estudo, o recorte espacial e os procedimentos metodológicos adotados.

Para os fins desta pesquisa, adotaram-se as seguintes definições constitutivas: **políticas públicas de inovação**, entendidas como instrumentos de intervenção estatal destinados a fomentar a inovação e o desenvolvimento socioeconômico (Souza, 2006; Secchi, 2020; Bezerra *et al*., 2014); e **ecossistema de inovação**, compreendido como o conjunto de atores, instituições e interações que contribuíram para a geração, difusão e aplicação da inovação (Etzkowitz; Leydesdorff, 2000; Isenberg, 2011).

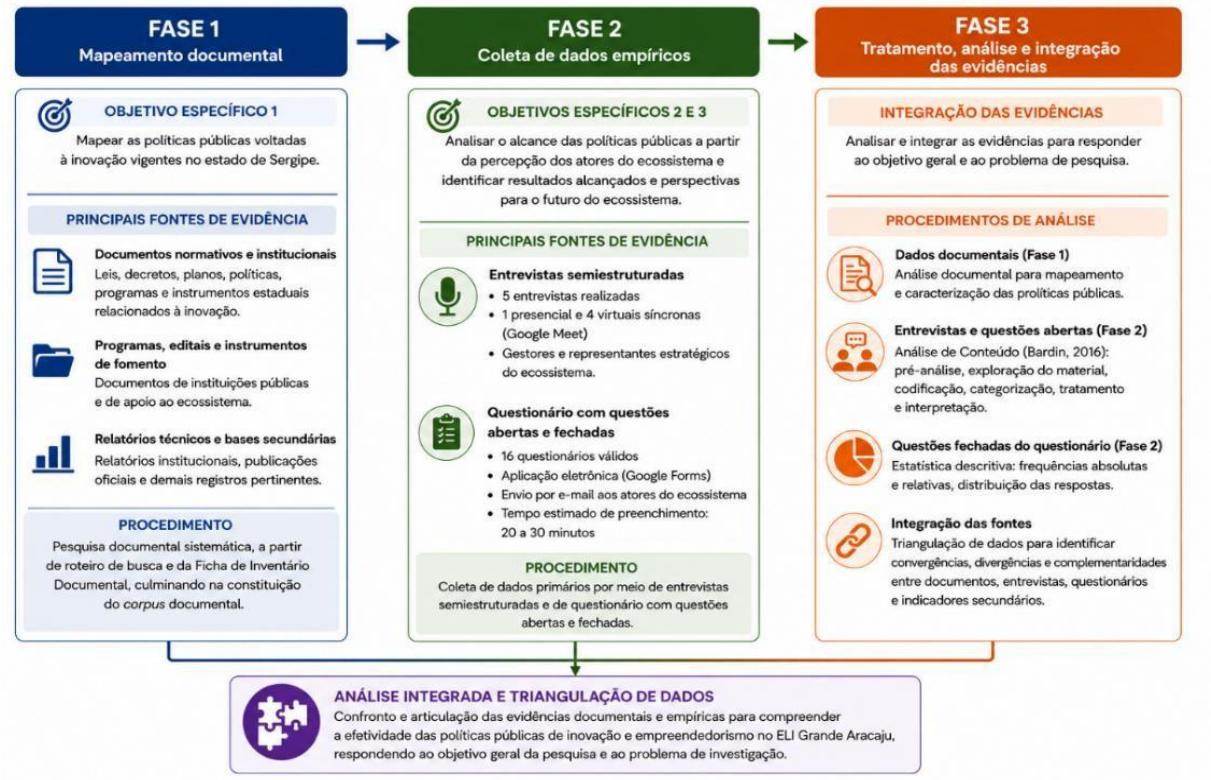
Também foram adotados os conceitos de **alcance das políticas públicas**, definido pela capacidade das ações governamentais de atingir o público-alvo e responder às suas demandas e necessidades (Brasil, 2018a; Emmendoerfer, 2019); e de **efetividade**, associada aos resultados produzidos pelas políticas e ao grau de alcance dos objetivos propostos (Silva, 2020; Lima; Souza, 2025).

3.4 Fontes de evidência

A seleção das fontes de evidência orientou a coleta e a interpretação dos dados ao longo da pesquisa. Conforme Yin (2016), o rigor do estudo de caso depende da utilização de múltiplas fontes de informação, enquanto Creswell e Poth (2018) ressaltam que, na pesquisa qualitativa, essas fontes podem assumir diferentes naturezas, como documentos, entrevistas e dados secundários. Em consonância com essas perspectivas, foram empregadas fontes documentais e empíricas, selecionadas de acordo com os objetivos da investigação e com sua contribuição para a compreensão do fenômeno estudado.

As fontes de evidência foram organizadas de acordo com as fases do estudo e com sua vinculação aos objetivos da pesquisa (Figura 6).

Figura 6 – Articulação entre objetivos, fontes de evidência e fases da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora com base no desenho metodológico da pesquisa (2026).

O percurso metodológico foi estruturado em três fases articuladas e complementares, concebidas para atender aos objetivos da pesquisa e assegurar a produção, o tratamento e a interpretação sistemática das evidências. Na Fase 1, realizou-se o mapeamento documental das políticas públicas de inovação. Na Fase 2, foram coletados os dados empíricos por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários. Na Fase 3, as evidências produzidas foram analisadas e integradas, possibilitando uma interpretação articulada dos resultados.

A primeira fase concentrou-se no levantamento e na análise das fontes documentais relacionadas às políticas públicas de inovação, possibilitando a constituição do corpus documental e o mapeamento do arcabouço normativo, institucional e programático que orienta as ações de inovação no contexto investigado.

A segunda fase correspondeu à coleta dos dados empíricos junto aos participantes da pesquisa, permitindo captar percepções, experiências e avaliações acerca da implementação das políticas públicas e de seus efeitos no ecossistema de inovação. Por sua vez, a terceira fase contemplou o tratamento, a análise e a integração dos diferentes conjuntos de dados produzidos ao longo da investigação, viabilizando uma interpretação abrangente dos resultados.

O desenho metodológico possibilitou a utilização de múltiplas fontes de evidência, posteriormente confrontadas na etapa de análise, conforme o princípio de triangulação de dados discutido por Yin (2016).

3.4.1 Fase 1: Mapeamento documental (OE1)

A primeira fase da coleta de dados correspondeu à pesquisa documental, desenvolvida com o propósito de atender ao primeiro objetivo específico do estudo: mapear as políticas públicas de inovação vigentes no Estado de Sergipe. Considerando que a identificação dessas políticas exigia um levantamento amplo e criterioso de informações dispersas em diferentes fontes institucionais, tornou-se necessário adotar procedimentos que assegurassem a rastreabilidade e a consistência do processo de busca.

Com essa finalidade, foi elaborado um Roteiro de Busca Documental, instrumento que orientou a localização, seleção e registro dos documentos que compuseram o corpus da pesquisa. O roteiro definiu as fontes consultadas, os termos de busca, os tipos documentais e os critérios de inclusão e exclusão, conferindo maior transparência e rigor metodológico ao levantamento realizado. Sua utilização permitiu sistematizar o percurso entre a identificação das fontes e a seleção dos documentos pertinentes ao objetivo investigado, fortalecendo a confiabilidade das evidências produzidas e a consistência analítica da pesquisa (Quadro 10).

Quadro 10 – Roteiro de busca, seleção e constituição do corpus documental

Elemento	Procedimento adotado
Objetivo relacionado	OE1: mapear as políticas públicas voltadas à inovação vigentes no Estado de Sergipe
Período da coleta	14 de maio a 14 de julho de 2026
Fontes de busca	Portal da Legislação de Sergipe, SEDETEC, FAPITEC/SE, CONCIT, SergipeTec e repositórios institucionais relacionados ao ELI Grande Aracaju
Termos de busca	políticas públicas de inovação; ciência, tecnologia e inovação; empreendedorismo; fomento; FUNTEC; FAPITEC; programas de inovação; ecossistema de inovação; ELI Grande Aracaju
Tipos documentais	leis, decretos, planos, programas, editais, regulamentos, relatórios de gestão e documentos institucionais
Critérios de inclusão	procedência institucional identificada; relação direta com o OE1; pertinência ao contexto investigado; documento disponível até 14/07/2026
Critérios de exclusão	duplicidade; ausência de procedência institucional; ausência de relação direta com o OE1; disponibilização posterior a 14/07/2026
Registro	Ficha de Inventário Documental
Produto da coleta	Corpus documental destinado ao mapeamento das políticas públicas e de seus instrumentos de implementação

Fonte: Elaborado pela autora (2026), com base em Cellard (2012), Gil (2008), Yin (2015) e Creswell e Poth (2018).

O levantamento e a coleta documental foram realizados no período de 14 de maio a 14 de julho de 2026. As buscas foram conduzidas em portais institucionais, bases legislativas e repositórios oficiais vinculados à formulação, à coordenação, ao financiamento e à implementação das políticas de inovação em Sergipe.

Foram consultados o Portal da Legislação do Estado de Sergipe, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (SEDETEC), a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE), o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CONCIT), o Sergipe Parque Tecnológico (SergipeTec) e os repositórios institucionais relacionados ao ELI Grande Aracaju.

O recorte temporal considerou documentos vigentes ou relevantes à compreensão da configuração normativa e institucional do período investigado, independentemente de sua data de publicação, excluindo-se materiais disponibilizados após 14 de julho de 2026, documentos duplicados, sem procedência institucional identificável ou sem relação direta com o objetivo da pesquisa.

Após a seleção, os documentos foram registrados em uma Ficha de Inventário Documental, elaborada para sistematizar o controle, a organização e a recuperação das informações do corpus. Com função instrumental e organizacional, a ficha padronizou o registro do material e facilitou a localização das evidências posteriormente submetidas à análise

documental. Para esse fim, contemplou campos referentes à identificação, caracterização e procedência dos documentos, bem como informações sobre finalidade, abrangência, relação com as políticas públicas de inovação, evidências de implementação, vínculo com o ELI Grande Aracaju e aderência ao primeiro objetivo específico da pesquisa.

Esse procedimento possibilitou a constituição do corpus documental, conjunto de documentos selecionados, e permitiu distinguir, desde a etapa de coleta, as políticas públicas e os marcos normativos dos programas, editais, fundos e demais instrumentos utilizados em sua implementação, evitando que todos os documentos localizados fossem tratados como políticas públicas. Além disso, orientou a organização do material que foi posteriormente submetido aos procedimentos de análise descritos na Seção 3.8.

A sistematização das evidências documentais permitiu relacionar cada dimensão investigada às fontes e aos procedimentos empregados na fase documental. O Quadro 11 apresentou essa organização e explicitou a vinculação entre o primeiro objetivo específico, as questões orientadoras, as fontes consultadas e os procedimentos adotados.

Quadro 11–Fase 1: mapeamento institucional e documental das políticas públicas de inovação

Dimensão investigada	Questões orientadoras	Fontes/evidências	Procedimento/instrumento	Resultado produzido
Marco normativo e políticas públicas de inovação	Quais políticas públicas de inovação estavam vigentes em Sergipe? Quais diretrizes estruturavam essas políticas?	Legislação estadual, PPA, atos normativos e documentos oficiais	Roteiro de busca e Ficha de Inventário Documental	Identificação e sistematização das políticas e dos marcos normativos relacionados à inovação em SE
Estrutura institucional	Quais instituições participaram da formulação, coordenação, financiamento e execução das políticas?	Documentos da SEDETEC, CONCIT, FAPITEC/SE, SergipeTec e fontes relacionadas ao ELI Grande Aracaju	Levantamento e classificação documental	Identificação das instituições e das funções exercidas na CT&I e no contexto do ELI Grande Aracaju
Instrumentos de implementação e fomento	Por quais mecanismos as políticas foram operacionalizadas?	Programas, FUNTEC, editais, instrumentos de fomento e documentos institucionais	Inventário e classificação dos instrumentos identificados	Identificação dos programas, fundos, editais e demais mecanismos utilizados na implementação das políticas

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Com base no percurso descrito, o Quadro 11 sistematizou a operacionalização da fase documental e sua vinculação ao primeiro objetivo específico da pesquisa. O quadro reuniu as dimensões investigadas, as questões que orientaram o levantamento, as fontes documentais consultadas e os procedimentos empregados, permitindo distinguir políticas públicas, marcos normativos e instrumentos de implementação.

3.4.2 Fase 2: Empírica, pesquisa de campo (OE2)

A segunda fase correspondeu à etapa empírica da pesquisa e esteve vinculada ao segundo e ao terceiro objetivos específicos. Nessa etapa, foram coletados dados junto aos atores do ELI Grande Aracaju com a finalidade de analisar o alcance das políticas públicas de inovação a partir de suas percepções, bem como identificar resultados percebidos e perspectivas relacionadas ao fortalecimento do ecossistema. Para a produção dessas evidências, foram utilizados dois instrumentos: o questionário, composto por questões abertas e fechadas, e a entrevista semiestruturada, constituída por questões abertas.

A pesquisa de campo viabilizou o contato da pesquisadora com os participantes selecionados e a obtenção de dados sobre suas percepções e experiências relacionadas às políticas públicas de inovação no contexto investigado. Segundo Godoy, Mello e Silva (2010), a pesquisa de campo possibilita compreender o fenômeno em seu contexto real e apreender as percepções e experiências dos sujeitos envolvidos.

Os instrumentos foram empregados de forma complementar, porém aplicados a grupos distintos de participantes. As entrevistas foram realizadas com cinco gestores, enquanto os questionários válidos corresponderam a 16 respondentes que exerciam funções de liderança, coordenação ou direção em instituições e empresas vinculadas ao ELI Grande Aracaju. Não houve participação concomitante nos dois instrumentos.

A coleta dos dados empíricos foi iniciada após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme Parecer Consubstanciado nº 8.506.252, aprovado em 13 de junho de 2026 e apresentado no Anexo 1 (p. 172).

A aplicação dos instrumentos ocorreu no período de 14 de junho a 13 de julho de 2026, mediante observância dos procedimentos éticos previstos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apresentado no Apêndice A, p. 161.

Quanto ao questionário, o instrumento foi composto por 20 questões, distribuídas em quatro blocos temáticos, sendo 16 questões fechadas e quatro abertas. Cada bloco reuniu quatro questões fechadas e uma questão aberta.

Nas questões fechadas do questionário semiestruturado, foram utilizadas diferentes categorias de resposta, definidas de acordo com a natureza da dimensão investigada. Essa opção permitiu adequar as alternativas ao conteúdo de cada questão e captar diferentes níveis de conhecimento, percepção, intensidade e ocorrência.

Conforme Dillman, Smyth e Christian (2014) e Brace e Bolton (2022), a elaboração de questões fechadas requer correspondência entre as categorias de resposta e o atributo que se pretende mensurar. Assim, a Q4 utilizou as opções “Sim”, “Não” e “Nada a declarar”; a Q6, “Sim, amplamente”, “Parcialmente” e “Não conhece”; e a Q7, “Muito claras”, “Claras”, “Pouco claras” e “Não são claras”. Na Q8, foram adotadas as categorias “Totalmente”, “Parcialmente”, “Pouco” e “Não atendem”; a Q9 utilizou “Sim”, “Não” e “Inexistentes”; e a Q11, “Sim” e “Não”. A Q12 empregou uma escala composta por “Muito alto”, “Alto”, “Moderado” e “Baixo” para avaliar o nível de burocracia, enquanto as Q13 e Q14 utilizaram as opções “Sim”, “Parcialmente” e “Não”.

No bloco referente à integração e à governança do ecossistema, a Q16 adotou “Alta”, “Moderada”, “Baixa” e “Inexistente”; a Q17, “Totalmente”, “Parcialmente”, “Pouco” e “Não estão”; a Q18, “Sim”, “Não” e “Não sei informar”; e a Q19, “Alto”, “Médio” e “Baixo”. A diversidade das categorias de resposta buscou preservar sua adequação ao conteúdo e ao objetivo de cada questão, evitando a utilização de uma escala única para dimensões distintas do fenômeno investigado.

As questões abertas (Q5, Q10, Q15 e Q20) foram incluídas para captar percepções, experiências e aspectos não contemplados pelas alternativas previamente definidas, possibilitando aos participantes expressar livremente suas opiniões e complementar as informações obtidas nas questões fechadas. Estas, por sua vez, favoreceram a padronização e a sistematização das respostas, posteriormente submetidas ao tratamento estatístico descritivo. A combinação de ambos os tipos de questões permitiu reunir, em um único instrumento, dados qualitativos e descritivos, ampliando as possibilidades de compreensão do fenômeno investigado. O tempo estimado para o preenchimento do questionário foi de 20 a 30 minutos.

O questionário foi encaminhado, por e-mail, a 30 participantes que exerciam funções de liderança, coordenação ou direção em instituições e empresas vinculadas ao ELI Grande Aracaju. O instrumento foi disponibilizado por meio da plataforma *Google Forms*, mediante concordância prévia com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Dos 30 participantes convidados, 16 responderam ao questionário, constituindo o conjunto de respostas considerado na pesquisa. Os respondentes não integraram o grupo dos cinco gestores que participaram das entrevistas semiestruturadas.

No que se refere às entrevistas semiestruturadas, estas constituíram a segunda fonte de evidência da fase empírica. Segundo Yin (2016, p. 123), “uma das mais importantes fontes de informações para um estudo de caso são as entrevistas”, especialmente quando o fenômeno investigado envolve ações e interações humanas. A escolha da modalidade semiestruturada permitiu seguir um roteiro previamente definido e, simultaneamente, aprofundar aspectos relacionados ao objeto da pesquisa a partir dos relatos dos participantes.

O roteiro foi composto por 25 questões abertas, distribuídas em quatro blocos temáticos. O Bloco 1, Caracterização do participante e da instituição, reuniu três questões destinadas à contextualização do gestor e de sua atuação no ecossistema. O Bloco 2, Percepção sobre as políticas públicas de inovação, foi constituído por oito questões relacionadas ao conhecimento, à operacionalização e à efetividade dessas políticas. O Bloco 3, Alcance e limitações das políticas no contexto local, compreendeu sete questões voltadas às barreiras estruturais e aos fatores condicionantes. O Bloco 4, Integração e alinhamento entre os atores do ecossistema, reuniu sete questões referentes à articulação, à cooperação e à governança no ELI Grande Aracaju. O roteiro completo encontra-se no Apêndice B, p. 166.

Foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas com gestores selecionados intencionalmente em razão das funções de gestão exercidas e de sua atuação no ELI Grande Aracaju. O grupo contemplou gestores vinculados a diferentes segmentos institucionais, incluindo administrações públicas municipais e organizações de apoio, articulação e promoção da inovação.

Em observância aos procedimentos éticos estabelecidos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apresentado no Apêndice A, p. 161, foi preservada a identidade dos participantes, razão pela qual não foram individualizadas as instituições às quais estavam vinculados. Para fins de organização e apresentação dos dados, os entrevistados foram identificados pelos códigos Entrevistado 1 (E1), Entrevistado 2 (E2), Entrevistado 3 (E3), Entrevistado 4 (E4) e Entrevistado 5 (E5).

Quanto à modalidade de realização, uma entrevista ocorreu presencialmente e quatro foram conduzidas de forma assíncrona, mediadas por e-mail. Após contato prévio e concordância dos participantes, o roteiro foi encaminhado eletronicamente, possibilitando que as respostas fossem elaboradas por escrito e posteriormente devolvidas à pesquisadora para composição do corpus analítico.

O emprego do correio eletrônico como suporte para a realização de entrevistas qualitativas é caracterizado na literatura como uma modalidade de comunicação assíncrona, configurando uma alternativa eficaz para viabilizar a participação de sujeitos com agendas

restritivas. Para além da conveniência logística, esse formato faculta ao respondente um hiato temporal propício à autorreflexão, o que tende a resultar em respostas mais densas, estruturadas e maturadas (Bortolozzi, 2025).

Conquanto tal abordagem comporte limitações intrínsecas, como a supressão de pistas não verbais e a redução da interatividade dialógica imediata entre pesquisador e entrevistado, sua aplicação é ratificada como metodologicamente admissível em investigações qualitativas (Bortolozzi, 2025). Segundo o autor, a validade técnica dessa escolha condiciona-se à sua estrita aderência aos propósitos da pesquisa e à adequação aos perfis socioprofissionais dos participantes envolvidos.

A utilização dos dois instrumentos constituiu o conjunto de evidências empíricas da segunda fase da pesquisa. Os dados provenientes das entrevistas semiestruturadas e dos questionários foram organizados de acordo com a natureza de cada instrumento e posteriormente submetidos aos procedimentos de análise descritos na Seção 3.8.

3.4.3 Fase 3: Integração e análise das evidências (OE3)

A terceira fase consistiu na integração sistemática de evidências documentais, entrevistas, questionários e indicadores secundários, voltada à identificação dos resultados consolidados e à prospecção das tendências futuras para o ELI Grande Aracaju.

A convergência dessas fontes distintas viabilizou a triangulação dos dados, permitindo analisar o objeto sob perspectivas complementares que abrangem desde a percepção dos atores até o desempenho institucional. Os documentos normativos, institucionais e de planejamento fundamentaram essa análise ao fornecerem subsídios sobre as diretrizes estratégicas, o desenho dos programas, as metas pactuadas e o rigor dos mecanismos de monitoramento das políticas investigadas.

O Plano Plurianual de Sergipe 2024-2027, por exemplo, incorporou indicadores e metas ao planejamento governamental. No contexto do ELI Grande Aracaju, os planos analisados também definiram ações, responsáveis, prazos e critérios de acompanhamento relacionados à formação, integração institucional, acesso ao mercado, fomento e avaliação de impactos do ecossistema.

As evidências empíricas incorporaram a dimensão subjetiva e a experiência direta dos diversos atores integrantes do ecossistema. As entrevistas e os questionários forneceram subsídios analíticos sobre a dinâmica das políticas públicas de inovação, elucidando seu alcance efetivo, os entraves críticos, os facilitadores institucionais, o nível de integração entre os agentes

e as projeções estratégicas para o desenvolvimento do ELI Grande Aracaju. Os indicadores secundários foram mobilizados de forma complementar para contextualizar essas percepções e confrontá-las dialeticamente com as evidências extraídas dos registros documentais.

A integração dos dados pautou-se pela identificação de convergências, divergências e complementaridades analíticas entre as fontes, em estrita observância à estratégia de múltiplas evidências preconizada por Yin (2016) para o delineamento de estudos de caso.

Essa leitura articulada dos distintos corpora de dados buscou elucidar as inter-relações entre as políticas mapeadas, as subjetividades dos participantes, a formalidade dos registros institucionais e a objetividade dos indicadores disponíveis, assegurando a robustez das inferências ao preservar as especificidades metodológicas inerentes a cada fonte (Figura 7).

Figura 7 – Fluxo operacional da integração e análise das evidências na Fase 3



Fonte: Elaborada pela autora (2026).

A operacionalização da terceira fase ocorreu mediante um percurso analítico organizado de acordo com a natureza das evidências produzidas nas etapas anteriores. Inicialmente, cada conjunto de dados recebeu tratamento compatível com suas características: os documentos foram submetidos à análise documental, conforme os procedimentos propostos por Cellard (2012); as entrevistas e as respostas abertas do questionário foram examinadas por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (2016); e as questões fechadas receberam tratamento

por estatística descritiva, mediante o cálculo de frequências absolutas e relativas, conforme Soares (2022).

Os indicadores secundários foram sistematizados como elementos complementares de contextualização. Após esse tratamento, as evidências foram integradas com o propósito de identificar convergências, divergências e complementaridades, orientando a interpretação dos resultados, desafios, limitações e perspectivas do ecossistema. Esse percurso possibilitou retomar as questões de pesquisa vinculadas aos três objetivos específicos e, de forma integrada, subsidiar a compreensão do objetivo geral do estudo, conforme representado na Figura 7.

A terceira fase estabeleceu, desse modo, a conexão entre o mapeamento realizado na primeira etapa e as evidências empíricas produzidas na pesquisa de campo, orientando sua posterior interpretação em torno dos resultados, desafios e limitações e perspectivas do ecossistema. Os procedimentos empregados no tratamento de cada conjunto de dados e em sua integração são apresentados na Seção 3.8.

3.5 Critérios éticos da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida em conformidade com os princípios éticos aplicáveis às investigações envolvendo seres humanos, observando as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), especialmente pertinente às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

O percurso ético e operacional antecedeu a coleta empírica e compreendeu a anuência institucional, a submissão do protocolo ao sistema CEP/CONEP e, após sua aprovação, o convite aos participantes, a obtenção do consentimento e a realização das entrevistas e dos questionários.

Previamente à submissão ao sistema ético, foi obtida a anuência institucional (Anexo 2, p. 177) junto ao ELI Grande Aracaju necessária à realização da pesquisa, formalizando a concordância para o desenvolvimento do estudo no campo empírico delimitado.

Na sequência, o protocolo de pesquisa e os documentos exigidos foram submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe (CEP/UFS-Humanidades), por meio da Plataforma Brasil. Entre os documentos apreciados pelo Comitê constaram o projeto de pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o questionário, o roteiro de entrevista e os demais documentos integrantes do protocolo.

O projeto foi registrado sob o CAAE nº 97603426.0.0000.0383 e recebeu o Parecer

Consubstanciado nº 8.506.252, de 13 de junho de 2026 (Anexo 1, p. 172). Após a análise da documentação apresentada, o Comitê registrou a inexistência de óbices éticos e emitiu parecer de aprovação em 13 de junho de 2026, sem necessidade de apreciação pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Em observância a essa aprovação, nenhuma etapa de coleta com os participantes foi realizada anteriormente a essa data.

Antes da participação, foram prestados esclarecimentos acerca dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos de coleta, dos possíveis riscos e benefícios e das condições de participação. Foi assegurado o direito de não responder a questões que provocassem desconforto e de desistir da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo decorrente dessa decisão.

O protocolo aprovado também registrou a inexistência de relação hierárquica entre a pesquisadora e os participantes.

Os riscos associados à participação foram classificados como mínimos, relacionados principalmente ao eventual desconforto decorrente da manifestação de opiniões sobre políticas públicas ou instituições e ao possível receio de exposição de posicionamentos profissionais. Como medidas de proteção, foram adotados o anonimato, a confidencialidade das respostas, a não identificação nominal ou institucional na divulgação dos resultados e o respeito à liberdade dos participantes durante todo o processo de coleta.

Não foram previstos benefícios diretos aos participantes. Como benefícios indiretos, o protocolo considerou a produção de conhecimento científico, a possibilidade de subsidiar o aprimoramento da governança do ecossistema de inovação em Sergipe, o aperfeiçoamento das políticas públicas de inovação e o fortalecimento do ecossistema local.

3.6 População, amostra e campo empírico

O campo empírico desta pesquisa compreendeu o Ecossistema Local de Inovação da Grande Aracaju (ELI Grande Aracaju), constituído por atores vinculados a diferentes segmentos institucionais envolvidos na dinâmica de inovação e empreendedorismo no território sergipano. O recorte territorial contempla Aracaju e municípios integrantes da área de atuação do ecossistema, conforme delimitado no desenho da pesquisa. O próprio protocolo submetido ao Comitê de Ética caracteriza o ELI Grande Aracaju como campo da investigação e registra sua atuação nos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itaporanga d'Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão.

A população de interesse foi composta por atores vinculados às instituições e

organizações que participam do ecossistema, considerando sua atuação em atividades relacionadas à formulação, execução, articulação, apoio ou promoção das políticas e iniciativas de inovação e empreendedorismo. A definição dos participantes observou, portanto, sua inserção no contexto investigado e a possibilidade de contribuir com informações relacionadas aos objetivos da pesquisa.

A seleção dos participantes ocorreu de forma intencional, considerando sua vinculação ao ELI Grande Aracaju e sua experiência com as atividades desenvolvidas no ecossistema. Para a aplicação do questionário, foram convidados 30 participantes, dos quais 16 responderam ao instrumento, correspondendo ao conjunto de respostas efetivamente incorporado à pesquisa. Os respondentes exerciam funções de liderança, coordenação ou direção em instituições ou empresas vinculadas ao ecossistema e representavam diferentes segmentos de sua composição.

Para as entrevistas semiestruturadas, foram selecionados cinco gestores, escolhidos em razão de sua atuação em funções de gestão no ecossistema e de sua capacidade de fornecer informações relacionadas às políticas públicas de inovação e à dinâmica institucional investigada. O grupo contemplou gestores vinculados a diferentes segmentos, incluindo administrações públicas municipais e organizações de apoio, articulação e promoção da inovação.

A seleção buscou reunir perspectivas institucionais distintas sem individualizar os participantes ou estabelecer associação direta entre seus depoimentos e as organizações às quais estavam vinculados, em consonância com as condições de confidencialidade previstas no protocolo aprovado. O Parecer do CEP estabelece expressamente a não identificação nominal ou institucional na divulgação dos resultados (Anexo1, p. 172).

3.7 Categorias e elementos de análise

As categorias e os elementos de análise constituíram a matriz de referência para a organização, o tratamento e a interpretação das evidências produzidas na pesquisa. Sua definição foi orientada pelos objetivos específicos, pelas questões de pesquisa e pelo referencial teórico adotado, buscando assegurar coerência entre o problema investigado, as evidências produzidas e o percurso analítico desenvolvido no Capítulo 4.

Além de estruturarem o processo de análise, essas categorias desempenharam função orientadora na delimitação das dimensões e dos aspectos observados nas diferentes fontes de evidência. Dessa forma, possibilitaram a organização sistemática dos dados documentais e empíricos, favorecendo a identificação de relações, padrões e elementos relevantes para a

investigação.

Ressalta-se que as categorias não foram utilizadas como mecanismos de enquadramento prévio dos resultados, mas como referências analíticas destinadas a orientar a interpretação das evidências à luz dos objetivos da pesquisa. Nesse sentido, estabeleceram parâmetros para a articulação entre os diferentes conjuntos de dados, contribuindo para a consistência do processo analítico e para a fundamentação das interpretações apresentadas.

A organização desse material considerou os objetivos da pesquisa e os temas abordados nos instrumentos de coleta, possibilitando o estabelecimento de blocos temáticos e categorias que orientaram a codificação, a interpretação das respostas e a análise das evidências. A articulação entre categorias orientadoras, elementos de análise, fontes de evidência e procedimentos analíticos encontra-se sistematizada no Quadro 12.

Quadro 12 –Blocos temáticos, categorias e subcategorias

Blocos temáticos	Categorias de análise	Elementos considerados na análise
Caracterização do participante e de sua inserção no ecossistema	Inserção no ecossistema de inovação; estrutura e atuação institucional	Tipo e área de atuação da instituição; papel desempenhado; tempo de participação; vínculos; articulação com outros atores
Percepção sobre as políticas públicas de inovação	Efetividade das políticas públicas; implementação das políticas	Adequação às demandas locais; acesso aos instrumentos; operacionalização; burocracia; utilidade percebida
Alcance, barreiras e facilitadores	Alcance das políticas públicas; barreiras institucionais; facilitadores do ecossistema	Abrangência e público alcançado; dificuldades de acesso; limitações financeiras; articulação institucional; parcerias; redes; cooperação e mecanismos de fomento
Resultados e perspectivas do ecossistema	Resultados alcançados; perspectivas futuras; integração e governança	Resultados percebidos; fortalecimento do ecossistema; continuidade; possibilidades de aprimoramento; articulação entre atores; cooperação e governança

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A estrutura apresentada no Quadro 12 orientou a organização e a leitura do corpus qualitativo, permitindo reunir conteúdos relacionados aos mesmos temas e comparar as percepções dos participantes. Os blocos temáticos delimitaram os assuntos centrais investigados, enquanto as categorias direcionaram a identificação e o agrupamento dos conteúdos pertinentes aos objetivos da pesquisa. Os elementos considerados na análise auxiliaram na interpretação das respostas, sem constituírem resultados previamente estabelecidos.

Esse procedimento permitiu preservar a relação entre os temas abordados nos instrumentos de coleta e os objetivos da investigação, mantendo a análise vinculada ao conteúdo efetivamente presente no corpus. Assim, a categorização não teve a finalidade de enquadrar

previamente as respostas dos participantes, mas de organizar os sentidos identificados no material e estabelecer condições para sua comparação e interpretação, conforme os procedimentos da Análise de Conteúdo de Bardin (2016).

Esse processo de triangulação, além de conferir maior robustez interpretativa aos resultados, contribuiu para a validação das evidências empíricas, reduzindo possíveis limitações inerentes ao uso isolado de uma única fonte.

Para tanto, os resultados da análise qualitativa foram cotejados com as demais evidências da pesquisa, incluindo documentos, dados provenientes das questões fechadas do questionário e indicadores secundários, possibilitando a identificação de convergências, divergências e complementaridades entre as diferentes fontes.Essa integração subsidiou a interpretação dos achados em relação às questões de pesquisa e aos objetivos específicos do estudo.

3.8 Procedimentos de análise e integração dos dados

O material produzido na pesquisa foi analisado de acordo com a natureza de cada fonte de evidência e com sua contribuição para o atendimento aos objetivos específicos. O corpus reuniu os documentos selecionados na etapa documental, os registros das cinco entrevistas semiestruturadas, as respostas obtidas por meio do questionário e os indicadores secundários utilizados na investigação. Diante da diversidade dessas evidências, foram empregados procedimentos analíticos distintos e posteriormente integrados, preservando-se as especificidades metodológicas de cada conjunto de dados.

3.8.1 Análise documental – OE1

Para o tratamento das fontes documentais, adotou-se a análise documental com base em Cellard (2012), considerando o documento como fonte de informação situada em determinado contexto social, político e institucional. A análise partiu do corpus constituído na fase documental e sistematizado por meio da **Ficha de Inventário Documental**, o que permitiu organizar os documentos selecionados e registrar os elementos pertinentes aos objetivos da pesquisa.

O exame documental concentrou-se na análise da procedência, do contexto e do conteúdo dos documentos relacionados às políticas públicas de inovação em Sergipe, visando identificar políticas, instrumentos de apoio, atores envolvidos e públicos contemplados. As

informações extraídas foram sistematizadas para permitir sua comparação entre as diferentes fontes e seu cotejamento com as demais evidências da pesquisa.

Esse procedimento permitiu que os documentos fossem examinados não apenas como registros descritivos das iniciativas existentes, mas considerando o contexto em que foram produzidos e a finalidade institucional de cada fonte. Dessa forma, a análise documental possibilitou o registro, a organização e a sistematização dos documentos selecionados para compor o corpus documental da pesquisa assegurando sua recuperação e consulta ao longo das etapas de análise. Esse procedimento também permitiu contextualizar as fontes documentais, considerando sua natureza, finalidade institucional e potencial contribuição para a compreensão do objeto investigado(Quadro 13).

Quadro 13 – Modelo da Ficha de Inventário Documental

Campo	Informação a ser registrada
Código do documento	DOC01, DOC02, DOC03...
Título do documento	Título oficial completo
Ano/data	Ano ou data de publicação/produção
Instituição/órgão responsável	Órgão ou instituição produtora/emissora
Tipo documental	Lei, decreto, resolução, plano, programa, edital, relatório, regulamento etc.
Abrangência	Federal, estadual, municipal ou institucional
Período de vigência/referência	Quando aplicável
Fonte de localização	Portal institucional, Diário Oficial, repositório etc.
Descrição do documento	Síntese objetiva de sua finalidade/conteúdo
Relação com o objeto da pesquisa	Razão pela qual o documento é pertinente ao estudo
Objetivo específico relacionado	OE1, OE2 e/ou OE3
Decisão de seleção	Incluído / Excluído
Justificativa da decisão	Motivo da inclusão ou exclusão
Data de acesso	Quando obtido em ambiente eletrônico
Observações	Informações adicionais necessárias

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A análise documental foi precedida pela organização sistemática do corpus da pesquisa, constituído por diferentes tipos de documentos relacionados às políticas públicas de inovação e ao contexto do ELI Grande Aracaju.

Considerando a diversidade das fontes identificadas, entre as quais se incluem marcos normativos, planos, programas, editais, relatórios e documentos institucionais, adotou-se um procedimento metodológico sequencial composto pelas etapas de localização, seleção, registro e organização dos documentos em inventário, visando à constituição e à recuperação do corpus

documental. Posteriormente, os documentos selecionados foram submetidos à análise de conteúdo, possibilitando a identificação e a sistematização das informações relevantes para o alcance dos objetivos da pesquisa.

Essa organização contribuiu para assegurar a rastreabilidade das evidências documentais e a consistência do processo analítico, mantendo claramente distintas as etapas de constituição do corpus e de análise dos documentos. Ao estabelecer critérios sistemáticos para a localização, seleção, registro e classificação das fontes, tornou-se possível acompanhar o percurso metodológico adotado, desde a incorporação dos documentos ao corpus até sua utilização na produção das evidências empíricas. O Quadro 14 apresenta a sequência metodológica adotada.

Quadro 14 – Etapas de constituição e análise do corpus documental

Etapa	Procedimento	Finalidade
1. Rastreamento documental	Localização de documentos em fontes oficiais e institucionais relacionadas às políticas públicas de inovação e ao ecossistema de inovação sergipano.	Identificar documentos potencialmente relevantes para a pesquisa.
2. Triagem e seleção	Verificação da pertinência dos documentos em relação ao objeto, aos objetivos da pesquisa, à procedência, à abrangência e ao recorte temporal estabelecido.	Definir quais documentos integrariam o corpus documental.
3. Inventário documental	Registro padronizado dos documentos selecionados na Ficha de Inventário Documental, com identificação, caracterização da fonte e justificativa de sua inclusão.	Organizar e permitir a recuperação dos documentos que compuseram o corpus.
4. Categorização e análise documental	Leitura e exame do conteúdo dos documentos, considerando as dimensões e os elementos de análise relacionados aos objetivos da pesquisa.	Identificar, sistematizar e interpretar as evidências documentais pertinentes à investigação.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Conforme apresentado no Quadro 14, o tratamento das fontes documentais ocorreu de forma sequencial. Inicialmente, realizou-se o rastreamento documental em fontes oficiais e institucionais relacionadas às políticas públicas de inovação e aos atores do ecossistema sergipano. Essa etapa teve a finalidade de localizar documentos potencialmente pertinentes à investigação, sem pressupor que todo material encontrado integraria o corpus.

Na segunda etapa, os documentos localizados foram submetidos à triagem e seleção, considerando sua relação com o objeto e os objetivos da pesquisa, a procedência da fonte, a abrangência e o recorte temporal adotado. Essa verificação permitiu distinguir os documentos efetivamente utilizados na análise daqueles empregados apenas como fontes de consulta ou

rastreamento.

Os documentos selecionados foram, então, registrados na Ficha de Inventário Documental. O inventário reuniu informações necessárias à identificação e à organização das fontes que compuseram o corpus, permitindo manter o registro de sua origem e da justificativa de inclusão. A ficha cumpriu, portanto, uma função de organização e controle documental, não se confundindo com o procedimento de análise.

Na etapa seguinte, procedeu-se à categorização e à análise documental, com base em Cellard (2012). Os documentos foram examinados de acordo com as dimensões e os elementos relacionados aos objetivos da pesquisa, buscando identificar evidências sobre as políticas públicas de inovação, sua estrutura institucional, os instrumentos utilizados em sua implementação e outros aspectos pertinentes ao estudo. As evidências documentais sistematizadas nessa etapa foram posteriormente relacionadas às demais fontes da pesquisa no processo de integração dos dados.

A análise documental subsidiou diretamente o primeiro objetivo específico da pesquisa, voltado ao mapeamento das políticas públicas de inovação vigentes no estado de Sergipe. A partir dos documentos selecionados e inventariados, foram identificados e sistematizados os marcos normativos, as políticas, os programas e os instrumentos de implementação e fomento relacionados à inovação, observando-se sua abrangência, finalidade, vinculação institucional e público contemplado. Essa sistematização constituiu a base documental para o mapeamento apresentado no capítulo de análise dos resultados.

Com o propósito de conferir transparência e rastreabilidade à constituição do corpus documental, os materiais identificados durante o rastreamento foram inicialmente organizados em uma **lista-mestra de triagem e seleção dos materiais localizados** durante o rastreamento e, foram submetidos aos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos.

Concluída a constituição do corpus, procedeu-se à leitura sistemática e comparativa dos documentos, permitindo identificar relações entre o conteúdo normativo, o planejamento governamental e sua materialização por meio de programas, instrumentos de fomento e ações institucionais. Essa organização possibilitou distinguir as políticas públicas de seus respectivos mecanismos de implementação, evitando tratar leis, programas, editais, fundos e ações como elementos equivalentes. As evidências identificadas foram sistematizadas para subsidiar o mapeamento das políticas públicas de inovação em Sergipe, posteriormente apresentado no capítulo de análise dos resultados.

Após a leitura e o exame dos documentos selecionados, as evidências documentais foram organizadas em dimensões orientadoras definidas em articulação com o primeiro

objetivo específico da pesquisa. Essa organização teve a finalidade de conferir unidade ao tratamento do corpus e permitir a comparação entre documentos de diferentes naturezas, sem desconsiderar suas particularidades e seus contextos de produção. As dimensões não foram empregadas como categorias da Análise de Conteúdo de Bardin (2016), mas como eixos de organização da análise documental, utilizados para direcionar a identificação e a sistematização das informações pertinentes ao mapeamento das políticas públicas de inovação vigentes em Sergipe.

Desse modo, a análise foi estruturada em três dimensões: marco normativo e políticas públicas de inovação; estrutura institucional e governança; e instrumentos de implementação e fomento. A primeira orientou a identificação dos marcos legais, políticas, objetivos e diretrizes; a segunda voltou-se aos órgãos e instituições envolvidos, suas competências e formas de articulação; e a terceira contemplou os mecanismos pelos quais as políticas foram operacionalizadas, como programas, fundos, editais, incentivos e outras modalidades de apoio à inovação. O Quadro 15 apresenta essas dimensões e os respectivos elementos observados no corpus documental.

Quadro 15- Dimensões orientadoras da análise documental

Dimensão	Elementos observados no corpus documental	Finalidade analítica
Marco normativo e políticas públicas de inovação	Leis, decretos, políticas, planos e demais atos normativos; objetivos, diretrizes, abrangência e período de vigência.	Identificar e caracterizar os marcos normativos e as políticas públicas de inovação vigentes no recorte da pesquisa.
Estrutura institucional e governança	Órgãos e instituições envolvidos; competências e responsabilidades; instâncias de governança; relações de cooperação e articulação institucional.	Compreender como se organizou institucionalmente a formulação, coordenação e execução das políticas e ações de inovação.
Instrumentos de implementação e fomento	Programas, fundos, editais, incentivos, mecanismos de financiamento e outras modalidades de apoio à inovação e ao empreendedorismo.	Identificar os mecanismos utilizados para operacionalizar as políticas públicas e fomentar o ecossistema de inovação.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

As dimensões apresentadas no Quadro 15 orientaram a leitura sistemática e comparativa do corpus documental, permitindo organizar evidências provenientes de documentos de diferentes naturezas sem equipará-los quanto à sua função no processo de formulação e implementação das políticas públicas.

A sistematização resultante desse procedimento subsidiou o mapeamento das políticas públicas de inovação vigentes em Sergipe, apresentado no capítulo de análise dos resultados,

em **atendimento ao primeiro objetivo específico da pesquisa**.

3.8.2 :Tratamento do corpus qualitativo pela Análise de Conteúdo de Bardin (2016)

Antes do tratamento analítico dos dados produzidos na etapa empírica, procedeu-se à correspondência entre as questões dos instrumentos de coleta, a natureza das evidências geradas e as questões de pesquisa apresentadas no Quadro 8 (p. 67). Essa etapa buscou assegurar a coerência entre os procedimentos de coleta e os objetivos investigativos, permitindo verificar em que medida as evidências produzidas respondiam às questões que orientam o estudo.

Esse procedimento constituiu uma etapa de alinhamento metodológico, indispensável para assegurar a vinculação entre os dados produzidos e os objetivos específicos da investigação, respeitando as particularidades da entrevista e do questionário. A correspondência estabelecida não implicou equivalência entre as perguntas dos diferentes instrumentos, mas considerou sua função analítica e sua capacidade de produzir evidências pertinentes às questões que orientaram a pesquisa.

Essa organização também orientou a definição das estratégias de tratamento e análise dos dados, assegurando a coerência entre a natureza das evidências produzidas, as questões de pesquisa e os objetivos da investigação. As cinco entrevistas e as respostas às questões abertas do questionário compuseram o corpus qualitativo do estudo e foram submetidas à Análise de Conteúdo, por sua capacidade de identificar padrões de significado, categorias analíticas e elementos interpretativos presentes nos discursos dos participantes.

Por sua vez, as questões fechadas dos 16 questionários receberam tratamento estatístico descritivo, mediante o cálculo de frequências absolutas e relativas, possibilitando sistematizar e caracterizar as percepções dos respondentes. A articulação dessas estratégias analíticas favoreceu uma compreensão mais abrangente do fenômeno investigado, ao integrar evidências qualitativas e quantitativas produzidas ao longo da pesquisa.

Os documentos permaneceram submetidos à análise documental, voltada à compreensão de seu contexto de produção, conteúdo e contribuição para o mapeamento das políticas públicas de inovação, enquanto os indicadores secundários foram utilizados como evidências complementares para contextualização e triangulação dos resultados. Desse modo, cada conjunto de dados foi analisado segundo suas especificidades epistemológicas e metodológicas, sendo posteriormente integrado às demais evidências, de forma a ampliar a consistência analítica e a compreensão do fenômeno investigado (Quadro 16).

Quadro 16 – Correspondência entre fontes de evidência e procedimentos analíticos

Fonte de evidência	Dados considerados	Procedimento de análise	Questões de pesquisa relacionadas	Objetivo específico relacionado	Contriuição para análise
Documentos	Marcos normativos, políticas, planos, programas, editais, relatórios e documentos do corpus.	Análise documental, com base em Cellard (2012)	Q1 – Quais políticas públicas de incentivo à inovação estão vigentes? Q2 – Quais instrumentos, programas ou mecanismos de apoio são utilizados?	OE1 – Mapear as políticas públicas voltadas à inovação vigentes no estado de Sergipe	Caracterizar políticas, estrutura institucional e instrumentos de fomento.
Entrevistas semiestruturadas – 5 participantes	Registros textuais das respostas produzidas pelos entrevistados	Análise de Conteúdo, com base em Bardin (2016)	Q3 – Conhecimento e acesso às políticas; Q4 – articulação entre os atores; Q5 – resultados ou impactos percebidos; Q6 – desafios e perspectivas futuras. Complementarmente, manifestações pertinentes a Q1 e Q2	OE2 e OE3, com contribuição complementar ao OE1	Percepções dos atores sobre o alcance das políticas e as dinâmicas do ecossistema.
Questionário – questões abertas	Respostas discursivas dos participantes às questões abertas	Análise de Conteúdo, com base em Bardin (2016)	Questões do Quadro 8 correspondentes ao conteúdo de cada pergunta, especialmente Q4, Q5 e Q6	OE2 e OE3	Percepções sobre atuação, articulação, resultados e desafios do ecossistema.
Questionário – questões fechadas	Respostas dos 16 participantes às questões estruturadas	Estatística descritiva: frequências absolutas e relativas, com base em Soares (2022)	Principalmente Q3 e, conforme a variável analisada, contribuições para Q4 e Q5	Principalmente OE2, com contribuição ao OE3	Percepções dos respondentes sobre as políticas públicas de inovação.
Indicadores e dados secundários	Indicadores selecionados em bases e documentos pertinentes	Tratamento descritivo e comparativo dos indicadores.	Evidência complementar, especialmente para Q2 e Q5	OE1 e OE3, em caráter complementar	Cotejamento das evidências sobre instrumentos / execução e resultados
Conjunto das evidências	Resultados da análise documental, entrevistas, questões do questionário e indicadores pertinentes	Integração das evidências	Q1 a Q6	OE1, OE2 e OE3	Articular evidências sobre a contribuição das políticas/ ecossistema de inovação sergipano.

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Definida a correspondência entre as fontes de evidência, as questões de pesquisa e os

objetivos específicos, procedeu-se ao tratamento dos dados qualitativos produzidos na etapa empírica. Para esse conjunto de dados, adotou-se a Análise de Conteúdo, com base em Bardin (2016), aplicada aos registros das cinco entrevistas semiestruturadas e às respostas das questões abertas do questionário. Embora ambos os conjuntos tenham sido submetidos ao mesmo procedimento analítico, sua organização inicial ocorreu de forma separada, em razão das especificidades dos instrumentos de coleta e dos diferentes perfis dos participantes envolvidos.

Essa decisão metodológica buscou preservar o contexto de produção das evidências e as particularidades inerentes a cada fonte, assegurando maior rigor na identificação dos significados expressos pelos participantes. A distinção inicial permitiu explorar as especificidades de cada conjunto de dados sem comprometer sua integridade analítica. Em etapa posterior, os resultados foram integrados e confrontados, possibilitando identificar convergências, complementaridades e divergências relevantes para a compreensão do fenômeno investigado. Esse movimento de aproximação entre as evidências fortaleceu a interpretação dos resultados, ao combinar perspectivas distintas e ampliar a consistência das conclusões produzidas pela pesquisa.

A análise foi desenvolvida de acordo com as três fases propostas por Bardin (2016): pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Essa sistemática permitiu conduzir o processo analítico de forma rigorosa e progressiva, assegurando que a interpretação dos dados permanecesse ancorada nas evidências produzidas.

Na etapa de pré-análise, os registros das entrevistas e as respostas abertas do questionário foram organizados e submetidos a uma leitura flutuante e exploratória, com o propósito de identificar elementos recorrentes, reconhecer sentidos preliminares e verificar sua vinculação às questões de pesquisa e aos objetivos específicos. Esse procedimento contribuiu para a construção de uma visão abrangente do corpus e para o delineamento dos caminhos analíticos que orientaram as etapas subsequentes da investigação.

Na fase de exploração do material, os conteúdos pertinentes aos objetivos da pesquisa foram identificados, codificados e agrupados de acordo com suas unidades de significado, preservando-se o contexto de produção de cada manifestação. Esse procedimento possibilitou transformar os dados brutos em informações analiticamente organizadas, favorecendo a identificação de padrões, recorrências e temas relevantes. Na etapa de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, os conteúdos sistematizados foram examinados em suas aproximações, diferenças e complementaridades, sendo interpretados à luz do referencial teórico e articulados às demais evidências produzidas pela pesquisa. Esse movimento analítico permitiu transcender a descrição dos dados, conferindo maior densidade interpretativa aos

achados e fortalecendo a compreensão do fenômeno investigado (Quadro 17).

Quadro 17 – Operacionalização da análise de conteúdo no corpus qualitativo

Fase da análise de conteúdo	Operação realizada na pesquisa	Material analisado	Produto da etapa
1. Pré-análise	Organização dos registros; leitura inicial do material; verificação da correspondência das respostas com as questões de pesquisa e os objetivos específicos; preparação do corpus para análise.	Registros das **5 entrevistas semiestruturadas** e respostas às **questões abertas dos 16 questionários**, mantidos separadamente segundo o instrumento de origem.	Corpus qualitativo organizado e preparado para codificação.
2. Exploração do material	Leitura sistemática das respostas; identificação dos conteúdos pertinentes às questões investigadas; codificação e agrupamento dos conteúdos segundo sua proximidade de sentido e relação com as categorias e os elementos de análise da pesquisa.	Registros das entrevistas e respostas abertas do questionário, analisados separadamente e relacionados às questões correspondentes do Quadro 8.	Conteúdos codificados e organizados nas categorias e elementos de análise pertinentes.
3. Tratamento dos resultados, inferência e interpretação	Sistematização dos conteúdos identificados; exame de recorrências, aproximações, diferenças e particularidades entre as manifestações dos participantes; interpretação em diálogo com os objetivos da pesquisa e o referencial teórico.	Conteúdos resultantes da análise das entrevistas e das respostas abertas do questionário.	Síntese interpretativa das percepções dos participantes, posteriormente integrada às demais evidências da pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora (2026) com base em Bardin (2016).

A aplicação dessas etapas permitiu tratar de forma sistemática e rigorosa o conteúdo qualitativo produzido pelos participantes, preservando tanto a origem das evidências quanto as especificidades de cada instrumento de coleta. Embora as entrevistas e as respostas abertas do questionário tenham sido submetidas ao mesmo procedimento de Análise de Conteúdo, seus registros foram inicialmente organizados e examinados de forma independente, de modo a respeitar os diferentes contextos de produção dos dados.

Posteriormente, os resultados foram articulados sempre que apresentavam relação com as mesmas questões de pesquisa e objetivos específicos, possibilitando a identificação de convergências, complementaridades e particularidades analíticas. Essa estratégia fortaleceu a consistência interpretativa do estudo ao integrar perspectivas distintas sem perder de vista as características próprias de cada fonte de evidência.

Esse procedimento possibilitou identificar convergências, diferenças e

particularidades nas percepções dos participantes, cujos resultados foram posteriormente articulados às demais evidências da pesquisa na etapa de integração dos dados.

3.8.3 Tratamento estatístico descritivo dos dados do questionário

As questões fechadas do questionário foram submetidas à estatística descritiva com o propósito de organizar, sintetizar e apresentar as respostas fornecidas pelos 16 participantes. Esse procedimento mostrou-se adequado à natureza dos dados produzidos, permitindo identificar tendências de percepção relacionadas às políticas públicas de inovação e aos aspectos investigados no âmbito do ecossistema.

Para a sistematização dos resultados, utilizaram-se frequências absolutas (n) e relativas (%), com base em Soares (2022), possibilitando visualizar a distribuição das respostas entre as alternativas apresentadas no instrumento. O tratamento estatístico assumiu caráter descritivo e complementar, contribuindo para a caracterização das percepções dos respondentes e para o diálogo com as demais evidências da pesquisa, sem a pretensão de realizar inferências ou generalizações estatísticas para o conjunto do ecossistema de inovação sergipano.

A utilização da estatística descritiva teve caráter complementar à abordagem qualitativa predominante na pesquisa. Os resultados não foram empregados para realizar generalizações estatísticas sobre o conjunto do ecossistema de inovação sergipano, mas para caracterizar o grupo participante e dimensionar tendências observadas em suas respostas.

Os resultados produzidos não tiveram a finalidade de realizar inferências ou generalizações estatísticas para o conjunto do ecossistema de inovação sergipano. Sua contribuição concentrou-se no apoio à interpretação das evidências empíricas, em articulação com os dados qualitativos e documentais que sustentaram a análise do fenômeno investigado.

Particularmente, as questões referentes ao conhecimento das políticas públicas, à clareza percebida, ao atendimento às necessidades do ecossistema e ao acesso ou benefício institucional forneceram evidências quantitativas complementares à análise do alcance dessas políticas a partir da percepção dos atores.

Os resultados das questões fechadas foram apresentados por meio de tabelas, quadros ou representações gráficas, quando pertinentes, mantendo-se a indicação do número de respondentes e dos respectivos percentuais. Sua interpretação considerou o conteúdo específico de cada questão e sua correspondência com as questões de pesquisa, evitando atribuir aos percentuais alcance explicativo superior ao permitido pelo número e pelas características dos participantes. Posteriormente, essas evidências foram relacionadas aos resultados provenientes

das questões abertas e das entrevistas, preservando-se, contudo, a natureza de cada conjunto de dados (Quadro 18).

Quadro 18 – Procedimentos adotados no tratamento estatístico descritivo

Aspecto	Procedimento adotado
Fonte dos dados	Questionário aplicado aos 16 participantes da pesquisa.
Dados submetidos ao tratamento estatístico	Respostas às questões fechadas do questionário.
Tipo de tratamento	Estatística descritiva.
Medidas utilizadas	Frequência absoluta (n) e frequência relativa (%).
Procedimento de cálculo	Contagem do número de respostas em cada alternativa e cálculo de sua proporção em relação ao total de respostas válidas da respectiva questão.
Finalidade analítica	Caracterizar os respondentes e sintetizar a distribuição das respostas às questões fechadas, permitindo observar tendências no grupo participante.
Relação com os objetivos da pesquisa	Subsidiar principalmente o OE2, especialmente quanto ao conhecimento, acesso e percepção do alcance das políticas públicas de inovação, e contribuir para o OE3 quando a questão analisada produzir evidências pertinentes a resultados ou impactos percebidos.
Apresentação dos dados	Frequências absolutas e relativas apresentadas em tabelas e/ou gráficos, conforme a natureza da questão, com indicação do número de respondentes.
Alcance da interpretação	Os resultados descrevem as respostas dos participantes do estudo e não foram utilizados para realizar inferências ou generalizações estatísticas para todo o ecossistema de inovação sergipano.
Integração com outras evidências	Os resultados descritivos foram posteriormente relacionados às evidências provenientes das entrevistas, das questões abertas do questionário e das demais fontes pertinentes à pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora (2026), com base em Soares (2022).

Conforme sintetizado no Quadro 18, o tratamento estatístico concentrou-se nas questões fechadas do questionário e teve função descritiva no conjunto da pesquisa. As frequências absolutas permitiram identificar o número de participantes associado a cada alternativa de resposta, enquanto as frequências relativas expressaram essa ocorrência proporcionalmente ao total de respostas válidas em cada questão.

A apresentação conjunta de n e % foi adotada para preservar a dimensão numérica dos achados, especialmente por se tratar de um grupo composto por 16 respondentes, evitando que a leitura isolada dos percentuais produzisse uma percepção ampliada de sua representatividade.

Os resultados obtidos por esse procedimento foram interpretados como tendências observadas entre os participantes, e não como estimativas generalizáveis para a totalidade dos atores do ecossistema de inovação de Sergipe. Sua contribuição esteve principalmente na análise do alcance das políticas públicas a partir da percepção dos atores, em consonância com

o segundo objetivo específico e com a questão de pesquisa que investiga em que medida esses atores conhecem e acessam as políticas existentes.

Quando pertinentes a outras questões da investigação, os dados descritivos foram utilizados de forma complementar, sem ultrapassar aquilo que cada variável efetivamente permitiu observar.

Dessa forma, os resultados estatísticos não foram interpretados isoladamente como medida da efetividade das políticas públicas. Sua função foi complementar as evidências qualitativas provenientes das entrevistas e das questões abertas do questionário, permitindo que aproximações, diferenças ou aspectos adicionais identificados entre os conjuntos de dados fossem posteriormente examinados na etapa de integração das evidências. A compreensão da efetividade, portanto, resultou da análise articulada das diferentes fontes utilizadas na pesquisa, em consonância com o objetivo geral estabelecido na investigação.

3.8.4 Integração das evidências

Após o tratamento específico de cada conjunto de dados, procedeu-se à integração das evidências produzidas ao longo da pesquisa. Essa etapa teve a finalidade de relacionar os resultados provenientes da análise documental, das entrevistas, das questões abertas e fechadas do questionário e, quando pertinentes, dos indicadores secundários, preservando a natureza e a função analítica de cada fonte. A integração não pressupôs equivalência entre os dados, mas sua aproximação em torno das questões de pesquisa e dos objetivos específicos aos quais cada evidência estava vinculada.

O procedimento buscou identificar pontos de convergência, complementaridade e divergência entre as diferentes fontes. Dessa forma, as evidências documentais forneceram a base para o mapeamento das políticas públicas e de seus instrumentos de implementação; as entrevistas e as respostas abertas permitiram compreender as percepções dos atores; e os dados provenientes das questões fechadas contribuíram para dimensionar tendências observadas entre os respondentes.

Os indicadores secundários, quando disponíveis e pertinentes, foram utilizados para contextualizar ou confrontar os achados, sem que lhes fosse atribuída, isoladamente, capacidade de demonstrar relação causal entre as políticas e os resultados observados.

A integração foi orientada pelas seis questões apresentadas no Quadro 8 (p. 67), mantendo-se sua correspondência com os três objetivos específicos da pesquisa. Assim, as evidências relacionadas ao mapeamento das políticas e de seus instrumentos subsidiaram o

primeiro objetivo específico; aquelas referentes ao conhecimento, acesso e articulação entre os atores contribuíram para o segundo; e as evidências relativas aos resultados percebidos, desafios e perspectivas foram relacionadas ao terceiro objetivo específico.

3.9 Critérios de confiabilidade

A confiabilidade e o rigor científico desta investigação fundamentaram-se em abordagens contemporâneas da pesquisa qualitativa, que compreendem a qualidade científica como resultado da articulação entre consistência metodológica, validade analítica e relevância do conhecimento produzido. Essa compreensão pressupõe que a credibilidade dos achados não decorre de um único procedimento de validação, mas da coerência entre o problema investigado, as escolhas metodológicas, a produção das evidências e a construção das interpretações.

Nessa perspectiva, Domínguez *et al.* (2024) destacam a integração entre confiabilidade, validade e pertinência como critérios centrais para a avaliação da qualidade científica. Tal entendimento desloca o foco de parâmetros estritamente positivistas para a análise da adequação entre os procedimentos metodológicos adotados, os objetivos da investigação e o contexto em que o conhecimento é produzido. Desse modo, o rigor científico passa a ser compreendido como uma construção processual, sustentada pela transparência das decisões metodológicas, pela consistência das análises e pela capacidade de produzir interpretações fundamentadas e relevantes para a compreensão do fenômeno estudado.

A confiabilidade, segundo os autores, relaciona-se à consistência dos procedimentos metodológicos e à coerência entre as etapas de coleta, análise e interpretação dos dados. Desse modo, sua garantia depende da transparência das decisões metodológicas, da rastreabilidade dos procedimentos realizados, que permite a outros pesquisadores compreender e, se necessário, reproduzir o caminho percorrido, e da manutenção de um percurso investigativo logicamente articulado, capaz de sustentar a credibilidade dos resultados obtidos (Domínguez *et al.*, 2024).

A validade, por sua vez, refere-se à adequação entre os instrumentos utilizados, os objetivos da pesquisa e o fenômeno analisado, exigindo alinhamento entre referencial teórico, estratégias metodológicas e evidências empíricas. Já a pertinência diz respeito à relevância científica e social do estudo, especialmente quanto à sua capacidade de responder a problemas concretos e contribuir para o avanço do conhecimento em determinado campo (Domínguez *et al.*, 2024). Para tanto, foram adotados os seguintes procedimentos (Figura 8):

Figura 8 – Critérios de confiabilidade de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2026), com base em Domínguez *et al.* (2024).

A Figura 8 sistematiza os critérios de qualidade científica adotados na pesquisa, organizados em três dimensões interdependentes: confiabilidade, validade e pertinência, que sustentam o rigor do estudo. No âmbito da confiabilidade, destacam-se a padronização dos instrumentos de coleta de dados (entrevistas e questionários semiestruturados), seu alinhamento aos objetivos da pesquisa e o registro sistemático das informações, assegurando a rastreabilidade do processo analítico, a transparência metodológica e a reconstituição das etapas investigativas.

O segundo eixo, correspondente à validade, refere-se à adequação analítica entre os diferentes componentes da pesquisa (Domínguez *et al.*, 2024). Observa-se, na figura 8, a centralidade do alinhamento entre objetivos, questões de pesquisa e instrumentos de coleta, bem como a articulação entre referencial teórico e análise empírica. Destaca-se, nesse âmbito, o uso da triangulação de dados, combinando entrevistas, questionários e indicadores secundários.

Adota-se a triangulação metodológica como estratégia central de fortalecimento da credibilidade dos achados. Conforme sustenta Santana e Paiva Júnor (2022), a convergência de múltiplas fontes de evidência reduz vieses interpretativos e amplia a robustez analítica.

No presente estudo, a triangulação de dados foi operacionalizada mediante a integração de três fontes de evidência: a análise do arcabouço normativo e documental das

políticas públicas (OE1), indicadores quantitativos de competitividade e inovação (OE3) e dados empíricos obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas (OE2). Essa articulação favorece uma compreensão sistêmica do ecossistema de inovação em Sergipe, ao integrar dimensões normativa, estrutural e experiencial, reforçando a validade interna da pesquisa.

O terceiro eixo, referente à pertinência, evidencia a dimensão aplicada da pesquisa e sua aderência ao Ecossistema Local de Inovação (ELI) da Grande Aracaju. Expressa-se no potencial de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas, a gestão do ecossistema e os processos decisórios, reforçando sua relevância científica, social e institucional.

A presença do núcleo central, denominado “rigor científico da pesquisa”, reforça a ideia de que essas três dimensões não operam de forma isolada, mas constituem um sistema integrado de validação do conhecimento, ratificando o que Santana e Paiva Júnor (2022) denominam como clareza e coerência do desenho de pesquisa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS

Este capítulo apresenta e discute os resultados da pesquisa a partir das evidências documentais e empíricas produzidas no percurso investigativo. A análise foi organizada em correspondência com os objetivos específicos e com as questões de pesquisa apresentadas no Quadro 8 (p. 67), de modo a estabelecer uma sequência entre o mapeamento das políticas públicas de inovação vigentes em Sergipe, a análise de seu alcance a partir da percepção dos atores e a identificação dos principais resultados, desafios e perspectivas relacionados ao ecossistema de inovação.

As evidências provenientes dos documentos, das entrevistas semiestruturadas, das questões abertas e fechadas do questionário e, quando pertinentes, dos indicadores secundários foram examinadas de acordo com os procedimentos definidos no capítulo metodológico e posteriormente articuladas na interpretação dos resultados. Essa organização preservou as particularidades de cada fonte, ao mesmo tempo que possibilitou identificar convergências, complementaridades e divergências relevantes para a compreensão do fenômeno investigado.

A apresentação dos resultados inicia-se pela caracterização dos participantes e das fontes empíricas. Em seguida, são analisadas as políticas públicas e seus instrumentos de implementação, o alcance dessas políticas na percepção dos atores e os resultados, desafios e perspectivas identificados no conjunto das evidências. Ao final, os achados são integrados com a finalidade de responder à questão central da pesquisa e subsidiar a compreensão da efetividade das políticas públicas de inovação e empreendedorismo no fomento ao ecossistema de inovação local.

4.1 Caracterização dos participantes e das fontes empíricas

A etapa empírica da pesquisa reuniu duas fontes de evidência produzidas com grupos distintos de participantes: as entrevistas semiestruturadas e o questionário. Foram realizadas cinco entrevistas com gestores selecionados em razão de sua atuação e experiência no Ecossistema Local de Inovação da Grande Aracaju. Para preservar o anonimato e a confidencialidade das informações, os entrevistados foram identificados pelos códigos E1, E2, E3, E4 e E5. Do total de entrevistas, uma foi realizada presencialmente e quatro ocorreram de forma assíncrona, mediante contato prévio e posterior encaminhamento do roteiro por correio eletrônico.

O questionário, por sua vez, foi encaminhado a 30 potenciais participantes vinculados a instituições e empresas do ecossistema, tendo sido obtidas 16 respostas válidas. Os respondentes do questionário não integraram o grupo dos cinco entrevistados, preservando-se, assim, a distinção entre as duas fontes empíricas. O instrumento foi constituído por 20 questões, das quais 16 eram fechadas e quatro abertas, organizadas em blocos relacionados à caracterização dos participantes, às percepções sobre as políticas públicas de inovação, às barreiras e aos facilitadores institucionais e à integração entre os atores do ecossistema.

A caracterização dos participantes (quadro 19) foi considerada como elemento de contextualização das evidências produzidas, tendo em vista que a posição institucional ocupada e a forma de inserção dos sujeitos no ecossistema influenciam as percepções, experiências e interpretações manifestadas ao longo da investigação. Esses aspectos contribuíram para a compreensão das diferentes perspectivas presentes no campo empírico e para a análise das relações estabelecidas entre os atores e as políticas públicas de inovação.

Quadro 19 – Caracterização dos participantes da etapa empírica

Fonte empírica	Participantes	Características consideradas	Identificação na análise
Entrevistas semiestruturadas	5	Atuação institucional e vínculo com o ecossistema	E1 a E5
Questionário	16	Perfil institucional e demais variáveis de caracterização contempladas no instrumento	Dados apresentados de forma agregada
Total de participantes	**21**	—	—

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2026).

Os cinco entrevistados foram selecionados de forma intencional, em razão de suas funções de gestão e de sua atuação no âmbito do ELI Grande Aracaju. O grupo reuniu representantes de diferentes segmentos institucionais vinculados ao ecossistema, incluindo administrações públicas municipais e organizações voltadas ao apoio, à articulação e à promoção da inovação. Em observância aos procedimentos éticos da pesquisa, as instituições não foram identificadas individualmente, sendo os participantes codificados como E1, E2, E3, E4 e E5.

Os 16 respondentes do questionário exerciam funções de liderança, coordenação ou direção em instituições e empresas vinculadas ao ELI Grande Aracaju.

A caracterização das fontes empíricas e dos participantes que compuseram a etapa de produção dos dados está apresentada no Quadro 20, permitindo contextualizar as evidências analisadas e os diferentes atores envolvidos na investigação.

Quadro 20– Caracterização da vinculação institucional dos participantes

Fonte empírica	Participantes	Perfil considerado na pesquisa	Forma de identificação
Entrevistas semiestruturadas	5	Gestores selecionados em razão das funções de gestão e de sua atuação no ELI Grande Aracaju, vinculados a diferentes segmentos institucionais	E1, E2, E3, E4 e E5
Questionário	16	Participantes em funções de liderança, coordenação ou direção em instituições e empresas vinculadas ao ELI Grande Aracaju	Dados tratados de forma agregada
Total	**21**	**Participantes vinculados ao contexto institucional investigado**	**Identidade preservada**

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2026).

Os participantes ocupavam funções de direção, coordenação, gestão, liderança ou representação institucional em organizações vinculadas ao ELI Grande Aracaju, condição que lhes conferia conhecimento e experiência relacionados às dinâmicas do ecossistema e às políticas públicas de inovação analisadas. Desse modo, sua participação contribuiu para a produção de evidências capazes de subsidiar a compreensão do fenômeno investigado em seu contexto de ocorrência.

A participação de atores vinculados a diferentes segmentos institucionais possibilitou incorporar perspectivas construídas a partir de posições distintas no ecossistema de inovação. Essa diversidade foi considerada na interpretação das evidências, uma vez que as percepções sobre conhecimento e acesso às políticas, articulação institucional, resultados e desafios tendem a refletir experiências, responsabilidades e formas de inserção diferenciadas no contexto investigado.

A caracterização dos participantes exerceu, portanto, uma função contextual e analítica, contribuindo para situar os discursos e as percepções produzidas ao longo da pesquisa. Seu propósito não consistiu em atribuir ao perfil dos participantes capacidade explicativa autônoma sobre o alcance ou a efetividade das políticas públicas, mas em fornecer elementos que favorecessem uma compreensão mais consistente das evidências à luz das condições institucionais em que foram produzidas.

4.2 Mapeamento das políticas públicas de inovação vigentes em Sergipe

O mapeamento documental identificou que, no recorte temporal da pesquisa, encerrado em julho de 2026, o incentivo público à inovação em Sergipe se encontrava estruturado por marcos normativos, instrumentos de planejamento, instituições responsáveis

pela coordenação e execução e mecanismos de implementação e fomento. Entre os resultados do levantamento destacaram-se a atualização do marco legal estadual de inovação pela Lei nº 9.496/2024, a inserção da inovação no planejamento governamental e a existência de programas, fundos, editais, incentivos e mecanismos de financiamento destinados à operacionalização das ações.

Para a apresentação dos resultados, as evidências documentais foram organizadas em três dimensões: marco normativo e políticas públicas de inovação; estrutura institucional e governança; e instrumentos de implementação e fomento. Essa organização permitiu distinguir as bases normativas e diretrizes da política, os atores institucionais e suas responsabilidades e os mecanismos utilizados para sua operacionalização, preservando as diferentes funções desempenhadas por leis, instituições, programas, fundos, editais e demais instrumentos de apoio à inovação e ao empreendedorismo.

O mapeamento foi sustentado por fontes oficiais e institucionais, incluindo a legislação estadual e documentos da SEDETEC, FAPITEC/SE, CONCIT, SergipeTec e do ELI Grande Aracaju, selecionados conforme os critérios de composição do corpus estabelecidos no percurso metodológico.

O achado indica que a atualização normativa não se restringiu à substituição formal de um diploma legal, mas reorganizou as possibilidades institucionais de interação entre poder público, infraestrutura científico-tecnológica e setor produtivo, incorporando mecanismos de cooperação e incentivo identificados no novo marco estadual. Esse resultado, contudo, exige distinguir a institucionalização formal da materialização da política: **em que medida a previsão normativa se traduz em implementação?**

4.2.1 Mapeamento e sistematização das políticas públicas e do marco normativo vigente por meio da Ficha de Inventário

A aplicação da Ficha de Inventário permitiu identificar e sistematizar os documentos que, no recorte temporal da pesquisa, encerrado em julho de 2026, compunham a base normativa e institucional da política estadual de ciência, tecnologia e inovação. Entre os documentos examinados, a Lei Estadual nº 9.496, de 22 de julho de 2024, destacou-se como marco normativo central vigente, ao revogar a Lei nº 6.794/2009 e estabelecer medidas de estímulo ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação.

O inventário permitiu situar esse marco na arquitetura da política estadual e diferenciá-lo dos instrumentos de planejamento, programas, fundos, editais e demais mecanismos empregados em sua operacionalização. Essa diferenciação é coerente com o percurso metodológico da pesquisa, no qual a Ficha de Inventário foi utilizada para identificação e sistematização das políticas e dos marcos normativos e para a posterior classificação dos instrumentos de implementação e fomento.

O conteúdo do novo marco revela uma orientação voltada à criação de condições institucionais para a interação entre diferentes atores da inovação. Entre os mecanismos identificados estão a constituição de alianças estratégicas, o desenvolvimento de projetos cooperativos envolvendo empresas, startups e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), o compartilhamento de laboratórios, equipamentos e infraestrutura de pesquisa e a previsão do bônus tecnológico. Esses dispositivos inserem uma dimensão relacional relevante no desenho da política, uma vez que sua operacionalização envolve capacidades distribuídas entre poder público, instituições científico-tecnológicas e setor produtivo.

O achado indica que a atualização normativa reorganizou as possibilidades institucionais de interação entre poder público, infraestrutura científico-tecnológica e setor produtivo, incorporando ao marco estadual mecanismos de cooperação e incentivo à inovação. Essa configuração amplia a dimensão relacional da política no plano normativo, ao prever instrumentos cuja operacionalização depende da interação entre diferentes atores. A questão que emerge dos resultados é, então, inevitável: em que medida essa capacidade de articulação prevista pela norma se realiza no funcionamento concreto do ecossistema?

A atualização do marco normativo coloca em evidência um ponto decisivo para esta pesquisa: entre aquilo que a política institucionaliza e aquilo que efetivamente alcança o ecossistema existe o processo de implementação. É nessa passagem que os resultados da análise documental precisam ser problematizados, uma vez que a existência de mecanismos formalmente instituídos não permite, por si só, afirmar sua efetiva materialização na experiência dos atores destinatários. Assim, a investigação desloca o foco da mera identificação das políticas para a compreensão de como elas são operacionalizadas e percebidas no contexto em que se inserem.

Nessa direção, Secchi, Coelho e Pires (2020) oferecem uma importante chave analítica ao situarem a implementação como o momento em que orientações e decisões políticas são convertidas em ação, processo no qual burocracias, implementadores e redes de atores desempenham papel central. A distinção entre as perspectivas top-down e bottom-up reforça

justamente a possibilidade de descompassos entre a formulação da política e sua execução prática. No contexto deste estudo, essa potencial distância deixa de constituir apenas uma questão teórica e passa a configurar um problema empírico a ser investigado, orientando a busca por evidências acerca do alcance, das limitações e dos efeitos das políticas de inovação no ecossistema analisado.

Sob essa perspectiva, a Lei nº 9.496/2024 evidencia que Sergipe dispõe de um marco normativo que amplia as possibilidades de atuação pública no campo da inovação e oferece bases institucionais para o fortalecimento do ecossistema estadual. Contudo, a existência de instrumentos legalmente instituídos não assegura, por si só, sua efetiva apropriação pelos atores a que se destinam. Entre a previsão normativa e seus possíveis efeitos concretos existe um percurso mediado por processos de implementação, articulação institucional, disseminação da informação e condições de acesso aos instrumentos disponibilizados.

É justamente nesse percurso que a política deixa o plano formal e passa a confrontar as dinâmicas, capacidades e demandas do ecossistema real. Assim, o desafio analítico desloca-se da existência das políticas para sua capacidade de gerar oportunidades efetivamente percebidas e acessadas pelos diferentes atores. Nesse sentido, emerge a questão central que orienta esta investigação: **em que medida aquilo que o Estado institui como mecanismo de apoio à inovação consegue converter-se em oportunidades concretas de acesso, uso e fortalecimento das atividades inovativas desenvolvidas no ecossistema?**

Essa indagação encontra um primeiro elemento de tensão quando o resultado documental é aproximado dos dados das entrevistas. No corpus analisado, “governança”, “editais” e “parcerias e cooperação” aparecem nos discursos dos cinco gestores, enquanto a expressão “Lei de Inovação” foi identificada nas entrevistas E4 e E5, com três ocorrências. “Políticas públicas”, por sua vez, aparece em quatro das cinco entrevistas. A frequência lexical, conforme definido no próprio tratamento metodológico da pesquisa, não constitui medida isolada de importância e precisa ser interpretada em conjunto com o contexto semântico e os núcleos de sentido. Por essa razão, esses dados não permitem atribuir conhecimento ou desconhecimento do marco legal aos entrevistados.

Esse contraste chama atenção. Nos documentos, a Lei de Inovação ocupa uma posição central na estrutura da política estadual; nas entrevistas, ganham maior recorrência temas ligados ao funcionamento da política e à dinâmica do ecossistema, como governança, editais, recursos, fomento, parcerias e cooperação. Os dados sugerem, assim, que a política aparece no discurso dos gestores principalmente por meio de seus instrumentos, recursos e relações. Esse achado provoca uma questão importante para a pesquisa: **o que acontece entre a política**

formalmente instituída e a forma como ela chega, é percebida e passa a fazer parte da experiência dos atores do ecossistema?

A sistematização documental também evidenciou a presença do Plano Plurianual de Sergipe 2024–2027 no planejamento governamental relacionado à inovação. No percurso metodológico adotado, legislação, PPA, atos normativos e documentos oficiais compõem as fontes utilizadas para identificação das políticas vigentes e das diretrizes que as estruturam, enquanto programas, FUNTEC, editais e demais mecanismos foram examinados no nível dos instrumentos de implementação e fomento. Essa classificação permite compreender o PPA a partir de sua função no planejamento da ação governamental e preservar a distinção entre marco normativo, planejamento e mecanismos de operacionalização.

Essa diferenciação produz um resultado importante para o mapeamento: a política estadual de inovação se apresenta documentalmente em diferentes níveis de atuação pública. O marco normativo estabelece diretrizes e possibilidades institucionais; o planejamento governamental organiza prioridades; as instituições assumem responsabilidades relacionadas à coordenação, ao financiamento e à execução; e programas, fundos, editais e demais instrumentos constituem mecanismos de operacionalização. A análise dessas diferentes funções evita que a quantidade de documentos ou instrumentos identificados seja tomada, isoladamente, como evidência da densidade ou da efetividade da política.

Essa leitura também permite problematizar a relação entre os componentes identificados. A documentação evidencia uma arquitetura formal composta por norma, planejamento, instituições e instrumentos. A articulação entre esses componentes, entretanto, constitui uma questão empírica a ser examinada. Sua compreensão depende das relações de coordenação, continuidade, circulação de informações e atuação conjunta entre os atores envolvidos na implementação. É nesse ponto que o mapeamento documental começa a estabelecer uma ponte com as etapas seguintes da pesquisa.

Os documentos de planejamento vinculados ao ELI Grande Aracaju acrescentam a dimensão territorial ao corpus analisado. No Quadro 21, esses documentos aparecem ao lado do marco legal estadual e do PPA. Sua presença permite observar registros de planejamento e organização das ações no espaço empírico investigado, bem como verificar em que medida as diretrizes estaduais se traduzem em iniciativas no território, preservando as diferenças de natureza e função entre os documentos examinados. Essa distinção é consistente com o próprio desenho da fase documental, que buscou separar políticas públicas e marcos normativos dos programas, editais, fundos e demais instrumentos empregados na implementação.

Quadro 21 – Síntese das política de inovação em Sergipe: marcos e diretrizes

Documento/marco identificado	Natureza	Abrangência/período	Elementos relacionados à inovação	Função no contexto analisado
Lei Estadual nº 9.496, de 22 de julho de 2024	Marco normativo estadual de CT&I	Estado de Sergipe / vigente no período da pesquisa	Pesquisa, capacitação científica e tecnológica, inovação, cooperação entre empresas, startups e ICTs e compartilhamento de infraestrutura e incentivos.	Constitui o marco legal estadual vigente da inovação e estabelece bases jurídicas e institucionais para a atuação do Estado em CT&I
Lei Estadual nº 6.794, de 2 de dezembro de 2009	Marco normativo anterior	Estado de Sergipe / revogada em 2024	Regulamentação estadual anterior relacionada à ciência, tecnologia e inovação	Tem função histórico-documental no corpus, contribuindo para a compreensão da evolução do marco normativo estadual, mas não integra o conjunto de normas vigentes.
Plano Plurianual de Sergipe 2024–2027	Instrumento de planejamento governamental	Estado de Sergipe / 2024–2027	Programas, metas, indicadores e mecanismos de acompanhamento relacionados ao planejamento das ações governamentais	Alinha prioridades e ações governamentais ao planejamento estadual, viabilizando o acompanhamento de programas e metas, sem equivaler à política pública de inovação.
Documentos de planejamento do ELI Grande Aracaju	Planejamento institucional/territorial	ELI Grande Aracaju / período de referência dos documentos	Define ações, responsáveis, prazos e indicadores para formação, integração institucional, mercado, fomento e avaliação de resultados.	Subsidiam a compreensão da organização e das ações do ecossistema, sem serem classificados isoladamente como política pública estadual

Fonte: Elaborado pela autora com base no corpus documental da pesquisa (2026)

A leitura integrada do Quadro 21 permite sustentar que o principal resultado do mapeamento está na identificação de uma arquitetura pública de inovação formada por componentes com funções distintas e complementares no plano formal. A Lei nº 9.496/2024 ocupa posição central como marco normativo vigente; o planejamento governamental situa prioridades e diretrizes; os documentos relacionados ao ELI aproximam o planejamento do contexto territorial; e programas, fundos, editais e outros mecanismos constituem vias de operacionalização das ações públicas.

É justamente aqui que o resultado do primeiro objetivo específico abre uma questão maior para a dissertação. A arquitetura está formalmente constituída. **Como ela funciona quando encontra o ecossistema?** A resposta exige avançar sobre implementação, conhecimento, acesso, articulação e apropriação dos instrumentos pelos atores. O mapeamento documental permite estabelecer a existência e a configuração formal da política no período analisado; sua capacidade de alcançar o ecossistema e favorecer seus atores será examinada pelo confronto dessa arquitetura com as evidências produzidas no campo.

4.2.2 Síntese do mapeamento das políticas públicas e dos instrumentos de inovação

O mapeamento realizado permite sustentar que, no recorte temporal encerrado em julho de 2026, Sergipe dispunha de uma arquitetura pública de incentivo à inovação formada por diferentes componentes da ação estatal: marco normativo, planejamento governamental, instituições com atribuições de coordenação, financiamento e execução e instrumentos de implementação e fomento. Esse é o primeiro resultado conclusivo do levantamento documental. A política estadual de inovação apresenta uma base institucional identificável e dispõe de mecanismos por meio dos quais suas diretrizes podem ser operacionalizadas.

A relevância desse achado está também na diferenciação entre os componentes encontrados. Lei, planejamento governamental, instituições, programas, fundos, editais e mecanismos de financiamento ocupam posições distintas na trajetória da ação pública. A Lei Estadual nº 9.496/2024 estabelece o marco normativo vigente; os instrumentos de planejamento inserem prioridades na programação governamental; as instituições assumem responsabilidades na estrutura estadual de CT&I; e programas, fundos e editais criam vias para a implementação das ações. O mapeamento revela, assim, uma política que precisa ser compreendida pelo encadeamento entre esses diferentes níveis, e não pela simples quantidade de iniciativas identificadas.

Os mecanismos previstos na Lei nº 9.496/2024 acrescentam uma característica relevante a essa arquitetura: a inovação é institucionalmente tratada como uma atividade que envolve relações entre diferentes atores. A previsão de alianças estratégicas, projetos cooperativos, participação de empresas, startups e ICTs e compartilhamento de infraestrutura introduz elementos compatíveis com a perspectiva sistêmica discutida por Schot e Steinmueller (2018), na qual redes, aprendizagem, conexões entre atores e empreendedorismo integram o funcionamento dos sistemas de inovação. No caso sergipano, o marco normativo reconhece, portanto, que capacidades de inovação se encontram distribuídas entre diferentes organizações e que sua mobilização depende de relações entre elas.

Esse reconhecimento institucional, porém, abre uma questão mais difícil: o desenho relacional previsto pela política encontra correspondência nas relações que efetivamente se estabelecem no ecossistema? O documento permite identificar mecanismos concebidos para favorecer cooperação e interação; sua capacidade de produzir articulação, ampliar acesso e mobilizar os atores depende do processo de implementação. É justamente nesse ponto que a existência de uma arquitetura formal deixa de oferecer, sozinha, respostas suficientes sobre o favorecimento do ecossistema.

A implementação assume, por isso, posição central na interpretação do mapeamento. Em Secchi, Coelho e Pires (2020), é nessa etapa que orientações políticas são convertidas em atividades e passam a envolver burocracias, implementadores e redes de atores. Essa lente permite olhar para o caso de Sergipe a partir de uma questão concreta: quais condições precisam estar presentes para que aquilo que foi institucionalizado consiga chegar aos atores que compõem o ecossistema? A resposta envolve mais do que disponibilidade formal de instrumentos. Envolve capacidade institucional de executá-los, comunicação, coordenação, acesso e condições para que os destinatários possam efetivamente mobilizá-los.

Os primeiros sinais provenientes das entrevistas tornam essa questão ainda mais relevante. Enquanto a Lei de Inovação ocupa posição central no corpus documental, os discursos dos gestores apresentam maior recorrência de temas ligados ao funcionamento da política e à dinâmica do ecossistema, como governança, editais, recursos, fomento, parcerias e cooperação. Considerados os limites da análise lexical, os dados sugerem que a política aparece na experiência discursiva dos gestores principalmente por meio de seus instrumentos, recursos e relações. Há aqui uma pista importante: para os atores que participam do ecossistema, a presença da política tende a adquirir concretude justamente nos espaços em que suas diretrizes encontram mecanismos de execução e relações institucionais.

É nessa passagem que o mapeamento revela também seu próprio limite. A documentação permite afirmar que existe uma estrutura pública destinada ao incentivo à inovação e identificar os mecanismos previstos para sua operacionalização. O favorecimento do ecossistema, entretanto, somente pode ser compreendido quando se observa como essa estrutura chega aos seus atores. Uma política pode oferecer editais, fundos, incentivos e mecanismos de cooperação; sua capacidade de favorecer o ecossistema passa pelas condições concretas de conhecimento, acesso, participação e apropriação dessas oportunidades.

O primeiro objetivo específico permite, portanto, chegar a uma conclusão que orienta as etapas seguintes da análise: no período investigado, o desafio analítico da política de inovação em Sergipe já não pode ser formulado apenas em termos de existência de marco normativo ou disponibilidade de instrumentos. O mapeamento identificou uma arquitetura institucional capaz de oferecer bases formais para a ação pública. A questão que permanece é como essa capacidade institucional se converte em alcance no ecossistema. Entre aquilo que o Estado institui e aquilo que os atores conseguem conhecer, acessar e utilizar existe um percurso que condiciona o favorecimento produzido pela política. É esse percurso que a análise do alcance, apresentada na seção seguinte, passa a investigar.

4.3 Alcance das políticas públicas na percepção dos atores do ecossistema

O mapeamento documental demonstrou que, no recorte temporal encerrado em julho de 2026, Sergipe dispunha de uma arquitetura pública de incentivo à inovação formada por marco normativo, planejamento, instituições e instrumentos de implementação e fomento. Esse resultado estabelece a existência e a configuração formal da política, mas deixa em aberto uma questão central para esta pesquisa: **como essa arquitetura chega aos atores que compõem o ecossistema e passa a integrar suas experiências?**

É a partir dessa questão que o alcance assume relevância analítica nesta etapa da pesquisa. Os resultados do questionário e das entrevistas mostram que a presença das políticas no ecossistema ocorre em diferentes níveis. Conhecer sua existência, compreender seus mecanismos, identificar oportunidades, reunir condições para acessá-las e efetivamente utilizar os instrumentos constituem experiências distintas entre os participantes. O alcance é examinado, portanto, como um processo que se manifesta na relação entre a oferta institucional e as condições concretas pelas quais os atores conhecem, acessam e se apropriam das oportunidades disponibilizadas.

Essa perspectiva desloca a análise para a experiência dos atores e permite observar diferenças que o mapeamento documental, por sua própria natureza, não poderia revelar. A implementação torna-se particularmente relevante nesse percurso. Secchi (2020) situa a análise de políticas públicas para além da identificação formal da intervenção, incorporando o diagnóstico dos problemas, a definição de critérios e indicadores, a projeção de resultados e a própria viabilidade de implementação. No caso investigado, essa lente permite perguntar menos sobre quantos instrumentos existem e mais sobre as condições em que eles conseguem chegar aos seus potenciais destinatários.

A dimensão territorial torna essa pergunta ainda mais significativa. Felizola e Aragão (2022), ao analisarem o ecossistema sergipano em período anterior ao recorte empírico desta pesquisa, identificaram uma estrutura ainda incipiente, concentrada principalmente em Aracaju e São Cristóvão, além de lacunas de conexão e de atuação pública estruturada para o desenvolvimento da inovação.

Em cenário posterior, Felizola, Marques e Silva (2025) registraram a implementação dos Ecossistemas Locais de Inovação em Sergipe a partir de junho de 2023 e situaram o ELI Grande Aracaju em processo de estruturação. A presente pesquisa encontra, em 2026, uma configuração institucional distinta daquela retratada em 2022 e acrescenta uma questão a essa trajetória: **o avanço da estrutura institucional foi acompanhado pela ampliação da capacidade das políticas de alcançar os atores do ecossistema?**

Para enfrentar essa questão, o segundo objetivo específico foi analisado a partir de três dimensões empiricamente relacionadas: conhecimento e acesso às políticas públicas de inovação; atendimento das políticas às necessidades percebidas pelos atores; e articulação entre os componentes do ecossistema. Entrevistas, questões abertas e resultados descritivos do questionário foram confrontados buscando identificar convergências, divergências e assimetrias entre a presença institucional das políticas e a maneira como elas são percebidas e experienciadas pelos participantes. É nesse confronto que o alcance deixa de representar apenas disponibilidade de instrumentos e passa a revelar as condições concretas de aproximação entre a ação pública e o ecossistema.

4.3.1 Conhecimento e acesso às políticas públicas de inovação

Os resultados revelaram uma primeira tensão na relação entre a política pública e seus destinatários: o reconhecimento das políticas de inovação mostrou-se significativamente mais amplo do que o conhecimento aprofundado sobre elas. Entre os 16 participantes, 15 declararam

algum grau de conhecimento das políticas existentes em Sergipe. Entretanto, apenas cinco (31,3%) afirmaram conhecê-las amplamente, enquanto dez (62,5%) indicaram conhecimento parcial. O desconhecimento absoluto apareceu em apenas uma resposta (6,3%).

A distribuição das respostas desloca o problema inicialmente esperado. A principal questão encontrada não está na invisibilidade completa da política entre os participantes, mas na profundidade com que ela é conhecida. Essa diferença torna-se mais evidente quando o conhecimento é confrontado com a percepção de clareza: nenhum respondente classificou as políticas como “muito claras”; seis (37,5%) as consideraram claras e dez (62,5%) pouco claras.

O resultado produz uma questão relevante: **o que significa uma política ser conhecida quando seus mecanismos permanecem pouco claros para a maioria dos participantes?**

Os dados sugerem que visibilidade e inteligibilidade constituem dimensões diferentes do alcance. O reconhecimento de que determinada política, programa ou instrumento existe representa uma primeira aproximação com seus destinatários. A possibilidade de utilizá-lo exige outro nível de relação: compreender objetivos, requisitos, procedimentos e caminhos de acesso. Nesse sentido, o conhecimento parcial identificado na pesquisa adquire importância porque se situa justamente entre a existência institucional da oportunidade e a capacidade dos atores de mobilizá-la.

A existência e a disponibilidade formal das políticas não são acompanhadas por níveis equivalentes de compreensão, o que pode limitar sua utilização e sua capacidade de mobilização dos atores beneficiários (Quadro 22).

Quadro 22 – Conhecimento e clareza das políticas públicas de inovação

Variável	Categoria de resposta	n	%
Conhecimento das políticas públicas	Sim, amplamente	5	31,3
	Parcialmente	10	62,5
	Não conhece	1	6,3
Clareza das políticas públicas	Muito claras	0	0,0
	Claras	6	37,5
	Pouco claras	10	62,5
	Não são claras	0	0,0

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2026).

A relação entre conhecimento e clareza permite avançar sobre o significado desses resultados. A política pública pode circular suficientemente para ser reconhecida e, ao mesmo tempo, permanecer distante das condições necessárias à sua apropriação. Essa distância coloca

a comunicação institucional dentro do problema da implementação. Informar que um instrumento existe representa apenas uma parte desse processo; torná-lo compreensível e acessível exige que a informação circule de maneira capaz de orientar a ação dos potenciais beneficiários.

É nesse ponto que a análise dos destinatários ganha relevância. Schneider e Ingram (1997) incorporam ao *policy design* a relação entre desenho, populações-alvo, distribuição de benefícios e encargos e implementação. A própria estrutura da obra dedica atenção específica às populações-alvo e à sua relação com instrumentos, regras e processos de implementação. Aplicada ao caso investigado, essa perspectiva desloca a pergunta de **"o instrumento está disponível?" para "em quais condições seus destinatários conseguem reconhecê-lo, compreendê-lo e mobilizá-lo?".**

As entrevistas ajudam a responder essa questão e, sobretudo, impedem que os percentuais sejam interpretados isoladamente. E5 relata que "uma parcela significativa das empresas [...] conhece pouco os instrumentos disponíveis ou não compreende plenamente como acessá-los", enquanto E3 afirma que o acesso "é dificultado, pois se deve saber onde buscar as informações". As falas convergem com o questionário em um ponto preciso: a informação existe e circula, porém sua circulação não produz o mesmo nível de compreensão entre os atores.

Essa convergência também permite refinar a interpretação. Os relatos acrescentam ao problema da clareza uma dimensão operacional: saber que existe uma oportunidade não equivale a saber onde encontrá-la, compreender seus requisitos e reunir condições para utilizá-la. As entrevistas mencionam dificuldades relacionadas à divulgação, à complexidade dos procedimentos administrativos, à elaboração de projetos, ao atendimento das exigências dos editais e à gestão dos recursos captados. O acesso começa, assim, a aparecer nos dados como um percurso composto por sucessivas exigências informacionais, técnicas e organizacionais.

Um resultado adicional torna essa interpretação mais complexa. Apesar do predomínio de conhecimento parcial e da avaliação de pouca clareza, nove dos 16 participantes (56,3%) informaram que suas instituições já haviam sido beneficiadas por alguma política pública de inovação, enquanto sete (43,8%) não relataram essa experiência. À primeira vista, os resultados podem parecer contraditórios: **como coexistem dificuldades de conhecimento e clareza com experiências concretas de acesso aos instrumentos?**

A contradição é apenas aparente. Os dados mostram que a política consegue chegar a parte dos atores, mas também revelam que essa chegada não elimina as dificuldades de compreensão e acesso percebidas no ecossistema. A experiência de benefício institucional

relatada por mais da metade dos participantes demonstra que os instrumentos possuem capacidade concreta de mobilização. A presença de sete instituições sem benefício relatado, associada às barreiras informacionais, procedimentais e técnicas identificadas nas entrevistas, indica que essa capacidade não se distribui de maneira uniforme entre os participantes.

Essa constatação exige cautela. Os dados da pesquisa não permitem estabelecer que as diferenças de acesso sejam causadas por maior ou menor capacidade técnica, disponibilidade de informação ou estrutura organizacional de cada instituição. Permitem, contudo, identificar esses fatores como barreiras mencionadas pelos próprios participantes e reconhecer que o acesso ocorre sob condições diferenciadas. É justamente nessa heterogeneidade que o alcance assume relevância analítica.

Os resultados permitem sustentar, portanto, que o principal limite identificado nesta dimensão não é a ausência generalizada de contato entre política e ecossistema. O que emerge é um alcance heterogêneo, no qual reconhecimento, compreensão e utilização não avançam necessariamente no mesmo ritmo. A política tornou-se conhecida, em algum grau, por 15 dos 16 participantes e alcançou institucionalmente mais da metade deles por meio de algum benefício relatado. Ao mesmo tempo, predominam conhecimento parcial, percepção de pouca clareza e relatos de barreiras informacionais, procedimentais e técnicas. O conjunto das evidências revela que ampliar o alcance envolve enfrentar as condições que se interpõem entre a existência da oportunidade e a capacidade dos atores de mobilizá-la.

Essa interpretação também permite situar os resultados no processo recente de consolidação do ecossistema de inovação sergipano. Enquanto Felizola e Aragão (2022) identificaram um cenário marcado pela incipiência das estruturas de apoio à inovação e por sua concentração territorial, Felizola, Marques e Silva (2025) registraram o início da implementação dos Ecossistemas Locais de Inovação (ELIs) em Sergipe a partir de 2023, destacando que o ELI Grande Aracaju ainda se encontrava em fase de estruturação. Esses estudos sugerem que o fortalecimento da inovação no estado depende não apenas da criação de instrumentos e ambientes institucionais, mas também de sua progressiva capacidade de articulação e alcance junto aos atores do território.

Os resultados desta pesquisa acrescentam uma nova camada a essa trajetória: em 2026, a existência institucional das políticas e dos instrumentos já pode ser identificada e parte dos atores relata experiências concretas de benefício, porém permanecem diferenças relevantes quanto à compreensão e às condições de acesso.

O avanço institucional, portanto, coloca um novo desafio para o ecossistema: ampliar a capacidade de transformar instrumentos disponíveis em oportunidades compreensíveis e acessíveis aos diferentes atores.

4.3.2 Percepção sobre o alcance e atendimento às necessidades do ecossistema

Os resultados acrescentam uma segunda dimensão ao problema do alcance. Na subseção anterior, as evidências mostraram que conhecimento, compreensão e acesso ocorrem de maneira heterogênea entre os participantes. Nesta etapa, a análise avança sobre outra questão: **quando a política alcança os atores, em que medida aquilo que ela oferece corresponde às necessidades que eles reconhecem no ecossistema?** Essa distinção é relevante porque amplia a discussão do acesso para a aderência percebida entre os instrumentos disponíveis e as demandas do Ecossistema Local de Inovação da Grande Aracaju.

Os resultados do questionário são expressivos e revelam o predomínio de avaliações intermediárias. Entre os 16 participantes, 11 (68,8%) avaliaram que as políticas atendem parcialmente às necessidades do ecossistema, três (18,8%) consideraram que atendem pouco, um (6,3%) indicou atendimento total e um (6,3%) afirmou que elas não atendem. Somadas, as respostas "parcialmente" e "pouco" alcançam 14 participantes (87,5%), o que reforça a concentração das percepções na faixa intermediária da escala.

Consideradas em conjunto, as respostas mostram que 15 dos 16 participantes (93,8%) não atribuíram às políticas um atendimento pleno às necessidades existentes. O dado não autoriza generalizações para todo o ecossistema, em razão do número reduzido de participantes, mas revela uma tendência clara no grupo investigado: o reconhecimento da presença da ação pública convive com uma percepção predominantemente incompleta de sua capacidade de resposta. Esse resultado aponta para uma distância entre a existência das políticas e sua efetividade percebida pelos atores, aspecto que merece ser aprofundado na interpretação dos demais dados da pesquisa.

O reduzido número de avaliações extremas, tanto positivas quanto negativas, reforça essa interpretação. Por um lado, os dados não apontam para uma percepção consensual de plena efetividade das políticas públicas; por outro, também não evidenciam uma avaliação predominantemente desfavorável. Desse modo, os resultados sugerem o reconhecimento de contribuições relevantes das políticas existentes, acompanhado da percepção de que ainda persistem lacunas em sua capacidade de responder integralmente às necessidades do Ecossistema Local de Inovação da Grande Aracaju (Quadro 23).

Quadro 23 –Percepção sobre o atendimento das políticas às necessidades do ecossistema.

Categoria de resposta	n	%
Totalmente	1	6,3
Parcialmente	11	68,8
Pouco	3	18,8
Não atendem	1	6,3
Total	**16**	**100,0**

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2026).

A concentração das respostas na categoria “parcialmente” merece atenção justamente porque se distancia das duas avaliações extremas. Os participantes não caracterizam majoritariamente a política como ausente de resposta às necessidades, tampouco reconhecem atendimento integral. O resultado situa a principal tensão em outro ponto: existe capacidade de resposta, porém ela encontra limites diante das demandas percebidas pelos atores. A questão analítica deixa, então, de ser apenas se existem políticas de inovação e passa a incluir a correspondência entre os problemas enfrentados no ecossistema e as respostas produzidas pelos instrumentos públicos.

Essa distinção encontra respaldo na perspectiva de Secchi (2020), para quem a análise de políticas públicas envolve o diagnóstico do problema, a definição de objetivos, critérios e indicadores e a análise das soluções e de sua viabilidade de implementação. Aplicada aos resultados desta pesquisa, essa lente chama atenção para uma relação fundamental: a qualidade de uma resposta pública depende também da correspondência entre o problema que se pretende enfrentar e a solução mobilizada para enfrentá-lo. O atendimento parcial identificado entre os participantes coloca justamente essa correspondência sob análise.

O que, então, está sendo atendido e o que permanece fora do alcance das respostas existentes? Os percentuais, isoladamente, não respondem a essa questão. Eles mostram a predominância de uma avaliação parcial, enquanto as evidências qualitativas permitem investigar o conteúdo dessa percepção. Essa passagem é fundamental porque “atendimento parcial” pode reunir experiências distintas: instrumentos considerados relevantes, mas insuficientes; oportunidades existentes, porém pouco aderentes a determinadas necessidades; ou mecanismos cujo aproveitamento depende de condições que os próprios atores nem sempre conseguem mobilizar.

Os resultados do Conhecimento e acesso às políticas públicas de inovação da subseção 4.3.1(p. 115-118) ajudam a compreender parte desse cenário, embora não expliquem, sozinhos, a avaliação de atendimento às necessidades. Conhecimento parcial, pouca clareza, dificuldades

para localizar informações e exigências técnicas e procedimentais foram identificados entre os participantes. Esses fatores interferem nas condições de utilização dos instrumentos e podem limitar a experiência concreta de acesso. Aderência, contudo, introduz uma questão adicional: mesmo quando o ator conhece e consegue acessar determinada oportunidade, o instrumento oferecido precisa guardar relação com a necessidade que ele procura enfrentar.

Essa distinção é importante para a interpretação dos resultados. Uma política pode ampliar sua divulgação e facilitar procedimentos de acesso e ainda permanecer parcialmente aderente às necessidades de determinados segmentos. Da mesma forma, um instrumento potencialmente adequado pode produzir alcance restrito quando seus destinatários encontram dificuldades para mobilizá-lo. Os dados desta pesquisa apontam, portanto, para duas dimensões relacionadas, porém analiticamente distintas: condições de acesso e adequação percebida da resposta pública.

A perspectiva de *policy design* contribui para aprofundar essa discussão ao aproximar desenho da política, instrumentos, regras, benefícios e populações-alvo. Schneider e Ingram (1997) tratam explicitamente das relações entre elementos do desenho, escolha dos destinatários, instrumentos e implementação. Essa perspectiva ajuda a compreender que a aderência de uma política também se manifesta na relação que seu desenho estabelece com os atores aos quais seus instrumentos se dirigem. No caso investigado, a predominância de atendimento parcial sugere a necessidade de observar justamente essa relação entre o que os mecanismos públicos oferecem e as condições e demandas encontradas entre seus potenciais beneficiários.

A própria natureza ecossistêmica do objeto torna essa correspondência mais complexa. O ecossistema reúne atores com funções, recursos, capacidades e interesses distintos, de modo que suas necessidades dificilmente se apresentam de maneira uniforme. O material teórico mobilizado nesta pesquisa situa os ecossistemas como estruturas relacionais nas quais atores, recursos, instituições e conexões se condicionam mutuamente. Essa perspectiva impede que a aderência seja reduzida à quantidade de instrumentos disponíveis: a questão passa a ser quais necessidades são contempladas, quais atores conseguem encontrar respostas e quais lacunas permanecem no funcionamento do ecossistema.

Essa leitura também aproxima os resultados da perspectiva sistêmica discutida por Schot e Steinmueller (2018). Ao caracterizarem a abordagem dos sistemas de inovação, os autores destacam a construção de conexões, clusters e redes, o estímulo à aprendizagem entre os componentes do sistema e o empreendedorismo como dimensões relevantes da política de inovação. Se a inovação depende dessas interdependências, o atendimento às necessidades do

ecossistema também precisa ser observado para além da oferta isolada de recursos, alcançando as condições que sustentam interação, aprendizagem e mobilização dos diferentes atores.

O contexto sergipano acrescenta uma dimensão temporal a essa interpretação. Felizola e Aragão (2022) identificaram anteriormente uma estrutura de inovação ainda incipiente, concentrada principalmente em Aracaju e São Cristóvão, além de lacunas de conexão no ecossistema estadual. Em período posterior, Felizola, Marques e Silva (2025) registraram o início da implementação dos ELIs em Sergipe em junho de 2023 e situaram a Grande Aracaju em fase de estruturação.

Os resultados desta pesquisa, produzidos em uma configuração institucional mais recente, mostram que a ampliação da estrutura pública e a organização territorial do ecossistema convivem, na percepção dos participantes, com demandas ainda parcialmente atendidas.

Esse confronto temporal permite identificar mudança sem presumir causalidade. A realidade encontrada em 2026 difere daquela descrita por Felizola e Aragão (2022), especialmente pela presença da arquitetura institucional mapeada nesta dissertação e pelo processo posterior de estruturação do ELI. Ao mesmo tempo, a predominância do atendimento parcial indica que o avanço institucional não encerrou o problema da aderência. Ele o tornou mais específico: diante de uma estrutura pública mais constituída, passa a importar a capacidade de ajustar instrumentos e formas de atuação às necessidades que emergem do próprio ecossistema.

A análise conjunta com os resultados da subseção anterior reforça essa interpretação. Nove dos 16 participantes informaram que suas instituições já haviam sido beneficiadas por alguma política pública de inovação, demonstrando que os instrumentos conseguem produzir experiências concretas de acesso entre parte do grupo pesquisado. Entretanto, nesta dimensão, apenas um dos 16 participantes reconheceu atendimento total às necessidades do ecossistema. Os dois resultados, considerados conjuntamente, mostram que receber benefícios e perceber atendimento suficiente são experiências distintas.

Essa diferença é analiticamente relevante. O benefício institucional evidencia uma relação concreta com a política; a avaliação das necessidades introduz um julgamento sobre a suficiência e a adequação dessa resposta diante das demandas existentes. A política pode, portanto, estar presente na trajetória institucional de parte dos atores e ainda ser percebida como incompleta diante das necessidades do ecossistema. É nessa diferença que o conceito de alcance utilizado nesta pesquisa ganha densidade: chegar aos atores constitui uma dimensão; responder de forma aderente às suas necessidades constitui outra.

Os resultados permitem sustentar que o alcance das políticas públicas de inovação no ELI Grande Aracaju apresenta, entre os participantes investigados, uma dimensão de aderência ainda predominantemente parcial. A avaliação não expressa ausência de ação pública: os dados anteriores registraram conhecimento das políticas, experiências de acesso e instituições beneficiadas. O que esta subseção acrescenta é que a presença desses mecanismos não corresponde, na percepção da maioria dos participantes, ao atendimento integral das necessidades existentes.

Esse achado desloca novamente o problema analítico. Depois de identificar uma arquitetura pública constituída e constatar que parte dos atores conhece e utiliza seus instrumentos, a pesquisa encontra uma questão qualitativamente diferente: **como ampliar a correspondência entre as respostas oferecidas pela política e as necessidades que emergem de um ecossistema heterogêneo e em processo de estruturação?** A resposta não pode ser extraída apenas da quantidade de programas, editais ou recursos disponíveis. Ela exige observar como instituições e atores se relacionam, coordenam prioridades e constroem respostas no interior do ecossistema.

É justamente nesse ponto que a análise do alcance encontra a questão da governança. Se as necessidades são diversas e as respostas dependem de múltiplos atores, a capacidade de articulação entre eles passa a constituir parte do problema. A subseção seguinte examina essa dimensão a partir da percepção dos participantes sobre as relações entre instituições, mecanismos colaborativos e alinhamento das ações no ELI Grande Aracaju.

4.3.3 Articulação entre os atores e instituições do ecossistema

A terceira dimensão do alcance examinada nesta pesquisa diz respeito às relações estabelecidas entre os atores e instituições do Ecossistema Local de Inovação da Grande Aracaju. Os resultados das subseções anteriores evidenciaram diferentes níveis de conhecimento e acesso às políticas públicas de inovação, bem como uma percepção predominantemente parcial acerca de sua capacidade de atender às necessidades do ecossistema. Contudo, a efetividade dessas políticas não depende apenas de sua existência ou da possibilidade de acesso aos instrumentos disponíveis. Em ecossistemas de inovação, a geração de resultados está fortemente associada à capacidade de articulação entre organizações, à circulação de informações e conhecimentos e à construção de agendas compartilhadas entre os diversos atores envolvidos.

Nesse contexto, a análise da articulação institucional acrescenta uma dimensão relacional ao problema investigado, deslocando o foco dos instrumentos para as conexões que possibilitam sua operacionalização. Afinal, a mera presença de universidades, empresas, órgãos governamentais e instituições de apoio em um mesmo território não garante a constituição de um ecossistema efetivamente integrado. Assim, a questão que orienta esta subseção consiste em compreender em que medida os mecanismos de governança existentes conseguem aproximar os atores, alinhar suas ações e criar condições para uma atuação integrada, favorecendo a transformação de recursos e políticas em processos concretos de inovação.

Os resultados revelam uma tensão importante. Entre os 16 participantes, dez (62,5%) classificaram a articulação entre os atores como moderada e seis (37,5%) como baixa. Nenhum respondente indicou nível elevado de articulação. Ao mesmo tempo, 11 participantes (68,8%) reconheceram a existência de mecanismos de governança colaborativa, dois (12,5%) afirmaram não reconhecê-los e três (18,8%) não souberam informar. Quanto ao alinhamento das ações institucionais às políticas públicas, 11 participantes (68,8%) o avaliaram como parcial, quatro (25%) como total e um (6,3%) como baixo (Quadro 24).

Quadro 24 –Percepção sobre articulação, alinhamento e governança no ecossistema

Dimensão	Categoria	n	%
Articulação entre os atores	Moderada	10	62,5
	Baixa	6	37,5
Alinhamento das ações institucionais às políticas	Totalmente	4	25,0
	Parcialmente	11	68,8
	Pouco	1	6,3
Reconhecimento de mecanismos de governança colaborativa	Sim	11	68,8
	Não	2	12,5
	Não soube informar	3	18,8

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2026).

Os dados permitem distinguir três aspectos relacionados, porém analiticamente diferentes: a existência de mecanismos de governança, a intensidade da articulação entre os atores e o alinhamento das ações institucionais. O reconhecimento de mecanismos colaborativos por 68,8% dos participantes indica a presença de uma base institucional de interação. Essa presença convive, entretanto, com uma avaliação exclusivamente moderada ou baixa da articulação e com predominância de alinhamento parcial. A questão que emerge dos resultados é, portanto, particularmente relevante: **se os mecanismos de governança são reconhecidos por parcela expressiva dos participantes, por que nenhum deles percebe um nível elevado de articulação no ecossistema?**

As entrevistas ajudam a compreender essa tensão. E1 reconhece um movimento de fortalecimento das conexões entre governo, universidades, empresas e instituições de apoio e identifica formas concretas de cooperação, como projetos conjuntos, programas de inovação, eventos colaborativos, participação em editais e ações relacionadas à governança. Ao avaliar a coordenação institucional, contudo, ressalta a necessidade de "fortalecer essa coordenação", mediante maior integração entre iniciativas, redução da sobreposição de esforços e desenvolvimento de mecanismos mais sistemáticos de acompanhamento e avaliação. A experiência relatada por E1 evidencia, assim, que a ampliação das relações colaborativas não assegura, por si, igual avanço na capacidade de coordená-las. anexo 3

Essa questão assume contornos mais críticos na fala de E3, ao afirmar que "ainda precisamos alinhar muito a coesão entre os atores" e que "acabamos fazendo coisas parecidas em momentos diferentes". O relato torna visível um problema de sincronização das iniciativas: instituições podem atuar sobre temas próximos e mobilizar esforços relevantes sem que essas ações estejam suficientemente conectadas em termos de temporalidade, prioridades ou estratégias. A articulação assume, nessa perspectiva, um sentido mais exigente do que a simples manutenção de contatos entre organizações, pois envolve capacidade de produzir convergência entre esforços distribuídos no ecossistema.

O confronto entre E1 e E3 evidencia diferentes faces de uma mesma dinâmica relacional. E1 identifica fortalecimento das conexões e mecanismos de cooperação; E3 explicita dificuldades de coesão e sincronização das iniciativas. Os relatos ajudam, dessa forma, a compreender por que práticas colaborativas podem coexistir com níveis moderados ou baixos de articulação. A cooperação já possui expressão concreta no ecossistema, enquanto sua capacidade de produzir coordenação continuada permanece desigual.

A existência dessa base colaborativa também aparece no relato de E5. O entrevistado descreve sua instituição como articuladora das relações entre empresas, universidades, governo e organizações de apoio e informa sua participação na coordenação da governança do ELI Grande Aracaju, mobilizando instituições para a realização de ações conjuntas. Em sua experiência institucional, iniciativas são desenvolvidas em parceria com entidades de apoio, fomento, ensino e pesquisa e com governos estadual e municipais. A evidência confere materialidade à articulação: existem atores mobilizados, parcerias estabelecidas e ações realizadas conjuntamente. O problema revelado pelo conjunto dos dados situa-se no grau de integração alcançado por essa rede de relações. anexo 3

A análise lexical exploratória amplia essa evidência para o conjunto das entrevistas. "Parcerias e cooperação" apresentou 43 ocorrências, enquanto "governança" registrou 25 e

esteve presente nos discursos dos cinco entrevistados. A recorrência desses núcleos conceituais indica que articulação e coordenação ocupam lugar relevante na maneira pela qual os gestores interpretam o funcionamento do ecossistema e as condições de implementação das políticas.

É justamente nessa diferença entre presença institucional e capacidade relacional que os resultados encontram a perspectiva sistêmica de Schot e Steinmueller (2018). Ao enfatizarem conexões, redes e processos de aprendizagem entre os componentes dos sistemas de inovação, os autores oferecem uma lente para compreender a relevância das relações estabelecidas entre os componentes do sistema. No ELI Grande Aracaju, os mecanismos de conexão estão presentes e são reconhecidos pelos participantes; os resultados deslocam a atenção para a intensidade dessas relações e para sua capacidade de produzir coordenação entre ações desenvolvidas por diferentes instituições.

A implementação das políticas públicas acrescenta outra dimensão a essa interpretação. Na perspectiva de Secchi, Coelho e Pires (2020), a implementação envolve a transformação de orientações políticas em ação e mobiliza burocracias, implementadores e redes de atores. Essa leitura ganha significado particular no ELI Grande Aracaju porque a arquitetura mapeada na seção 4.2 distribui responsabilidades e possibilidades de atuação entre diferentes organizações. Quanto maior a interdependência necessária à execução das ações, maior se torna a relevância da coordenação entre aqueles que detêm recursos, competências e responsabilidades distintas. A articulação integra, portanto, as condições concretas pelas quais instrumentos e orientações públicas são operacionalizados no ecossistema.

A discussão sobre redes e comunidades de políticas públicas permite aprofundar esse argumento. Capella (2018) evidencia que as relações entre atores participam da circulação de informações, da construção de entendimentos e dos processos pelos quais problemas, alternativas e ações públicas são formulados. Os resultados encontrados nesta pesquisa acrescentam uma questão empírica a essa perspectiva: a presença de espaços relacionais não informa, isoladamente, a capacidade dessas relações de produzir convergência entre ações institucionais. No caso investigado, essa distinção aparece na distância entre o reconhecimento de mecanismos de governança e a percepção predominantemente moderada ou baixa da articulação.

O exame conjunto de articulação e alinhamento reforça essa interpretação. Todos os participantes classificaram a articulação como moderada ou baixa, enquanto somente quatro (25%) perceberam alinhamento total das ações institucionais às políticas públicas e 11 (68,8%) avaliaram esse alinhamento como parcial. Os resultados indicam que articular atores e alinhar suas ações constituem processos relacionados, mas empiricamente distinguíveis. Interações e

parcerias podem ser estabelecidas sem que prioridades, estratégias e iniciativas institucionais alcancem o mesmo grau de convergência. anexo 3

Essa distinção adquire especial relevância em uma perspectiva ecossistêmica. A interdependência característica dos ecossistemas de inovação decorre, entre outros aspectos, da distribuição de recursos e capacidades entre diferentes atores. A perspectiva discutida por Stam permite compreender que condições sistêmicas e redes de relações integram o ambiente no qual esses recursos são mobilizados e combinados. No ELI Grande Aracaju, essa interdependência torna a qualidade das conexões uma condição relevante para mobilizar capacidades distribuídas e transformá-las em respostas articuladas no território.

Os resultados também precisam ser situados no processo recente de estruturação do ecossistema sergipano. Felizola e Aragão (2022), em momento anterior, identificaram um ecossistema ainda incipiente, territorialmente concentrado e marcado por lacunas de conexão. Posteriormente, Felizola, Marques e Silva (2025) registraram a implementação dos Ecossistemas Locais de Inovação em Sergipe a partir de 2023 e situaram o ELI Grande Aracaju em processo de estruturação.

No recorte temporal desta pesquisa, encerrado em julho de 2026, os dados apresentam uma configuração na qual mecanismos colaborativos já são reconhecidos pela maioria dos participantes e as entrevistas registram experiências concretas de parceria e governança. Ao mesmo tempo, nenhum participante percebe articulação elevada e o alinhamento das ações é predominantemente parcial. O confronto temporal sugere, assim, que o problema relacional assume uma configuração mais específica: diante de uma base institucional de governança já identificável, a questão passa a envolver a densidade das conexões e a capacidade de coordenar ações entre os participantes do ecossistema.

Essa comparação deve ser interpretada com cautela. Os estudos foram realizados em momentos e condições distintos, e os dados desta pesquisa não permitem atribuir as diferenças observadas à atuação de uma iniciativa específica nem estabelecer uma trajetória causal de evolução do ecossistema. O que o confronto permite sustentar é uma mudança no problema empiricamente observado: em 2026, a existência de mecanismos colaborativos torna mais visíveis os desafios relacionados à intensidade das relações, à coordenação e ao alinhamento das ações.

Essa dimensão relacional também dialoga com as limitações de alcance identificadas na subseção anterior. Responder às necessidades do ecossistema envolve mobilizar conhecimentos, recursos e competências distribuídos entre diferentes atores. Os dados desta pesquisa não permitem estabelecer relação causal entre níveis de articulação e atendimento às

demandas. Permitem sustentar, contudo, que aderência e capacidade relacional integram simultaneamente as condições pelas quais as políticas são operacionalizadas e apropriadas no ecossistema. Dessa forma, a articulação amplia a análise do alcance ao mostrar que a chegada de instrumentos aos atores constitui apenas parte do processo; sua operacionalização também ocorre em um ambiente de interdependências institucionais.

A partir do confronto entre questionários, entrevistas e literatura, os resultados permitem sustentar que o principal desafio de governança identificado no ELI Grande Aracaju, entre os participantes da pesquisa, está na capacidade de converter uma base colaborativa já existente em relações mais intensas de articulação, coordenação e alinhamento institucional. Essa interpretação evita equiparar a existência formal de mecanismos de governança à consolidação da articulação ecossistêmica. No caso estudado, a institucionalização de espaços colaborativos representa uma condição relevante, enquanto sua capacidade de organizar esforços convergentes permanece em processo de consolidação. Essa conclusão encontra respaldo no padrão observado no questionário e nas tensões explicitadas pelos gestores entrevistados.

A análise conjunta das três dimensões discutidas na seção 4.3 permite, então, responder ao segundo objetivo específico de maneira mais precisa. O alcance das políticas públicas de inovação no ELI Grande Aracaju apresenta caráter heterogêneo e multidimensional.

Na dimensão informacional, as diferenças aparecem nas condições de conhecimento, compreensão e acesso aos instrumentos; na aderência, manifestam-se na correspondência percebida entre as respostas públicas e as necessidades dos atores; na dimensão relacional, expressam-se na capacidade de articular instituições e alinhar suas ações. O alcance é construído, portanto, nas condições concretas pelas quais oportunidades são conhecidas, acessadas, apropriadas e articuladas no ecossistema.

Essa leitura permite deslocar a análise da presença institucional das políticas para as condições concretas de sua apropriação, movimento central ao segundo objetivo específico desta pesquisa. Os resultados identificam avanços e limitações, mas não autorizam, isoladamente, uma conclusão sobre a efetividade global das políticas. Eles estabelecem as condições empíricas a partir das quais seus resultados podem ser examinados: quem as conhece, em que condições são acessadas, em que medida respondem às necessidades e como os atores se articulam para operacionalizá-las.

A análise avança, assim, para uma nova questão: **diante desse alcance heterogêneo, que resultados os atores reconhecem como produzidos pelas políticas e quais desafios**

permanecem para o fortalecimento do ecossistema? Essa relação entre resultados percebidos, limitações e perspectivas orienta a seção seguinte.

4.4 Resultados, desafios e perspectivas para o ecossistema de inovação

Após a análise do alcance das políticas públicas de inovação e da articulação institucional no âmbito do Ecossistema Local de Inovação da Grande Aracaju, esta seção volta-se à compreensão dos resultados percebidos pelos participantes e dos fatores que podem favorecer ou limitar o fortalecimento do ecossistema. Em consonância com o terceiro objetivo específico da pesquisa, a análise busca examinar os efeitos atribuídos às políticas públicas de inovação, bem como os principais desafios e perspectivas identificados pelos atores investigados.

Diferentemente das seções anteriores, centradas no conhecimento, acesso e articulação institucional, o foco passa a recair sobre os resultados percebidos e sobre as condições consideradas relevantes para a consolidação do ecossistema de inovação. Busca-se, assim, compreender como os participantes avaliam as contribuições das políticas públicas para a dinâmica local de inovação e quais fatores são apontados como obstáculos ou oportunidades para seu desenvolvimento.

A análise fundamenta-se nas evidências produzidas por entrevistas semiestruturadas e pelas questões abertas do questionário, complementadas, quando pertinente, pelos resultados descritivos das questões fechadas. A articulação dessas fontes permitiu identificar tanto os efeitos percebidos das políticas quanto os elementos institucionais, organizacionais e relacionais que influenciam as perspectivas de fortalecimento do ecossistema.

As evidências já examinadas indicam que os participantes reconhecem avanços associados às políticas públicas de inovação, especialmente na criação de programas, no estímulo ao empreendedorismo e na ampliação das relações institucionais. Ao mesmo tempo, esses avanços coexistem com limitações relacionadas à continuidade das ações, à comunicação, ao acesso aos instrumentos e à produção de resultados econômicos e sociais percebidos pelos atores. Essa coexistência entre avanços e limitações orienta a análise desta seção, evitando interpretar a efetividade das políticas apenas pela presença formal de instrumentos ou, em sentido oposto, apenas pelas dificuldades relatadas.

Entretanto, esses avanços coexistem com limitações relacionadas à continuidade das ações, à divulgação das oportunidades, ao acesso aos instrumentos de fomento e à percepção de resultados econômicos e sociais mais amplos. Os achados indicam, portanto, que os efeitos

das políticas públicas são percebidos de forma heterogênea pelos participantes, combinando contribuições reconhecidas com desafios ainda presentes em sua implementação.

Essa coexistência entre avanços e limitações orienta a análise desta seção. Assim, busca-se evitar interpretações que associem a efetividade das políticas exclusivamente à existência formal de instrumentos de apoio ou, em sentido oposto, apenas às dificuldades relatadas pelos atores. A compreensão dos resultados percebidos requer considerar simultaneamente os progressos alcançados, os limites identificados e as condições que influenciam a capacidade das políticas de produzir efeitos no Ecossistema Local de Inovação da Grande Aracaju.

Nesse sentido, a análise foi organizada em **três dimensões complementares**: **resultados e impactos percebidos, desafios para o fortalecimento do ecossistema e perspectivas de aprimoramento.** Essa organização permitiu examinar de forma articulada os efeitos atribuídos às políticas públicas de inovação, os fatores que condicionam seu desenvolvimento e as possibilidades de avanço apontadas pelos participantes.

A estrutura adotada também assegura correspondência entre o corpus empírico, as categorias definidas para a análise qualitativa e os objetivos da investigação. Resultados percebidos, continuidade das ações, possibilidades de aprimoramento, articulação institucional, cooperação e governança constituíram categorias previamente estabelecidas para o tratamento do material qualitativo e emergiram de forma recorrente nos relatos dos participantes. Desse modo, a organização da análise busca evidenciar como esses diferentes elementos se relacionam na percepção dos atores, contribuindo para a compreensão dos efeitos das políticas públicas de inovação e das condições consideradas relevantes para o fortalecimento do Ecossistema Local de Inovação da Grande Aracaju.

4.4.1 Resultados e impactos percebidos das políticas públicas de inovação

A análise dos resultados e impactos das políticas públicas de inovação foi realizada a partir das percepções dos participantes da pesquisa, considerando os limites e as potencialidades do material empírico produzido. Embora as evidências coletadas permitam identificar contribuições, mudanças e efeitos atribuídos às políticas pelos atores do ecossistema, elas não possibilitam estabelecer, de forma isolada, relações causais diretas entre intervenções públicas específicas e os resultados observados. Tal distinção é relevante do ponto de vista analítico, pois reconhece que os processos de inovação são influenciados por múltiplos fatores

institucionais, econômicos e organizacionais que extrapolam o alcance de uma única política ou instrumento de apoio.

Nesse contexto, a análise concentrou-se nos resultados percebidos pelos participantes, entendidos como interpretações construídas a partir de suas experiências de interação com as políticas, instituições e mecanismos de fomento à inovação. A ênfase recaiu, portanto, sobre os significados atribuídos pelos atores aos efeitos das ações públicas, e não sobre a mensuração objetiva de impactos ou a verificação de nexos causais. Essa perspectiva orientou a interpretação das evidências relacionadas à quinta questão de pesquisa, permitindo compreender como os participantes avaliam as contribuições das políticas públicas para o desenvolvimento do Ecossistema Local de Inovação da Grande Aracaju.

Nas entrevistas, os participantes reconheceram contribuições associadas à expansão das atividades de pesquisa, ao fortalecimento dos ambientes de inovação, ao apoio ao desenvolvimento de startups e à ampliação das redes de cooperação entre os diferentes atores do ecossistema. Tais elementos foram frequentemente mencionados como evidências dos efeitos das políticas públicas de inovação no contexto estadual, indicando a percepção de avanços na estrutura de apoio à inovação e na capacidade de articulação entre instituições.

Essa percepção é expressa de forma mais direta por E5, ao afirmar que “as políticas contribuíram significativamente para fortalecer o ambiente de inovação de Sergipe”. O depoimento sugere que os resultados atribuídos às políticas ultrapassam os efeitos sobre programas ou organizações específicas, sendo percebidos em diferentes componentes do ecossistema. Nessa perspectiva, os efeitos das políticas são associados ao fortalecimento de capacidades institucionais, à criação de oportunidades de apoio à inovação e à ampliação das interações entre atores públicos, acadêmicos e empresariais.

Sob o ponto de vista analítico, esse achado indica que os participantes tendem a associar as políticas públicas menos a resultados isolados e mais ao fortalecimento das condições que favorecem a atividade inovadora. Assim, os impactos percebidos concentram-se na consolidação de estruturas, redes e mecanismos de suporte à inovação, reforçando a compreensão de que os efeitos das políticas se manifestam, sobretudo, na dinâmica e no funcionamento do ecossistema como um todo.

A percepção dos resultados, contudo, não foi homogênea entre os entrevistados. Enquanto alguns participantes atribuíram às políticas públicas contribuições relevantes para o fortalecimento do ecossistema de inovação, outros apresentaram avaliações mais cautelosas quanto aos seus efeitos concretos. E2, por exemplo, ponderou que, embora considere a política estruturada, “na prática ainda não temos visto os benefícios diretos”.

A diferença entre essas manifestações é analiticamente relevante porque evidencia uma distinção entre a consolidação de arranjos institucionais e a percepção de resultados efetivamente alcançados. Enquanto o depoimento de E5 associa as políticas ao fortalecimento do ambiente de inovação, o relato de E2 sugere que a existência de estruturas, programas e mecanismos de apoio não é automaticamente percebida como geradora de benefícios concretos para todos os atores do ecossistema.

Esses resultados indicam que os efeitos das políticas públicas são percebidos de forma diferenciada entre os participantes, refletindo experiências, posições institucionais e níveis de interação distintos com os instrumentos de fomento existentes. Desse modo, os depoimentos não sustentam uma avaliação uniforme dos resultados alcançados, mas apontam para uma percepção heterogênea, na qual avanços institucionais coexistem com questionamentos sobre a materialização de seus benefícios em termos concretos e perceptíveis para os diferentes segmentos do ecossistema.

Essa diferença permite compreender que a existência de políticas públicas e instrumentos de incentivo não implica, necessariamente, uma percepção homogênea de seus resultados entre os diferentes atores do ecossistema. As evidências reunidas no corpus apontam para o reconhecimento de avanços associados ao fortalecimento da pesquisa, do empreendedorismo inovador, dos ambientes de inovação e das redes de cooperação. Contudo, também registram ressalvas relacionadas à capacidade de implementação das ações, à articulação entre as instituições envolvidas e à ampliação do acesso aos mecanismos de apoio existentes.

Sob uma perspectiva analítica, esses achados sugerem que os resultados das políticas públicas são percebidos de forma diferenciada conforme as experiências, expectativas e posições ocupadas pelos atores no ecossistema. Enquanto alguns participantes identificam contribuições relevantes para o fortalecimento das condições de inovação, outros demonstram menor percepção de benefícios concretos ou destacam limitações que restringem seus efeitos. Desse modo, os resultados percebidos não se apresentam de forma uniforme, mas em diferentes intensidades, refletindo a heterogeneidade das interações estabelecidas com as políticas, instituições e instrumentos de fomento analisados.

As evidências permitem distinguir avanços observados no plano institucional dos benefícios diretamente percebidos pelos atores. O fortalecimento dos ambientes de inovação, o apoio às startups, a expansão das atividades de pesquisa e das redes de cooperação foram reconhecidos como resultados relevantes para o ecossistema.

Entretanto, a percepção de benefícios diretos mostrou-se menos homogênea entre os participantes, indicando que os efeitos das políticas não foram experimentados da mesma forma pelos diferentes atores. Essa distinção é importante para evitar que avanços na estruturação do ambiente de inovação sejam automaticamente interpretados como impactos equivalentes para todo o ecossistema.

A heterogeneidade observada acrescenta uma dimensão empírica à discussão de Santos e Garcia (2025), que identificam variações nos resultados das políticas de P&D e inovação conforme os indicadores considerados. No contexto desta pesquisa, essa diferenciação também se manifesta na percepção dos participantes, uma vez que o reconhecimento de avanços institucionais não corresponde, necessariamente, à identificação de benefícios equivalentes entre os diferentes atores do ecossistema.

Em resposta à Q5, os participantes associaram as políticas públicas de inovação principalmente ao fortalecimento do ambiente de inovação, à ampliação da pesquisa, ao apoio às startups e ao incremento das redes de cooperação. Contudo, essas contribuições foram percebidas com diferentes intensidades, coexistindo com relatos de dificuldade em identificar benefícios diretos decorrentes das políticas.

Os resultados indicam, portanto, a existência de efeitos percebidos, porém de forma diferenciada entre os atores investigados, evidenciando distintas experiências em relação às contribuições das políticas no âmbito do ecossistema. Nesse sentido, não é possível, com base nessas evidências, estabelecer relações causais nem afirmar que os impactos tenham alcançado de maneira uniforme os distintos segmentos do ecossistema.

4.4.2 – Desafios para o fortalecimento do ecossistema

Os resultados evidenciam que o fortalecimento do Ecossistema Local de Inovação da Grande Aracaju encontra desafios em diferentes planos da implementação das políticas e do funcionamento do próprio ecossistema. As entrevistas e as questões abertas do questionário apontaram dificuldades relacionadas à burocracia, ao financiamento, às capacidades dos atores, à continuidade das ações e à coordenação institucional. A análise das entrevistas, contudo, revela diferenças importantes na forma como esses fatores são vivenciados e avaliados pelos gestores. O desafio, portanto, não se apresenta como um obstáculo único compartilhado de maneira homogênea pelos participantes, mas como um conjunto de condições que interferem, em graus distintos, na capacidade de acessar instrumentos, mobilizar recursos, executar iniciativas e sustentar resultados ao longo do tempo.

A própria distribuição dos temas no corpus reforça essa leitura. Na análise lexical exploratória, “recursos e fomento” registrou 44 ocorrências e esteve presente nas cinco entrevistas; “capacitação” somou 34 ocorrências em quatro entrevistas; “editais”, 22 ocorrências nos cinco relatos; “burocracia e entraves”, oito ocorrências em E1, E2 e E5; e “continuidade”, cinco ocorrências em E1, E2 e E4. Esses números não estabelecem uma hierarquia entre os desafios. Sua relevância decorre do significado assumido nos relatos e das relações que estabelecem com a implementação e a apropriação das políticas. A frequência lexical funciona, nesse sentido, como evidência complementar à análise de conteúdo, sem substituir a interpretação das experiências relatadas pelos gestores.

Entre essas experiências, a burocracia aparece associada principalmente às exigências para acessar e operacionalizar determinados instrumentos de fomento. E1 chama atenção para a linguagem técnica e para a complexidade dos requisitos, condições que podem dificultar a participação de atores com menor experiência ou menor inserção nas redes institucionais, entre eles microempresas, empreendedores iniciantes e pequenos municípios. A evidência introduz uma questão relevante para a análise: **em que medida uma oportunidade pública pode ser considerada acessível quando sua utilização exige competências que não estão igualmente distribuídas entre os potenciais beneficiários?**

Os relatos mostram que essa dificuldade também mobiliza respostas dentro do próprio ecossistema. E5 reconhece exigências burocráticas associadas à utilização de recursos públicos e descreve ações de capacitação e consultoria destinadas a apoiar empresários na elaboração de projetos para editais. parte 2 - entrevista transcrita. Essa experiência modifica a leitura da burocracia como barreira estática. No contexto investigado, determinadas exigências podem restringir o acesso e, simultaneamente, estimular a mobilização de instituições intermediárias que oferecem suporte técnico aos potenciais beneficiários.

Esse resultado recoloca as capacidades institucionais e técnicas no centro da discussão. A trajetória entre a publicação de um edital e a execução de um projeto envolve compreender regras, formular propostas, reunir documentação, atender critérios de elegibilidade, administrar recursos e prestar contas. A disponibilidade formal do instrumento constitui apenas o início desse percurso. Os resultados sugerem que as capacidades acumuladas pelos atores influenciam suas condições de percorrê-lo. E4 acrescenta outra dimensão ao apontar limitações na preparação de startups, inclusive em aspectos relacionados à governança corporativa, juntamente com dificuldades associadas aos instrumentos de crédito.

Essa relação entre instrumento e capacidade do destinatário aproxima o achado da discussão sobre desenho e implementação das políticas públicas. Em Secchi, Coelho e Pires

(2020), a implementação corresponde ao momento em que decisões e orientações públicas encontram organizações, atores, recursos e condições concretas de execução. No caso estudado, os relatos indicam que essa passagem possui exigências próprias: a existência de um mecanismo de apoio não assegura condições equivalentes de utilização entre atores com capacidades distintas. A implementação passa, assim, pela forma como os instrumentos são operacionalizados e pelas condições efetivamente disponíveis para que seus destinatários consigam utilizá-los.

O financiamento constitui outro núcleo relevante. “Recursos e fomento” aparece nas cinco entrevistas e ocupa posição expressiva na análise lexical. Os relatos associam o fortalecimento do ecossistema à capacidade de financiar projetos, ampliar iniciativas e sustentar atividades inovadoras. E4 chama atenção para a oferta ainda limitada de instrumentos de crédito, enquanto outros entrevistados reconhecem editais, fundos e programas de fomento existentes. A coexistência dessas percepções é analiticamente significativa: o problema do financiamento não pode ser reduzido à presença ou ausência de recursos; envolve também diversidade de mecanismos, adequação às características dos destinatários e capacidade de mobilizá-los.

Essa interpretação dialoga com a própria lógica dos ecossistemas de inovação. Recursos financeiros integram as condições que permitem transformar conhecimento, competências e oportunidades em iniciativas concretas. Quando seu acesso depende de capacidades desigualmente distribuídas, a questão financeira se conecta aos demais desafios encontrados nesta pesquisa. Financiamento, qualificação e acesso aos instrumentos formam, assim, relações que ajudam a explicar por que atores inseridos em um mesmo ecossistema podem apresentar condições distintas de apropriação das políticas.

A continuidade produz uma das tensões mais relevantes das entrevistas. E3 observa que determinadas iniciativas “se perdem e acabam sendo esquecidas a depender de quem assume a gestão nas escalas estaduais e municipais”. E4 formula preocupação semelhante ao associar a descontinuidade à existência de “projetos de Governos e não de Estado”. Esses relatos expressam uma percepção de vulnerabilidade das iniciativas diante das mudanças político-administrativas e colocam em discussão a capacidade de sustentar trajetórias institucionais para além dos ciclos de gestão.

A experiência relatada por E5 acrescenta uma perspectiva distinta. Ao avaliar o período recente, o entrevistado identifica consistência na atuação do ecossistema desde sua estruturação em 2023, mencionando mobilização contínua de parceiros, recursos, eventos e ações. parte 2 - entrevista transcrita. A divergência merece ser preservada porque revela duas

dimensões da continuidade que podem coexistir no mesmo contexto: a estabilidade das políticas e instrumentos vinculados ao poder público e a capacidade dos atores do ecossistema de manter mobilização e ações ao longo do tempo.

Essa distinção suscita uma questão central: **o que precisa permanecer para que os resultados produzidos pelo ecossistema se sustentem no tempo?** Os dados sugerem que continuidade envolve mais do que a permanência nominal de programas. Ela alcança relações institucionais, capacidades construídas, recursos mobilizados e mecanismos de coordenação capazes de sobreviver às mudanças administrativas. A percepção dos gestores mostra que a continuidade possui, portanto, uma dimensão político-institucional e outra relacionada à capacidade do ecossistema de preservar processos coletivos já iniciados.

Essa discussão encontra proximidade com Alencar e Ferreira (2025), ao abordarem fatores institucionais que condicionam a efetividade das políticas de inovação. Para a presente pesquisa, a contribuição dessa perspectiva está em compreender que resultados acumulados dependem de condições que lhes deem sustentação ao longo do tempo. A descontinuidade pode interromper processos de aprendizagem, articulação e construção de capacidades cujo amadurecimento tende a ultrapassar o horizonte de uma iniciativa isolada. No ELI Grande Aracaju, essa questão adquire relevância justamente porque os resultados anteriores mostraram um ecossistema ainda em processo de estruturação.

A coordenação entre os atores completa esse quadro de desafios. Esse tema exige cuidado porque sua configuração foi examinada detalhadamente na subseção 4.3.3. Aqui, sua função analítica é diferente. A questão passa a ser como o padrão de articulação encontrado interfere na capacidade de sustentar e ampliar as iniciativas do ecossistema. E3 oferece uma evidência particularmente clara ao afirmar que “ainda precisamos alinhar muito a coesão entre os atores” e que “acabamos fazendo coisas parecidas em momentos diferentes”. A fala desloca a discussão para um problema operacional: esforços existentes podem perder capacidade de produzir resultados conjuntos quando prioridades, tempos e ações institucionais permanecem pouco sincronizados.

Essa preocupação também aparece em E2, que identifica a manutenção do diálogo com o ecossistema como desafio para a implementação, enquanto E5 descreve experiências nas quais instituições combinam parceiros e recursos para viabilizar projetos de maior alcance. As duas perspectivas mostram um campo em construção: há práticas colaborativas em funcionamento, acompanhadas por dificuldades para assegurar regularidade, integração e convergência entre iniciativas. Essa constatação é coerente com os resultados da 4.3.3 e, nesta

subseção, assume caráter prospectivo: aprofundar a coordenação constitui uma condição para ampliar a capacidade coletiva de mobilizar recursos e sustentar ações.

A leitura conjunta das entrevistas também impede atribuir os desafios exclusivamente ao poder público. Os relatos distribuem responsabilidades e limitações entre diferentes componentes do ecossistema. O desenho e a operacionalização dos instrumentos públicos importam; as capacidades de empresas e organizações para acessá-los também interferem nos resultados; instituições intermediárias podem reduzir determinadas barreiras por meio de capacitação e suporte; e a coordenação entre atores influencia a possibilidade de combinar competências e recursos dispersos. O fortalecimento do ecossistema emerge, assim, como um problema de capacidade sistêmica.

Essa interpretação encontra aderência na perspectiva de Schot e Steinmueller (2018), para quem sistemas de inovação envolvem interações entre organizações, capacidades, redes e processos de aprendizagem. Aplicada aos resultados desta pesquisa, essa lente permite compreender por que os desafios encontrados se conectam. Dificuldades de financiamento podem exigir competências de elaboração de projetos; requisitos técnicos podem demandar suporte institucional; descontinuidades podem interromper aprendizagens; e baixa coordenação pode fragmentar recursos que, combinados, teriam maior capacidade de produzir resultados. A relevância do achado está justamente nessa interdependência.

Os resultados permitem, portanto, interpretar burocracia, financiamento, capacidades, continuidade e coordenação como condicionantes relacionados à sustentação e à ampliação dos resultados já reconhecidos no ecossistema. As entrevistas não oferecem base para afirmar que todos esses fatores afetam igualmente todos os atores, tampouco permitem estabelecer relações causais entre cada desafio e os resultados observados. O que elas evidenciam é um conjunto de condições concretas que os gestores associam à experiência de implementação, acesso e desenvolvimento das iniciativas de inovação.

Essa heterogeneidade constitui um resultado importante para o terceiro objetivo específico. O ELI Grande Aracaju reúne avanços reconhecidos pelos participantes e desafios que permanecem abertos. Algumas dificuldades já mobilizam respostas institucionais, como capacitações e apoio à elaboração de projetos; outras dependem de processos de maior duração, especialmente a continuidade das ações e a coordenação entre instituições. O fortalecimento futuro do ecossistema dependerá da capacidade de enfrentar esses condicionantes preservando as capacidades, relações e aprendizagens já construídas.

A análise dos desafios conduz, então, à dimensão prospectiva da pesquisa. Se os participantes reconhecem resultados e identificam condições que ainda restringem sua

ampliação, que possibilidades atribuem ao futuro do ELI Grande Aracaju e quais caminhos consideram relevantes para seu fortalecimento? Essa questão orienta a subseção seguinte.

4.4.3. Perspectivas e possibilidades de aprimoramento

A análise das perspectivas futuras complementa a identificação dos desafios ao evidenciar como os participantes avaliam as possibilidades de desenvolvimento do Ecossistema Local de Inovação da Grande Aracaju. Apesar das limitações identificadas nas subseções anteriores, os dados revelaram uma percepção predominantemente positiva quanto ao potencial de crescimento do ecossistema.

Esse resultado sugere que os participantes distinguem os desafios atualmente enfrentados das oportunidades futuras de desenvolvimento, reconhecendo a existência de condições favoráveis para a expansão das atividades de inovação no contexto local.

Os resultados do questionário corroboram essa interpretação. Entre os 16 respondentes, dez (62,5%) classificaram o potencial de crescimento do ecossistema como alto, quatro (25%) como médio e apenas dois (12,5%) como baixo. A predominância das avaliações positivas indica que, apesar das dificuldades identificadas, prevalece entre os participantes a expectativa de continuidade do processo de desenvolvimento do ecossistema e de ampliação de suas capacidades de inovação.

Sob uma perspectiva analítica, a coexistência entre dificuldades concretas e uma avaliação favorável do potencial de crescimento revela que os participantes não interpretam as limitações identificadas como obstáculos intransponíveis ao fortalecimento do ecossistema. Ao contrário, os resultados sugerem uma compreensão mais matizada da realidade investigada, na qual desafios e oportunidades coexistem e são percebidos como dimensões que integram um mesmo processo de desenvolvimento.

Embora reconheçam entraves relacionados ao financiamento, à burocracia, à continuidade das políticas públicas e à articulação institucional, os atores também identificam capacidades já instaladas, ativos estratégicos e iniciativas em curso que podem sustentar avanços futuros. Nessa perspectiva, o potencial atribuído ao ELI Grande Aracaju não decorre da ausência de fragilidades, mas do reconhecimento de que o ecossistema dispõe de recursos institucionais, relacionais e organizacionais capazes de criar condições para seu enfrentamento. Trata-se, portanto, de uma percepção que combina senso crítico acerca das limitações existentes com expectativas positivas em relação às possibilidades de evolução do ecossistema.

Essa interpretação encontra sustentação na perspectiva de Mason e Brown (2014), para os quais o desenvolvimento dos ecossistemas depende da interação entre diferentes componentes e das condições associadas ao seu estágio de evolução. À luz desse referencial, a presença de instituições de apoio, mecanismos de fomento, ambientes de inovação e redes de cooperação identificada nesta pesquisa pode ser compreendida como uma base relevante para o fortalecimento do ELI Grande Aracaju, ainda que, isoladamente, não seja suficiente para garantir sua consolidação, indicando que a evolução do ecossistema depende menos da simples existência desses elementos e mais da capacidade de articulá-los de forma coerente, ampliando seu alcance e enfrentando as fragilidades que ainda limitam o aproveitamento de seu potencial inovador.

Os resultados indicam que as limitações identificadas ao longo da pesquisa coexistem com expectativas favoráveis quanto à evolução do Ecossistema Local de Inovação da Grande Aracaju, evidenciando uma percepção de que o aprimoramento das condições institucionais, da articulação entre os atores e dos mecanismos de apoio à inovação pode ampliar sua capacidade de desenvolvimento nos próximos anos (Quadro 25).

Quadro 25 – Percepção sobre o potencial de crescimento do ELI Grande Aracaju

Potencial de crescimento	n	%
Alto	10	62,5
Médio	4	25,0
Baixo	2	12,5
Total	**16**	**100,0**

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2026).

A avaliação favorável do potencial de crescimento deve ser interpretada à luz das condições apontadas pelos participantes como necessárias para que esse desenvolvimento se concretize. As evidências qualitativas destacaram, de forma recorrente, a importância da continuidade das políticas públicas, da estabilidade dos instrumentos de fomento e do fortalecimento da articulação institucional. Nas entrevistas, a permanência das ações de ciência, tecnologia e inovação foi considerada um fator essencial para a consolidação dos resultados, especialmente diante do risco de interrupção de iniciativas em decorrência de mudanças político-administrativas.

Os participantes também associaram as possibilidades de desenvolvimento futuro à ampliação dos mecanismos de financiamento e ao aperfeiçoamento das condições de acesso aos instrumentos de apoio existentes. Nesse sentido, a redução de barreiras burocráticas foi

apontada como um aspecto relevante para ampliar a utilização de editais, programas e demais oportunidades de fomento, favorecendo uma participação mais ampla dos atores que compõem o ecossistema.

Outra dimensão destacada refere-se ao fortalecimento das capacidades institucionais necessárias para acessar e utilizar os mecanismos disponíveis. A análise evidenciou que a participação em iniciativas de fomento frequentemente depende de competências relacionadas à elaboração de projetos, ao cumprimento dos requisitos dos editais e à gestão dos recursos obtidos. Assim, a ampliação dessas capacidades é percebida como um caminho para reduzir barreiras de acesso e fortalecer a inserção de diferentes atores nas dinâmicas de inovação.

Em conjunto, essas evidências sugerem que as perspectivas de crescimento do Ecossistema Local de Inovação da Grande Aracaju estão condicionadas não apenas à ampliação dos instrumentos de apoio, mas também ao fortalecimento das condições institucionais que viabilizam sua utilização. Desse modo, continuidade, financiamento, capacitação e articulação institucional emergem como elementos centrais para transformar o potencial de desenvolvimento identificado pelos participantes em resultados efetivos para o ecossistema.

Tal interpretação encontra aproximação, resguardadas as distinções entre ecossistemas empreendedores e ecossistemas de inovação, com a abordagem sistêmica de Stam (2015), segundo a qual o desenvolvimento do ecossistema decorre da articulação entre diferentes condições, atores e recursos, e não da atuação isolada de um único componente.

Outra perspectiva identificada refere-se ao aprofundamento da cooperação entre os integrantes do ecossistema. Os entrevistados reconheceram a coordenação entre governo, universidades, empresas, instituições de pesquisa e organizações de apoio como condição para mobilizar recursos, compartilhar competências e ampliar os resultados das ações de inovação. Essa percepção encontra correspondência na perspectiva de Etzkowitz e Leydesdorff (2000), que situam as relações entre universidade, governo e setor produtivo como componentes centrais da dinâmica de inovação. Nesse contexto, o aprimoramento da governança e dos espaços permanentes de articulação apresenta-se como possibilidade para fortalecer a atuação conjunta dos atores.

Em conjunto, os resultados apresentados na seção 4.4 permitiram atender ao terceiro objetivo específico da pesquisa. As evidências revelaram contribuições percebidas das políticas públicas para o fortalecimento do ambiente de inovação, acompanhadas por avaliações distintas quanto aos benefícios alcançados e por desafios relacionados ao financiamento, à burocracia, à continuidade das ações e às condições institucionais de implementação. Ao mesmo tempo, a percepção predominantemente positiva sobre o potencial de crescimento do ELI Grande

Aracaju indica perspectivas de fortalecimento, desde que acompanhadas pelo aprimoramento dos mecanismos de fomento, pela continuidade das políticas e pelo aprofundamento da cooperação entre os atores.

As respostas abertas acrescentaram outro elemento relevante às perspectivas de fortalecimento do ecossistema: a necessidade de assegurar maior continuidade às iniciativas apoiadas. Um dos participantes reconheceu a contribuição de programas como o Centelha e o Tecnova III, mas observou que determinadas ações “param nesse estágio”, indicando a percepção de que os mecanismos de apoio nem sempre acompanham o desenvolvimento das iniciativas após as etapas iniciais de fomento. Esse achado sugere que os desafios futuros não se restringem à criação de novos instrumentos, mas envolvem também a construção de trajetórias de apoio mais contínuas e articuladas ao longo do processo de inovação.

Analiticamente, os resultados indicam que a consolidação do ecossistema depende da capacidade de conectar diferentes instrumentos, etapas e atores, favorecendo a transição de projetos apoiados para fases mais avançadas de desenvolvimento e inserção no mercado. Assim, a continuidade passa a ser compreendida não apenas como permanência das políticas públicas, mas também como capacidade de sustentação das iniciativas beneficiadas por essas políticas.

Em resposta à dimensão das perspectivas futuras da Q6, os resultados apontam um cenário marcado por expectativas favoráveis quanto ao desenvolvimento do Ecossistema Local de Inovação da Grande Aracaju. Predomina entre os participantes o reconhecimento de seu potencial de crescimento, embora condicionado ao aperfeiçoamento das condições institucionais que sustentam sua dinâmica de funcionamento.

Nesse contexto, a continuidade das políticas e programas, o fortalecimento dos mecanismos de fomento, a redução de barreiras burocráticas, o desenvolvimento das capacidades institucionais dos atores e a ampliação da cooperação e da articulação institucional emergem como possibilidades de aprimoramento identificadas a partir das evidências empíricas. Essas condições são percebidas como fundamentais para ampliar o alcance das políticas públicas e fortalecer a capacidade inovativa do ecossistema no longo prazo.

4.5 Integração das evidências e efetividade das políticas públicas de inovação

A análise integrada das evidências documentais, dos questionários e das entrevistas permite compreender a efetividade das políticas públicas de inovação no Ecossistema Local de Inovação da Grande Aracaju como um processo que se realiza em diferentes níveis e sob condições distintas. O mapeamento desenvolvido nesta pesquisa demonstrou que, no recorte

temporal encerrado em julho de 2026, Sergipe dispõe de uma arquitetura pública de apoio à inovação composta por base normativa, planejamento, instituições e instrumentos de fomento. Quando essa estrutura é confrontada com as percepções dos atores, contudo, a questão analítica deixa de se concentrar exclusivamente na existência das políticas e passa a envolver as condições pelas quais elas são implementadas, conhecidas, acessadas, apropriadas e convertidas em resultados no ecossistema.

Essa distinção é central para interpretar os achados. Secchi, Coelho e Pires (2020) situam a avaliação como uma etapa em que implementação e desempenho são examinados para produzir conhecimento sobre o estado da política e sua relação com o problema que motivou a intervenção. Sob essa perspectiva, identificar leis, programas, instituições, editais e recursos demonstra capacidade pública de estruturar respostas e disponibilizar instrumentos. A efetividade exige avançar analiticamente sobre esse inventário e observar o que acontece quando tais instrumentos encontram seus destinatários e as condições concretas de funcionamento do ecossistema.

A comparação com estudos anteriores sobre Sergipe torna essa transformação institucional particularmente relevante. Felizola e Aragão (2022) encontraram um ecossistema ainda incipiente, concentrado principalmente em Aracaju e São Cristóvão e sem conexão com o interior, além de registrarem, naquele momento, a inexistência de um projeto da iniciativa pública direcionado ao desenvolvimento da inovação no estado. Já Felizola, Marques e Silva (2025) situam o ELI Grande Aracaju como um ecossistema “em estruturação”, cujo plano de intervenção incluía estimular o empreendedorismo inovador, integrar instituições e empresas, ampliar a visibilidade das ações e apoiar a formulação e implementação de políticas públicas de inovação.

O confronto desses estudos com os resultados desta pesquisa indica uma mudança na configuração institucional observável, embora os diferentes recortes e procedimentos metodológicos não permitam tratá-la como uma evolução linear nem atribuí-la causalmente a determinada política. Em 2026, a questão encontrada empiricamente já não se resume à incipiência da estrutura pública. Há normas, instituições, instrumentos, mecanismos colaborativos e iniciativas em funcionamento. O problema desloca-se para a capacidade dessa arquitetura de produzir oportunidades conhecidas, compreendidas e apropriadas pelos diferentes atores e de sustentar relações capazes de gerar resultados mais amplamente distribuídos.

É justamente nesse percurso que questionários e entrevistas acrescentam uma dimensão que a análise documental, isoladamente, não poderia revelar. Entre os 16

participantes do questionário, apenas 31,3% declararam conhecimento amplo das políticas públicas de inovação, enquanto 62,5% indicaram conhecimento parcial e 6,3% afirmaram não conhecê-las. Quanto à clareza, nenhum participante considerou as políticas muito claras; 37,5% avaliaram-nas como claras e 62,5% como pouco claras. Esses resultados mostram que reconhecimento da existência das políticas e domínio suficiente para mobilizá-las constituem dimensões distintas.

As entrevistas ajudam a compreender essa diferença. E1 identifica maior familiaridade entre instituições diretamente vinculadas à inovação e dificuldades entre atores menos conectados ao ecossistema, incluindo obstáculos relacionados à linguagem técnica e aos requisitos dos instrumentos. E3 chama atenção para uma dificuldade anterior ao próprio processo de candidatura, ao observar que acessar as oportunidades exige saber onde buscar as informações. E5 também diferencia os atores mais experientes daqueles que possuem menor inserção nas redes do ecossistema, especialmente micro e pequenas empresas com menor conhecimento sobre os instrumentos e suas formas de acesso.

A convergência entre essas evidências permite avançar sobre a ideia de alcance. A política torna-se efetivamente alcançável quando a oportunidade disponibilizada institucionalmente pode ser reconhecida, compreendida e mobilizada por seus potenciais destinatários. Entre a existência de um instrumento e sua utilização há, portanto, um percurso que envolve circulação da informação, inteligibilidade das regras, identificação de oportunidades e mobilização de capacidades para participação. No ELI Grande Aracaju, os dados indicam que essas condições estão distribuídas de maneira desigual.

Essa interpretação ganha densidade quando se observa que nove dos 16 respondentes, correspondentes a 56,3%, informaram que suas instituições já haviam sido beneficiadas pelas políticas, enquanto sete, ou 43,8%, não indicaram benefício. As entrevistas apontam obstáculos associados à elaboração de propostas, cumprimento de requisitos e gestão dos projetos e recursos. E5, por exemplo, identifica dificuldades relacionadas à preparação de projetos e às exigências administrativas e financeiras envolvidas na utilização dos instrumentos. E4 acrescenta questões relacionadas aos instrumentos jurídicos e à governança das startups.

Essas evidências não autorizam afirmar que os participantes não beneficiados deixaram de acessar as políticas especificamente em razão dessas dificuldades. O desenho da pesquisa não estabelece essa relação causal. O que a triangulação evidencia é a coexistência entre benefícios desigualmente percebidos e condições de apropriação também desiguais, enquanto os gestores identificam capacidades técnicas, administrativas e institucionais como elementos relevantes na operacionalização dos instrumentos. Desse modo, a disponibilidade da

oportunidade pública constitui uma condição necessária para o alcance, mas sua apropriação também depende das condições encontradas entre aqueles que potencialmente podem mobilizá-la.

4.5.1 Aderência, articulação e a distância entre oferta e necessidades

A mesma heterogeneidade aparece quando a análise avança do acesso para a aderência às necessidades do ecossistema. Dos 16 participantes, 68,8% consideraram que as políticas atendem parcialmente às necessidades, 18,8% avaliaram que atendem pouco, 6,3% indicaram atendimento total e 6,3% afirmaram que não atendem. Em termos agregados, 15 dos 16 participantes não identificaram atendimento pleno.

Esse resultado é particularmente significativo porque impede uma interpretação simplificada segundo a qual maior disponibilidade de instrumentos produziria, por consequência, maior adequação às demandas. As entrevistas revelam avaliações distintas. E5 reconhece que diferentes públicos são contemplados, embora identifique segmentos com menor participação e capacidade de absorção. E4 apresenta uma avaliação mais crítica sobre o equilíbrio desse atendimento, especialmente em relação às startups. E3 também problematiza a distribuição das respostas entre os diferentes atores.

O achado que emerge desse confronto é mais específico do que uma simples insuficiência das políticas. Há respostas públicas reconhecidas, instrumentos disponíveis e beneficiários identificáveis; entretanto, a correspondência entre essas respostas e a diversidade das necessidades permanece predominantemente parcial na percepção dos participantes. A efetividade passa, assim, pela capacidade de conectar instrumentos públicos, demandas territoriais e condições concretas dos destinatários.

A articulação entre os atores constitui outra dimensão desse processo. Os dados mostram que mecanismos colaborativos existem: 11 dos 16 respondentes reconheceram formas de governança colaborativa. Essa presença institucional, entretanto, convive com uma avaliação menos favorável da intensidade das relações, uma vez que dez participantes classificaram a articulação como moderada e seis como baixa; nenhum a considerou alta. O alinhamento institucional também foi percebido majoritariamente como parcial.

Surge, então, uma questão que os resultados exigem enfrentar: **se existem mecanismos de governança e práticas colaborativas, por que a articulação ainda não é percebida como elevada?**

As entrevistas indicam que a dificuldade já não pode ser explicada pela ausência de interação. E5 descreve articulações concretas entre empresas, universidades, governo e instituições de apoio. E1 também relata participação ativa em espaços do ELI e relações interinstitucionais. Em contrapartida, E3 aponta necessidade de maior coesão e registra situações em que atores realizam iniciativas semelhantes em momentos diferentes.

O contraste revela uma diferença entre presença de relações colaborativas e capacidade de coordenação sistêmica dessas relações. A institucionalização da governança cria espaços de encontro, circulação de informações e construção de parcerias; sua existência não assegura, por si, sincronização das iniciativas, alinhamento institucional ou coordenação de maior intensidade. Esse resultado adquire significado adicional quando Felizola, Marques e Silva (2025) classificam o ELI Grande Aracaju como “em estruturação” e incluem integração e visibilidade entre os objetivos do próprio plano de intervenção. A coexistência encontrada em 2026 entre colaboração concreta e articulação ainda moderada ou baixa é compatível com um processo no qual a institucionalização das relações avançou, enquanto sua consolidação permanece em curso.

4.5.2 Resultados percebidos e limites da atribuição

A integração das evidências torna-se mais complexa quando se examinam os resultados atribuídos às políticas. Os questionários registram percepções de contribuições relacionadas à competitividade, criação e desenvolvimento de startups, formação, geração de emprego e renda, integração entre atores, fomento e fortalecimento institucional. Entretanto, as respostas abertas também contêm avaliações de resultados ainda iniciais, pouco concretos, insuficientes ou ausentes. A heterogeneidade encontrada nos questionários reaparece com clareza nas entrevistas.

E5 identifica fortalecimento do ambiente de inovação, ampliação da pesquisa aplicada, apoio a startups e expansão das redes de colaboração, ao mesmo tempo que considera os resultados mais expressivos na geração de capacidades do que na transformação estrutural da economia. E2 reconhece a estrutura normativa, porém afirma ainda não perceber benefícios diretos e avalia como insuficiente a transformação desse arcabouço em projetos concretos. E4, por sua vez, caracteriza a efetividade como “tímida”.

Essas diferenças não devem ser dissolvidas em uma média interpretativa. Elas constituem parte do resultado. Há contribuições reconhecidas, porém sua intensidade, abrangência e materialização não são percebidas de maneira uniforme. A triangulação aponta

evidências mais consistentes de formação de capacidades, apoio a iniciativas, construção de relações e criação de oportunidades do que de transformações econômicas estruturais que possam ser atribuídas às políticas analisadas.

A heterogeneidade encontra um ponto de diálogo com Santos e Garcia (2025). Ao examinarem estudos econométricos de avaliação de políticas de inovação e P&D, os autores identificam, em geral, efeitos positivos dos programas analisados, especialmente entre empresas novas, pequenas e médias. Mais relevante para o confronto com esta pesquisa é a constatação de que metodologia, objetivos, variáveis, características dos beneficiários e especificidades dos instrumentos influenciam os resultados das avaliações.

A aproximação entre os estudos precisa respeitar suas diferenças metodológicas. Os resultados econométricos discutidos por Santos e Garcia (2025) não constituem evidência dos efeitos das políticas sergipanas. Sua contribuição para esta análise reside em demonstrar que os efeitos de políticas de inovação não precisam distribuir-se uniformemente entre programas, beneficiários e contextos. No caso do ELI Grande Aracaju, a diferenciação aparece empiricamente no conhecimento dos instrumentos, nas condições de acesso e apropriação, na percepção de atendimento às necessidades e na avaliação dos benefícios produzidos.

A própria noção de resultado requer uma delimitação adicional. Dye (1984) distingue atividade governamental de impacto da política: recursos mobilizados, programas executados e serviços disponibilizados representam produtos da ação pública, enquanto a avaliação de impacto exige examinar alterações produzidas nas condições concretas dos grupos ou situações alcançados. Avaliações sistemáticas dessa natureza podem recorrer, entre outros desenhos, a comparações temporais, tendências projetadas e grupos submetidos ou não à intervenção.

Essa distinção estabelece uma fronteira necessária para a interpretação desta pesquisa. A análise documental, os questionários e as entrevistas permitem examinar arquitetura institucional, implementação, alcance, apropriação e resultados percebidos; não constituem desenho contrafactual capaz de isolar os efeitos das políticas sobre transformações econômicas ou tecnológicas do território. Por essa razão, as evidências sustentam afirmações sobre favorecimento, contribuições percebidas e condições de efetividade, preservando a distinção entre esses achados e uma demonstração causal de impacto.

4.5.3 Continuidade e sustentabilidade dos avanços

A continuidade acrescenta outra tensão à integração das evidências. E3 relata vulnerabilidade das iniciativas diante de mudanças nas gestões estadual e municipais. E4 é

ainda mais crítico ao mencionar a predominância de projetos associados a governos em detrimento de políticas percebidas como duradouras. E5, entretanto, descreve maior consistência recente, fortalecimento institucional e aumento da frequência das ações a partir de 2023.

A divergência impede caracterizar a descontinuidade como experiência uniforme do ecossistema. Ela revela, contudo, uma questão mais profunda: avanços recentes de institucionalização convivem com preocupações quanto à capacidade de sustentá-los ao longo do tempo. Assim, continuidade pode assumir pelo menos duas dimensões relacionadas: permanência das ações e instrumentos públicos e capacidade do próprio ecossistema de conservar mobilização, relações e capacidades construídas.

Essa distinção importa porque a efetividade de políticas voltadas à inovação se desenvolve em ambiente relacional. Interrupções podem afetar instrumentos governamentais, enquanto capacidades, redes e práticas construídas podem apresentar graus diferentes de permanência. Os dados desta pesquisa não permitem antecipar qual dessas trajetórias prevalecerá, mas mostram que sustentabilidade institucional e sustentabilidade das relações ecossistêmicas constituem problemas distintos que precisam ser considerados conjuntamente.

A leitura integrada desses achados também recupera as camadas analíticas que orientaram teoricamente a pesquisa. A primeira situa as políticas públicas no percurso entre formulação e implementação, permitindo examinar como normas, instrumentos e decisões governamentais adquirem materialidade no contexto de aplicação (Secchi; Coelho; Pires, 2020). A segunda compreende o ecossistema de inovação como uma configuração interdependente, na qual recursos, capacidades e resultados dependem das relações estabelecidas entre diferentes atores e instituições, perspectiva desenvolvida no referencial a partir de Isenberg (2011), Stam (2015) e Schot e Steinmueller (2018).

A terceira incorpora a governança como dimensão que atravessa essas relações e interfere na capacidade de coordenar iniciativas, mobilizar recursos e sustentar ações coletivas. Articuladas, essas três camadas ajudam a compreender por que a presença da ação pública não se converte automaticamente em respostas percebidas como suficientes pelos atores do ecossistema: entre a norma formulada e o resultado percebido, interpõem-se as relações entre os agentes e a qualidade da coordenação que as sustenta.

Quando confrontadas com as evidências empíricas, essas camadas ajudam a explicar por que a existência de uma arquitetura pública relativamente estruturada pode coexistir com diferenças de conhecimento, acesso, apropriação, articulação e percepção dos resultados. Nesta pesquisa, portanto, a efetividade emerge da interação entre capacidade pública de

implementação, condições de apropriação pelos atores e capacidade relacional do ecossistema de transformar instrumentos e recursos em ações coordenadas e resultados sustentáveis.

4.5.4 Efetividade diferenciada e condicionada

A integração das três fontes de evidência permite, finalmente, responder ao problema que orientou a pesquisa. No recorte temporal encerrado em julho de 2026, as políticas públicas de inovação favorecem o ELI Grande Aracaju por meio da constituição de uma arquitetura normativa e institucional, da disponibilização de instrumentos de fomento e apoio e da criação de oportunidades que, segundo parte dos participantes, contribuem para formação de capacidades, desenvolvimento de iniciativas e fortalecimento das relações entre os atores.

A intensidade desse favorecimento varia ao longo do percurso de implementação. A arquitetura formal encontra níveis distintos de conhecimento e clareza; as oportunidades disponíveis encontram diferentes capacidades de acesso e apropriação; as respostas públicas apresentam correspondência predominantemente parcial com as necessidades percebidas; mecanismos de governança coexistem com articulação moderada ou baixa; e os resultados são reconhecidos com intensidades diferentes pelos participantes.

Diante desse conjunto, esta pesquisa interpreta a efetividade das políticas públicas analisadas como diferenciada e condicionada. Diferenciada porque alcance, apropriação, aderência e resultados não se distribuem uniformemente entre os atores investigados. Condicionada porque a transformação das possibilidades institucionais em oportunidades efetivamente mobilizadas é atravessada por comunicação, capacidades técnicas e institucionais, operacionalização dos instrumentos, disponibilidade e acesso a recursos, continuidade das ações e coordenação entre os participantes do ecossistema.

Essa interpretação não constitui uma escala de mensuração da efetividade nem pretende classificar globalmente as políticas como efetivas ou inefetivas. Ela sintetiza a relação encontrada empiricamente entre estrutura pública, condições de implementação e experiência dos atores. Nesse sentido, a principal contribuição analítica do estudo está em localizar a efetividade no percurso entre a capacidade institucional de ofertar políticas e a capacidade ecossistêmica de conhecê-las, acessá-las, apropriá-las e convertê-las em resultados sustentáveis.

O caso investigado também permite qualificar a transformação territorial observada entre os estudos anteriores e o momento desta pesquisa. O diagnóstico de incipiência registrado por Felizola e Aragão (2022), seguido da caracterização do ELI Grande Aracaju como “em

estruturação" por Felizola, Marques e Silva (2025), encontra em 2026 um ambiente no qual estruturas, instrumentos e relações colaborativas são empiricamente identificáveis. Persistem, entretanto, assimetrias de apropriação, dificuldades de coordenação e avaliações distintas dos resultados. A mudança de configuração institucional, portanto, desloca a agenda analítica: quanto mais a arquitetura pública se estrutura, mais relevante se torna investigar quem consegue mobilizá-la, sob quais condições e com quais resultados.

A síntese apresentada no Quadro 26 articula os resultados obtidos em cada objetivo específico às evidências provenientes das diferentes fontes da pesquisa e explicita sua contribuição para a compreensão da efetividade das políticas públicas de inovação no ELI Grande Aracaju. Essa integração permite visualizar o percurso analítico desenvolvido no estudo, partindo da existência e implementação da arquitetura pública, avançando sobre suas condições de alcance e apropriação e chegando aos resultados percebidos e aos condicionantes de sua efetividade.

Quadro 26 – Integração das evidências em relação aos objetivos e à questão de pesquisa

Objetivo / questão de pesquisa	Evidências integradas	Síntese interpretativa	Implicação para a efetividade
OE1 – Mapear as políticas públicas voltadas à inovação vigentes no Estado de Sergipe	A análise documental identificou, no recorte temporal da pesquisa, encerrado em julho de 2026, **base normativa, planejamento, instituições e instrumentos de apoio e fomento à inovação**. As entrevistas complementam o mapeamento ao evidenciarem formas de operacionalização por meio de editais, programas, bolsas, capacitações, apoio a projetos e parcerias.	Sergipe apresenta uma **arquitetura pública formal de apoio à inovação**, acompanhada por instrumentos de ações de implementação. O mapeamento demonstra capacidade institucional de estruturar respostas públicas e disponibilizar oportunidades aos atores do ecossistema.	A existência da arquitetura constitui **condição necessária, porém insuficiente para inferir efetividade**. Sua análise requer observar como normas e instrumentos são implementados, alcançam os destinatários e são apropriados por eles.
OE2 – Analisar o alcance dessas políticas públicas a partir da percepção dos atores do ecossistema de inovação do Estado	Os questionários evidenciaram **conhecimento predominantemente parcial**, ausência de avaliação de "muita clareza", atendimento majoritariamente parcial às necessidades e articulação classificada como moderada ou baixa. As entrevistas convergem ao apontar assimetrias de informação, dificuldades de localização e compreensão das oportunidades, requisitos técnicos e administrativos, capacidades distintas de elaboração e gestão de projetos e desafios de coordenação. Também registram experiências concretas de	O alcance é **heterogêneo**. A disponibilidade dos instrumentos não corresponde automaticamente à capacidade de conhecê-los, compreendê-los, acessá-los e utilizá-los. Mecanismos colaborativos estão presentes, embora sua existência conviva com diferenças de participação, apropriação e intensidade da articulação.	A efetividade é condicionada pela **conversão da oferta institucional em oportunidade efetivamente acessível e apropriável**, processo atravessado por comunicação, inteligibilidade, capacidades dos destinatários, aderência às necessidades e coordenação entre atores.

Objetivo / questão de pesquisa	Evidências integradas	Síntese interpretativa	Implicação para a efetividade
	acesso, benefícios e cooperação.		
OE3 – Identificar os principais resultados alcançados e as perspectivas para o futuro do ecossistema	Questionários e entrevistas registraram **contribuições percebidas** relacionadas a fomento, formação de capacidades, apoio a startups e empresas, pesquisa aplicada, fortalecimento institucional, parcerias e ampliação das relações no ecossistema. Essas percepções coexistem com avaliações de resultados iniciais, insuficientes, pouco materializados ou de intensidade limitada. Também aparecem preocupações com financiamento, continuidade, capacidades e coordenação, ao lado de expectativas favoráveis quanto ao potencial futuro do ecossistema.	Os resultados apresentam **intensidade e abrangência percebidas de maneira distinta pelos participantes**. As evidências são mais consistentes quanto à formação de capacidades, oportunidades, iniciativas e relações do que quanto a transformações econômicas ou tecnológicas estruturais atribuíveis às políticas. Potencial futuro e resultado já realizado constituem dimensões analiticamente distintas.	As políticas apresentam **contribuições percebidas para o fortalecimento do ecossistema**, cuja sustentação e ampliação dependem das condições de implementação, apropriação, continuidade e articulação. O desenho da pesquisa não permite atribuição causal de impactos econômicos ou tecnológicos às políticas analisadas.
Questão de pesquisa – De que maneira as políticas públicas de incentivo à inovação e empreendedorismo no Estado de Sergipe têm favorecido seu Ecossistema de Inovação?	A triangulação entre **análise documental, 16 questionários e cinco entrevistas** evidencia simultaneamente: existência de arquitetura normativa e institucional; implementação de instrumentos e iniciativas; diferenças de conhecimento, acesso e apropriação; atendimento predominantemente parcial às necessidades; mecanismos colaborativos acompanhados por articulação ainda moderada ou baixa; e percepções heterogêneas quanto aos resultados.	As políticas favorecem o ELI Grande Aracaju por meio da **estruturação institucional, disponibilização de instrumentos de apoio e fomento e criação de condições para formação de capacidades, desenvolvimento de iniciativas e fortalecimento das relações entre atores**. Esse favorecimento ocorre de maneira desigual entre dimensões e participantes.	A integração das evidências permite interpretar a efetividade como **diferenciada e condicionada**: diferenciada quanto ao alcance, apropriação, aderência e resultados percebidos; condicionada pelas condições de implementação, comunicação, capacidades institucionais, acesso a recursos, continuidade e coordenação do ecossistema.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

É nesse ponto que os três objetivos específicos convergem. O primeiro demonstrou a existência e a configuração das políticas e instrumentos; o segundo revelou que seu alcance é heterogêneo e mediado por conhecimento, acesso, aderência e articulação; o terceiro evidenciou contribuições percebidas, desafios persistentes e perspectivas favoráveis acompanhadas por condicionantes. A integração desses resultados mostra que a existência formal constitui uma base necessária, enquanto a efetividade se realiza na interação entre implementação pública e capacidades do ecossistema.

Assim, a resposta construída por esta dissertação ultrapassa a constatação de que Sergipe possui políticas de inovação. O achado central está na distância variável entre a política disponível e a política apropriada. É nessa distância que se tornam visíveis os principais limites e possibilidades do favorecimento público ao ELI Grande Aracaju. Reduzi-la implica tornar instrumentos mais inteligíveis e acessíveis, fortalecer capacidades para sua utilização, aproximar respostas das necessidades dos atores, ampliar a coordenação institucional e criar condições de continuidade para que capacidades e relações já constituídas possam produzir resultados mais consistentes ao longo do tempo.

Essa formulação preserva o que os dados efetivamente demonstram e, ao mesmo tempo, assume uma posição analítica clara: a arquitetura institucional encontrada representa um avanço relevante no contexto sergipano, porém seu potencial de favorecimento ao ecossistema depende da capacidade de transformar disponibilidade institucional em apropriação ecossistêmica. Essa passagem constitui, nos limites desta pesquisa, o núcleo da efetividade das políticas públicas de inovação no ELI Grande Aracaju.

5 CONCLUSÕES

A inovação tem assumido posição estratégica nas agendas de desenvolvimento econômico e social, especialmente em contextos nos quais a capacidade de gerar, difundir e aplicar conhecimento se constitui como elemento central para a competitividade territorial. Nesse cenário, as políticas públicas de inovação passaram a ocupar papel relevante na literatura e na gestão pública por serem compreendidas como instrumentos capazes de induzir processos de desenvolvimento, fortalecer capacidades institucionais e promover a articulação entre os diferentes atores que compõem os ecossistemas de inovação. Entretanto, a literatura também evidencia que a existência de marcos normativos, programas e instrumentos de fomento não garante, por si só, a geração dos resultados esperados, tornando necessária a análise de sua efetividade a partir das condições concretas de implementação e das percepções dos atores envolvidos.

Foi a partir dessa problematização que esta pesquisa buscou compreender a efetividade das políticas públicas de inovação e empreendedorismo do Estado de Sergipe no fomento ao Ecossistema Local de Inovação da Grande Aracaju. Ao articular a análise documental das políticas e instrumentos existentes à percepção dos atores inseridos nesse contexto, o estudo procurou avançar para além da identificação formal das ações governamentais, examinando como essas iniciativas são conhecidas, acessadas, apropriadas e avaliadas pelos participantes do ecossistema.

A pesquisa demonstrou que o estado de Sergipe dispõe de um conjunto significativo de políticas públicas, programas e instituições voltados ao incentivo à inovação e ao empreendedorismo, evidenciando a existência de uma estrutura institucional voltada ao desenvolvimento do ecossistema. Entretanto, a investigação revela que a efetividade dessas políticas não decorre exclusivamente da disponibilidade de instrumentos públicos, mas da forma como esses instrumentos são implementados, apropriados pelos diferentes atores e articulados às necessidades do contexto regional. Essa constatação evidencia que a existência de políticas públicas constitui condição necessária, mas não suficiente, para promover o fortalecimento do Ecossistema Local de Inovação.

Os resultados permitiram concluir que Sergipe dispõe de uma estrutura institucional voltada à promoção da inovação, composta por marcos normativos, organizações de apoio, instrumentos de financiamento, programas de fomento e mecanismos de articulação entre governo, instituições científicas e tecnológicas, empresas e organizações de suporte. Contudo, a pesquisa evidenciou que a efetividade dessas políticas não pode ser compreendida apenas pela

existência desses elementos. As evidências indicaram que sua capacidade de produzir resultados está condicionada por fatores relacionados ao acesso aos instrumentos, à compreensão de suas finalidades, à disponibilidade de recursos, à continuidade das ações e à qualidade das relações estabelecidas entre os atores do ecossistema.

Nesse sentido, os achados revelaram que a efetividade das políticas públicas de inovação constitui um fenômeno complexo, relacional e multidimensional. Complexo porque resulta da interação entre diferentes fatores institucionais, organizacionais e territoriais; relacional porque depende da cooperação entre múltiplos atores; e multidimensional porque envolve simultaneamente aspectos normativos, operacionais, informacionais, financeiros e de governança. Essa constatação reforça perspectivas teóricas que compreendem a inovação como um processo sistêmico, cujo desempenho não depende exclusivamente de incentivos econômicos ou instrumentos governamentais isolados, mas da capacidade de coordenação entre os diversos componentes que estruturam o ecossistema.

A análise também demonstrou que os participantes reconhecem contribuições decorrentes das políticas públicas, especialmente no fortalecimento do ambiente de inovação, na ampliação das atividades de pesquisa, no apoio a iniciativas empresariais inovadoras e na construção de redes de cooperação. Entretanto, tais contribuições não foram percebidas de maneira uniforme entre os atores investigados. A coexistência de avaliações favoráveis e de percepções mais críticas sugere que os benefícios associados às políticas se distribuem de forma desigual, refletindo diferenças de acesso, capacidade institucional, inserção no ecossistema e níveis de interação com os instrumentos disponíveis. Dessa forma, os resultados indicam que a efetividade percebida é parcial e condicionada pelas características dos atores e pelo contexto de implementação das políticas.

Os desafios identificados ao longo da pesquisa reforçam essa interpretação. Aspectos relacionados à burocracia, à acessibilidade dos mecanismos de financiamento, à continuidade das políticas, ao fortalecimento das capacidades institucionais e à ampliação da articulação entre os atores emergiram como elementos centrais para a consolidação do ecossistema. Particularmente relevante foi a percepção de que a inovação depende de processos de longo prazo e que, portanto, requer estabilidade institucional, previsibilidade dos instrumentos de apoio e mecanismos de governança capazes de reduzir os efeitos das descontinuidades administrativas. Considerando essa análise, a continuidade mostrou-se vinculada à capacidade de sustentar trajetórias de desenvolvimento institucional e tecnológico ao longo do tempo, ultrapassando a permanência formal de programas.

Do ponto de vista científico, esta pesquisa contribui para o avanço das discussões sobre políticas públicas de inovação ao dialogar com uma lacuna identificada na literatura: a necessidade de compreender a efetividade das políticas para além de sua formulação normativa. Ao incorporar a percepção dos atores como dimensão central da análise, o estudo amplia a compreensão dos processos de implementação e evidencia que a avaliação das políticas deve considerar sua existência formal, suas condições de implementação e sua capacidade de alcançar, mobilizar e ser apropriadas pelos públicos aos quais se destinam. Além disso, contribui para o fortalecimento dos estudos sobre ecossistemas de inovação em contextos subnacionais, especialmente em estados que ainda apresentam ecossistemas em processo de consolidação.

Como contribuição empírica, a pesquisa oferece um diagnóstico sobre as condições que favorecem e limitam a efetividade das políticas de inovação no contexto sergipano. Ao reunir evidências documentais e percepções dos atores do Ecossistema Local de Inovação da Grande Aracaju, o estudo amplia o conhecimento sobre a relação entre políticas públicas, governança e dinamização dos ecossistemas regionais de inovação. Nesse sentido, seus resultados podem subsidiar gestores públicos, instituições de apoio, organizações de pesquisa e demais atores envolvidos na formulação e implementação de ações voltadas ao fortalecimento da inovação e do empreendedorismo no estado.

No plano prático, os resultados sugerem que o fortalecimento do ecossistema envolve a ampliação dos instrumentos de fomento e a melhoria dos processos de comunicação e divulgação das oportunidades existentes, a redução de barreiras burocráticas, o fortalecimento das capacidades técnicas e organizacionais dos potenciais beneficiários e a consolidação de mecanismos permanentes de cooperação entre os atores. Assim, a ampliação da efetividade das políticas públicas requer uma abordagem integrada, capaz de combinar financiamento, governança, capacitação e articulação institucional.

Como toda investigação científica, este estudo apresenta limitações. A pesquisa concentrou-se em um único ecossistema local de inovação, o que não permite a generalização estatística de seus resultados para outros contextos territoriais. Além disso, a análise foi fundamentada predominantemente na percepção dos participantes, permitindo compreender como os atores interpretam as políticas públicas, mas não estabelecer relações causais entre instrumentos específicos e resultados observados. Também deve ser considerado que o número de participantes e o caráter intencional da amostra limitam a extensão dos achados para a totalidade dos atores que compõem o ecossistema de inovação sergipano.

Essas limitações, entretanto, constituem oportunidades para novas investigações. Recomenda-se que pesquisas futuras desenvolvam estudos comparativos entre diferentes Ecossistemas Locais de Inovação, permitindo identificar fatores contextuais associados à efetividade das políticas públicas. Investigações longitudinais também poderão contribuir para compreender a evolução dos resultados ao longo do tempo e os efeitos das mudanças institucionais sobre a dinâmica dos ecossistemas. Adicionalmente, estudos que articulem indicadores de desempenho econômico e tecnológico com a percepção dos atores poderão ampliar a compreensão dos resultados e da efetividade das políticas de inovação em diferentes escalas territoriais.

Por fim, conclui-se que a efetividade das políticas públicas de inovação e empreendedorismo em Sergipe está relacionada à capacidade de transformar instrumentos, programas e marcos legais em oportunidades acessíveis, compreensíveis e relevantes para os atores que compõem o ecossistema. A inovação, tal como evidenciado nesta pesquisa, constitui um processo coletivo e sistêmico, cuja consolidação depende da interação entre políticas públicas, capacidades institucionais e relações de cooperação. É nessa articulação que se encontram os principais potenciais e desafios para o fortalecimento do Ecossistema Local de Inovação da Grande Aracaju e para a construção de trajetórias mais consistentes de desenvolvimento baseadas na inovação.

REFERÊNCIAS

ABRAÃO, Rafaela; HAHN, Ivanete Schneider Políticas públicas de inovação e empreendedorismo: análise dos municípios da AMARP. **Cadernos Acadêmicos**, v. 9, n. 1, p. 1–16, 2023. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/CA/article/view/18566. Acesso em: 20 jun. 2026.

ALENCAR, Antônio Idilvan Lima; FERREIRA, Marcelo. As políticas públicas de ciência, tecnologia, inovação no Brasil nos períodos de 2000 a 2023 um estudo da atuação do Estado. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v.7, n.7, p. 38007-38027, 2025. Disponível em: https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/download/6571/9042/25836. Acesso em: 12 jan. 2026.

ALMEIDA, Eder Gonçalves de; ALEIXO, Tayra Carolina Nascimento. **Empreendedorismo e inovação**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2020. 232 p.

ALMEIDA, Rosa de Barros Ferreira de. Políticas públicas desenhadas para a fronteira Brasil/Bolívia: análises e percepções. 2023. 390 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2023. Disponíivel em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/251452/PCAD1201-T.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 nov. 2025.

ARBIX, Glauco; VARON, Joana. Finlândia: O salto para uma economia baseada no conhecimento. *In*: ARBIX, Glauco; SALERNO, Mario Sérgio; TOLEDO, Demétrio; MIRANDA, Zil; ALVAREZ, Roberto dos Reis. **Inovação**: estratégias de sete países. Brasília, DF: ABDI, 2010. p. 156-185.

AUDRETSCH, David. B.; BELITSKI, Maksim. Entrepreneurial ecosystems in cities: establishing the framework. **The Journal of Technology Transfer**, v. 42, n. 5, p. 1030–1051, 2017. Disponível em: https://centaur.reading.ac.uk/61156/2/Final%20version%20submitted%20to%20journal.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2015. 229 p.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 13. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. 520 p.

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. Tradução de Francisco Araújo da Costa. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2019. 526 p.

BEZERRA, Éder; SILVA, Glessia; BORGES, Cândido; TONDOLO, Luana. Políticas Públicas de Empreendedorismo no Brasil: Levantamento e Análise. In: VIII ENCONTRO DE ESTUDOS EM EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 8., 2014, Goiânia. **Anais** [...]. Goiânia: UFG, 2014. Disponível em: https://anegepe.org.br/wp-content/uploads/2021/09/324.pdf. Acesso em: 12 set. 2025.

BIANCHI, Lorenzo; BASTOS, Jaime Macedo; REIS, Breno Salomon. **Políticas**

internacionais de incentivo à pesquisa, desenvolvimento e inovação: desenhos horizontais e aplicados ao setor de TICs. Brasília, DF: ENAP, 2022.

BONINI, Tatiana Moscardini Mamede; SMITH, Marinês Santana Justo. COSTA, Flávio Henrique Oliveira. Ecossistema de inovação no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Interações**, Campo Grande, v. 26, jan./dez. 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/s4D5kxCX4NS7kkSy3bSfbpg/?format=html&lang=pt. Acesso em: 20 mar. 2026.

BORTOLOZZI, Ana Cláudia. **Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Juruá, 2025.

BRACE, Ian; BOLTON, Kate. **Questionnaire Design**: How to Plan, Structure and Write Survey Material for Effective Market Research. 5. ed. London: Kogan Page, 2022.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Guia de análise ex ante: avaliação de políticas públicas**. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência dLa República, 2018a. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/governanca/regulacao/guia-de-analise-ex-ante.pdf. Acesso em: 9 fev. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos; Revoga as (RES. 196/96); (RES. 303/00); (RES. 404/08). Brasília: CNJ, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view. Acesso em: 20 jul. 2026.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 fev. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018**. Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea “g”, da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. Brasília, DF: Presidência da República, 2018b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9283.htm. Acesso em: 22 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre incntivos à inovação e à pesqusa científica e tecnologica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL**. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016**. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm. Acesso em: 12 nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Serviços. Inistituo Nacional de Propriedade Industrial. **O mapa da inovação do Brasil em suas mãos**. Brasília, DF: Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, 2025. Disponível em: Acesso em: 20 ago. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/inpi-data/indice-brasil-de-inovacao-e-desenvolvimento-ibid/ibid_2025_pt-br-final.pdf. Acesso em: 20 ago. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). **Plano Brasil Maior (2011–2014):** inovar para competir. competir para crescer. Brasília: MDIC, 2011. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/carne-bovina/anos-anteriores/plano-brasil-maior.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRUSACA, Lilliann Lenise Malheiros da Silva. **A efetividade das políticas públicas de inovação no estado do Maranhão**. 2025. 142 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, 2025. Disponível em: https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/7721. Acesso em: 20 mar. 2026.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de políticas públicas**. Brasília: Enap, 2018. 151 p.

CARVALHO, Luísa Cagica. Compreender o que se entende por ecossistema empreendedor: Liboa como uma cidade start up. **Revista Lusófona de Economia e Gestão das Organizações**, n. 3, 2016. Disponível em: https://revistas.ulusofona.pt/index.php/r-lego/article/view/5471. Acesso em: 12 dez. 2025.

CARVALHO, Marinilza Brudo de; RITTO, Antonio Carlos de Azevedo. **Empreendedorismo e inovação**: novas competências para a gestão da inovação. São Paulo: Editora Ciência Moderna, 2020. 176 p.

CASTRO, Maíra Nobre de; SOARES, Maria de Nazaré Moraes; MOREIRA, Carlos Américo Leite; SILVA, Leonardo Bezerra da. Políticas públicas de fomento ao empreendedorismo: uma avaliação em profundidade do Programa Corredores Digitais. **Educação On-Line**, v. 18, n. 42, e231803, mar. 2023. Disponível em: . https://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/1261?articlesBySimilarityPage=5. Acesso em: 19 fev. 2026.

CELLARD, André. A análise documental. *In***:** POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; . LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro; JACCOUD, Myléne; CELLARD, André; HOULE, Gilles; GIORGI, Amedeo; KÉRISIT, Michéle. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis:

Editora Vozes, 2012, p. 295-316.

CENTRO DE LIDERAÇA PÚBLICA – CLP. **Ranking de competividade dos Estados**: edição 2025. São Paulo: CLP, 2025. Disponível em: https://conteudo.clp.org.br/relatorios-tecnicos-2025. Acesso em: jan. 2026.

CENTRO DE LIDERANÇA PÚBLICA (CLP). **Ranking de Competitividade dos Estados: relatório técnico:** edição 2026. São Paulo: CLP; Tendências Consultoria, 2026. Disponível em: https://clp.org.br/wp-content/uploads/2026/08/ESTADOS-Relatorio-Tecnico-do-Ranking-de-Competitividade-dos-Estados.pdf. Acesso em: 20 ago. 2026.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **O marco legal de ciência, tecnologia e inovação dos estados e do Distrito Federal**: situação atual e recomendações / Confederação Nacional da Indústria. Brasília, DF: CNI, 2020. 96 p.

CORDEIRO, Maria Celina Flores; SPOLADORE, Thalita. Ecossistemas empreendedores: análise do caso brasileiro. **Revista de Empreendedorismo e Inovação Sustentáveis**, v. 6, n. 2, p. 83-94, out. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/373013845_Ecossistemas_empreendedores_analise_do_caso_brasileiro. Acesso em: 20 fev. 2026.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

CRESWELL, John W.; POTH, Cheryl N. **Qualitative Inquiry and research design**: choosing among five approaches. 4. ed. USA: Sage Publications Inc, 2017. 488 p.

DILLMAN, Don A.; SMYTH, Jolene D.; CHRISTIAN, Leah Melani. **Internet, phone, mail, and mixed-mode surveys**: the tailored design method. 4. ed. Hoboken: Wiley, 2014.

DOMÍNGUEZ, Aldira Guimarães Duarte; AVILA, Carlos Federico Domínguez; LEITE, David Francisco Vieira; PAZOS, Nadia Wyara Ferreira do Vale; LEITE, Caroline Carvalho; SILVA, Jean Carlos Custodio da; DOMÍNGUEZ, Ariel Ernesto Duarte. Confiabilidade, validade e pertinência na pesquisa científica: testando os limites da cultura metodológica vigente. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 10, e11967, 2024. Disponível em: https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/11967. Acesso em: 20 abr. 2026.

DYE, Thomas. **Understanding public policy**. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall. 1984.

ECOSSISTEMA LOCAL DE INOVAÇÃO (ELI) GRANDE ARACAJU. **Entidades da Governança 2025**. Aracaju: ELI/SE, 2024. (Documento de Planejamento Estratégico).

ECOSSISTEMA LOCAL DE INOVAÇÃO – ELI. **Conheça o ecossistema local de inovação**: ELI grande Aracaju. Disponível em: https://eligrandearacaju.com.br/#tempo. Acesso em: 20 jan. 2026.

EMMENDOERFER, Magnus Luiz. **Inovação e empreendedorismo no setor público**. Brasília, DF: ENAP, 2019. 79 p.

ETZKOWITZ, Henrique; LEYDESDORFF, Loet. The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a triple helix of university–industry–government relationsv. **Research Policy**, 29, n. 2 , p. 109123, fev. 2000. 109-123. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0048733399000554?via%3Dihub. Acesso em: 20 jan. 2026.

FELIZOLA, Matheus Pereira Mattos; ARAGÃO, Iracema Machado de; O ecossistema sergipano de inovação: atores e lacunas. **Revista Prakêsis**, Novo Hamburgo,RJ, v. 19, n. 1, jan./abr. 2022. Disponível em: https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/2594/2978. Acesso em: 12 nov. 2025.

FELIZOLA, Matheus Pereira Mattos; MARQUES, Jane Aparecida; SILVA, Amanda Luiza Soares. Mapeamento do ecossistema de empreendedorismo e inovação da indústria criativa brasileira de impacto socioambiental. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, Novo Hamburgo, RJ, v. 21, n. 2, jul./dez. 2024. Disponível em: https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/3793. Acesso em: 23 out. 2025.

FELIZOLA, Matheus Pereira Mattos; MARQUES, Jane Aparecida; SILVA, Amanda Luiza Soares. Transformação regional com ecossistemas locais de inovação: a metodologia ELI/SEBRAE aplicada em Sergipe. **Revista Inovação, Projetos e Tecnologias - IPTEC**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 1-17, e26961, jan./jun. 2025. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/iptec/article/view/26961. Acesso em: 22 jan. 2026.

FLEIG, Daniel Gustavo; FERREIRA, Márcia Regina. O contexto social do empreendedorismo e dos ecossistemas empreendedores: implicações aos países em desenvolvimento. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 9, n. 3, p. 1-15, mai-jun, 2024. Disponível em: https://www.relise.eco.br/index.php/relise/article/download/929/880/2618. Acesso em: 12 nov. 2025.

FRANCISCO, Henrique Almino Francisco; ZANONI, Iara Zaccaron; FEIDEN, Bruna; VEFAGO, Yuri Borba. Evolução conceitual do termo ecossistema de inovação. P2P & Inovação, Rio de Janeiro, v. 79, n. 100, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/373928248_EVOLUCAO_CONCEITUAL_DO_TERMO_ECOSSISTEMA_DE_INOVACAO. Acesso em: 12 nov. 2025.

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESTADO DE SERGIPE – FAPITEC. Políticas públicas. **Pesquisa-SE: Políticas Públicas**, n. 6, jan./jun. 2016. Disponível em: https://fapitec.se.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/PESQUISA-SE-6-POLITICAS-PUBLICAS-JANEIRO-A-JUNHO-DE-2016.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GODOI, Christiane Kleinubing; BALSINI, Cristina Pereira Vecchio. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. *In*: GODOI, Christiane Kleinubing; MELLO, Rodrigo Bandeira de; SILVA, Anielson Barbosa da. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigma, estratégias e métodos. 2. ed. São Paulo:

Saravia, 2010. p. 89-112.

GODOI, Christiane Kleinubing; MATTOS, Pedro Lincoln. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. *In*: GODOI, Christiane Kleinubing; MELLO, Rodrigo Bandeira de; SILVA, Anielson Barbosa da. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigma, estratégias e métodos. 2. ed. São Paulo: Saravia, 2010. p. 301-323.

GODOI, Christiane Kleinubing; MELLO, Rodrigo Bandeira de; SILVA, Anielson Barbosa da. Pesquisa qualitativa e o debate sore a propriedade de pesquisar. *In*: GODOI, Christiane Kleinubing; MELLO, Rodrigo Bandeira de; SILVA, Anielson Barbosa da. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigma, estratégias e métodos. 2. ed. São Paulo: Saravia, 2010. p. 301-323.

GODOY, Arilda Schmidt. Estudo de caso qualitativo. *In:* GODOI, Christiane Kleinubing; MELLO, Rodrigo Bandeira de; SILVA, Anielson Barbosa da. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigma, estratégias e métodos. 2. ed. São Paulo: Saravia, 2010p. 115-146

GOMES, Maria Morgana Souza. **Evolução de ecossistemas de inovação e empreendedorismo emergentes**. 2024. 114 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2024) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=113882. Acesso em: 5 de fevereiro de 2026

IKENAMI, Rodrigo; GARNICA, Leonardo Augusto; RINGER, Naya Jayme. Ecossistemas de inovação: abordagem analítica da perspectiva empresarial para formulação de estratégias de interação. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE**, Ribeirão Preto, v; 7, mar. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/298804168_Ecossistemas_de_inovacao_abordagem_analitica_da_perspectiva_empresarial_para_formulacao_de_estrategias_de_interacao. Acesso em: 12 jan. 2026.

INÁCIO JÚNIOR, Edmundo; DIONÍSIO, Eduardo Avancci; GIMENEZ, Fernando Antônio Prado; MORINI, Cristiano. Análise do ecosistema empreendedor do Brasil. In: ENCONTRO SOBRE ESTUDOS DE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS, 9., 2016, Passo Fundo, RS. **Anais** [...]. Passo Fundo, RS: UFRS, 2016. Disponível em: https://anegepe.org.br/wp-content/uploads/2021/09/473. Acesso em 20 de out. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Presidência da Repúbica. **Avaliação de políticas públicas**: guia prático de análise ex ante. Brasília, DF: IPEA, 2018. 192 p.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID):** relatório 2024. Rio de Janeiro: INPI, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/inpi-data/indice-brasil-de-inovacao-e-desenvolvimento-ibid/IBID_2024_PT.BRfinal.pdf. Acesso em: 9 jan. 2026.

ISENBERG, Daniel J. **The entrepreneurship ecosystem strategy as a new paradigm for economic policy**: principles for cultivating entrepreneurship. Babson Park, MA: Babson

College, 2011.

KALINOWSKI, Adriana; CAMPESTRINI, Tiago; DEDA, Rhodrigo; Scheer, Sergio. **Caderno de articulação de ecossistemas de inovação setorial**. Curitiba: SEBRAE/PR, 2021. Disponível em: https://www.sebraepr.com.br/wp-content/uploads/Caderno-de-Articula%C3%A7%C3%A3o-Ecossistemas.pdf?srsltid=AfmBOooceLHmd-ozVBJjvdb4WWkgP2buH5CKd6ttJ0Y_O7mo_-wtmeQW. Acesso em: 20 mar. 2026.

KIRSCHBAUM, Charles Maria Carolina; OLIVEIRA, Vasconcelos. Canadá, diretrizes de fomento à inovação. *In:* ARBIX, Glauco; SALERNO, Mario Sérgio; TOLEDO, Demétrio; MIRANDA, Zil; ALVAREZ, Roberto dos Reis. **Inovação**: estratégias de sete países. Brasília, DF: ABDI, 2010. p. 210-245.

KON, Anita. Ecossistemas de inovação: a natureza da inovação em serviços. **Revista de Administração Contabilidade e Economia da Fundação**, v. 7, n. 1, mar. 2016. Disponível em: https://racef.fundace.org.br/index.php/racef/article/view/170. Acesso em: 20 jan. 2026.

LA ROVERE, Renata Lèbre; SANTOS, Guilherme de Oliveira; VASCONCELOS, Bianca Louzada Xavier. Desafios para a mensuração de ecossistemas de inovação e de ecossistemas de empreendedorismo no Brasil. **REGEPE: Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pesquenas Empresas,** v.10, n.1, e1971, jan./abr., 2021. Disponível em: https://regepe.org.br/regepe/article/download/1971/e1971PT/8714. Acesso em: 20 nov. 2025.

LASSWELL, Harold D. The policy orientation. *In*: LERNER, Daniel; LASSWELL, Harold D. (org.). **The policy sciences**: recent developments in scope and method. Stanford: Stanford University Press, 1951. p. 3–15.

LEAL, Carlos Ivan Simonsen; FIGUEREDO, Paulo N. Inovação tecnológica no Brasil: desafios e insumos para políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, p. 512-537, maio - jun. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/th4kPMNYksKFkZDwSdWs7Zj/?lang=pt. Acesso em: 20 mar. 2026.

LEITE, André da Costa; PAIVA, Daniela Monteiro da Silva; SOUZA, Jociane dos Santos. Políticas públicas de inovação: breve estudo sobre os marcos conceituais, desafios e suas perspectivas no Brasil. **REGMPE: Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas**, v.6, n. 2, p. 41-61, mai./ago., 2021. Disponível em: Disponível em: https://revistas.editoraenterprising.net/index.php/regmpe/article/download/347/517. Acesso em: 20 abr. 2026.

LIBERATO, Mônica Maria; HOLANDA, Francisco Sandro Rodrigues; FELIZOLA, Matheus Pereira Mattos. Um ecossistema de inovação para o estado de Sergipe. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 49, 2021. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4229. Acesso em: 12 jul. 2025.

LIMA, Iago Ervelee da Silva ; NOUR, Alfredo Did Abdul; ALBUQUERQUE, Helen Morais. O índice de mortalidade das startups brasileiras e a necessidade de políticas públicas para o

ecossistema empreendedor. **Revista Brasileira de Administração Científica**, n. 1, v. 12, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/352043063_O_indice_de_mortalidade_das_startups_brasileiras_e_a_necessidade_de_politicas_publicas_para_o_ecossistema_empreendedor. . Acesso em 23 out. 2025.

LIMA, Rodrigo Rocha Pereira; RUSSO, Suzana Leitão. Políticas públicas e ações estratégicas para inovação no Brasil na era da indústria 4.0. *In*: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON TECHNOLOGICAL INNOVATION (ISTI); SIMPÓSIO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (SIMTEC), 10., 2019, Aracaju, SE. **Anais** [...] Aracaju: ISTI/SIMTEC, 2019. p. 264–273. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/a416/cdfc1727ae33048d3c68938e2598b7d683c5.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025

LIMA, Lycia; SOUZA, André Portela. **Guia clear monitoramento e avaliação de políticas públicas**: do diagnóstico á decisão. São Paulo: FGV CLEAR, 2025. 232 p.

LIMA, Wandilson Alisson Silva; MENDES, Vera Lúcia Peixoto Santos. Avaliação da implementação de políticas e programas públicos no Brasil: uma discussão das dimensões analíticas. **Revista Meta**: Avaliação, 2021. Disponível em: https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/3480. Acesso em: 20 set. 2025.

LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo Javier. As inovações institucionais no Reino Unido. *In*: ARBIX, Glauco; SALERNO, Mario Sérgio; TOLEDO, Demétrio; MIRANDA, Zil; ALVAREZ, Roberto dos Reis. **Inovação**: estratégias de sete países. Brasília, DF: ABDI, 2010. p. 210-245.

LOUREIRO JÚNIOR, Francisco Bahia; SILVA, Cristiane Francisco da; SANTOS, Maria das Graças dos; MARINHO, Tatyana Lima; LIMA, João Geraldo de Oliveira; SANTOS, Maria Aparecida Silva; LOPES, Rita de Cássia Santos. **Ecossistemas locais de inovação**. Maceió: SEBRAE, 2022. E-Book (45 p.). Disponível em: https://ufal.br/ufal/pesquisa-e-inovacao/inovacao-tecnologica/ecossistema-local-de-inovacao/e-book_2-ecossistemas-locais-de-inovacao-2022.pdf/@@download/file/E-book_2%20-%20Ecossistemas%20Locais%20de%20Inova%C3%A7%C3%A3o%202022.pdf. Acesso em: 12 abr. 2026.

LYNN JUNIOR, Laurence E. **Designing public policy**: a casebook on the role of policy analysis. Santa Monica: Goodyear Publishing Company, 1980.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 9. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2021. 304 p.

MARTINS, Ingrid de Matos. **Análise dos elementos do ecossistema empreendedor de Sergipe**: possibilidades e perspectivas. 2020. 162 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020. Disponível em: https://ri.ufs.br/handle/riufs/14110. Acesso em: 20 nov. 2025.

MARTINS, Marcelo Rezende. **Relações entre atores de um ecossistema empreendedor**: analisando startups e universidades de Sergipe. 2023. 169 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023. Disponível em: https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/18706. Acesso em: 12 nov. 2025.

MASON, Colin; BROWN, Ross. Entrepreneurial ecosystems and growth-oriented entrepreneurship. *In*: OECD LEED Programme and the Dutch Ministry of Economic Affairs on Entrepreneurial Ecosystems and Growth Oriented Entrepreneurship, **Paper** […]. The Hague, Netherlands, 2014. Disponível em: https://research-portal.st-andrews.ac.uk/en/publications/entrepreneurial-ecosystems-and-growth-oriented-entrepreneurship/. Acesso em: 20 nov. 2025.

MATTOS, Paulo Todescan Lessa, ABDAL, Alexandre. Estados Unidos: mudanças jurídico-institucionais e inovação. *In*: ARBIX, Glauco; SALERNO, Mario Sérgio; TOLEDO, Demétrio; MIRANDA, Zil; ALVAREZ, Roberto dos Reis. **Inovação**: estratégias de sete países. Brasília, DF: ABDI, 2010. p. 92-121.

MAZZUCATO, Mariana. **Lo stato innovatore**. Bari, ITA: Editora Laterza, 2014;

MEAD, Lawrence. Public policy: vision, potential, limits. **Policy Currents**, v. 5, n. 1, p. 1–4, 1995. Disponível em: https://www.semanticscholar.org/paper/Public-Policy%3A-Vision%2C-Potential%2C-Limits-Mead/5abd7d9fe11cf344d9e64e10b96d2851bee81036. Acesso em: 20 jan. 2026.

MIRANDA, Gilberto José. Elaboração e aplicação de questionários. *In:* NOVA, Silvia Pereira de Castro Casa *et al* (org.). **Trabalho de conclusão de curso**: uma abordagem leve, divertida e prática. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. p. 216-229.

MOBILIZAÇÃO CAPIXABA PELA INOVAÇÃO (MCI**). Planejamento do ecossistema de inovação da Grande Vitória**. Florianópolis: Fundação CERTI; Centro de Empreendedorismo Inovador (CEI), 2022.

MONTEIRO, Caio José das Chagas; SANTOS, Guilherme de Oliveira; ROVERE, Renata Lebrè. Políticas Públicas para Ecossistemas de Empreendedorismo: Análise de casos selecionados. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA INDUSTRIAL E INOVAÇÃO, 7., 2023. **Anais** [...], Santa Maria, RS: UFRG, 2023. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/vii-enei/643053-politicas-publicas-para-ecossistemas-de-empreendedorismo--analise-de-casos-selecionados/. Acesso em: 12 nov. 2025.

MOURA FILHO, Silvio Liberato de; ROCHA, Ângela Machado; TELES, Eduardo Oliveira; TORRES, Ednildo Andrade. Ecossistema de inovação: métricas para ICTs brasileiras. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 14, n. 7, p. 11589–11606, 2023. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2202. Acesso em: 16 ago. 2026.

OLIVEIRA, Micael Geraldo Porfirio. **Análise dos impactos da COVID-19 no ecossistema de startups brasileiro sob a ótica de especialistas**. São Cristóvão, SE, 85 f. Monografia (Graduação em Administração) - Departamento de Administração, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/18665/2/Micael_Geraldo_Porfirio_Oliveira.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Manual de Oslo: diretrizes para coleta, relato e uso de dados sobre inovação**. 4. ed. Paris: OCDE, 2018.

OSTERWALDER, Alexander; PIGNEUR, Yves. **Inovação em modelos de negócios**: um manual para visionários, inovadores e revolucionários. Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2011

PETERS, B. Guy**. American public policy**: promise and performance. 3. ed. Chatham: Chatham House Publishers, 1986.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREIRAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2009. 288 p.

RAMOS, Luiz Felipe Gondin. **O papel das políticas públicas federais para o desenvolvimento do ecossistema de empreendedorismo inovador no Brasil**: breve revisão de iniciativas em curso. 2020. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública: foco em Inovação Organizacional) – Escola de Administração Pública, Brasília, 2020. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5047. Acesso em: 11 de out. 2025.

RAUEN, André Tortato. Racionalidade e primeiros resultados das políticas
De inovação que atuam pelo lado da demanda no Brasil. *In*: RAUEN, André Tortato (org.). **Políticas de inovação pelo lado da demanda no Brasil**. p. 19-46.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnica. 4. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2017. 424 p.
SALERNO, Mario Sergio; MIRANDA, Zil. Japão e as mudanças institucionais e políticas de C, T&I. *In:* ARBIX, Glauco; SALERNO, Mario Sérgio; TOLEDO, Demétrio; MIRANDA, Zil; ALVAREZ, Roberto dos Reis. **Inovação**: estratégias de sete países. Brasília, DF: ABDI, 2010. p. 210-245.

SALERNO, Mario Sérgio; PARENTE, Laura Ibiapina. Novas políticas e novos arranjos institucionais na França. *In*: ARBIX, Glauco; SALERNO, Mario Sérgio; TOLEDO, Demétrio; MIRANDA, Zil; ALVAREZ, Roberto dos Reis. **Inovação**: estratégias de sete países. Brasília, DF: ABDI, 2010. p. 92-121.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIA, Maria Del Pillar Baptista. **Metodologia da pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTANA, Rebeka Cristiny Barbosa de; PAIVA JÚNIOR, Fernando Gomes de. Triangulação metodológica na pesquisa qualitativa: um estudo em periódicos brasileiros cariocas ao turismo**. Revista Brasileira de Administração Científica**, v.13, n.1,p.67-81, jan./mar. 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/365379407_Triangulacao_metodologica_na_pesquisa_qualitativa_um_estudo_em_periodicos_brasileiros_voltados_ao_turismo. Acesso em: 20 mar. 2026.

SANTOS, Guilherme de Oliveira; LA ROVERE, Renata Lèbre. Percepções sobre políticas para a promoção do empreendedorismo no Brasil e suas implicações para a discussão sobre capacidades estatais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 13, n. 3, p. 119-142, set./dez. 2017. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/37494. Acesso em: 12 dez. 225.

SANTOS, Irllas Evelline de Carvalho. Políticas públicas de inovação: um estudo em localidades pouco desenvolvidas. 2022. 103 f. Dissertação (Mestrado e Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Sergipe, 2022. Disponível em: Disponível em: https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/21388. Acesso em: 09 de dez. 2025.

SANTOS, Isabel Catarina Camargo; GARCIA, Renato de Castro. Estudos empíricos de avaliação de políticas públicas de inovação: uma breve análise. In: Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação, 9., 2025. **Anais** [...], Fortaleza, CE: Associação Brasileira de Economia Industrial e Inovação (ABEIN), 2025. Disponível em: https://static.even3.com/anais/1238956.pdf?v=639011053019041965. Acesso em: 20 jul. 2026.

SANTOS, Liliane Lencina dos; LAGO, Ivann Carlos. Desafios e perspectivas na implementação de políticas públicas no Brasil: uma análise teórica. **Revista PPC: Políticas Públicas e Cidades, Curitiba,** v.14, n.2, p. 01-15, 2025. Disponível em: https://journalppc.com/RPPC/article/view/1723. Acesso em: 20 mar. 2026.

SANTOS FILHO, Luiz Antônio; GUIMARÃES, Liliane de Oliveira; MARTINS, Henrique Cordeiro; PENNA, Luciana Branco. Análise da atuação dos domínios políticas públicas e recursos humanos em um ecossistema empreendedor. **Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v. 19, n. 54, p. 95-113, 2019. Disponível em: Acesso em: 2 nov. 2025.

SARFATI, Gilberto. **Políticas públicas e empreendedorismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SCHOT, Johan; STEINMUELLER, Edward. Three frames for innovation policy: R&D, systems of innovation and transformative change. **Research Policy**, v. 47, p. 15541567, 2018. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0048733318301987. Acesso em: 20 jan. 2026.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2022.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico:** uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1997.

SCHNEIDER, Anne Larason; INGRAM, Helen. **Policy design for democracy**. Lawrence: University Press of Kansas, 1997.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **The theory of economic development**: an inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle. Cambridge: Harvard University Press, 1934.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendações de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

SECCHI, Leonardo. COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **Políticas públicas**: conceitos, casos práticos, questões de concurso. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SERGIPE. **Lei nº 6.794, de 02 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo no Estado de Sergipe, e dá providências correlatas. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 2009. Disponível em: https://aleselegis.al.se.leg.br/Arquivo/Documents/legislacao/html_impressao/L67942009.html Acesso em; 20 jul. 2026.

SERGIPE. **Lei nº 9.496, de 22 de julho de 2024**. Dispõe sobre o estímulo ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação no Estado de Sergipe; revoga a Lei nº 6.794, de 02 de dezembro de 2009; e dá providências correlatas. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 2024. Disponível em: https://aleselegis.al.se.leg.br/consulta-legislacao.aspx?temas=244. Acesso em: 20 nov. 2025.

SERGIPE. **Lei nº. 9.371 de 12 de janeiro de 2024**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2024-2027, e dá outras providências. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 2024. Disponível em: https://www.se.gov.br/anexos/uploads/download/filename_novo/9698/fbc5965be5b4e51c1fed5e287d143d5b.pdf. Acesso em: 20 jul. 2026.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Retrato do empreendedorismo no Brasil 2023**. Brasília, DF: SEBRAE, 2023. Disponível em: https://sebraepr.com.br/impulsiona/retrato-do-empreendedorismo-no-brasil-em-2023/?srsltid=AfmBOop5gYWVlcuaB4owxN-lrbJ3b11bW1QgrPDBIBBwzLwkbKbRKrMw. Acesso em: 20 jan. 2026.

SHANE, Scott. Prior knowledge and the discovery of entrepreneurial opportunities. Organization Science, **Providence,** v. 11, n. 4, p. 448–469, 2000. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2640414. Acesso em: 20 Jan. 2026.

SILVA, Glessia; DI SERIO, Luiz Carlos; BEZERRA, Éder Danilo. Public Policies on Innovation and Small Businesses in a Swinging Economy. **BAR: Brazilian Administration**, Review, Maringá, PR, Brazil, v. 16, n. 3, art. 1, e180140, 2019. Disponível em: https://bar.anpad.org.br/index.php/bar/article/view/377. Acesso em: 20 mar. 2026.

SILVA, Matheus de Souza da. Avaliação da eficiência de políticas públicas: dois estudos de casos no Brasil. **Revista de Gestão, Economia e Negócios**, v. I, n. II, p. 26-39, 2020. Disponível em: https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/regen/article/view/5161. Acesso em: 12 jan. 2026.

SIPAKOLY, Selly. Impact of Government Policies on Entrepreneurial Ecosystems: a comparative analysis of developing and developed economies. **International Journal of Business, Law, and Education**, v.5, n. 2, p.1696–1604, 2024. Disponível em: https://ijble.com/index.php/journal/article/view/662. Acesso em 26 de out. 2025.

SOARES, Carlos José Ferreira. **Análise descritiva qualitativa**. São Paulo: CRV, 2022.

SOUSA, Izabel Sabino de. **Contratações públicas de inovação**: uma análise dos estados

brasileiros. 2023. 138 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/29148?locale=pt_BR. Acesso em: 20 mar. 2026.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias,** Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 01 de nov. 2025.

SOUZA NETO, José Batista de. **Política pública como componente dos ecossistemas de empreendedorismo**: desafios da elaboração e implementação. 2023. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/items/a57bce98-3297-4517-8b70-9fc79aec641f. Acesso em: 20 nov. 2025.

STAM, Erik. Entrepreneurial ecosystems and regional policy: a sympathetic critique. **European Planning Studies**, v. 23, n. 9, p. 1759–1769, 2015. Disponível em: https://www.uu.nl/sites/default/files/rebo_use_dp_2015_1507.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

STEFENON, Rafael.; GIMENEZ, Fernando Antonio Prado. Ecossistemas empreendedores: questões críticas para o campo das políticas públicas. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 8, p. 23-55, jul. 2023. Disponível em: https://www.relise.eco.br/index.php/relise/article/view/769. Acesso em: 15 nov. 2025.

STEVENSON, Lois; LUNDSTROM, Anders. **Policy of entrepreneurship**: theory and practice. New York: Klumer Academic Pulishers, 2005.

TIDD, Joe; BESSANT, John; NONNENMACHER, Félix. **Gestão de inovação**. Tradução de Gustavo Arthur Matte. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 648 p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed., São Paulo: Atlas, 2016. 104 p.

VOLPATO, Gison. **Ciência**: da filosofia à publicação. 6. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

WENDLER, Pedro Gabriel. **Políticas públicas de inovação comparadas**: Brasil e China (1990-2010). 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/bitstream/10482/14537/1/2013_PedroGabrielWendler.pdf. Acesso em: 20 jan,. 2026.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016. 286 p.

APÊNDICE A
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Entrevistas/Questionarios



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - PROPADM

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: **POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO: ANÁLISE DA APLICABILIDADE EM UM ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO**

Pesquisador Responsável: **ANIC DANIELE SOUZA RIOS**

Local onde será realizada a pesquisa: **ELI GRANDE ARACAJU – ECOSSISTEMA LOCAL DE INOVAÇÃO**

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) desta pesquisa porque sob a perspectiva social e econômica, a pesquisa justifica-se pelo potencial de fornecer subsídios estratégicos para o aprimoramento da governança das políticas públicas de inovação no estado. E, ao analisar a percepção dos atores que compõem o ecossistema de inovação, o estudo possibilita identificar lacunas, assimetrias e potencialidades nas ações implementadas, contribuindo para uma alocação mais eficiente dos recursos públicos e para o fortalecimento das capacidades institucionais. Essa abordagem permite superar análises restritas ao plano normativo, avançando para a compreensão dos efeitos concretos das políticas no ambiente inovador.

Sua contribuição é muito importante, mas não deve participar contra a sua vontade.

Esta pesquisa será realizada porque o estudo concentra-se na dinâmica das organizações e instituições inseridas no ecossistema de inovação, com recorte específico no estado de Sergipe, território que apresenta avanços institucionais relevantes, mas que ainda demanda análises críticas acerca da maturidade e da efetividade das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da inovação. A pesquisa tem como eixo central compreender em que medida essas políticas têm sido capazes de produzir efeitos concretos no desenvolvimento científico, tecnológico e produtivo do estado, considerando a articulação entre os diferentes atores que compõem esse ambiente.

A relevância desta investigação fundamenta-se na compreensão de que os ecossistemas de inovação constituem estruturas complexas e dinâmicas, dependentes da interação entre governo, universidades, empresas e instituições de fomento.

Do ponto de vista científico, a pesquisa contribui para o avanço do debate sobre ecossistemas de inovação em contextos subnacionais, especialmente em regiões de menor densidade tecnológica e econômica. Ao direcionar o foco para o estado de Sergipe, o estudo busca preencher lacunas na literatura ao oferecer evidências empíricas sobre a efetividade das políticas públicas em ambientes ainda em processo de consolidação, ampliando a compreensão sobre como modelos teóricos se materializam em realidades específicas.

Rubrica do Pesquisador Principal	Rubrica do(a) Participante da Pesquisa

APÊNDICE A
Continuação



A investigação assume relevância não apenas acadêmica, mas também prática e social, ao contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes, integradas e orientadas ao fortalecimento do ecossistema de inovação. Ao analisar a efetividade das ações implementadas e compreender seus impactos no contexto local, o estudo oferece subsídios para o aprimoramento da gestão pública e para a promoção do desenvolvimento regional baseado na inovação.

Os objetivos dessa pesquisa são:
A partir da problemática exposta e da necessidade de compreender a funcionalidade do arranjo institucional voltado à inovação em território sergipano, esta pesquisa se propõe a realizar uma análise que integre a teoria das políticas públicas à prática vivenciada pelos seus executores. Dessa forma, os objetivos que conduzem esta dissertação são apresentados a seguir:
Objetivo geral
Compreender a efetividade das políticas públicas de inovação e empreendedorismo do Estado de Sergipe no fomento ao ecossistema de inovação local.
Alinhado ao objetivo geral desta pesquisa, o estudo do ecossistema de inovação sergipano configura-se como um recorte empírico estratégico para avançar na compreensão das lacunas teóricas identificadas na literatura.
Dessa forma, o objeto de estudo possibilita compreender o alinhamento entre as ações governamentais e as demandas do ecossistema, bem como os efeitos concretos dessas intervenções no fortalecimento das dinâmicas de inovação, contribuindo para uma abordagem fundamentada na efetividade das políticas públicas em ambientes marcados por desafios estruturais.
Objetivos Específicos

- Mapear as políticas públicas voltadas à inovação vigentes no estado de Sergipe;
- Analisar o alcance dessas políticas públicas a partir da percepção dos atores do ecossistema de inovação do Estado;
- Identificar os principais resultados alcançados e as perspectivas para o futuro do ecossistema.

A pesquisa envolverá a participação dos representantes de 38 entidades que compõem o ecossistema de inovação ELI da Grande Aracaju, incluindo representantes de instituições públicas, organizações de apoio, centros de inovação e entidades empresariais e será realizada mediante os seguintes procedimentos de que não desejarem ou desistirem de participar do projeto.

Antes de decidir, é importante que entenda todos os procedimentos, os possíveis benefícios, riscos e desconfortos envolvidos nesta pesquisa.

A qualquer momento, antes, durante e depois da pesquisa, você poderá solicitar mais esclarecimentos, recusar-se ou desistir de participar sem ser prejudicado, penalizado ou responsabilizado de nenhuma forma.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável **ANIC DANIELE SOUZA** no telefone celular: (79) 9 8809-0439**, PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA -**

Rubrica do Pesquisador Principal	Rubrica do(a) Participante da Pesquisa

APÊNDICE A
Continuação



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PROPADM, localizado na UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, e, e-mail: anic.rios@academico.ufs.br/ anic.rios1@gmail.com

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe. "O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos" (Resolução CNS nº 466/2012, VII. 2). Caso você tenha dúvidas sobre a aprovação do estudo, seus direitos ou se estiver insatisfeito com este estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa das Áreas de Humanidades (CEP Humanidades) da Universidade Federal de Sergipe, situado na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, Avenida Marcelo Deda Chagas, s/n, Bairro: Rosa Elze - São Cristóvão/SE CEP: 49.107-230. Contato por e-mail: cepchs@academico.ufs.br .Telefone: (79) 3194-7057 e horários para contato – Segunda a Sexta-feira das 08h às 12h.

Todas as informações coletadas neste estudo serão confidenciais (seu nome jamais será divulgado) e utilizadas apenas para esta pesquisa. Somente nós, o pesquisador responsável e/ou equipe de pesquisa, teremos conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo.

Para maiores informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que está disponível no site: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Caso você concorde e aceite participar desta pesquisa, deverá rubricar todas as páginas deste termo e assinar a última página, nas duas vias. Eu, o pesquisador responsável, farei a mesma coisa, ou seja, rubricarei todas as páginas e assinarei a última página. Uma das vias ficará com você para consultar sempre que necessário.

O QUE VOCÊ PRECISA SABER:

DE QUE FORMA VOCÊ VAI PARTICIPAR DESTA PESQUISA: O lócus do estudo é o Estado de Sergipe, delimitando o contexto empírico no qual o fenômeno é analisado. Inserido nesse contexto, o ecossistema de inovação, com ênfase no ELI Grande Aracaju, configura-se como o ambiente no qual se materializam as interações entre os diferentes elementos investigados. A escolha desse contexto se justifica pela possibilidade de analisar, de forma aprofundada, como tais políticas têm sido implementadas e percebidas pelos atores locais.

No presente estudo, cada objetivo específico foi traduzido em um conjunto de perguntas analíticas que buscam explorar diferentes dimensões do fenômeno investigado. Nesse sentido, serão realizadas questões de pesquisa que foram estruturadas de modo a contemplar três eixos principais da investigação: a identificação das políticas

Rubrica do Pesquisador Principal	Rubrica do(a) Participante da Pesquisa

APÊNDICE A
Continuação



existentes, a análise de seu alcance junto aos atores do ecossistema e a avaliação dos resultados e perspectivas decorrentes dessas políticas, permitindo uma compreensão integrada e sistemática do objeto de estudo.

✔ RISCOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA: Se durante a realização da entrevista ou ao responder o questionário de pesquisa o participante sinta que existem possíveis riscos ou prejuízos que podem ser provocados pela pesquisa, como por exemplo, constrangimento e cansaço, o participante poderá recusar-se ou desistir de participar sem ser prejudicado, penalizado ou responsabilizado de nenhuma forma.

✔ BENEFÍCIOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA: No presente estudo, o caso único justifica-se pela análise do ecossistema de inovação do Estado de Sergipe, entendido como um contexto singular que possibilita compreender como as políticas públicas de inovação se materializam e produzem efeitos em nível regional.

✔ FORMA DE ACOMPANHAMENTO DO TRATAMENTO: Para o questionário de pesquisa, não haverá acompanhamento dos participantes. Se o participante participar de entrevista, informamos que o tratamento dos dados fornecidos, serão tratados de maneira sigilosa e somente para fins acadêmicos, sem citar nome ou função, sem autorização prévia e por assinatura do participante.

✔ PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE: os dados dos participantes, a exemplo de gravações de voz, imagens ou respostas de questionários, serão utilizados em publicações científicas de forma que serão garantidas a privacidade e a confidencialidade, não permitindo a identificação do participante.

✔ ACESSO A RESULTADOS DA PESQUISA: Para o estudo, além da análise das entrevistas e questionário realizados, será realizada também a análise de documentos oficiais, tais como leis, decretos, marcos legais e planos governamentais, sendo fundamental para o mapeamento das políticas públicas o participante tem o direito, caso solicite, a ter acesso aos resultados da pesquisa.

✔ CUSTOS ENVOLVIDOS PELA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA: A participação na pesquisa não acarretará custos financeiros aos participantes, sendo o único recurso envolvido o tempo despendido para responder ao questionário ou participar da entrevista. Não haverá qualquer forma de compensação financeira ou material pela participação.

✔ DANOS E INDENIZAÇÕES: Se lhe ocorrer qualquer problema ou dano pessoal durante a pesquisa, lhe será garantido o direito à assistência médica imediata, integral e gratuita, às custas do pesquisador responsável, com possibilidade de indenização caso o dano for decorrente da pesquisa (através de vias judiciais Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954).

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, declaro que concordo em participar desse estudo como voluntário(a). Fui informado(a) e esclarecido(a) sobre o objetivo desta pesquisa, li, ou foram lidos para mim, os procedimentos envolvidos, os possíveis riscos e benefícios da minha participação e esclareci todas as minhas dúvidas.

Rubrica do Pesquisador Principal	Rubrica do(a) Participante da Pesquisa

APÊNDICE A
Continuação



Sei que posso me recusar a participar e retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me cause qualquer prejuízo, penalidade ou responsabilidade. Autorizo o uso dos meus dados de pesquisa sem que a minha identidade seja divulgada.

Recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante:_____

Assinatura: _____ local e data:_____

Participação: **Entrevista ( ) – Questionário ( )**

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada, esclarecida e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante para a participação neste estudo. Entreguei uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim ao participante e declaro que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador Responsável: ANIC DANIELE SOUZA RIOS

Assinatura: _____ Local/data:_____

Nome do auxiliar de pesquisa/testemunha quando aplicável: _____

Assinatura: _____ Local/data:_____

Assinatura Datiloscópica (*quando não alfabetizado)*

Rubrica do Pesquisador Principal	Rubrica do(a) Participante da Pesquisa

APÊNDICE B
Entrevista semiestruturada

Políticas públicas de incentivo à inovação e empreendedorismo: análise da aplicabilidade em um ecossistema de inovação

Objetivo geral: Compreender a efetividade das políticas públicas de inovação do Estado de Sergipe no fomento ao ecossistema de inovação local (ELI Grande Aracaju)
Público-alvo: Gestores e representantes estratégicos do Ecossistema Local de Inovação.

A entrevista está organizada em 4 blocos temáticos, alinhados aos objetivos da pesquisa Sua participação é essencial para a qualidade da pesquisa. As respostas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, com garantia de sigilo das informações.

Agradecemos sua colaboração.

Anic Daniele Souza Rios

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Bloco 1 – Caracterização do participante e da instituição
Finalidade analítica: contextualizar o ator e seu papel no ecossistema.

1) Poderia descrever sua função e o papel da sua instituição no ecossistema de inovação local?
2) Como se dá a atuação da sua instituição nas iniciativas de inovação no estado de Sergipe?
3) Há quanto tempo o(a) senhor(a) atua no ecossistema de inovação em Sergipe?

Bloco 2 – Percepção sobre as políticas públicas de inovação
Finalidade analítica: avaliar conhecimento, operacionalização e efetividade das políticas.

1) Quais políticas públicas de inovação no estado de Sergipe o(a) senhor(a) conhece ou já teve contato?
2) Como o(a) senhor(a) avalia a clareza e a compreensão dessas políticas pelos atores do ecossistema?
3) Na prática, como essas políticas se materializam (programas, editais, incentivos, parcerias)?
4) O acesso a essas políticas é facilitado ou apresenta dificuldades? Poderia exemplificar?
5) Em sua percepção, essas políticas conseguem atender de forma equilibrada os diferentes atores do ecossistema?
6) Como o(a) senhor(a) avalia a continuidade e a consistência dessas políticas ao longo do tempo?
7) As políticas públicas estão alinhadas às demandas reais do ecossistema de inovação local?
8) De modo geral, como o(a) senhor(a) avalia a efetividade dessas políticas no fortalecimento do ecossistema de inovação em Sergipe?

Bloco 3 – Alcance e limitações das políticas no contexto local
Finalidade analítica: identificar barreiras estruturais e fatores condicionantes.

APÊNDICE B
Continuação

1) Quais são os principais desafios enfrentados na implementação ou no acesso às políticas públicas de inovação?
2) Existem entraves institucionais ou burocráticos que dificultam a participação dos atores?
3) Como o(a) senhor(a) avalia a infraestrutura disponível para o desenvolvimento da inovação no estado?
4) Há limitações relacionadas ao financiamento e ao apoio financeiro à inovação?
5) Como o(a) senhor(a) percebe a qualificação dos recursos humanos no ecossistema?
6) Quais fatores, na sua visão, favorecem o desenvolvimento da inovação em Sergipe?
7) É possível identificar resultados concretos decorrentes dessas políticas (projetos, parcerias, soluções)? Poderia citar exemplos?

Bloco 4 – Integração e alinhamento entre os atores do ecossistema
Objetivo: analisar articulação e governança do ecossistema

1) Como ocorre a relação entre governo, universidades, empresas e instituições de apoio no ecossistema?
2) Existe cooperação efetiva entre esses atores? Como ela se manifesta?
3) O(a) senhor(a) percebe a existência de coordenação institucional nas ações de inovação?
4) As políticas públicas estão alinhadas às necessidades dos diferentes atores do ecossistema?
5) Quais são as principais lacunas na articulação entre os atores do ecossistema?
6) O que poderia ser feito para melhorar a integração e o funcionamento do ecossistema de inovação?
7) Na sua avaliação, quais são as perspectivas futuras para o Ecossistema Local de Inovação da Grande Aracaju?

APÊNDICE C
Questionário semiestruturado

Este questionário integra a pesquisa intitulada "Políticas públicas de incentivo à inovação e empreendedorismo: análise da aplicabilidade em um ecossistema de inovação", desenvolvida no Mestrado em Administração da Universidade Federal de Sergipe. O estudo tem como objetivo compreender a efetividade das políticas públicas de inovação no Estado de Sergipe, com foco no Ecossistema Local de Inovação (ELI) da Grande Aracaju.

O questionário está organizado em **4 blocos temáticos**, alinhados aos objetivos da pesquisa, combinando questões fechadas, que identificam padrões, e abertas, que captam percepções dos participantes.

Sua participação é essencial para a qualidade da pesquisa. As respostas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, com garantia de sigilo das informações.
Agradecemos sua colaboração.
Anic Daniele Souza Rios

QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

Bloco 1 – Caracterização do participante e da instituição no ecossistema
Objetivo: contextualizar o respondente e sua inserção no ecossistema

Q1 – Qual é o tipo de instituição à qual você está vinculado?

( ) Governo
( ) Academia (universidade/instituto)
( ) Setor produtivo (empresa/indústria)
( ) Instituição de suporte (SEBRAE, incubadoras, etc.)

Q2 – Qual o seu nível de atuação na instituição?

( ) Estratégico (direção/gestão superior)
( ) Tático (coordenação/gerência)
( ) Operacional

Q3 – Há quanto tempo sua instituição atua no ecossistema de inovação de Sergipe?

( ) Menos de 1 ano
( ) 1 a 3 anos
( ) 4 a 6 anos
( ) Mais de 6 anos

Q4 – Sua instituição participa de iniciativas ou programas de inovação?

( ) Sim
( ) Não

APÊNDICE C
Continuação

Q5 (aberta) – Como você descreveria o papel da sua instituição no ecossistema de inovação local?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Bloco 2 – Percepção sobre a efetividade das políticas públicas de inovação vigentes
Objetivo: analisar percepção e conhecimento das políticas

Q6 – Você conhece as políticas públicas de inovação vigentes no Estado de Sergipe?
( ) Sim, amplamente
( ) Parcialmente
( ) Não conhece

Q7 – Como você avalia a clareza dessas políticas públicas?
( ) Muito claras
( ) Claras
( ) Pouco claras
( ) Não são claras

Q8 – As políticas públicas atendem às necessidades do ecossistema de inovação local?
( ) Totalmente
( ) Parcialmente
( ) Pouco
( ) Não atendem

Q9 – Sua instituição já foi beneficiada por alguma política pública de inovação?
( ) Sim
( ) Não

Q10 (aberta) – Na sua percepção, quais são os principais resultados das políticas públicas de inovação em Sergipe?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

APÊNDICE C
Continuação

_____
_____

Bloco 3 – Barreiras e facilitadores institucionais em Sergipe
Objetivo: identificar entraves e fatores de apoio

Q11 – Existem barreiras para o acesso às políticas públicas de inovação?

( ) Sim
( ) Não

Q12 – Qual o nível de burocracia para acessar essas políticas?

( ) Muito alto
( ) Alto
( ) Moderado
( ) Baixo

Q13 – O acesso a financiamento (crédito, editais, fomento) é adequado?

( ) Sim
( ) Parcialmente
( ) Não

Q14 – Existem mecanismos de apoio institucional suficientes (incubadoras, hubs, redes)?

( ) Sim
( ) Parcialmente
( ) Não

Q15 (aberta) – Quais são as principais barreiras e/ou facilitadores para o desenvolvimento da inovação no Estado?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Bloco 4 – Integração e alinhamento entre os atores do ecossistema
Objetivo: analisar articulação e governança do ecossistema

Q16 – Há articulação entre os diferentes atores do ecossistema (governo, academia, empresas)?

APÊNDICE C
Continuação

( ) Alta
( ) Moderada
( ) Baixa
( ) Inexistente

Q17 – As ações das instituições estão alinhadas às políticas públicas de inovação?

( ) Totalmente
( ) Parcialmente
( ) Pouco
( ) Não estão

Q18 – Existem espaços ou mecanismos de governança colaborativa no ecossistema?

( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei informar

Q19 – O ecossistema de inovação local apresenta potencial de crescimento?

( ) Alto
( ) Médio
( ) Baixo

Q20 (aberta) – Que ações poderiam fortalecer a integração e o desenvolvimento do ecossistema de inovação da ELI Grande Aracaju?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

"A inovação sempre significa um risco. Qualquer atividade econômica é de alto risco e não inovar é muito mais arriscado do que construir o futuro"
(Peter Drucker).

ANEXO 1
Parecer Consubstanciado nº 8.506.252/CEP

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS/HUMANIDADES

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO: ANÁLISE DA APLICABILIDADE EM UM ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO

Pesquisador: ANIC DANIELE SOUZA RIOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 97603426.0.0000.0383

Instituição Proponente: Departamento de Administração

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 8.506.252

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa situa-se no campo da Administração, com foco na análise das políticas públicas voltadas ao fortalecimento do ecossistema de inovação do ELI Grande Aracaju, que atua nos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itaporanga d'Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão. O referencial foi estruturado para assegurar o domínio conceitual das categorias centrais da pesquisa, tais como ecossistema de inovação e políticas públicas, principalmente. A construção teórica buscou integrar diferentes correntes analíticas, permitindo compreender tanto as abordagens sistêmicas quanto os modelos de desenvolvimento de ecossistemas de inovação em distintos contextos nacionais e internacionais. Esse percurso possibilitou delimitar conceitos constitutivos, estabelecer articulações entre eles e fundamentar as escolhas metodológicas. O objetivo geral consiste em compreender a efetividade das políticas públicas de inovação e empreendedorismo do Estado de Sergipe no fomento ao ecossistema de inovação local. Como objetivos específicos, pretende-se: mapear as políticas públicas voltadas à inovação e ao empreendedorismo vigentes no estado de Sergipe;

analisar o alcance dessas políticas públicas a partir da percepção dos atores do ecossistema de inovação de Sergipe e identificar os principais resultados alcançados e as perspectivas para o futuro do ecossistema. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratório-descritiva desenvolvida em um estudo de caso único, com utilização de análise documental, entrevistas semiestruturadas, questionários semiestruturados e análise de indicadores secundários. Os dados serão tratados por meio de Análise de Conteúdo, articulada à triangulação de fontes, assegurando maior robustez interpretativa. Espera-se, ao final, oferecer um diagnóstico fundamentado do estágio de desenvolvimento do ecossistema da ELI grande Aracaju, no estado de Sergipe, identificar lacunas e potencialidades das políticas públicas e propor subsídios técnicos que possam contribuir para o aprimoramento da governança e da eficácia das ações voltadas à inovação e ao empreendedorismo no contexto estadual.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

A partir da problemática exposta e da necessidade de compreender a funcionalidade do arranjo institucional voltado à inovação em território sergipano, esta pesquisa se propõe a realizar uma análise que integre a teoria das políticas públicas à prática vivenciada pelos seus executores. Dessa forma, os objetivos que conduzem esta dissertação são apresentados a seguir:1.2.1 Objetivo geralCompreender a efetividade das políticas públicas de inovação e empreendedorismo do Estado de Sergipe no fomento ao ecossistema de inovação localAlinhado ao objetivo geral desta pesquisa, o estudo do ecossistema de inovação sergipano configura-se como um recorte empírico estratégico para avançar na compreensão das lacunas teóricas identificadas na literatura.

Objetivo Secundário:

Mapear as políticas públicas voltadas à inovação vigentes no estado de Sergipe;Analisar o alcance dessas políticas públicas a partir da percepção dos atores do ecossistema de inovação do Estado;Identificar os principais resultados alcançados e as perspectivas para o futuro do ecossistema.

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS/HUMANIDADES

Continuação do Parecer: 8.506.252

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisa apresenta risco mínimo, podendo envolver eventual desconforto ao expressar opiniões sobre políticas públicas ou instituições; eventual receio relacionado à exposição de posicionamentos profissionais.Não haverá qualquer tipo de risco físico, financeiro ou institucional direto aos participantes.Como medidas de mitigação:será assegurado o anonimato dos participantes;as respostas serão tratadas de forma confidencial;não haverá identificação nominal ou de instituições em nenhuma etapa da divulgação dos resultados;realização da coleta em ambiente seguro e respeitoso; os participantes terão liberdade para não responder perguntas ou desistir a qualquer momento e esclarecimento prévio sobre os objetivos da pesquisa.Destaca-se que não haverá qualquer prejuízo profissional, institucional ou pessoal decorrente da participação, bem como não existe relação hierárquica entre pesquisador e participantes.

Benefícios:

Não há benefícios diretos aos participantes. Contudo, a pesquisa poderá gerar benefícios indiretos relevantes, tais como:produção de conhecimento científico relevante para a área;subsídios para o aprimoramento da governança do ecossistema de inovação em Sergipe;aprimoramento das políticas públicas de inovação;apoio à formulação de políticas públicas mais eficazes; fortalecimento do ecossistema de inovação local em Sergipe;

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Como desfecho primário pretende-se compreender a efetividade das políticas públicas de inovação e empreendedorismo do Estado de Sergipe no fomento ao ecossistema de inovação local Alinhado ao objetivo geral desta pesquisa, o estudo do ecossistema de inovação sergipano configura-se como um recorte empírico estratégico para avançar na compreensão das lacunas teóricas identificadas na literatura.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS/HUMANIDADES

Continuação do Parecer: 8.506.252

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a análise da nova documentação apresentada, não foram encontrados óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situaçã
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2790170.pdf	08/06/2026 12:58:14		Aceito
Outros	CARTA.pdf	08/06/2026 12:54:08	ANIC DANIELE SOUZA RIOS	Aceito
Outros	QUESTIONARIO.pdf	08/06/2026 08:09:03	ANIC DANIELE SOUZA RIOS	Aceito
Outros	ENTREVISTA.pdf	08/06/2026 08:05:07	ANIC DANIELE SOUZA RIOS	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	08/06/2026 07:52:32	ANIC DANIELE SOUZA RIOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	08/06/2026 07:38:44	ANIC DANIELE SOUZA RIOS	Aceito
Brochura Pesquisa	PROJETO.docx	08/06/2026 07:34:51	ANIC DANIELE SOUZA RIOS	Aceito
Outros	COMPROMISSO.pdf	30/04/2026 11:07:09	ANIC DANIELE SOUZA RIOS	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	28/04/2026 00:08:54	ANIC DANIELE SOUZA RIOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	INVESTIGADOR.pdf	28/04/2026 00:08:39	ANIC DANIELE SOUZA RIOS	Aceito
Outros	TCUD.pdf	27/04/2026 16:25:06	ANIC DANIELE SOUZA RIOS	Aceito
Outros	RCLE.docx	27/04/2026 16:23:30	ANIC DANIELE SOUZA RIOS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	INFRAESTRUTURA.pdf	27/04/2026 16:20:59	ANIC DANIELE SOUZA RIOS	Aceito

Endereço: Av. Marechal Rondon, s/n, Jardim Rosa Elze
Bairro Jardim Rosa Elze **CEP:** 49.100-000
UF: SE **Município** SAO CRISTOVAO
Telefone (79)3194-7057 **E-** cepchs@academico.ufs.br

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS/HUMANIDADES

Continuação do Parecer: 8.506.252

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

SAO CRISTOVAO, 13 de Junho de 2026

Assinado por:
ELAINE MARIA SANTOS
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Marechal Rondon, s/n, Jardim Rosa Elze
Bairro Jardim Rosa Elze **CEP:** 49.100-000
UF: SE **Município** SAO CRISTOVAO
Telefone (79)3194-7057 **E-** cepchs@academico.ufs.br

ANEXO 2

Termo de anuência e infra-estrutura ELI Grande Aracaju



ECOSSISTEMA LOCAL DE INOVAÇÃO

ELI GRANDE ARACAJU – ECOSSISTEMA LOCAL DE INOVAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E EXISTÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

Eu, **RODRIGO ROCHA PEREIRA LIMA**, COORDENADOR DA GOVERNANÇA do ELI GRANDE ARACAJU – ECOSSITEMA LOCAL DE INOVAÇÃO, autorizo a realização do projeto intitulado "Título da pesquisa **POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO: ANÁLISE DA APLICABILIDADE EM UM ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO**" pela pesquisadora **ANIC DANIELE SOUZA RIOS**, que envolverá como Objetivo Geral: compreender a efetividade das políticas públicas de inovação e empreendedorismo do Estado de Sergipe no fomento ao ecossistema de inovação local. Com Objetivos especifícos: Mapear as políticas públicas voltadas à inovação vigentes no estado de Sergipe; Analisar o alcance dessas políticas públicas a partir da percepção dos atores do ecossistema de inovação do Estado; Identificar os principais resultados alcançados e as perspectivas para o futuro do ecossistema.

A investigação será realizada por meio de pesquisa de campo, com a imersão da pesquisadora no ambiente natural do fenômeno para coleta de dados primários, e de pesquisa documental, baseada em registros que orientam as políticas de inovação.

No que se refere à natureza, a presente pesquisa classifica-se como aplicada, em função de seu objetivo, que consiste em "Compreender a efetividade das políticas públicas de inovação e do empreendedorismo do Estado de Sergipe no fomento ao ecossistema de inovação local".

A primeira fase corresponde à pesquisa documental e vem atender o primeiro objetivo especifico "Mapear as políticas públicas voltadas à inovação vigentes no estado de Sergipe", identificando seus objetivos, mecanismos de incentivo e públicos-alvo.

A primeira fonte de evidência consiste na análise de documentos oficiais, tais como leis, decretos, marcos legais e planos governamentais, sendo fundamental para o mapeamento das políticas públicas (Objetivo 1).

A segunda fase corresponde ao Objetivo Específico 2: "Analisar o alcance das políticas públicas a partir da percepção dos atores do ecossistema de inovação do Estado", voltado

ANEXO 2 – Continuação
Termo de anuência e infra-estrutura ELI Grande Aracaju



para compreender como essas políticas são percebidas pelos diferentes atores do ecossistema.

Para isso, serão utilizadas três principais fontes de evidências: entrevistas semiestruturadas, questionários semiestruturados e indicadores secundários, configurando uma estratégia que combina diferentes formas de interação entre pesquisador e participantes. As entrevistas semiestruturadas serão direcionadas a um grupo reduzido de gestores estratégicos do ecossistema, possibilitando a apreensão de percepções aprofundadas e análises de caráter mais institucional.

Complementarmente, os questionários semiestruturados serão aplicados aos demais atores do ecossistema, com o objetivo de ampliar o alcance da coleta de dados e captar uma diversidade maior de percepções, sem prejuízo da consistência analítica. Tal combinação metodológica justifica-se como uma estratégia de otimização da pesquisa, permitindo equilibrar profundidade e abrangência na análise, ao mesmo tempo em que fortalece a triangulação das evidências empíricas.

A terceira fase está vinculada ao Objetivo Específico 3, que busca identificar resultados e perspectivas do ecossistema de inovação sergipano. A imagem indica novamente o uso de entrevistas e indicadores secundários, agora com ênfase na interpretação aprofundada e integração dos dados, representada pelo ícone de análise gráfica.

As entrevistas, nesse momento, assumem caráter analítico, permitindo aprofundar categorias interpretativas e compreender relações causais e percepções consolidadas. Já os indicadores secundários são utilizados para análises comparativas e avaliação de desempenho, possibilitando identificar evidências empíricas dos efeitos das políticas.

Esta etapa será iniciada após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (CEP/UFS).

Estamos cientes de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa, dispondo de infraestrutura necessária para desenvolvê-la em conformidade às diretrizes e normas éticas. Ademais, ratifico que não haverá quaisquer implicações negativas na pesquisa envolverá a participação dos representantes de 35 entidades que compõem o ecossistema de inovação ELI da Grande Aracaju, incluindo representantes de instituições públicas, organizações de apoio, centros de inovação e entidades empresariais e será realizada mediante os seguintes procedimentos de que não desejarem ou desistirem de participar do projeto.

Declaro, outrossim, na condição de representante desta Instituição, conhecer e cumprir as orientações e determinações fixadas nas Resoluções nºs 466, de 12 de dezembro de 2012, e 510, de 07 de abril de 2016, e Norma Operacional nº 001/2013, pelo CNS.

ANEXO 2 – Continuação
Termo de anuência e infra-estrutura ELI Grande Aracaju



Local, **22** de **abril** de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
RODRIGO ROCHA PEREIRA LIMA
Data: 22/04/2026 21:19:51-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

RODRIGO ROCHA PEREIRA LIMA

COORDENADOR DA GOVERNANÇA

ELI GRANDE ARACAJU – ECOSSISTEMA LOCAL DE INOVAÇÃO

Telefone: (79) 9873-2675/ (79) 9 8829-4519
E-mail: governanca@eligrandearacaju.com.br, eligrandearacaju@gmail.com

ANEXO 3

Termo de Declaração de Uso de Inteligência Artificial

ANEXO 1

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA

Eu, ANIC DANIELE SOUZA RIOS, autora da dissertação intitulada **"POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO: ANÁLISE DA APLICABILIDADE EM UM ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO"** declaro, para fins de cumprimento da Portaria CNPq nº 2.664/2026, que utilizei ferramentas de Inteligência Artificial (IA) generativa — especificamente o Gemini (Google) e o ChatGPT (OpenAI) - como suporte ao desenvolvimento deste trabalho.

O uso dessas tecnologias deu-se estritamente nas seguintes etapas e funções:

1. Revisão Textual e Linguística: Auxílio na correção ortográfica, gramatical e ajustes de coesão e coerência dos parágrafos.
2. Adequação Normativa: Suporte na verificação de citações e referências bibliográficas de acordo com as normas da ABNT.
3. Desenvolvimento Metodológico: Auxílio na estruturação e refinamento da redação das questões do questionário e do roteiro de entrevista semiestruturada.
4. Elaboração de imagens elaboradas e contextualizadas sob o meu comando de prompts.

Ressalto que a análise crítica dos dados, as escolhas teórico-metodológicas, a interpretação dos resultados e a redação final deste trabalho são de minha inteira autoria e responsabilidade. As ferramentas de inteligência artificial foram utilizadas exclusivamente como recurso de apoio técnico e operacional, não substituindo a reflexão crítica, a autonomia intelectual, a originalidade das análises nem o rigor científico exigido em pesquisas de nível de Mestrado.

gov.br Documento assinado digitalmente
ANIC DANIELE SOUZA RIOS
Data: 16/08/2026 22:19:04-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ASSINATURA DO PESQUISADOR

SÃO CRISTÓVÃO, 16 de agosto de 2026